

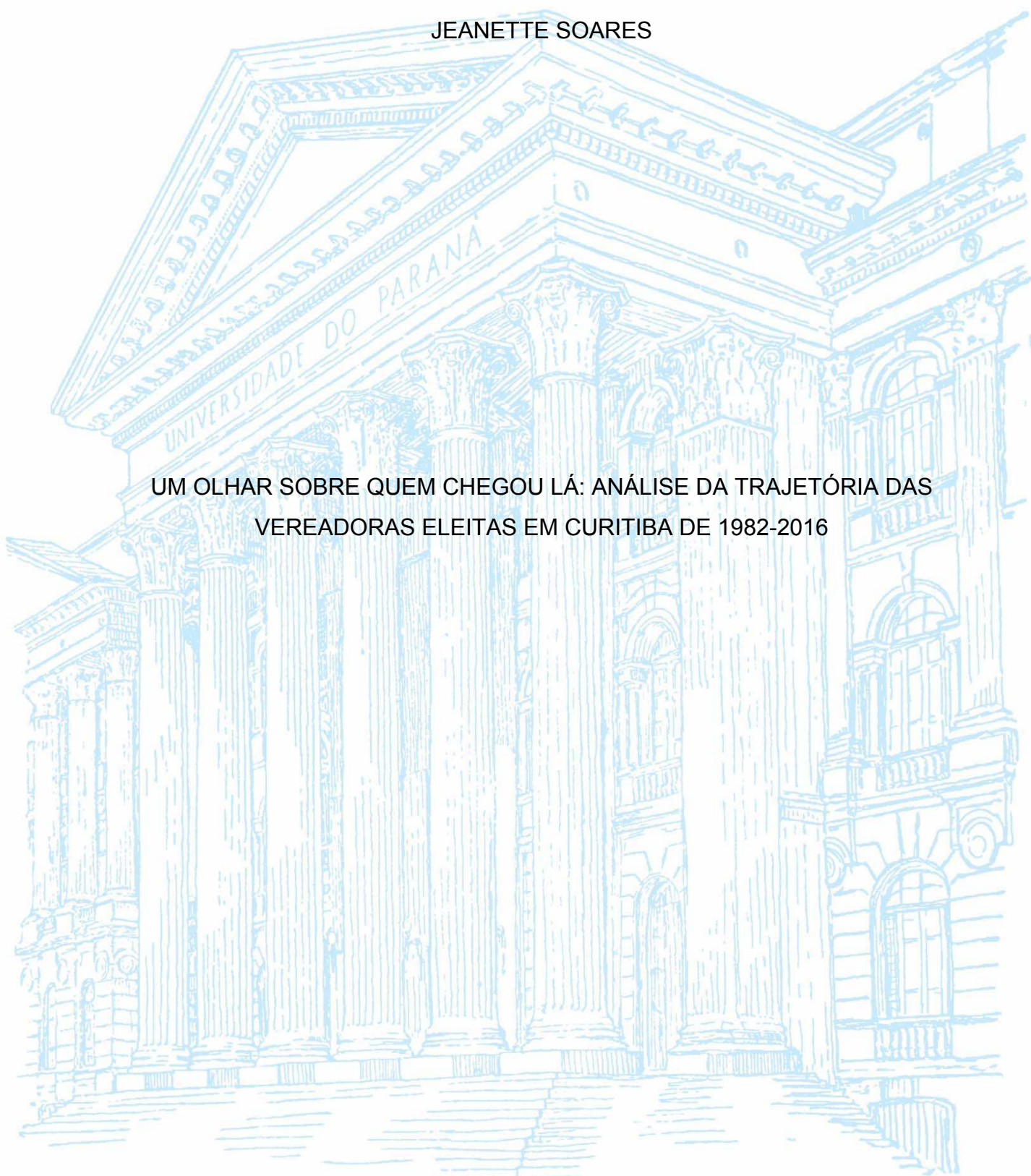
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JEANETTE SOARES

UM OLHAR SOBRE QUEM CHEGOU LÁ: ANÁLISE DA TRAJETÓRIA DAS  
VEREADORAS ELEITAS EM CURITIBA DE 1982-2016

CURITIBA

2020



JEANETTE SOARES

UM OLHAR SOBRE QUEM CHEGOU LÁ: ANÁLISE DA TRAJETÓRIA DAS  
VEREADORAS ELEITAS EM CURITIBA DE 1982-2016

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Ciência Política, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Bolognesi

CURITIBA

2020

S676 Soares, Jeanette

Um olhar sobre quem chegou lá: análise da trajetória das vereadoras eleitas em Curitiba de 1982-2016 [recurso eletrônico] / Jeanette Soares.  
– Curitiba, 2020.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, 2020.

Orientador: Bruno Bolognesi

1. Mulheres – Participação política – Paraná (PR). 2. Vereadoras – Curitiba (PR). I. Bolognesi, Bruno. II. Título. III. Universidade Federal do Paraná.

CDD 320.01



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO CIÊNCIA POLÍTICA -  
40001016061P2

## TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em CIÊNCIA POLÍTICA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **JEANETTE SOARES** intitulada: **Um olhar sobre quem chegou lá: análise de trajetória das vereadoras eleitas em Curitiba de 1982-2016**, sob orientação do Prof. Dr. BRUNO BOLOGNESI, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua **APROVAÇÃO** no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 18 de Novembro de 2020.

Assinatura Eletrônica

23/11/2020 17:25:43.0

BRUNO BOLOGNESI

Presidente da Banca Examinadora (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

06/12/2020 18:20:27.0

LUCIANA FERNANDES VEIGA

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ )

Assinatura Eletrônica

23/11/2020 18:01:02.0

CAROLINA PIMENTEL CORREA

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL)

---

General Carneiro, 460 - 5º andar - sala 517 - CURITIBA - Paraná - Brasil

CEP 80060-150 - Tel: (41) 3360-5233 - E-mail: ppgcupfr@gmail.com

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.

Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 63205

Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://www.prrpg.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp> e insira o código 63205

*Este trabalho é dedicado a todos aqueles que estudam, em diferentes linhas de pesquisa, a participação das Mulheres no Legislativo Municipal brasileiro, contribuindo para o fortalecimento deste importante campo de investigação científica.*

## AGRADECIMENTOS

Esta Dissertação só foi possível como resultado de múltiplas oportunidades e apoios. Em primeiro lugar, sou grata ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPR (PRPPG-UFPR) pela oportunidade de ingresso no Programa, especialmente aos professores que com muito afincio, em cada uma suas Disciplinas, compartilharam as técnicas e instrumentos do fazer científico em Ciência Política.

Agradeço, igualmente, ao meu orientador Prof. Dr. Bruno Bolognesi, por apostar na potencialidade do meu projeto de pesquisa e na contribuição que esta pesquisa poderia vir a acrescentar aos estudos sobre a participação das mulheres no legislativo municipal brasileiro e, em especial, na Câmara de Vereadores de Curitiba.

Minha eterna gratidão ao conjunto dos professores do Departamento de Ciências Sociais da UFPR que participaram da minha formação como Cientista Social, na graduação, na Especialização *Lato Sensu* em Sociologia Política e no Mestrado em Ciência Política.

Aos meus colegas do Programa de Mestrado, posso dizer com certeza que suas observações e apontamentos nas aulas de Metodologia e Seminários de Dissertação, possibilitaram ajustar o foco do meu trabalho. Gostaria de agradecer nominalmente à Geissa, Juan, João e Katiano pelas informações sobre fontes de pesquisa, pelos PDFs gentilmente enviados e pelas sugestões de contato para a coleta de dados.

À Secretária Sílvia, muita gratidão pela resolução de tantas questões burocráticas, sempre com muita atenção e cuidado.

Não poderia deixar de agradecer ao Cerimonial da Câmara de Vereadores de Curitiba, aos assessores dos gabinetes das atuais Vereadoras que me atenderam sempre com muita disposição, em alguns casos mais de uma vez.

Meu agradecimento especial às Vereadoras que me atenderam em seus gabinetes, ou nos intervalos do plenário, ou responderam questionário por escrito. Da mesma forma, as ex-Vereadoras, que me receberam em seus atuais locais de trabalho, na sala de visitas de um Hospital enquanto cuidavam um ente querido, ou morando em outros estados da federação, se dispuseram a me atender quando de

viagem por Curitiba, ou, ainda, morando no exterior, se dispuseram a dar entrevista virtual. E, até mesmo, me recebendo em suas casas.

Na impossibilidade de atendimento presencial, sou grata às ex-Vereadoras que atenderam à minha chamada por telefone e, para isso, reservaram um tempo em suas agendas. E, àquelas que, com não menos atenção, responderam por e-mail. Também aos filhos de uma ex-Vereadora, já falecida, que tentaram esforçando-se em suas memórias de infância, buscar lembranças ou informações que pudessem apontar contatos e fontes, para a obtenção de dados sobre a trajetória política da Vereadora.

À Amanda, pelas aulas de construção de planilha de dados e utilização de recursos de Software para análise de dados, por compartilhar seus conhecimentos e sua experiência. Você foi imprescindível!!!

Aos meus amigos pelas palavras de apoio constantes. Aos queridos Luís, Franklin e Carol, não tenho palavras para agradecer a participação de vocês em cada etapa do meu ingresso no Mestrado.

Aos meus colegas de trabalho, pela compreensão na ausência em muitos territórios de lutas!

Agradeço imensamente aos meus familiares, pais, irmãos, cunhados e sobrinhos, pelo carinho e pela compreensão nas horas difíceis.

Ao meu marido, José Luís, minha eterna gratidão, por estar comigo neste percurso.

*Assim como casas são feitas de pedras, a ciência é feita de fatos. Mas uma pilha de pedras não é uma casa e uma coleção de fatos não é, necessariamente, ciência.*

(Jules Henri Poincaré)



## RESUMO

Estudos sobre a participação das mulheres na política evidenciam maior participação no poder local, tanto de maneira formal como informal, do que em outras instâncias de poder. Ainda assim, o poder local no Brasil é predominantemente ocupado por homens desde suas origens. A Câmara Municipal de Curitiba (CMC) foi fundada no final do século XVII, em 1693, mas somente em 1947 ocorreu a eleição da primeira mulher para ocupar o cargo de Vereadora, em consonância com as transformações políticas e sociais que ocorriam em todo o país. De 1947 a 2016, um total de 24 mulheres assumiram um ou mais mandatos na CMC, dentre elas, 19 Vereadoras eleitas como titulares e 5 eleitas para suplência, mas que ocuparam uma cadeira na instituição, somando ao todo 46 mandatos ao longo do período estudado. Esta dissertação é o resultado da investigação da trajetória de 22 mulheres Vereadoras eleitas no período 1982-2016, seu ciclo de vida e trajetórias políticas anteriores ao primeiro mandato como Vereadora. As etapas desta pesquisa foram orientadas pela discussão da literatura sobre Mulheres e Legislativo Municipal. O método de abordagem é o prosopográfico, com o uso de fontes históricas para o estudo das trajetórias. Para preencher as lacunas dessas fontes, foram aplicadas entrevistas, o que possibilitou a construção de notas biográficas sobre as Vereadoras. As análises realizadas demonstraram a importância da escolaridade, da construção de um Capital político próprio, tempo de engajamento social em demandas locais direcionadas à sociedade em geral ou ao poder público municipal, ter ocupado, em algum momento, uma posição de destaque em uma organização pública ou privada relacionada a sindicatos, partidos, igrejas, associações profissionais, filantrópicas, ou de luta por direitos sociais. Além disso, certa tendência em disputar a eleição por um partido político situado ao Centro ou à Direita do espectro político ideológico.

Palavras-chave: Poder Local no Brasil. Mulheres Vereadoras. Mulheres no Poder Local. Mulheres no Legislativo Municipal. Trajetórias políticas de mulheres.

## **ABSTRACT**

Studies on women's participation in politics show that women participate more in local power, both in formal and informal power, than at other levels of power. Still, Brazilian local power has been predominantly occupied by men since its origin. The Curitiba City Council (CMC) was founded at the end of the 17th century, in 1693, but it was only in 1947 that the first woman was elected to the position of councillor, in line with the political and social transformations that were taking place throughout the country. From 1947 to 2016, a total of 22 women served one or more terms at the CMC, 19 councillors were elected as full members and 5 elected as alternates, but who also held a seat in the institution, making a total of 46 terms over the years under study. This dissertation is the result of an investigation into the profile background of these 22 elected women councillors in the period 1982-2016, their life cycle and their political careers prior to their first term as a councillor. The stages of this research were guided by discussion of the literature on women and the municipal legislature. The method of analysis is prosopography, using historical sources to study the trajectories. To complement the gaps in these sources, interviews were applied that allowed the construction of biographical notes on the women councillors. The results demonstrated the importance of schooling, of building one's political capital, of time spent on social commitment in local demands directed at society in general or at the municipal public power, of having occupied, at some point, a prominent position in a public or private organization related to trade unions, parties, churches, professional associations, philanthropy or the struggle for social rights. In addition, a certain tendency to contest the election by a political party located in the centre or on the right of the ideological political spectrum.

**Keywords:** Local power in Brazil. Women city councilors. Women in local government. Women in the Municipal Legislative. Political trajectories of women.

## RESUMEN

Los estudios sobre la participación de las mujeres en la política muestran que las mujeres participan más en el poder local, tanto en el poder formal como informal, que en otros niveles de poder. Todavía, el poder local brasileño ha sido ocupado predominantemente por hombres desde su origen. La Cámara de Concejales de Curitiba (CMC) fue fundada a finales del siglo XVII, en 1693, pero sólo en 1947 fue elegida la primera mujer para ocupar el cargo de concejala, en consonancia con las transformaciones políticas y sociales que se estaban produciendo en todo el país. De 1947 a 2016, un total de 24 mujeres ocuparon uno o más mandatos en la CMC, entre ellas 19 concejalas elegidas como miembros titulares y 5 elegidas como suplentes, pero que igualmente ocuparon un asiento en la institución, sumando un total de 46 mandatos a lo largo de los años estudiados. Esta disertación es el resultado de una investigación de la trayectoria de 22 mujeres elegidas concejalas en el período 1982-2016, de su ciclo de vida y de sus trayectorias políticas anteriores a su primer mandato como concejal. Las etapas de esta investigación se guiaron por la discusión de la literatura sobre la mujer y la legislatura municipal. El método de análisis es la prosopografía utilizándose fuentes históricas para estudiar las trayectorias. Para complementar las lagunas de estas fuentes, se aplicaron entrevistas que permitieron construir notas biográficas sobre las concejalas. Los resultados demostraron la importancia de la escolarización, de la construcción del propio capital político, del tiempo de compromiso social en las demandas locales dirigidas a la sociedad en general o al poder público municipal, haber ocupado, en algún momento, una posición destacada en una organización pública o privada relacionada con sindicatos, partidos, iglesias, asociaciones profesionales, filantrópicas o de lucha por los derechos sociales. Además, cierta tendencia a disputar la elección por un partido político situado en el centro o a la derecha del espectro político ideológico.

Palabras clave: Poder local en Brasil. Concejalas. Mujeres en el gobierno local. Mujeres en el Legislativo Municipal. Trayectorias políticas de las mujeres.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|   |     |
|---|-----|
| FIGURA 1 - ESTRUTURA DA CARREIRA POLÍTICA NO BRASIL DE ACORDO COM MIGUEL (2003).....  | 39  |
| GRÁFICO 1 - IDEOLOGIA DO PARTIDO DA PRIMEIRA FILIAÇÃO E DO PARTIDO DA ELEIÇÃO.....  | 70  |
| GRÁFICO 2 - MOVIMENTO ESTUDANTIL E IDEOLOGIA PARTIDÁRIA DAS VEREADORAS ELEITAS PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA (1982-2016) .....  | 112 |
| GRÁFICO 3 - ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS E/OU SINDICATOS E IDEOLOGIA PARTIDÁRIA DAS VEREADORAS ELEITAS PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA (1982-2016) .....                   | 113 |
| GRÁFICO 4 - RELAÇÃO ENTRE ATIVIDADE PARTIDÁRIA E IDEOLOGIA PARTIDÁRIA DAS VEREADORAS ELEITAS PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA (1982-2016) .....                          | 114 |
| GRÁFICO 5 - PARTICIPAÇÃO EM ATIVIDADE RELIGIOSA DE ACORDO COM A IDEOLOGIA DO PARTIDO DA ELEIÇÃO DAS VEREADORAS ELEITAS PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA (1982-2016)..... | 115 |
| GRÁFICO 6 - PARTICIPAÇÃO EM ONGS, ENTIDADES BENEFICENTES E ASSOCIAÇÕES DE MORADORES POR IDEOLOGIA PARTIDÁRIA DAS VEREADORAS ELEITAS PARA A CMC (1982-2016).....             | 116 |
| GRÁFICO 7 - TEMPO DE ASSOCIATIVISMO X CAPITAL POLÍTICO FAMILIAR.....  | 133 |
| GRÁFICO 8 - CAPITAL POLÍTICO PRÓPRIO, FAMILIAR OU MISTO E IDEOLOGIA PARTIDÁRIA.....   | 136 |
| GRÁFICO 9 - RAMO DO CAPITAL FAMILIAR X IDEOLOGIA PARTIDÁRIA .....   | 137 |

## LISTA DE QUADROS

|  |     |
|--|-----|
| QUADRO 1 - VEREADORAS ELEITAS E REELEITAS PARA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA (1947-2016) .....  | 36  |
| QUADRO 2 - SÍNTESE DO MODELO TIPOLOGICO DE RECRUTAMENTO PARTIDÁRIO PROPOSTO POR PERES E MACHADO (2017) ...   | 59  |
| QUADRO 3 - IDEOLOGIA PARTIDÁRIA APROXIMADA DOS PARTIDOS BRASILEIROS .....  | 65  |
| QUADRO 4 - DINÂMICA IDEOLÓGICO-PARTIDÁRIA LOCAL.....   | 67  |
| QUADRO 5 - OCUPAÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS E O PAPEL DE "CUIDADORA" NA SAÚDE, EDUCAÇÃO E OUTROS .....  | 88  |
| QUADRO 6 - ATIVIDADES ASSOCIATIVAS COM DEMANDA LOCAL/MUNICIPAL .....   | 106 |
| QUADRO 7 - PARTICIPAÇÃO DE LONGA DURAÇÃO EM ONGS, ENTIDADES BENEFICENTES E ASSOCIAÇÕES DE MORADORES ENTRE AS MULHERES ELEITAS VEREADORAS ENTRE 1982-1916 ..... | 107 |
| QUADRO 8 - POSIÇÃO SOCIAL DE DESTAQUE EM INSTITUIÇÕES ENTRE AS VEREADORAS DE CURITIBA (1982-2016) .....  | 131 |

## LISTA DE TABELAS

|  |     |
|--|-----|
| TABELA 1 - CLASSIFICAÇÃO DOS PARTIDOS CONTEMPORÂNEOS NA ESCALA IDEOLÓGICA 1 A 7, NO SURVEY DA ABCP 2010.....                           | 64  |
| TABELA 2 - IDEOLOGIA PARTIDÁRIA DA PRIMEIRA FILIAÇÃO DAS VEREADORAS ELEITAS PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA (1982-2016).....       | 68  |
| TABELA 3 - MIGRAÇÃO PARTIDÁRIA ANTES DA ELEIÇÃO - VEREADORAS ELEITAS PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA (1982-2016).....              | 69  |
| TABELA 4 - IDEOLOGIA DO PARTIDO DA ELEIÇÃO PARA O PRIMEIRO MANDATO .....   | 71  |
| TABELA 5 - TEMPO DE FILIAÇÃO NO PARTIDO DA ELEIÇÃO DAS VEREADORAS ELEITAS PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA (1982-2016).....         | 72  |
| TABELA 6 - NATURALIDADE (CIDADE) DAS VEREADORAS ELEITAS PARA A CMC NO PERÍODO 1982-2016.....   | 83  |
| TABELA 7 - NATURALIDADE (ESTADO) DAS VEREADORAS ELEITAS PARA A CMC NO PERÍODO 1982-2016.....   | 83  |
| TABELA 8 - GRAU DE FORMAÇÃO ESCOLAR DAS VEREADORAS ELEITAS PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA (1982-2016).....                        | 84  |
| TABELA 9 - PÓS-GRADUAÇÃO ENTRE AS VEREADORAS ELEITAS PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA (1982-2016).....                              | 85  |
| TABELA 10 - FAIXA ETÁRIA DOS FILHOS DAS VEREADORAS ELEITAS PARA O PRIMEIRO MANDATO - CMC (1982-2016) .....                             | 86  |
| TABELA 11 - OCUPAÇÃO PÚBLICA / PRIVADA DAS VEREADORAS ELEITAS PARA A CMC (1982-2016).....  | 87  |
| TABELA 12 - OCUPAÇÃO E AFINIDADE TÉCNICA COM A POLÍTICA - VEREADORAS ELEITAS PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA (1982-2016).....      | 89  |
| TABELA 13 - ASSOCIATIVISMO: NÚMERO DE ENGAJAMENTOS SOCIAIS DAS VEREADORAS ELEITAS PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA (1982-2016)..... | 104 |

|  |     |
|--|-----|
| TABELA 14 - TEMPO DE ENGAJAMENTO SOCIAL – VEREADORAS<br>ELEITAS PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA<br>(1982-2016).....  | 105 |
| TABELA 15 - ASSOCIATIVISMO LOCAL/MUNICIPAL .....   | 106 |
| TABELA 16 - CENTRALIDADE DO ASSOCIATIVISMO EM ONGS,<br>ENTIDADES BENEFICENTES E ASSOCIAÇÃO DE<br>MORADORES.....  | 107 |
| TABELA 17 - ENGAJAMENTO SOCIAL/ASSOCIATIVISMO: MOVIMENTO<br>ESTUDANTIL DAS VEREADORAS ELEITAS PARA A<br>CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA (1982-2016) .....                     | 109 |
| TABELA 18 - ENGAJAMENTO SOCIAL/ASSOCIATIVISMO: ASSOCIAÇÕES<br>PROFISSIONAIS E SINDICATOS DAS VEREADORAS<br>ELEITAS PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA<br>(1982-2016)..... | 109 |
| TABELA 19 - ENGAJAMENTO SOCIAL/ASSOCIATIVISMO: PARTIDOS<br>POLÍTICOS DAS VEREADORAS ELEITAS PARA A<br>CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA (1982-2016) .....                       | 110 |
| TABELA 20 - ENGAJAMENTO SOCIAL/ASSOCIATIVISMO: IGREJAS –<br>VEREADORAS ELEITAS PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE<br>CURITIBA (1982-2016).....                                     | 110 |
| TABELA 21 - CAPITAL FAMILIAR E GRAU DE PARENTESCO DAS<br>VEREADORAS ELEITAS PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE<br>CURITIBA (1982-2016).....  | 128 |
| TABELA 22 - TIPO DE CAPITAL FAMILIAR HERDADO PELAS<br>VEREADORAS ELEITAS PARA A CMC (1982-2016).....   | 129 |
| TABELA 23 - PORCENTAGEM DE VEREADORAS COMUNICADORAS DE<br>RÁDIO OU TV NA CMC (1982-2016) .....   | 134 |
| TABELA 24 - ORIGEM DO CAPITAL POLÍTICO: PRÓPRIO, FAMILIAR<br>OU MISTO DAS VEREADORAS ELEITAS PARA A CMC<br>(1982-2016).....  | 135 |
| TABELA 25 - INCENTIVOS À ENTRADA NA ARENA POLÍTICA -<br>VEREADORAS ELEITAS PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE<br>CURITIBA (1982-2016).....   | 145 |

|  |     |
|--|-----|
| TABELA 26 - APOIO DE GRUPOS DE MULHERES ORGANIZADAS À CANDIDATURA DAS VEREADORAS ELEITAS PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA (1982-2016) ..... | 146 |
| TABELA 27 - LEI DE COTAS PARTIDÁRIAS NA ELEIÇÃO DAS VEREADORAS PARA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA (1982-2016).....                              | 146 |
| TABELA 28 - CANDIDATURAS PRÉVIAS APRESENTADAS PELAS VEREADORAS ELEITAS PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA (1982-2016).....                    | 147 |
| TABELA 29 - FAIXA ETÁRIA DE FILIAÇÃO PARTIDÁRIA DAS VEREADORAS ELEITAS PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA (1982-2016).....                    | 148 |
| TABELA 30 - FAIXA ETÁRIA DO INGRESSO NO PRIMEIRO MANDATO – VEREADORAS ELEITAS PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA (1982-2016).....             | 149 |



## LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

|           |   |
|-----------|---|
| ABEn      | - Associação Brasileira de Enfermagem                         |
| ABRAT     | - Associação Brasileira dos Advogados Trabalhistas            |
| AI 5      | - Ato Institucional n.º 5                                     |
| AP        | - Ação Popular  |
| ACARPA    | - Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná         |
| APAEs     | - Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais               |
| AFASF     | - Associação Feminina de Apoio a Santa Felicidade             |
| ARENA     | - Aliança Renovadora Nacional                                 |
| ASMUC     | - Associação dos Servidores Municipais de Curitiba            |
| CEFET-PR  | - Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná            |
| Cfemea    | - Centro Feminista de Estudos e Assessoria                    |
| CPC       | - Centro Popular de Cultura                                   |
| CMC       | - Câmara Municipal de Curitiba                                |
| COHAB     | - Companhia de Habitação                                      |
| COPLAD    | - Conselho de Planejamento e Administração                    |
| COUN      | - Conselho Universitário                                      |
| CPI       | - Comissão Parlamentar de Inquérito                           |
| CUT       | - Central Única dos Trabalhadores                             |
| CriDesPar | - Movimento Nacional da Criança Desaparecida do Paraná        |
| DCE-UFPR  | - Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do |
| DEM       | - Democratas  |
| DOPS      | - Departamento de Ordem Política e Social                     |
| ECA       | - Estatuto da Criança e do Adolescente                        |
| EMBA-PR   | - Escola de Música de Belas Artes do Paraná                   |
| EMATER    | - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Paraná   |
| FAZ       | - Fundação de Ação Social                                     |
| FCC       | - Fundação Cultural de Curitiba                               |
| FEPPEN    | - Federação Panamericana de Profissionais de Enfermagem       |
| IBAS      | - Instituto Betânia de Ação Social                            |
| IBGE      | - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística             |
| ICN       | - International Council of Nurses                             |

|        |   |
|--------|---|
| IPPUC  | - Instituto de Planejamento Urbano de Curitiba      |
| JUC    | - Juventude Universitária Católica                  |
| LOM    | - Lei Orgânica Municipal                            |
| MDB    | - Movimento Democrático Brasileiro                  |
| MOBRAL | - Movimento Brasileiro de Alfabetização             |
| MMDS   | - Movimento da Mulher Democrática Social            |
| MR8    | - Movimento Revolucionário 8 de Outubro             |
| ODS    | - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável          |
| ONU    | - Organização das Nações Unidas                     |
| PCB    | - Partido Comunista Brasileiro                      |
| PDC    | - Partido Democrata Cristão                         |
| PDS    | - Partido Democrático Social                        |
| PDT    | - Partido Democrático Trabalhista                   |
| PEN    | - Partido Ecológico Nacional                        |
| PFL    | - Partido da Frente Liberal                         |
| PL     | - Partido Liberal                                   |
| PMDB   | - Partido do Movimento Democrático Brasileiro       |
| Pnud   | - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento |
| PP     | - Partido Progressista                              |
| PPB    | - Partido Progressista Brasileiro                   |
| PPL    | - Partido Pátria Livre                              |
| PPR    | - Partido Progressista Reformador                   |
| PPS    | - Partido Popular Socialista                        |
| PRP    | - Partido Republicano Progressista                  |
| PSB    | - Partido Socialista Brasileiro                     |
| PSC    | - Partido Social Cristão                            |
| PSD    | - Partido Social Democrático                        |
| PSDB   | - Partido da Social Democracia Brasileira           |
| PSDC   | - Partido Social Democrata Cristão                  |
| PSOL   | - Partido Socialismo e Liberdade                    |
| PST    | - Partido Social Trabalhista                        |
| PT     | - Partido dos Trabalhadores                         |
| PTB    | - Partido Trabalhista Brasileiro                    |

|              |  |
|--------------|--|
| PV           | - Partido Verde  |
| REDE         | - Rede Sustentabilidade  |
| REBEn        | - Revista Brasileira de Enfermagem   |
| SINDITEST-PR | - Sindicato dos Trabalhadores da Educação do Terceiro Grau Público de Curitiba, Região Metropolitana e Litoral do Estado do Paraná |
| SD           | - Solidariedade  |
| SISMMAC      | - Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Curitiba   |
| SME          | - Secretaria Municipal de Educação   |
| SMS          | - Secretaria Municipal de Saúde  |
| SMM          | - Secretaria Municipal da Mulher   |
| STF          | - Supremo Tribunal Federal   |
| TRE          | - Tribunal Regional Eleitoral  |
| TSE          | - Tribunal Superior Eleitoral  |
| EU           | - União Europeia   |
| UEL          | - Universidade Estadual de Londrina  |
| UNE          | - União Nacional dos Estudantes  |
| UNICURITIBA  | - Universidade de Curitiba   |
| UNIOESTE-PR  | - Universidade do Oeste do Paraná  |
| UPE          | - União Paranaense dos Estudantes  |
| UPAs         | - Unidades de Pronto Atendimento   |
| URSS         | - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas  |
| USEI         | - Unione Sudamericana Emigrati Italiani  |

## SUMÁRIO

|          |   |    |
|----------|---|----|
| <b>1</b> | <b>INTRODUÇÃO</b> .....   | 21 |
| <b>2</b> | <b>CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA</b> .....                                   | 24 |
| 2.1      | ESTUDOS DE ELITES POLÍTICAS E TRAJETÓRIAS POLÍTICAS.....                    | 24 |
| 2.2      | CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA .....  | 26 |
| 2.2.1    | Formação do poder local no Brasil .....                                     | 27 |
| 2.2.2    | Hiper e sub-representação de grupos sociais no legislativo brasileiro ..... | 31 |
| 2.2.3    | Mulheres na política brasileira .....                                       | 33 |
| 2.2.4    | Lei de Cotas Políticas para as mulheres .....                               | 34 |
| 2.2.5    | Mulheres Vereadoras em Curitiba .....                                       | 35 |
| 2.3      | JUSTIFICATIVA .....   | 37 |
| 2.4      | MARCO TEÓRICO .....   | 38 |
| 2.5      | OBJETIVOS .....   | 42 |
| 2.5.1    | Objetivo geral .....  | 42 |
| 2.5.2    | Objetivos específicos.....  | 42 |
| 2.6      | HIPÓTESES .....   | 42 |
| 2.7      | METODOLOGIA: A ABORDAGEM PROSOPOGRÁFICA .....                               | 43 |
| <b>3</b> | <b>VARIÁVEIS PARTIDÁRIAS</b> .....  | 51 |
| 3.1      | REVISÃO DA LITERATURA .....   | 51 |
| 3.1.1    | Partidos e Democracia .....   | 51 |
| 3.1.2    | Partidos e recrutamento de elites políticas .....                           | 54 |
| 3.1.3    | Classificação de ideologias partidárias.....                                | 62 |
| 3.1.4    | Ideologias partidárias no contexto local.....                               | 65 |
| 3.2      | DADOS EMPÍRICOS .....   | 68 |
| 3.2.1    | Ideologia do primeiro partido de filiação .....                             | 68 |
| 3.2.2    | Migrações partidárias anteriores ao 1.º mandato .....                       | 69 |
| 3.2.3    | Ideologia do partido da eleição.....  | 71 |
| 3.2.4    | Tempo de filiação no partido da 1.ª eleição.....                            | 72 |
| 3.3      | CONCLUSÕES .....  | 73 |
| <b>4</b> | <b>VARIÁVEIS SOCIODEMOGRÁFICAS</b> .....                                    | 76 |
| 4.1      | REVISÃO DA LITERATURA .....   | 76 |
| 4.1.1    | Obstáculos de gênero à participação política .....                          | 76 |
| 4.1.2    | O poder local e as mulheres: a extensão do lar .....                        | 78 |

|          |   |            |
|----------|---|------------|
| 4.1.3    | Superqualificação escolar e profissional.....   | 81         |
| 4.2      | DADOS EMPÍRICOS.....  | 82         |
| 4.2.1    | Naturalidade .....  | 82         |
| 4.2.2    | Escolaridade.....   | 84         |
| 4.2.3    | Casamento e filhos.....   | 86         |
| 4.2.4    | Ocupação profissional .....   | 87         |
| 4.2.5    | Afinidade técnica da ocupação profissional.....   | 89         |
| 4.3      | CONCLUSÕES .....  | 90         |
| <b>5</b> | <b>VARIÁVEIS ASSOCIATIVAS .....</b>   | <b>95</b>  |
| 5.1      | REVISÃO DA LITERATURA .....   | 95         |
| 5.1.1    | Associativismo e Democracia.....  | 95         |
| 5.1.2    | Associativismo e formação de lideranças.....  | 96         |
| 5.1.3    | Associativismo e mulheres na política.....  | 98         |
| 5.1.4    | Distintas formas de Associativismo .....  | 101        |
| 5.2      | DADOS EMPÍRICOS.....  | 103        |
| 5.2.1    | Acúmulo de atividades associativas .....  | 103        |
| 5.2.2    | Longo período em atividades associativas.....   | 104        |
| 5.2.3    | Associativismo local/municipal .....  | 105        |
| 5.2.4    | ONGs, Entidades beneficentes e Associações de moradores .....                           | 107        |
| 5.2.5    | Movimento estudantil.....   | 109        |
| 5.2.6    | Associações profissionais e Sindicatos .....  | 109        |
| 5.2.7    | Atividades partidárias .....  | 110        |
| 5.2.8    | Atividade religiosa .....   | 110        |
| 5.2.9    | Ideologia partidária X Movimento estudantil.....  | 111        |
| 5.2.10   | Ideologia partidária X Associações profissionais e Sindicatos .....                     | 112        |
| 5.2.11   | Ideologia partidária X Atividade partidária .....                                       | 113        |
| 5.2.12   | Ideologia partidária X Atividade religiosa.....   | 114        |
| 5.2.13   | Ideologia partidária X ONGs, Entidades beneficentes e<br>Associações de moradores ..... | 115        |
| 5.3      | CONCLUSÕES .....  | 116        |
| <b>6</b> | <b>VARIÁVEIS SOBRE CAPITAL POLÍTICO .....</b>   | <b>122</b> |
| 6.1      | REVISÃO DA LITERATURA .....   | 122        |
| 6.1.1    | Campo político x capital político .....   | 122        |
| 6.1.2    | Capital político oriundo de capital "delegado".....                                     | 124        |

|          |   |            |
|----------|---|------------|
| 6.1.3    | Capital político familiar.....  | 126        |
| 6.2      | DADOS EMPÍRICOS.....  | 127        |
| 6.2.1    | Capital familiar: pai/avô/marido .....  | 127        |
| 6.2.2    | Capital familiar: político, empresarial, religioso.....                               | 128        |
| 6.2.3    | Capital familiar X naturalidade.....  | 129        |
| 6.2.4    | Posição de destaque em instituição pública ou privada .....                           | 130        |
| 6.2.5    | Tempo de associativismo como contraponto à ausência de capital político familiar..... | 132        |
| 6.2.6    | Visibilidade na mídia: destaque para o rádio .....                                    | 133        |
| 6.2.7    | Capital político "misto" .....  | 134        |
| 6.2.8    | Capital político e ideologia partidária.....  | 135        |
| 6.2.9    | Ramo do capital familiar X ideologia partidária.....                                  | 136        |
| 6.3      | CONCLUSÕES .....  | 137        |
| <b>7</b> | <b>ANÁLISE EXPLORATÓRIA: BARREIRAS, APOIOS E MOTIVAÇÃO PARA A POLÍTICA .....</b>      | <b>142</b> |
| 7.1      | REVISÃO DA LITERATURA .....   | 142        |
| 7.1.1    | Barreiras sociais e partidárias .....   | 142        |
| 7.1.2    | As leis de cotas partidárias.....   | 144        |
| 7.2      | DADOS EMPÍRICOS.....  | 145        |
| 7.2.1    | Incentivos à candidatura.....   | 145        |
| 7.2.2    | Incentivos e apoio de mulheres organizadas.....                                       | 146        |
| 7.2.3    | O impacto das Leis de Cotas partidárias.....  | 146        |
| 7.2.4    | Candidaturas prévias.....   | 147        |
| 7.2.5    | Idade da primeira filiação partidária.....  | 148        |
| 7.2.6    | Idade da eleição .....  | 148        |
| 7.3      | CONCLUSÕES .....  | 149        |
| <b>8</b> | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>   | <b>155</b> |
| 8.1      | RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS.....   | 173        |
|          | <b>REFERÊNCIAS .....</b>  | <b>176</b> |
|          | <b>APÊNDICES.....</b>   | <b>184</b> |
|          | <b>ANEXOS .....</b>   | <b>251</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

A estrutura da dissertação está organizada em 7 capítulos: o capítulo 2 é dedicado à **contextualização** da pesquisa em aspectos como a formação do poder local no Brasil, sub-representação de grupos sociais nas diferentes instâncias legislativas, mulheres na política brasileira, introdução da Lei de Cotas para as mulheres na política, bem como o histórico da participação das mulheres na Câmara de Vereadores de Curitiba. Aborda ainda, o percurso da investigação e sua orientação geral como justificativa, marco teórico, objetivos, hipóteses e metodologias utilizadas.

Os capítulos 3 a 7 são dedicados a cinco conjuntos de variáveis. No primeiro grupo de variáveis encontram-se as **variáveis partidárias**, como ideologia do primeiro partido de filiação, ideologia do partido da eleição, migrações partidárias que ocorreram entre a primeira filiação partidária e a eleição para o primeiro mandato, bem como o tempo de filiação no último partido o qual possibilitou a vitória eleitoral. Neste conjunto de variáveis procurou-se investigar as ideologias partidárias que melhor atraíram as Vereadoras no processo de socialização política, bem como as ideologias partidárias que possibilitaram a eleição. Além disso, o mapeamento da ideologia partidária possibilitou compreender diferentes aspectos do associativismo e do capital político nas trajetórias analisadas. A investigação das variáveis partidárias possibilitou, ainda, compreender o tipo de vínculo que as Vereadoras estabeleceram com os partidos, se havia ou não um engajamento partidário por parte das mesmas antes de serem eleitas.

O segundo conjunto de variáveis relacionadas aos **aspectos sociodemográficos** da trajetória das Vereadoras aborda a naturalidade, escolaridade, aspectos relacionados à família como casamento e filhos e a ocupação profissional. Com relação a estas variáveis, investigou-se a naturalidade na cidade de Curitiba e no Estado do Paraná, bem como em outros Estados da federação, com o objetivo de compreender a relevância do enraizamento familiar no distrito eleitoral do município de Curitiba. As variáveis relacionadas à família, como casamento e filhos objetivaram identificar os modelos de inserção familiar das Vereadoras no sentido de compreender o lugar dos papéis de gênero, especialmente os papéis de esposa e mãe na trajetória das eleitas. A variável ocupação profissional possibilitou compreender os tipos de ocupação mais frequentes entre as eleitas e em que sentido podem ter

contribuído para o ingresso no campo político como, por exemplo, a afinidade técnica entre a ocupação profissional e a função legislativa.

O **associativismo** é abordado no terceiro conjunto de variáveis. Foram pesquisadas as distintas formas de associativismo, a sobreposição de atividades associativas antes da eleição, os vínculos associativos locais, os tipos de associativismo predominantes, bem como as preferências associativas de acordo com a ideologia partidária das Vereadoras. Os tipos de associativismo foram classificados em cinco grupos. Um grupo contendo as ONGs, Entidades beneficentes e Associações de moradores, um segundo grupo contendo as modalidades de participação no Movimento estudantil, um terceiro grupo relacionado às associações profissionais e sindicatos, o penúltimo grupo relacionado ao engajamento partidário e, por último, o engajamento em igrejas e atividades religiosas. Na sequência, discute-se, a partir dos dados coletados, a distribuição destas modalidades associativas no espectro ideológico partidário presente nas trajetórias das Vereadoras.

O quarto grupo de variáveis analisadas dizem respeito ao **capital político** das candidatas com o objetivo de compreender o peso do capital familiar no sucesso eleitoral das Vereadoras, aspecto este muito discutido na literatura política sobre a trajetória de mulheres na política. Além do capital familiar, são abordados o capital político próprio e uma proposta de formulação da noção de "capital misto", na medida em que, de acordo com os dados coletados, muitas Vereadoras que tinham capital familiar não deixaram de desenvolver um capital político próprio que somado ao capital familiar possibilitou às mesmas o ingresso no campo político.

O último grupo de variáveis aborda a **motivação** e apoios que as Vereadoras receberam para ingressar no campo político. Foi possível mapear os incentivos recebidos e a maior ou menor presença destes incentivos em ambientes como a família, igreja, partidos e sindicatos, a automotivação das próprias Vereadoras e, ainda, a presença do apoio de organizações de mulheres às trajetórias políticas.

Por fim, ainda neste grupo de variáveis, analisou-se a idade da primeira filiação partidária e a idade da eleição para o primeiro mandato a fim de verificar as possibilidades de compreensão do ingresso na Câmara de Vereadores como o primeiro passo de uma possível trajetória ascendente, ou como o ponto culminante de uma vida dedicada às questões sociais e políticas.



As notas biográficas, elaboradas especialmente para esta investigação, estão contidas no Apêndice 10, com as respectivas fontes utilizadas para a realização da coleta de dados sobre a trajetória das Vereadoras eleitas para a Câmara Municipal de Curitiba (CMC) ao longo da História, especialmente no período estudado, de 1982-2016.

## 2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA

### 2.1 ESTUDOS DE ELITES POLÍTICAS E TRAJETÓRIAS POLÍTICAS

O termo Elites Políticas diz respeito aos detentores de poder em uma sociedade. A elite política enquanto grupo dominante é um tema abordado em diferentes gêneros literários desde à antiguidade.

Elites políticas podem estar situadas em diferentes instituições sociais. Atualmente o termo é empregado para denominar os membros das instituições do Executivo, Legislativo, Judiciário, como também das instituições militares, entre outras.

Como temática da Ciência Política, os estudos de Elites Políticas têm acompanhado as transformações por que passou a Ciência Política e suas linhas de pesquisa, antes e depois do processo de institucionalização acadêmica, não apenas no Brasil.

Em fins do séc. XIX e início do séc. XX, surgiram estudos que constituem marcos fundamentais para o início de uma agenda de pesquisa em Elites Políticas. É o caso das obras dos pensadores italianos Vilfredo Pareto (1935) e Gaetano Mosca (1939) abordando os mecanismos de constituição e circulação de Elites Políticas em diferentes modelos de sociedade e, sobretudo, procurando demonstrar a existência de Elites Políticas nas Democracias.

Dando continuidade ao campo de estudos sobre a existência de Elites Políticas nas Democracias multiplicaram-se investigações que buscaram demonstrar os mecanismos de constituição destas elites explicitando as diferentes formas como ascendem e se mantêm no poder. Alguns autores propuseram enfoques diversificados e muitas vezes divergentes, como por exemplo: a ideia da unidade das elites defendida por Wright Mills (1982), a pluralidade das elites defendida por Dahl (1958; 1997), o papel dos partidos na formação de elites partidárias e políticas discutido por Michels (1982). Autores estes que ampliaram a agenda de pesquisa e tornaram-se referência para os estudos posteriores.

No Brasil, ao longo de sua História, temáticas relacionadas a Elites Políticas estiveram presentes em diferentes épocas e gêneros literários.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> De modo especial no denominado "Ensaísmo histórico-sociológico" da primeira metade do séc. XX (LESSA, 2011/01, p.30).

No que diz respeito à Ciência Política brasileira, esta adquiriu novo *status* acadêmico na década de 70 e distanciou-se do gênero do "ensaísmo histórico" e suas respectivas abordagens temáticas até então muito presentes. Nas duas décadas seguintes à institucionalização, o tema Elites Políticas perdeu terreno para temáticas voltadas mais ao estudo das instituições do que dos atores políticos, período em que começam a germinar novas abordagens e metodologias, ainda que não hegemônicas, na comunidade científica da área.

*Grosso modo, se pueden ordenar las sucesivas olas de investigaciones sobre élites políticas y estatales brasileñas de manera cronológica: 1) década del setenta: estudio de las élites políticas regionales; 2) década del ochenta: élites burocráticas; 3) década del 90: élites judiciales; 4) década del 2000: élites políticas legislativas; y 5) del 2010 en adelante: élites partidárias (CODATO et al., 2018, p.11).*

A partir do final da década de 90 e início dos anos 2000 a temática de elites políticas foi renovada com o desenvolvimento de uma ampla pauta de pesquisa. A temática de Elites Políticas Legislativas passou a ter um espaço crescente na Ciência Política nacional o que se refletiu nos congressos e publicações do país agregando uma extensa comunidade de pesquisadores. Surgiram investigações e resultados importantes ao relacionar modelos institucionais e trajetórias políticas a partir de estudos de processos de recrutamento da elite parlamentar, como recrutamento e seleção partidária, perfil social de candidatos, ideologia, não-eleitos, eleitos, reeleitos, as carreiras políticas, financiamento eleitoral, classe, gênero, raça, entre outras temáticas.

Neste sentido, o contexto teórico-metodológico de estudo de Elites Políticas ofereceu um aporte instrumental importante para o estudo das mulheres no poder político institucional, representativo, contribuindo para a multiplicação de estudos de trajetórias das Mulheres na Política, de mulheres parlamentares em instituições representativas como os legislativos municipais, estaduais e federal (Câmara e Senado).

Com relação aos estudos de Representação Política no Poder Legislativo, na agenda de pesquisa da Ciência Política brasileira, os estudos de Elites Políticas do Poder Legislativo da esfera federal são os mais numerosos, seguidos de estudos de Elites Estaduais.

Os estudos com ênfase no Poder Local, por sua vez, revelam-se mais escassos. No entanto, há um diálogo entre as investigações teóricas e empíricas do Legislativo Municipal (Vereadores) com os estudos do Legislativo Estadual (Deputados Estaduais)

e Federal (Deputados Federais e Senadores), tendo em vista o entendimento de que é possível compartilhar fundamentos teóricos, metodológicos e técnicas de pesquisa. Eventualmente, é possível compartilhar instrumental teórico e metodológico com os estudos de trajetórias de elites do Poder Executivo ou de cargos não eletivos.

Os estudos de Trajetórias de Mulheres no Legislativo realizam uma convergência entre os estudos de Representação Política e os estudos de Gênero e Política. É neste contexto teórico-metodológico que o estudo da participação política das mulheres no poder legislativo municipal e as trajetórias de mulheres eleitas para Câmaras de Vereadores brasileiras vem sendo realizado em distintas Universidades e Institutos de pesquisa no país.

## 2.2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA

Ao estudar a participação das mulheres nas instâncias representativas da política institucional brasileira, é possível perceber obstáculos e barreiras que dificultam seu ingresso nesses espaços, não apenas na esfera nacional, mas também no âmbito das Unidades Federativas, como os Estados e os Municípios (estes, no Brasil correspondem ao poder local dos entes federados nos quais há representação política por via eleitoral). Como resultado, tem-se uma representação de gênero ainda muito baixa nas instâncias legislativas. Apenas um pequeno grupo de mulheres conseguiu transpor estes obstáculos e alcançar a vitória no processo eleitoral, tornando-se partícipes das instâncias legislativas do país.

A presente pesquisa tem como objeto de estudo a investigação da trajetória de 22 das 24 mulheres eleitas Vereadoras no município de Curitiba, abrangendo o período de 1982 a 2016 (duas haviam sido eleitas nas décadas de 40 e 50) a fim de compreender o perfil sociopolítico das mulheres eleitas. A análise se divide entre três conjuntos de variáveis sociológicas e institucionais, sendo: a **sociodemográfica** (naturalidade, escolaridade, estado civil na posse do primeiro mandato, filhos, faixa etária dos filhos, idade em que foi eleita pela primeira vez, profissão anterior à entrada na Câmara Municipal, associativismo), **capital político** (capital político próprio, delegado e/ou familiar) e a **partidária** (idade da primeira filiação partidária, migração partidária, ideologia partidária da primeira filiação e da eleição).

### 2.2.1 Formação do poder local no Brasil

Para os objetivos deste trabalho, os municípios brasileiros são considerados como *espaço local* e as Câmaras de Vereadores e as Prefeituras constituem o *poder local*. Quanto a tal recorte, convém pontuar que ao longo da História brasileira, as instituições políticas, administrativas e jurídicas do Poder Local passaram por muitas transformações, assim como a abrangência territorial das unidades administrativas.

O poder local estabelecido no período colonial, nos três primeiros séculos da História brasileira (1500-1822), bem como no período imperial monárquico (1822-1889), incluindo-se as sucessivas mudanças político-institucionais implantadas após a Proclamação da República, em 1889, difere da organização político-administrativa atual que contempla a tripartição dos poderes, o sistema federado, entre outras mudanças implantadas no período republicano (SOARES, 2011).

Ao investigar o processo histórico de construção do Poder Local no Brasil, especialmente a natureza e o papel das Câmaras de Vereadores ao longo do tempo, bem como os sujeitos que historicamente fizeram parte desta instituição, vislumbra-se a complexa teia de elementos que excluíram a participação das mulheres por mais de quatro séculos.

No Brasil colônia, o poder local foi o primeiro a se instalar, efetivamente, em território nacional, quando o governo central se situava no além-mar.<sup>2</sup> Sendo assim "[...] estudar as Câmaras de Vereadores [o poder legislativo local na estrutura político-administrativa brasileira], denota adentrar o âmago da mais tradicional instituição de exercício do poder em território brasileiro [...]" (COSTA, 2005, p.38), remontando aos tempos do Brasil-Colônia, "[...] num desenvolvimento histórico que vai encontrar o seu auge com a Constituição de 1988 e a respectiva consideração do Município como ente integrante da Federação" (p.38).

As câmaras municipais em território brasileiro começaram a ser implantadas "a partir de 1532, no contexto da primeira expedição colonizadora portuguesa na América, comandada por Martin Afonso de Sousa constituindo-se, ao longo do período colonial, como base local da administração lusa e reunindo competências das esferas administrativa, judiciária, fazendária e policial. A câmara mais antiga a ser instalada foi a da vila de São Vicente" (CAMARGO, 2013, s.p.).

---

<sup>2</sup> Na metrópole, em Lisboa.

A normatização do poder local na época colonial (1500-1822) dependia da legislação portuguesa sistematizada nas Ordenações do Reino, uma espécie de Constituição empiricamente constituída, que consistiam em compilações das leis vigentes no Reino de Portugal:

A organização público-estatal do poder local, no início da colonização brasileira, seguiu os moldes das Ordenações da Coroa Portuguesa, mais precisamente as Ordenações Afonsinas (1446), Manoelinas (1521) e Filipinas (1603), cabendo a esta última a normatização do poder local pelo maior período de tempo, já que manteve sua vigência até as primeiras décadas do século XIX – mais especificamente, até a Independência e a consequente construção de um sistema jurídico nacional. Tais ordenações foram o resultado de um grande esforço de compilação dos mais diversos textos legais, como um grande mosaico jurídico, levado a cabo nos séculos XVI e XVII (CORRALO, 2008, p.12, nota 4).

À época do início da colonização portuguesa, as denominações para o poder local variavam, sendo que algumas Câmaras, como por exemplo a de Lisboa, receberam a denominação de "Senado" devido ao fato de que o regime municipal da Espanha e de Portugal foram influenciados pelo Direito Romano. Em sendo assim, os *conselhos municipais* poderiam receber a denominação de Senado, ou ainda de Cúria, entre outras (CORRALO, 2008).

A *representação política* no poder local foi instituída no Brasil pelo Reino de Portugal já na primeira década após o descobrimento. Foi quando surgiram os primeiros "vereadores". A função está inscrita na própria etimologia da palavra "vereador", conforme lembra Corralo (2008), a qual remete ao verbo "verear", uma contração do verbo "verificar", indicando a ideia de vigília, de cuidado, de fiscalização da coisa pública (SOARES, 2011, p.41, nota 79). O vereador, membro da Câmara ou Assembleia Municipal, tinha então como função administrar e zelar pela instituição local.

As Câmaras Municipais que foram surgindo no Brasil copiaram o modelo dos "Conselhos de Portugal" que cuidavam dos assuntos locais. Os Conselhos de Vereadores em território brasileiro agruparam as autoridades municipais no período de vigência das Ordenações Afonsinas, Manoelinas, bem como das Ordenações Filipinas (de 1603 até o início do séc. XIX). Estas últimas moldaram o poder local brasileiro até a independência em 1822, quando teve início a nova estrutura jurídica do período monárquico, portanto durante 219 anos (CORRALO, 2008).

O acesso aos cargos no poder local do Brasil Colonial eram uma prerrogativa dos "homens bons". Estes "homens bons", grupo este constituído de "adultos livres

do sexo masculino", geralmente "proprietários e componentes da elite dominante" eram os sujeitos políticos os quais podiam "eleger seus próprios representantes, os juizes ordinários e os vereadores", ou seja, os "responsáveis por todos os assuntos públicos" (QUEIROZ, 1969, p.9).

A estrutura de poder local sofreu algumas modificações após a Independência em 1822 e período imperial monárquico, porém, os seus sujeitos políticos, os homens brancos proprietários de terras e escravos, permaneceram como os representantes legítimos do poder desta esfera subnacional, não diferindo das demais esferas.

Durante o período imperial monárquico (1822-1889) não havia uma instância regional juridicamente forte<sup>3</sup> que mediasse a relação entre o poder local e o poder central. Além disso, as províncias como unidades regionais do Império brasileiro, não possuíam a mesma autonomia que, mais tarde, viriam a ter as Unidades Federativas estaduais, posteriormente à Proclamação da República em 1889, o que revela a importância do poder local também na administração imperial (SOARES, 2011).

Outro aspecto importante, é o fato de que uma das estratégias para a centralização do poder no período imperial monárquico foi a circulação dos presidentes de províncias nomeados para administrar as províncias do Império, a fim de que não criassem "raízes" locais ou regionais e mantivessem a fidelidade ao poder central, contexto no qual os detentores de poder local mantiveram sua esfera de atuação em uma sociedade patriarcal e escravocrata, desde que, em contrapartida, contribuíssem para manter a unidade territorial e o ordenamento jurídico emanado pelo poder central.

Um aspecto importante é que a figura do "prefeito", como chefe do poder executivo no Poder Local, bem como a separação dos poderes executivo e legislativo em âmbito local aconteceu apenas em 1835:

Em 1835, a Província de São Paulo, pela Lei n.º 18 de 11 de abril, instituiu os prefeitos de nomeação do Presidente da Província. Data dessa lei a criação dos prefeitos no Brasil com o caráter de delegados do Executivo provincial. Estávamos sob o Ato Adicional; e a Regência, pelo órgão de Feijó e por via do Decreto de 9.12.1835, recomendou a inovação paulista como digna de ser imitada pelas demais Províncias (CASTRO, 1920<sup>4</sup> apud CORRALO, 2008, p.19).

---

<sup>3</sup> Não havia, por exemplo, autonomia das províncias.

<sup>4</sup> CASTRO, J. **Do estado federado e sua organização municipal**. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro & Maurillo, 1920.

O legislativo local acumulava até então, as funções legislativas e executivas nas mesmas pessoas, como também a função judiciária, competência esta retirada apenas em 1928.

Observa-se, portanto, um desenvolvimento gradativo, porém não-linear, da autonomia política do poder local, processo impactado pelos grandes acontecimentos do Brasil colonial, monárquico e republicano.

Nos primeiros séculos, apesar da concentração de poderes no legislativo, executivo e judiciário na mesma instituição – hoje denominada Câmara –, a autonomia política do ponto de vista jurídico-formal foi bastante reduzida frente ao poder central, a Coroa Portuguesa. No entanto, na ausência de outras instâncias políticas sólidas em território colonial o poder local se tornou relevante para a organização e controle do território.

No período imperial-monárquico, o poder local foi controlado mais de perto pela Corte, mas a extensão territorial e o modelo de organização política do período deram fôlego para a continuidade de estruturas de poder local.

Na Primeira República (1889-1930), como bem explicita Victor Nunes Leal, na obra "Coronelismo, Enxada e voto", é no poder local que se sustentam os poderes estaduais e federal, ainda que com certo grau de fortalecimento da esfera estadual como mediadora entre o poder local e o poder central (LEAL, 1997).

O papel destinado às municipalidades, portanto, tem variado ao longo do tempo, de acordo com a maneira pela qual está organizado o Estado, oscilando, muitas vezes, entre uma entidade amorfa, como ocorreu no Império e durante os períodos autoritários no séc. XX, ou um núcleo político vigoroso (COSTA, 2005).

Com relação à participação das mulheres, tanto no período colonial, como no período monárquico e na primeira república o poder local estava estruturado com viés preponderantemente masculino. Ao longo do período republicano, período no qual as mulheres conquistaram o direito ao voto e à representação política, foi sendo desenhado o atual modelo institucional do poder nos municípios brasileiros.

É possível verificar que o poder local em território brasileiro "sofreu contínuas e inúmeras mutações – num sentido de abertura participativa", o qual ainda está incompleto, "na sua estrutura, forma e função", sendo a última das grandes transformações as mudanças ocorridas com a Constituição de 1988.

Do ponto de vista político, "o poder local municipal atualmente pode ser entendido como o ponto de contato mais direto entre os elementos estruturais do



Estado (poder constituído) e o elemento povo (que dá substância e sentido à existência do Estado), constituindo-se na instância estatal mais próxima da coletividade", pois lhe compete, constitucionalmente, "assuntos preponderantemente locais" (SOARES, 2011, p.40).

A Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, ao tratar da competência dos Municípios assim dispõe: "Art. 30. Compete aos Municípios: I - legislar sobre assuntos de interesse local; II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber; [...]", ampliando a autonomia dos Municípios frente às demais instâncias federadas.

Após inúmeras transformações jurídico-políticas que culminaram com o atual *status* que ocupa na legislação brasileira, o poder legislativo municipal permanece como uma instância de poder predominante masculino até os dias hoje, sendo poucas as mulheres que alcançaram um assento nesta instituição, como também acontece em outras instâncias de poder legislativo do sistema federativo brasileiro.

Os fatores histórico-políticos acima descritos, relacionados à construção do Poder Local no Brasil e à formação das Câmaras de Vereadores, com absoluta hegemonia dos homens no Poder Legislativo Local até meados do séc. XX, instigam a conhecer a trajetória das mulheres que ocuparam posições de poder no legislativo municipal brasileiro a partir de então.

### 2.2.2 Hiper e sub-representação de grupos sociais no legislativo brasileiro

O debate sobre a Representação Política aborda os vários sentidos da Representação, o que significa "representar" e, sobretudo, como aspectos étnicos, de gênero, classe, ideologia, entre muitos outros (como religião, faixa etária, por exemplo), podem vir, ou não, a ser representados por indivíduos que não participam das mesmas características, do mesmo grupo social e/ou não possuem os mesmos atributos. Os princípios gerais desta discussão orientam a discussão da Representação Política e da Sub-representação Política.

O conceito de Sub-representação diz respeito à diferença observada entre a porcentagem de um grupo social na população geral e a porcentagem deste mesmo grupo entre os representantes políticos eleitos.

É importante ressaltar que o tema da Representação Política e da Sub-representação Política não atinge apenas as minorias, mas também pode atingir

grupos majoritários da população que encontram entraves a uma maior participação política nos cargos representativos/eletivos, gerando uma sub-representação política destes grupos.

Segundo autores como Mansbridge (1999), entre outros, a Representação Política pode ser compreendida a partir de dois modelos, a "descritiva" e a "substantiva", as quais podem, ou não, coexistir. A Representação descritiva consiste no modelo pelo qual os representantes eleitos compartilham as mesmas características dos representados, sejam características sociais ou demográficas. O modelo de Representação substantiva, por sua vez, consiste no modelo pelo qual os representantes eleitos não precisam compartilhar as características dos representados para agirem no interesse daqueles que representam.

Desta forma, é possível afirmar que um representante que compartilhe características sociodemográficas com um grupo social não está, necessariamente, constrangido a agir no interesse deste grupo e que o inverso também é possível, ou seja, representar politicamente interesses de grupos sociodemográficos sem compartilhar as suas características.

Um dos aspectos importantes a serem assinalados a respeito do debate sobre modelos de Representação Política "descritiva" e "substantiva", normalmente contrapostos, é que estes modelos não são autoexcludentes. Para Mansbridge (2001<sup>5</sup> apud SACCHET, 2009, p.316), uma representação descritiva, de grupos, "favorece a representação substantiva". Há uma maior probabilidade de haver uma representação substantiva quando a representação descritiva for uma realidade.

Com relação à questão da Representação Política de gênero é importante observar que a porcentagem de mulheres na população em geral tem sido maior do que aquela historicamente existente entre os representantes políticos eleitos, havendo, portanto, uma sub-representação deste grupo.

Esta sub-representação configura também uma injustiça na medida em que indica a primazia nas arenas decisórias de determinados temas, grupos e interesses em detrimento de outros. Esse fenômeno evidencia as interdependências entre a representação descritiva, geralmente associada a perguntas sobre "quem representa?", e a representação substantiva, que nos leva a perguntas sobre "o quê representa", tornando particularmente importante

---

<sup>5</sup> MANSBRIDGE, J. The Descriptive Political representation of Gender: An Anti-Essentialist Argument. In: KLAUSEN, J.; MAIER C. S. (Orgs.). **Has Liberalism Failed Women?** Assuring Equal Representation in Europe and the United States. New York: Palgrave, 2001.

o diagnóstico das barreiras que as mulheres enfrentam para entrar no sistema político, como o próprio diagnóstico do perfil daquelas que obtêm sucesso em tal empreitada (ALMEIDA; LUCHMANN; RIBEIRO, 2012, p.237).

É nesta perspectiva que se apresenta a sub-representação das mulheres na política brasileira, bem como a importância de conhecer o perfil e a trajetória daquelas que ultrapassaram as barreiras de elegibilidade e obtiveram sucesso eleitoral.

### 2.2.3 Mulheres na política brasileira

Ao se refletir sobre a promessa de universalismo da participação política nas democracias contemporâneas, observa-se que nem todos os indivíduos têm as mesmas possibilidades de participar da política e que "as promessas de inclusão universal não são cumpridas". Entre as razões deste descumprimento estão "padrões de concentração de poder que se reproduzem nas democracias existentes" (MIGUEL; BIROLI, 2010, p.654) com a manutenção de certos grupos sociais no poder e a exclusão de outros.

Na primeira década do séc. XX, as mulheres ainda estavam excluídas da política formal<sup>6</sup> em quase 99% dos países. No Brasil, até as três primeiras décadas do séc. XX, o voto obrigatório era direito/dever exclusivo dos homens.

O voto feminino foi aprovado no país em 1932, após inúmeras lutas que vinham sendo travadas ainda no final do séc. XIX. Uma campanha nacional levou ao decreto do voto da mulher no Código Eleitoral Provisório, com restrições ao direito do voto relacionadas ao trabalho e renda própria. Dois anos depois, com a nova Constituição de 1934, as restrições foram retiradas, porém o voto permaneceu facultativo para as mulheres, com a obrigatoriedade do voto apenas para os homens.

Nas décadas de 20 e 30, em alguns Estados da federação, as brechas judiciárias da legislação eleitoral nacional haviam sido contornadas tornando possível a eleição de um número pequeno de mulheres para o poder local (Vereadora e Prefeita) e outras instâncias, como deputada estadual e federal.

Apesar de o Brasil ter sido o primeiro país no continente latino americano a instituir o direito de voto às mulheres, tanto o direito ao voto como à candidatura - ainda na década de 30, antes da França, da Itália e do Canadá (1944, 1945 e 1960,

---

<sup>6</sup> Nas duas pontas da Representação Política, ou seja, como eleitoras e como representantes.

respectivamente) a implantação de um Regime autoritário, o Estado Novo no período de 1937-1945, suspendeu por 10 anos a Constituição e a implementação desta conquista das mulheres. A partir de 1946, ao ser promulgada a nova Constituição Federal, o direito ao voto foi estendido às mulheres brasileiras em todo o país, como também o direito a ser eleita para todos os cargos e níveis da federação.

O ano de 1947 é, no entanto, um marco histórico por ter sido o ano em que teve início a presença de mulheres Vereadoras no legislativo municipal brasileiro.

#### 2.2.4 Lei de Cotas Políticas para as mulheres

Na década de 90 foram estabelecidas as primeiras legislações específicas de Cotas partidárias para as mulheres. A Lei n.º 9.100/95, com vigência para a eleição municipal de 1996, reservou timidamente 20% das candidaturas para mulheres e permitia que os partidos apresentassem mais candidatos do que o estipulado (até 120% do número de vagas a ocupar) permissão esta que, eventualmente, neutralizou um possível impacto mais positivo das cotas.

A primeira alteração desta lei foi introduzida em setembro de 1997, a Lei n.º 9.504/97, a qual ampliou a esfera de aplicação da lei para o legislativo de todos os níveis, exceto o Senado e elevou para 30% a reserva de vagas para mulheres. Porém, agravou ainda mais a possibilidade de neutralização de um impacto mais positivos das cotas ao autorizar cada partido a registrar candidatos até 150% do número de lugares a preencher. Sem transgredir a Lei, os partidos poderiam apresentar as candidaturas masculinas e deixar as candidaturas femininas em aberto e argumentar que "as vagas foram disponibilizadas para mulheres, mas estas é que não apareceram para preenchê-las" (MATOS; CYPRIANO; BRITO, 2007b, p.10).

A segunda alteração da Lei de 1995 ocorreu com a Minirreforma de 2009 (Lei n.º 12.034) a qual procurou corrigir distorções ao estabelecer que "cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo". Com a substituição do termo "deverá reservar" pelo termo "preencherá", obrigou-se que o percentual mínimo de 30% para ambos os sexos deixasse de ser apenas uma "reserva" de vagas e tornou obrigatório o preenchimento de 30% das candidaturas com candidatas mulheres. Permaneceram, no entanto, brechas para "candidaturas laranja", sem investimento financeiro por parte dos partidos, apenas para cumprir requisitos legais partidários. A Lei de 2009 estabeleceu, ainda, o

mínimo de 5% dos recursos do Fundo Partidário para a promoção da participação política das mulheres e um mínimo de 10% do tempo de propaganda partidária para difundir a participação política feminina. Nenhum dos percentuais está vinculado, obrigatoriamente, ao financiamento de mulheres candidatas, mas sim à formação política e incentivo à participação das mulheres na política, em geral.

Em 2015 uma embaraçosa minirreforma eleitoral, a Lei nº 13.165/15 buscava legitimar a desigualdade jurídica entre homens e mulheres na política ao estabelecer que o mínimo de 30% das mulheres teria acesso, pelo Fundo Partidário, a no máximo 15% dos recursos, o que gerou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, a ADI 5617, a qual foi acolhida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2018, com entendimento favorável às mulheres candidatas. A Resolução nº 23.575/2018 do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) confirmou a decisão da Corte e estabeleceu a aplicação de recursos financeiros proporcionais ao número de candidaturas, com um mínimo de 30% do Fundo Especial de Financiamento de Campanha dos partidos para candidaturas de mulheres e o mesmo percentual de tempo de propaganda eleitoral gratuita.

Ainda no ano de 2018, o mesmo tribunal (TSE), por meio da resolução n. 23.575, decidiu que as verbas para campanhas políticas de candidatas mulheres podem ser compartilhados com candidatos homens, desde que no interesse das candidaturas delas, o que representou um novo retrocesso legal ainda não devidamente mensurado.

#### 2.2.5 Mulheres Vereadoras em Curitiba

O legislativo municipal da cidade de Curitiba foi criado em 1693, durante a vigência das "Ordenações Filipinas" que haviam sido promulgadas em 1603. No entanto, a participação feminina na Câmara de Vereadores de Curitiba no cargo representativo de vereador inexistiu até 1947, quando foi eleita a primeira Vereadora, Maria Olympia Carneiro, encerrando uma exclusão de 344 anos. A partir de então, 24 mulheres ocuparam cadeiras em 17 legislaturas, (até 2016, recorte desta pesquisa), somando ao todo 46 mandatos legislativos na Câmara Municipal de Curitiba.

As 24 mulheres eleitas em toda a História estão assim distribuídas historicamente:

- 2 elegeram-se pela primeira vez entre 1947 e 1959 (uma reelegeu-se como suplente em 1964); (estas duas Vereadoras não entraram no recorte desta pesquisa que abrange o período 1982-2016)
- 2 elegeram-se pela primeira vez no início da abertura democrática, em 1982 (uma delas reelegeu-se na eleição seguinte e mais uma vez);
- 3 elegeram-se pela primeira vez em 1988, ano de promulgação da nova Constituição democrática (uma delas reelegeu-se cinco vezes nas eleições seguintes);

As demais 17 Vereadoras elegeram-se pela primeira vez a partir de 1996 (incluindo a atual legislatura de 2016-2020), ou seja, no período de vigência simultânea da nova Constituição democrática e as Leis de Cotas para mulheres na política<sup>7</sup>, conforme o Quadro 1:

QUADRO 1 - VEREADORAS ELEITAS E REELEITAS PARA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA (1947-2016)

continua

| VEREADORAS                              | ANO DA ELEIÇÃO                               | LEGISLATURA                  | COTAS              | REELEITA/<br>LEGISLATURAS  |
|---|--|------------------------------|--------------------|--|
| 1. Maria Olympia Carneiro Mochel (PST)  | 1947   | 1. <sup>a</sup> (1947-1950)  | -                  | Não, mudou de Estado   |
| 2. Maria Clara Brandão Tesserolli (PSD) | 1959   | 4. <sup>a</sup> (1960-1963)  | -                  | Reeleita para a *5. <sup>a</sup> , 1 mês de suplência  |
| 3. Rosa Maria Chiamulera (PDS)          | 1982   | 9. <sup>a</sup> (1983-1986)  | -                  | Reeleita para 10. <sup>a</sup> , 11. <sup>a</sup>  |
| 4. Marlene Zannin (PMDB)                | 1982   | 9. <sup>a</sup> (1983-1986)  | -                  | Não se reelegeu  |
| 5. Nely Almeida (PMDB)                  | 1988   | 10. <sup>a</sup> (1989-1992) | -                  | Reeleita para a 11. <sup>a</sup> , 12. <sup>a</sup> , 13. <sup>a</sup> , 14. <sup>a</sup> , 15. <sup>a</sup> |
| 6. Laís Peretti (PMDB)                  | 1988   | 10. <sup>a</sup> 1989-1992)  | -                  | Faleceu em 1991  |
| 7. Zélia Passos (PT)                    | 1988<br>Suplente/metade da legislatura/ 1991 | 10. <sup>a</sup> (1989-1992) | -                  | Não se candidatou  |
| 8. Julieta Reis (PFL atual DEM)         | 1996   | 12. <sup>a</sup> (1997-2000) | Constituição/Cotas | Reeleita para a 13. <sup>a</sup> , 14. <sup>a</sup> , 15. <sup>a</sup> , 16. <sup>a</sup> , 17. <sup>a</sup> |

<sup>7</sup> É importante observar que na primeira eleição municipal após a nova Constituição democrática, a eleição de 1992/11.<sup>a</sup> legislatura (legislatura intermediária entre a nova constituição recém aprovada em 1988 e a primeira Lei de Cotas de 1995) nenhuma vereadora nova foi eleita e duas que haviam ingressado em 1988 foram então reeleitas em 1992.

QUADRO 1 - VEREADORAS ELEITAS E REELEITAS PARA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA (1947-2016)  
conclusão

| VEREADORAS                                     | ANO DA ELEIÇÃO                              | LEGISLATURA                  | COTAS             | REELEITA/<br>LEGISLATURAS  |
|--|---|------------------------------|-------------------|--|
| 9. Jane Rodrigues (PPB/atual PP)               | 1996<br>Suplente/metade da legislatura/1999 | 12. <sup>a</sup> (1997-2000) | Consituição/Cotas | Impedimento  |
| 10. Arlete Caramês (PPB/atual PP)              | 2000  | 13. <sup>a</sup> (2001-2004) | Consituição/Cotas | Eleita Deputada Estadual uma vez                                     |
| 11. Clair da Flora Martins (PT)                | 2000  | 13. <sup>a</sup> (2001-2004) | Consituição/Cotas | Eleita Deputada Federal uma vez                                      |
| 12. Marcia Schier (PFL)                        | 2000<br>Suplente/metade da legislatura/2003 | 13. <sup>a</sup> (2001-2004) | Consituição/Cotas | Não se reelegeu  |
| 13. Roseli Isidoro (PT)                        | 2000<br>Suplente/metade da legislatura/2003 | 13. <sup>a</sup> (2001-2004) | Consituição/Cotas | Reeleita para a 14. <sup>a</sup>                                     |
| 14. Professora Josete (PT)                     | 2004  | 14. <sup>a</sup> (2005-2008) | Consituição/Cotas | Reeleita para 15. <sup>a</sup> , 16. <sup>a</sup> , 17. <sup>a</sup> |
| 15. Dona Lourdes (PSB)                         | 2004  | 14. <sup>a</sup> (2005-2008) | Consituição/Cotas | Reeleita para 15. <sup>a</sup> , 16. <sup>a</sup> , 17. <sup>a</sup> |
| 16. Cantora Mara Lima (PSDB)                   | 2008  | 15. <sup>a</sup> (2009-2012) | Consituição/Cotas | Eleita Deputada Estadual duas vezes, última como suplente            |
| 17. Noemia Rocha (PMDB)                        | 2008  | 15. <sup>a</sup> (2009-2012) | Consituição/Cotas | Reeleita para 16. <sup>a</sup> , 17. <sup>a</sup>                    |
| 18. Renata Bueno (PPS)                         | 2008  | 15. <sup>a</sup> (2009-2012) | Consituição/Cotas | Não se reelegeu na sequência   |
| 19. Maria Goretti (PSDB)                       | 2008 Último ano da legislatura/2012         | 15. <sup>a</sup> (2009-2012) | Consituição/Cotas | Não se reelegeu na sequência   |
| 20. Carla Pimentel (PSC)                       | 2012  | 16. <sup>a</sup> (2013-2016) | Consituição/Cotas | Não se reelegeu na sequência   |
| 21. Maria Manfron (PP)                         | 2016  | 17. <sup>a</sup> (2017-2020) | Consituição/Cotas | Atualmente no primeiro mandato                                       |
| 22. Fabiane Rosa (PDC/atual DC)                | 2016  | 17. <sup>a</sup> (2017-2020) | Consituição/Cotas | Atualmente no primeiro mandato                                       |
| 23. Katia dos animais de rua (SD)              | 2016  | 17. <sup>a</sup> (2017-2020) | Consituição/Cotas | Atualmente no primeiro mandato                                       |
| 24. Dra. M. <sup>a</sup> Letícia Fagundes (PV) | 2016  | 17. <sup>a</sup> (2017-2020) | Consituição/Cotas | Atualmente no primeiro mandato                                       |

Fonte: Elaboração própria (2020).

### 2.3 JUSTIFICATIVA

O estudo da trajetória das mulheres eleitas para as instituições legislativas municipais é de fundamental importância para compreender os fatores de elegibilidade de mulheres em instituições como as Câmaras municipais de vereadores, ainda hoje um espaço predominantemente masculino, em que pese a existência de maiores facilidades de acesso para a participação política das mulheres em âmbito local.

A decisão de estudar as mulheres que adentraram à Câmara de Vereadores de Curitiba até o presente é fruto da constatação de que apenas um pequeno grupo de mulheres, ao longo do tempo, puderam fazer parte deste espaço de representação política, daí a importância de compreender as trajetórias destas mulheres e os elementos que as caracterizam.

A presente análise da trajetória das mulheres eleitas para a Câmara de Vereadores de Curitiba visa, ainda, contribuir com os recentes estudos que compreendem as áreas de Elites Políticas, Poder Local, Legislativo municipal, Mulheres na Política e Trajetórias de Mulheres no Poder Legislativo Municipal brasileiro.

## 2.4 MARCO TEÓRICO

Um dos trabalhos considerados fundamentais para os estudos de trajetórias políticas é aquele realizado por Miguel (2003) em que analisa as carreiras políticas dos Deputados Federais brasileiros da 48.<sup>a</sup> à 51.<sup>a</sup> legislaturas (1986 a 1998). Este trabalho tornou-se importante para os estudos de trajetória dos membros do Legislativos em geral, inclusive municipais, na medida em que as carreiras políticas são estudadas na perspectiva de um "campo político", o qual é estruturado por uma carreira política "hierarquizada, com formato aproximadamente piramidal" (MIGUEL, 2003, p.116) em que o cargo de vereador constitui a base:

É possível estabelecer uma 'estrutura da carreira política no Brasil', ainda que, devido à falta de estudos específicos, apenas de maneira intuitiva. O cargo de Vereador ocupa a base, sendo a posição eletiva de menor prestígio político. O Vereador que deseja ascender na carreira via de regra cogita disputar a eleição para Deputado Estadual ou então Prefeito Municipal (MIGUEL, 2003, p.116).

A proposta da existência de uma estrutura das carreiras políticas no Brasil, defendida pelo autor, pode ser melhor visualizada na Figura 1.



FIGURA 1 - ESTRUTURA DA CARREIRA POLÍTICA NO BRASIL DE ACORDO COM MIGUEL (2003)



FORNE: MIGUEL (2003, p.117).

De acordo com o autor, há uma valoração distinta dos cargos políticos uma vez que "os políticos atribuem pesos diferenciados aos cargos que podem vir a ocupar, optando por aqueles que julgam mais importantes ou prestigiosos" (MIGUEL, 2003, p.115). Ao mesmo tempo, de acordo com a percepção do autor, o cargo de Vereador é compreendido como uma das formas de ingresso para uma carreira ascendente na estrutura do campo político brasileiro, dividido em três instâncias federativas.

O conceito de campo político é apresentado por Bourdieu (2011a; 2011b), como sendo um campo social, entre outros, com uma dinâmica própria em que é necessário obter legitimidade para agir em seu interior. De acordo com Miguel (2003), o campo político possui:

[...] um sistema de relações sociais que estabelece como legítimos certos objetivos, que assim se impõem *naturalmente* aos agentes que dele participam. Esses agentes, por sua vez, interiorizam o próprio campo, incorporando suas regras, também de maneira natural, em suas práticas (o que Bourdieu chama de *habitus*) (MIGUEL, 2003, p.119).

Como afirma Bourdieu (2011a), para todo campo social corresponde um *habitus*, isto é, um "sistema de disposições socialmente constituídas que, enquanto

estruturas estruturadas e estruturantes constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes" (BOURDIEU, 2011a, p.191).

A noção de "trajetória" aqui empregada, articula-se com as noções desenvolvidas por Bourdieu (2011a), do espaço político como um "campo" autônomo que possui suas próprias especificidades, e a noção de *habitus* no sentido de internalização e prática dos princípios, valores e modos de agir em um determinado campo, neste caso o campo político. A partir da conceitualização de *campo* e *habitus* é possível entender uma trajetória como um percurso que consiste numa série de deslocamentos e posicionamentos no interior de um campo. As posições dentro de um campo são percebidas pelos sujeitos com tendo valores distintos uns dos outros. Neste sentido, a noção de "trajetória" pode ser sintetizada como o mapeamento dos diferentes acontecimentos biográficos (BOURDIEU, 2011a, p.189-190) relacionados ao deslocamento e posicionamento em um determinado espaço social, movimentos estes dependentes do "capital político" do agente. O capital político pode ser definido, sinteticamente, como "uma espécie de capital de reputação, um capital simbólico ligado à maneira de ser conhecido" (BOURDIEU, 2011b, p.204)

O mapeamento do "campo político" e da carreira política no Brasil, realizados por Miguel (2003), a partir da reelaboração e do instrumental teórico de Pierre Bourdieu, com adaptações ao contexto brasileiro, bem como a agenda de pesquisa ali contida, tornou o trabalho do autor uma referência para os estudos de trajetórias políticas com ênfase na investigação de diferentes tipos de variáveis que possibilitam o ingresso no campo político. Para construir sua análise, Miguel (2003) articula três conjuntos de discussões, quais sejam, aquelas relacionadas à "carreira política", ao "capital político" e à "influência dos meios de comunicação", esta por possibilitar alguns "atalhos" na carreira política por parte de candidatos "outsiders", sem experiência política prévia relevante..

Há que se ressaltar que não há um consenso na literatura sobre a percepção do cargo de vereador como a porta de entrada para o campo político. Pinto (1998), por exemplo, discorda da ideia de que ingressar no Legislativo municipal possa ser "uma porta de entrada para a política, como um primeiro estágio que habilita para posteriores disputas nos níveis estadual e federal" (PINTO, 1998, p.114). A pesquisadora avalia ainda que "a candidatura a vereador é muito mais a culminância de um trabalho de acumulação de capital político [...] do que os primeiros passos de uma carreira" (p.114).

Para compreender o ingresso no campo político, no contexto brasileiro, os estudos de Trajetória Política (MIGUEL, 2003; RODRIGUES, 2006; PERISSINOTTO; CODATO, 2015; PERES; MACHADO, 2017, ALMEIDA; LUCHMANN; RIBEIRO, 2012, entre outros) analisam variáveis que combinadas entre si e adaptadas aos objetivos de cada pesquisa podem contribuir para a elucidação dos fatores determinantes ao ingresso nas carreiras políticas no Brasil. Sendo assim, é de fundamental importância levar em conta nos estudos de trajetória política:

- a) O *perfil sociodemográfico* (em que são consideradas variáveis como naturalidade, cor, gênero, escolaridade, faixa etária, ocupação profissional, afinidade técnica com o campo político, disponibilidade/flexibilidade de tempo para a atividade política).
- b) O perfil *da trajetória partidária* (que procura compreender o processo de recrutamento e seleção partidária, filiação partidária, ideologia partidária, financiamento de campanha, cotas partidárias, entre outros).
- c) A *construção do "capital político"* que compreende o conjunto de diferentes recursos que um candidato pode combinar e dispor numa disputa eleitoral. Neste sentido, a literatura sobre Elites Políticas tem procurado mapear os principais tipos de recursos, não apenas econômicos, mas também os recursos simbólicos que podem ser mobilizados e combinados entre si na disputa eleitoral como, por exemplo, o capital familiar, a visibilidade na mídia, o associativismo, as posições de destaque em instituições sociais, entre outras.

Há que se destacar o "*associativismo*" e sua importância na trajetória de grande parte das mulheres que obtiveram vitórias eleitorais para o Poder Legislativo em todas as instâncias, municipal, estadual e federal (PINHEIRO, 2006). Estudos teóricos e empíricos tem demonstrado que o associativismo, tem sido uma importante base de socialização política e recrutamento das mulheres para a política. Tal fato impõe a necessidade de mapeamento das modalidades associativas a que as mulheres estão inseridas, bem como o "peso das diferentes modalidades associativas" nas trajetórias políticas (ALMEIDA; LUCHMANN; RIBEIRO, 2012).

A presente pesquisa insere-se entre as investigações que tem como objetivo medir e valorar o impacto do conjunto de variáveis acima, a fim de investigar o desempenho eleitoral e a carreira política nas instâncias legislativas, tendo como

estudo de caso as trajetórias de mulheres que ingressaram na Câmara Municipal de Curitiba.

## 2.5 OBJETIVOS

### 2.5.1 Objetivo geral

Demonstrar as principais características das trajetórias das mulheres vencedoras nas eleições municipais de Curitiba no período de 1982-2016.

### 2.5.2 Objetivos específicos

- Diferenciar os perfis sociais e políticos das mulheres eleitas para a Câmara Municipal de Curitiba e agrupá-los por semelhanças.
- Encontrar possíveis regularidades e características nas trajetórias políticas que predominam ao longo do período, no contexto do recorte temporal selecionado, e para o conjunto das Vereadoras eleitas.

## 2.6 HIPÓTESES

H1-A hipótese principal é a de que o perfil das mulheres eleitas coincide com os estudos teóricos da Ciência Política sobre o alto grau de exigência para a elegibilidade feminina, entre estes, alto nível de escolaridade e o engajamento em atividades associativas.

H2-A segunda hipótese é a de que o perfil de "cuidadora"<sup>8</sup> da família e da comunidade como profissionais das áreas de saúde, educação e participantes de atividades associativas vinculadas a direitos básicos caracterizam a maioria das trajetórias das mulheres eleitas para o poder local.

---

<sup>8</sup> A ideia de que as mulheres praticam uma política do "desvelo", conforme exposto em Pinheiro (2006).

## 2.7 METODOLOGIA: A ABORDAGEM PROSOPOGRÁFICA

Atualmente, os estudos de Elites Políticas agrupam metodologias diversas. Nos Estudos de Trajetórias de Mulheres na política brasileira, devido à baixa porcentagem de mulheres eleitas, os métodos qualitativos como os *estudos de caso*<sup>9</sup> e a discussão da literatura sobre os obstáculos e barreiras institucionais e culturais à elegibilidade feminina possuem espaço importante na comunidade científica (SOARES, 2011).

Embora sejam mais comuns as etnografias e estudos de caso no que se refere aos estudos de mulheres na política, mais recentemente com o aumento do número de mulheres eleitas tem sido possível a realização de análises quantitativas, por meio de entrevistas, *surveys*, entre outros, como, por exemplo, a aplicação de questionários aos dados coletados em arquivos públicos e privados, nos partidos e, mais recente, nos sites, blogs, arquivos digitalizados e portais públicos, entre outros.

Os estudos quantitativos são frequentemente constituídos de estudos de amostragem estatística, em que são selecionados um grupo representativo de um universo. Diferentemente da amostragem estatística, a presente investigação é um estudo de universo na medida em que investiga o conjunto de mulheres eleitas até o presente para a Câmara Municipal de Curitiba (exceto as duas primeiras eleitas).

Para os propósitos desta investigação, a Câmara de Vereadores de Curitiba será considerada a Instituição recrutadora na qual um grupo de 24 mulheres eleitas como titulares, ou suplentes, ocuparam a cadeira de Vereadora durante um período inferior, igual ou superior a uma legislatura de 4 anos no período de 1947-2016. A pesquisa documental aborda o conjunto das Vereadoras eleitas entre 1947 e 2016, enquanto a análise quantitativa abrange as trajetórias das Vereadoras eleitas entre 1982 e 2016 (22 Vereadoras), a fim de melhor dialogar com estudos de perspectiva comparada, mais abundantes em relação às últimas legislaturas.

A inclusão das Vereadoras que ocuparam o primeiro mandato após terem sido eleitas como suplentes, justifica-se pelo fato de estas Vereadoras, assim como as demais, ocuparem a posição de suplentes participando das mesmas regras partidárias,

---

<sup>9</sup> "Considera-se um estudo de caso a análise intensiva de um fenômeno espacialmente delimitado, observado em um ponto simples do tempo ou durante algum período. Um dos propósitos desse tipo de estudo é lançar luz sobre um número maior de casos (população)". (VITORINO; OLIVEIRA, 2012).

eleitorais, campanhas políticas etc., daquelas eleitas como titulares. Outra justificativa é o fato de que a legislação que normatizou grande parte das eleições e a distribuição dos votos entre partidos e candidatos, a fórmula eleitoral, etc., principalmente após a Constituição Federal de 1988, não distingue os eleitos e não-eleitos pelo número de votos individuais e, sim, pelos votos da coligação ou do partido, o que não impede que um eleito como titular em um partido ou coligação tenha menos voto do que um suplente de outra coligação.

A literatura sobre trajetórias e carreiras políticas demonstra que a partir da primeira vitória eleitoral, o fato de ocupar uma função pública e ter acesso a recursos econômicos e políticos da burocracia estatal, este fato em si, torna-se um capital político importantíssimo na arena eleitoral. Por esta razão, o recorte da trajetória de cada Vereadora, ou seja, o "ciclo de vida" escolhido para a pesquisa das trajetórias é aquele circunscrito ao período anterior à primeira vitória eleitoral, com o objetivo de encontrar variáveis determinantes ao primeiro ingresso na instituição.

A pesquisa documental é orientada por um roteiro previamente construído, padronizado para todas as Vereadoras, visando a busca de informações sobre as variáveis já mencionadas anteriormente para a construção de seus perfis e trajetórias, assim como de notas biográficas individualizadas e padronizadas. A pesquisa documental, quando insuficiente, é complementada com entrevistas às atuais Vereadoras e ex-Vereadoras de forma direta, seja presencialmente, por telefone e/ou *e-mail*, ou indiretamente, via assessoria, no caso daquelas com mandato em curso.

As etapas desta investigação seguem a orientação da abordagem prosopográfica e consistem na revisão da literatura sobre Mulheres e Legislativo Municipal, seleção de variáveis, elaboração de estratégias de coleta de dados, sistematização das informações, criação de notas biográficas, criação de banco de dados, codificação, processamento estatístico e interpretação de dados. Para a análise dos dados obtidos pela pesquisa empírica, utiliza-se de recursos estatísticos como frequência e cruzamentos simples entre variáveis, com objetivo de identificar, a partir da análise das trajetórias das Vereadoras, as variáveis determinantes ao ingresso das mulheres na Câmara Municipal de Curitiba.

A Prosopografia é também denominada como a "técnica das biografias coletivas" (PERISSINOTTO; CODATO, 2015), conforme a denominação mais aceita na Historiografia, ou comumente denominada na Ciência Política como a "análise de carreiras".

Conforme afirma Stone (2011, p.115),

A prosopografia é a investigação das características comuns de um grupo de atores na história por meio de um estudo coletivo de suas vidas. O método empregado constitui-se em estabelecer um universo a ser estudado e então investigar um conjunto de questões uniformes – a respeito de nascimento e morte, casamento e família, origens sociais e posição econômica herdada, lugar de residência, educação, tamanho e origem da riqueza pessoal, ocupação, religião, experiência em cargos e assim por diante. Os vários tipos de informações sobre os indivíduos no universo são então justapostos, combinados e examinados em busca de variáveis significativas. Eles são testados com o objetivo de encontrar tanto correlações internas quanto correlações com outras formas de comportamento ou ação.

Ainda pondera o mesmo autor que

[...] o método funciona melhor quando é aplicado para grupos facilmente definidos e razoavelmente pequenos, em um período limitado de não muito mais que 100 anos quando os dados são obtidos de uma grande variedade de fontes que complementam e enriquecem umas às outras e quando a pesquisa é dirigida para solucionar um problema específico (STONE, 2011, p.131).

É importante ressaltar que não há um consenso na comunidade científica quanto à delimitação do conceito de método.

Guias de pesquisa dão dois significados ao termo "método": ora o entendem como a estratégia geral da investigação científica (com ênfase na lógica do trabalho, nos padrões de análise ou no mecanismo das explicações), ora como as técnicas de seleção, validação, processamento e análise de dados (PERISSINOTTO; CODATO, 2015, p.9).

Uma compreensão ampliada do conceito de "método" é adequada à compreensão do método prosopográfico que agrega orientações tanto com relação às técnicas de coleta e sistematização de dados, como também orientações quanto à seleção e análise de dados.

A prosopografia tem avançado em suas técnicas e aplicabilidade e seu princípio geral consiste

[...] em definir uma população a partir de um ou vários critérios e estabelecer, a partir dela, um questionário biográfico cujos diferentes critérios e variáveis servirão à descrição de sua dinâmica social, privada, pública, ou mesmo cultural, ideológica ou política, segundo a população e o questionário em análise (CHARLE, 2006<sup>10</sup>, p.41 apud COSTA; GOUVEA, 2007, p.252).

Em um primeiro momento, a literatura sobre estudos prosopográficos disponível contribui para identificar as informações necessárias para o estudo prosopográfico de acordo com o grupo a ser estudado e os aspectos mais relevantes a serem investigados de acordo com o objetivo da pesquisa. A partir da coleta de dados e das informações obtidas, é possível ajustar a hipótese de pesquisa, e, se necessário, construir as variáveis a serem estudadas.

Neste sentido, um questionário poderá ser elaborado previamente à coleta de dados e orientar a própria coleta, como poderá, ao mesmo tempo, ser preenchido pelos dados obtidos.

É opcional aplicar questionários ou realizar entrevistas com os atores sociais da amostra ou do universo a ser investigado, independentemente da característica do estudo em questão, se diacrônico ou sincrônico. E na maior parte das vezes, as entrevistas, quando possíveis, são uma forma de complementação de dados obtidos em diferentes fontes pesquisadas. É fundamental, no entanto, o protagonismo do pesquisador no sentido de buscar informações relevantes para a pesquisa, nem sempre facilmente disponíveis.

A prosopografia não se resume à produção de tabelas de frequência com informações sócio profissionais e de carreira sobre agentes políticos do passado, a partir de dados pré-construídos, mas à produção de uma base de dados que, em boa medida, reúna um conjunto de evidências fabricadas pelo pesquisador, isto é, informações que reconheçam o aspecto lacunar do perfil produzido como estruturado socialmente. E que busque superar esse aspecto com pesquisa documental minuciosa (PERISSINOTTO; CODATO, 2015, p.253).

---

<sup>10</sup> CHARLE, C. História das elites e método prosopográfico. In: HEINZ, F. M. (Org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.



Um dos desafios para a formação de um banco de dados prosopográfico é aquele apresentado por Stone (2011), principalmente quando se faz uso concomitante de métodos quantitativos.

Uma boa pesquisa depende de um constante comércio entre as hipóteses e as evidências, as primeiras sofrendo repetidas modificações à luz das últimas. Mas se uma subdivisão que depois se revela de importância crítica não for notada a tempo, usualmente é tarde demais para voltar e realizar todo o trabalho de novo –uma dificuldade que é particularmente aguda em pesquisas auxiliadas por computadores, pois os códigos determinam as questões que podem ser depois formuladas (STONE, 2011, p.131).

A dificuldade em alterar os dados após o início do processo de análise obriga o pesquisador a iniciar a interpretação dos dados após inúmeras revisões e retorno aos documentos a fim de evitar alterações futuras nos dados inseridos nas planilhas e Softwares de análise de dados. Em caso de alterações, ainda que uma pequena alteração, torna-se necessário refazer algumas etapas do trabalho rever o tempo necessário para o desenvolvimento da pesquisa. A não realização destas etapas, pode resultar numa alteração importante dos resultados a serem obtidos.

Entre o conjunto das técnicas e metodologias integradas, auxiliares e complementares à abordagem prosopográfica, foram utilizadas nesta investigação a pesquisa documental, pesquisas em material jornalístico de época, digitalizados e disponíveis em bancos de dados digitais, dissertações e teses sobre o legislativo local, livros publicados contendo informações sobre a trajetória das Vereadoras, consultas em portais públicos e aos sites das Vereadoras e garimpagem nas redes sociais. Em alguns casos, os dados documentais foram complementados com entrevista às atuais e ex-Vereadoras, àquelas que se dispuseram a responder pessoalmente, via e-mail, telefone ou entrevista virtual um roteiro padronizado de questões a fim de preencher lacunas nas notas biográficas a respeito de informações não obtidas com a utilização das técnicas de coleta de dados anteriores. Em alguns casos, diante de contradições de informações entre as fontes, com relação à escolaridade, estado civil, filiação partidária, migração entre legendas, etc., foram consideradas as informações de publicações de instituições oficiais.

A coleta de dados inicial foi realizada inicialmente na própria Câmara de Vereadores, tanto em seu espaço físico, em setores internos como a Biblioteca, Departamento de Imprensa e Departamento de relações públicas, como no espaço

virtual da instituição. Atualmente, no edifício da Câmara de Vereadores de Curitiba, existe um amplo espaço dedicado ao memorial das mulheres Vereadoras, uma exposição permanente, denominada Galeria das Vereadoras contendo quadros com as fotos de todas as Vereadoras da instituição e uma síntese da biografia. O site da instituição disponibiliza, desde março de 2017, o memorial virtual das Vereadoras eleitas em toda a História da instituição.<sup>11</sup> Um aspecto importante é que, para a concretização desta Galeria das Vereadoras, a Câmara Municipal de Curitiba realizou, por meio do Departamento de Comunicação e Relações públicas, uma ampla pesquisa, digitalizando e disponibilizando materiais de época associados ao perfil das Vereadoras, como também entrou em contato com as ex-Vereadoras e/ou descendentes a fim de obter informações complementares.

As biografias ali disponíveis, no entanto, contêm informações posteriores à primeira vitória eleitoral e para os objetivos desta pesquisa foi necessário considerar apenas os dados relativos ao ciclo de vida estudado, anterior à primeira posse.

Outra fonte de pesquisa importante foram os artigos, teses, dissertações, livros e capítulos de livros publicados pelo Núcleo de Estudos Paranaenses do Departamento de Ciências Sociais da UFPR.

Alguns dados sobre as Vereadoras e Ex-Vereadoras foram acessados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e no Tribunal Regional Eleitoral (TRE). Alguns dados puderam ser confirmados nestes sites, como diferentes candidaturas, cargo, partido, escolaridade na época de cada candidatura, confirmando as migrações partidárias. Estes mesmos dados também foram, em alguns casos, acessados em sites de jornal com espaços reservados a eleições, candidaturas, fichas de candidatos, alguns deles com bancos de dados sobre as últimas legislaturas, como o caso do site UOL<sup>12</sup> e do site do jornal Gazeta do Povo<sup>13</sup>.

Alguns jornalistas digitalizaram importantes entrevistas de época realizadas com as ex-Vereadoras em jornais impressos nas décadas passadas contribuindo para recuperar aspectos da trajetória política das Vereadoras que, de outra forma, seriam irrecuperáveis (conforme as fontes e referências do Apêndice 10).

---

<sup>11</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Galeria de vereadoras na política de Curitiba**. Disponível em: <<https://www.cmc.pr.gov.br/nossamemoria/galeriadevereadorasdecuitiba/index.php>>. Acesso em: 12 abr. de 2018.

<sup>12</sup> <[www.uol.com.br](http://www.uol.com.br)>.

<sup>13</sup> <[www.gazetadopovo.com.br](http://www.gazetadopovo.com.br)>.

Os documentários sobre a Ditadura Militar, ou Regime Político de 1964-1984, constituíram-se em importante material de pesquisa, com a disponibilização de textos e vídeos, na medida em que pelo menos três das vinte e quatro Vereadoras tiveram atuação política destacada no período, como oposição ao Regime.

As redes sociais das atuais Vereadoras e das ex-Vereadoras também foram úteis em alguns casos quando continham notas biográficas extensas que puderam ser confrontadas com a pesquisas documental.

Algumas Vereadoras e ex-Vereadoras mantêm um blog pessoal e estes espaços virtuais foram também importantes para a coleta de dados.

Finalmente, para complementar lacunas das trajetórias após a pesquisa em múltiplas fontes foram realizadas entrevistas com as Vereadoras e ex-Vereadoras. Das 24 Vereadoras, quatro são falecidas e apenas uma ex-Vereadora não quis dar entrevista.

Entre as 19 Vereadoras que se disponibilizaram em realizar a entrevista, 8 são Vereadoras da atual legislatura (2017-2020) e uma delas é Deputada Estadual na Assembleia Legislativa do Paraná na atual legislatura (2018-2022). Todas as atuais Vereadoras e a Deputada responderam a entrevista, seja pessoalmente, por e-mail ou via seus assessores. As demais 10 ex-Vereadoras que aceitaram contribuir com a pesquisa, quatro responderam à entrevista presencialmente, duas responderam às entrevistas por telefone, uma entrevista foi realizada virtualmente via aplicativo de mensagens e três entrevistas foram realizadas por e-mail. Cabe observar que os questionários foram respondidos de forma desigual, de acordo com lacunas na pesquisa documental e apenas alguns questionários foram integralmente respondidos. As informações obtidas foram importantes na medida em que possibilitaram a inserção de um número maior de variáveis a serem analisadas.

Após a coleta de dados, os materiais coletados foram agrupados em um *corpus* de análise, contendo as fontes, documentos, referências e informações utilizadas. A partir do montante destes documentos foi possível construir uma Nota Biográfica para cada Vereadora e ex-Vereadora. As notas biográficas construídas tornaram-se a referência para a criação de um banco de dados com variáveis descritivas.

As notas biográficas e gráficos descritivos possibilitaram uma primeira camada, um primeiro nível de interpretação dos dados. O objetivo, porém, não é apenas descritivo, mas também, o de realizar inferências que possibilitem relacionar os resultados

desta pesquisa com estudos já realizados sobre as mulheres e a política, bem como sobre Elites políticas.

Considerando os desafios diante da realização de uma abordagem quantitativa de um universo de 22 casos, procurou-se enfrentar esta realidade com alguns cuidados como: selecionar um número maior de variáveis para a coleta de dados e trabalhar com variáveis contendo as informações de 100% dos casos. Excepcionalmente algumas variáveis foram quantificadas com menos de 100% dos casos contendo as informações necessárias; Eliminar a margem de erro ao refazer o banco de dados e todas as etapas do trabalho quando foi necessário alterar uma informação, considerando que cada unidade de informação corresponde a 4,5% do valor do universo em estudo; Apresentar aos leitores, no corpo do texto e no apêndice as informações coletadas, referências e fontes, de modo a possibilitar a sua verificação quando a mesma se fizer necessária.

### 3 VARIÁVEIS PARTIDÁRIAS

#### 3.1 REVISÃO DA LITERATURA

##### 3.1.1 Partidos e Democracia

As democracias representativas contemporâneas desenvolveram-se tendo nos partidos políticos um de seus principais fundamentos, na medida em que estes realizam uma mediação necessária entre a sociedade civil e o Estado. A organização partidária, estruturada no interior da sociedade civil, além de exercer livremente a função de organizar e mobilizar a população na defesa dos interesses de diferentes grupos sociais, mantém a prerrogativa de recrutar as elites políticas eletivas para o Poder Legislativo e o Poder Executivo.

Os partidos políticos sofreram inúmeras transformações, principalmente ao longo do século XX. Um dos fatores que mais impactou a transformação dos partidos e seu papel nas democracias contemporâneas foi a ampliação do sufrágio.

O processo de universalização do voto modificou profundamente a estrutura dos partidos políticos (MICHELS, 1979; 1982; DUVERGER, 1970), tal como haviam se constituído no início das democracias representativas modernas.

Segundo a tipologia de Duverger (1970), os partidos políticos constituíam-se, inicialmente, em partidos de quadros, também denominados partidos de notáveis, no período de democracia restrita, anterior à universalização do voto.

Somente num segundo estágio histórico, com a ampliação do voto, surgiram os partidos de massa com uma visão prioritariamente classista, ou, de preferência religiosa, tendo sua era de ouro durante a primeira metade do Séc. XX. Estes partidos apresentaram transformações importantes comparando-se ao modelo anterior, o partido de quadros.

Michels (1979; 1982) em sua célebre "lei de ferro das oligarquias" apontou a grande contradição dos partidos de massa. Segundo ele, o processo de ampliação vivenciado pelos partidos de massa acarretou, ao mesmo tempo (e segundo ele necessariamente) uma profissionalização, burocratização, centralização e oligarquização dos partidos políticos.

A partir de meados do Séc. XX, de acordo com Kirchheimer (1966) e Panebianco (2005), houve mais uma grande mudança na caracterização geral dos partidos

políticos com o surgimento dos partidos caracterizados como *catch-all parties*, ou partidos pega-tudo, expressão cunhada por Otto Kirchheimer (1966). O termo cunhado por Panebianco (2005), para denominar o novo modelo de partidos que surgem neste período – *organização profissional-eleitoral*, configura-se como nova possibilidade de definição deste novo modelo partidário (REBELLO, 2014)<sup>14</sup>, embora a denominação "*catch-all parties*" tenha se estabelecido com maior força na literatura sobre o assunto.

Ambos os autores procuraram captar as transformações partidárias da segunda década do séc. XX e as novas tendências partidárias a partir das transformações sociais que estavam em andamento:

[...] a partir da Segunda Guerra Mundial, começavam mudanças significativas nos partidos tanto do ponto de vista organizacional como na relação com os eleitores. Organizações partidárias começavam a ampliar o espectro de possíveis eleitores, suavizando um discurso classista; a ênfase não estava mais em obter somente o voto de certos grupos sociais, como proletários, burgueses, católicos, protestantes, mas em conquistar o maior número possível de eleitores [...]. Fruto de produto histórico de um eleitorado mais secular e consumidores de bens em massa, o partido *catch-all* pressiona antigos partidos classistas a também serem alterados (REBELLO, 2014, p.4).

Este modelo de partido incorpora as múltiplas e fragmentárias identidades sociais dos indivíduos na sociedade contemporânea e se afasta do modelo ideológico do partido de massas possuindo, portanto, vínculos mais flexíveis com os seus filiados e eleitores, com um foco maior nestes do que naqueles.

Uma novo estágio de mudança das organizações partidárias foi percebido nas últimas décadas com o surgimento do modelo *cartel party*, conforme proposto por Katz e Mair (1992<sup>15</sup>; 1995<sup>16</sup>; 2002<sup>17</sup>; 2009<sup>18</sup> apud PERES; MACHADO, 2017) em que os partidos passaram a se desvincular progressivamente da sociedade, e mesmo em relação aos seus próprios membros, sejam estes antigos ou novos filiados.

---

<sup>14</sup> Peres e Machado concordam a este respeito ao afirmar que o modelo de partido profissional-eleitoral (Panebianco, 1982) "nada mais é do que uma caracterização mais detalhada da estrutura organizacional do partido catch-all". (PERES; MACHADO, 2017, p.154).

<sup>15</sup> KATZ, R.; MAIR, P. **Party Organizations**. Londres: Sage Publications, 1992.

<sup>16</sup> Id. Changing models of party organization and party democracy: the emergence of the cartel party. **Party Politics**, v. 1, n. 1, p.5-28, 1995.

<sup>17</sup> Id. The ascendancy of the party in public office: party organizational change in twentieth century democracies. In: GUNTHER, R.; MONTERO, J.; LINZ, J. (Eds.). **Political parties: old concepts and new challenges**. Oxford: Oxford University Press, 2002.

<sup>18</sup> Id. The cartel party thesis: a restatement. **Perspectives on Politics**, v. 7, n. 4, p.753-766, 2009.

Os denominados *cartel parties* "deixaram de se importar com sua relação com a sociedade para se concentrar na captura dos aparelhos estatais visando à extração de recursos indispensáveis à sua sobrevivência. Os gastos operacionais das organizações partidárias ficaram muito elevados para os filiados individuais custeá-los, o que as obrigou a 'caçar' tais recursos em outro lugar – nomeadamente, o Estado" (PERES; MACHADO, 2017, 132). A desvinculação com a sociedade traz consequências não só para os próprios partidos, mas para toda a sociedade, como a redução da identificação partidária por parte da população em geral e a diminuição de filiados.

Atualmente, as organizações partidárias vêm enfrentando diversos desafios, relacionados às mudanças internas e externas ao sistema partidário: além do declínio acentuado das filiações partidárias, tanto em números absolutos quanto proporcionalmente à população de cada país<sup>19</sup>, vem sendo criados e ampliados novos canais de participação política que competem com as organizações partidárias e possibilitam a influência da sociedade civil nas decisões das instâncias estatais.

Há um grande destaque, por exemplo, para o papel das ONGs (Organizações não governamentais). Por meio destas organizações travam-se, internamente a cada país, importantes embates com o Estado, inserindo na agenda pública um conjunto de temas e a exigências de novos direitos, como aqueles relacionados aos direitos humanos, meio ambiente, pobreza, gênero, infância e adolescência, idosos, etnia, entre outros. É neste sentido que Dagnino (2004) observa o fenômeno da "onguinização", como uma tendência mundial no que diz respeito à relação entre sociedade civil e Estado.

Desta forma, parte da agenda, tanto dos partidos políticos como do Estado, são pautados por ONGs que se articulam não apenas localmente ou nacionalmente, mas também internacionalmente, com alcance especial para os países signatários dos tratados e acordos internacionais<sup>20</sup>, em detrimento da autonomia dos partidos e do Estado na formação de sua agenda.

---

<sup>19</sup> "Nos últimos anos, os estudos partidários convergiram para um problema comum: o acentuado declínio das filiações. Realmente, conforme mostraram sucessivas pesquisas realizadas na Europa, é cada vez menor a quantidade de filiados aos partidos (KATZ et al., 1992; Scarrow, 1996, 2000; Whiteley e Seyd, 1998; Mair e Van Biezen, 2001; Dalton, 2005; Van Biezen e Kopecky, 2007; Whiteley, 2011; Delwit, 2011; Van Haute, 2011; Krouwel, 2012; Van Biezen, Mair e Poguntke, 2012". (PERES; MACHADO, 2017, p.129).

<sup>20</sup> Poucos meses após a ONU ter sido fundada, em 1946, 41 organizações não governamentais se juntaram à Organização através do status consultivo, em 1992, mais de 700 ONGs, do mundo inteiro, trabalham apoiando as Nações Unidas. (NAÇÕES UNIDAS. **Trabalhando com o ECOSOC**: guia para ONGs: como obter o status consultivo. Nova York, 2012. Disponível em: <[http://csonet.org/content/documents/PortuguesBooklet\\_High.pdf](http://csonet.org/content/documents/PortuguesBooklet_High.pdf)>. Acesso em: 09 jan. 2020).

A literatura sobre partidos demonstra que após todas estas transformações, no caso do Brasil, mas não exclusivamente, uma função substancial permanece na alçada dos partidos políticos: o recrutamento eleitoral de candidatos para a competição eleitoral<sup>21</sup> o qual é administrado por elites partidárias internas, muitas vezes sem regras internas muito claras aos seus filiados e eleitores, constituindo-se esta como uma das funções mais técnicas e, ao mesmo tempo privadas, dos partidos políticos (NORRIS, 2013).

Na medida em que os partidos detêm o monopólio do recrutamento de candidatos para a competição eleitoral, detém, também, os processos de formação e renovação das elites políticas, com impacto sobre a representação política e o desenvolvimento das Democracias.<sup>22</sup>

### 3.1.2 Partidos e recrutamento de elites políticas

Segundo Pippa Norris (2013), nas principais Democracias representativas, em que os partidos políticos detêm o monopólio do recrutamento de elites políticas, o processo de recrutamento e seleção partidária envolve pelo menos três etapas: a *certificação*, *indicação* e *eleição*. Os partidos políticos procuram obter o maior controle possível das duas primeiras etapas, principalmente na segunda etapa, da indicação:

---

<sup>21</sup> No sistema político brasileiro, os partidos políticos detêm o monopólio do recrutamento dos candidatos a cargos eletivos para o Poder Executivo e o Poder Legislativo, visto que não há candidaturas avulsas, ou independentes. Os membros do Poder Judiciário, por sua vez, são recrutados por concurso e não por competição eleitoral. É importante lembrar que o recrutamento político eleitoral preenche as candidaturas para os cargos eletivos e que há, ainda, outros cargos e funções no Estado que também são recrutados pelas elites partidárias: "O recrutamento político não é somente uma questão de indicar representantes eleitos nos níveis local, regional, nacional e subnacional [...] mas também de preencher uma ampla gama de posições políticas nomeadas por meio de indicação. Isso é exemplificado pelas indicações partidárias para a proliferação de organizações não-governamentais no Reino Unido, pelas centenas de posições em vários órgãos do governo e agências federais conquistadas pela patronagem do Presidente estadunidense em início de mandato e pelas profundas relações entre patronos e clientes no Brasil. O processo de recrutamento para os cargos eletivos e de confiança é amplamente percebido como uma das mais importantes funções residuais dos partidos políticos, com conseqüências potenciais para o grau de conflito intrapartidário, para a composição dos parlamentos e governos e para a fiscalização dos eleitos." (NORRIS, 2013, p.11).

<sup>22</sup> Peres e Machado destacam o importante papel que os partidos políticos continuam a exercer nas sociedades contemporâneas: "é inegável que as organizações partidárias continuam indispensáveis ao funcionamento desse regime político – elas ainda são as responsáveis diretas pela mobilização eleitoral, pela agregação das demandas sociais em programas e projetos, pela representação política, pela produção de legislação, pela formulação e execução das políticas públicas e, enfim, pela própria dinâmica de governo." (PERES; MACHADO, 2017, p.126).



[a primeira etapa é] a certificação, envolvendo o Direito Eleitoral, as regras partidárias e normas sociais informais que definem os critérios para a candidatura elegível; a indicação, envolvendo a oferta de elegíveis que buscam postos políticos e a demanda dos selecionadores ao decidirem quem é nomeado; a eleição, o passo final que determina quais indicados obterão assentos no poder Legislativo. Cada um desses estágios pode ser visto como um jogo progressivo de "dança das cadeiras": muitos são elegíveis, poucos são indicados e ainda menos são eleitos (NORRIS, 2013, p.12).

A primeira etapa, de certificação, refere-se à aptidão, ao conjunto de pessoas que podem se credenciar e competir por uma candidatura. Para competir por uma candidatura, existe uma série de pré-requisitos, sejam os aspectos formais do sistema eleitoral, como idade, residência, filiação partidária e outras, a depender de cada país, sejam, por outro lado, os aspectos formais e informais do próprio partido, como os seus respectivos documentos internos e os critérios subjetivos dos recrutadores e selecionadores partidários.

Nesta primeira etapa do recrutamento e seleção partidária estão presentes também os fatores subjetivos do próprio aspirante a candidato, os quais podem afastar uma pessoa de uma candidatura, devido a uma autopercepção moldada por múltiplos fatores sociais e culturais que podem influenciar uma possível autoexclusão.

Na segunda etapa, encontra-se o crivo partidário, propriamente dito, onde atuam os *gatekeepers* (NORRIS, 1997b), os selecionadores partidários. Esta se constitui na etapa mais escondida e privada do processo de seleção de candidaturas (NORRIS, 2013).

Estudos de caso no Brasil (PERES; MACHADO, 2017) comprovam que um dos primeiros passos para a compreensão do recrutamento partidário<sup>23</sup> é o pressuposto de que este tem início, não no momento da escolha das candidaturas, mas muito antes, no processo de socialização política e de adesão ao partido político.

Na maioria das vezes, no que se refere às elites políticas, tal adesão ocorre ainda na juventude, sendo um dos primeiros passos de um longo recrutamento

---

<sup>23</sup> Peres e Machado chamam a atenção para o entendimento do lugar do recrutamento partidário em um contexto mais amplo de recrutamento de elites políticas ao apontarem que "persiste nessa agenda de pesquisa uma indistinção conceitual que torna confusamente intercambiáveis os entendimentos sobre o que seriam recrutamento político, recrutamento partidário, recrutamento legislativo e recrutamento executivo. Entendemos que, embora articulados, esses processos são específicos e devem ser devidamente demarcados. Podemos dizer que o recrutamento político é o fenômeno mais abrangente que abarca todo tipo de recrutamento para instituições que pertencem ao sistema político, como, por exemplo, os movimentos sociais, os sindicatos, as ONGs e, também, os próprios partidos. Isso significa que o recrutamento partidário está subsumido ao recrutamento político, uma vez que é uma de suas formas de ocorrência". (PERES; MACHADO, 2017, p.128).

partidário que contribui para desenhar a carreira política desde os primeiros contatos com o partido. Durante o processo de socialização partidária, a depender da característica de cada partido, privilegia-se alguns atores políticos em detrimento de outros por meio de fatores como idade, escolaridade, questões de gênero, religião, classe, etnia, genealogia, trajetória dentro do partido, ou outros fatores.

Desta forma, as organizações partidárias estão interessadas, não em contribuir para que seus membros adquiram capital político na trajetória partidária ou com seu apoio, mas em atrair pessoas que já possuam um capital político:

[...] a captura do Estado pelo chamado "cartel partidário" dispensa investimentos intensivos com o recrutamento de membros, especialmente aquele que envolve a formação política de quadros no interior da organização. A renovação das lideranças torna-se cada vez mais voltada à atração de indivíduos já formados em outras organizações ou que tenham qualquer capital político próprio – como apelo popular, família com tradição política, dinheiro, prestígio – que lhes assegure vantagens comparativas para disputar eleições (PERES, MACHADO, 2017, p.134).

Peres e Machado (2017) propuseram uma nova tipologia de estudos dos partidos políticos tendo como foco os processos de recrutamento partidário, partindo do pressuposto de que a classificação tradicional dos partidos (de *quadros*, de *massa*, *catch-all*, *organização profissional-eleitoral* e *cartel*) não dão conta de compreender o complexo processo de recrutamento partidário.

Neste sentido, propõem a análise de três dimensões a serem investigadas nos partidos políticos para uma classificação partidária com base no recrutamento de novos membros: (A) filiação; (B) formação de quadros e (C) seleção de membros para a ocupação de cargos de importância para o partido, seja na burocracia organizacional ou estatal, seja para a candidatura a cargos eletivos (PERES; MACHADO, 2017, p.154).

O modelo propõe que a forma de recrutamento pode ser do tipo *extensiva*, quando abrange um longo tempo na vida de um novo membro e contempla a filiação e a formação política interna, objetivando uma coesão ideológico-partidária do partido. Demanda investimento partidário na filiação e formação de novos membros. E existem também os partidos que recrutam novos membros de forma *intensiva*, com a abrangência de um período menor de tempo na vida do novo membro.

Por não contemplar a formação política interna à organização, o recrutamento intensivo exige menor investimento de recursos materiais e de tempo. Obviamente, um partido pode adotá-lo não apenas por causa da economia de recursos e esforços, mas também por ser esse um recrutamento estratégico em face do ambiente político e dos seus objetivos (PERES, MACHADO, 2017, p.144).

É possível que um partido político caracterizado pelo recrutamento extensivo inclua algumas formas de recrutamento intensivo em determinados períodos de acordo com as necessidades do ambiente político interno e externo. O recrutamento intensivo poder ter duas orientações distintas que podem ser alternadas em diferentes períodos da vida partidária e que diz respeito ao recrutamento de novos membros com vistas à ampliação da base eleitoral ou à seleção de candidatos para as eleições e ocupação de cargos importantes para o partido.

Dependendo da situação, para as ações de maior relevância, o partido procurará atrair lideranças já formadas em outras instituições, como sindicatos, ONGs, movimentos sociais e estudantis, demais organizações partidárias e todas as diversas formas de associações civis. Ou então o partido poderá tentar atrair outsiders do sistema de representação de interesses. Em suma, se é indispensável que toda liderança ou quadro burocrático seja um filiado, não segue disso que todos os filiados terão de ser formados politicamente pelo partido ou virão a ser lideranças ou mesmo componentes da burocracia partidária [...] Também podemos supor que serão reduzidos os casos de recrutamento de políticos eleitos por outros partidos e já formados politicamente neles – quando isso ocorrer, é mais provável que sejam partidos programaticamente próximos (PERES; MACHADO, 2017, p.144).

Tanto o recrutamento extensivo, quanto o intensivo, podem ser mais *abertos* ou mais *fechados* para novos membros da base ou novos membros da elite partidária. Muitas vezes, o recrutamento fechado visa a incorporação apenas de novos membros que já possuem contato com os membros partidários já existentes.

O recrutamento fechado-para-a-base pode evidenciar a importância que o contato indireto com o partido por intermédio de um parente filiado tem como fator motivacional para a adesão à organização [...] O recrutamento fechado-para-elite também evidencia a relevância do parentesco para a filiação ao partido [...], mas tem efeitos relevantes para a organização, a composição da direção e a atuação eleitoral[...]. O recrutamento aberto-para-a-base ocorrerá por afinidade programática ou interesse pragmático, que é quando o objetivo é extrair vantagens mútuas da filiação, tais como acesso a cargos, obtenção de favores, lançamento de candidaturas, apoios para a campanha, militância ocasional ou cotidiana, e assim por diante (PERES; MACHADO, 2017, p.146/147).

Quanto à origem social e econômica dos novos membros partidários, podem estar concentrados nas classes populares (*recrutamento democrático*) ou nas classes abastadas (*recrutamento plutocrático*).

[Quando os] políticos vêm do demos, das classes sociais menos endinheiradas, e, por isso, seu recrutamento é democrático. O recrutamento plutocrático engloba aqueles que, de início, não dependem dos rendimentos extraídos da política profissional, ou seja, dos cargos eletivos ou burocráticos que ocupam no Estado (PERES; MACHADO, 2017, p.148).

Com relação à motivação dos novos membros, ou dos partidos que os recebem Peres e Machado (2017) propõem duas modalidades de recrutamento em sua tipologia, denominadas como *captação* e *recepção*, do ponto de vista da perspectiva partidária.

Quanto à *captação*, esta poderia ocorrer por meio da *cooptação* ou da *convicção*:

Quando ocorre a filiação por captação, há uma política proativa do partido, que atua de maneira deliberada na busca de novos membros, com ou sem experiência prévia. Nesse caso, os partidos podem atraí-los por intermédio de duas submodalidades de filiação: *cooptação* ou *convicção*. Quando o membro é atraído por algum interesse conjuntural, visando algum benefício circunstancial associado ao partido, como o oferecimento de vaga para candidatura a algum cargo eletivo, temos um processo de *captação-por-cooptação*. Se a atração envolver algum tipo de convergência com os objetivos, as metas, o programa ou a ideologia do partido, ocorrerá um processo de *captação-por-convicção*. Quando isso suceder, um membro potencial do partido será convencido de que somente como um quadro dessa legenda será capaz de assegurar a defesa de certos valores e determinadas políticas (PERES; MACHADO, 2017, p.150).

Diferentemente da *captação* que indica a proatividade do partido em busca de novos membros, a *recepção* é uma forma passiva de recrutamento político em que os novos membros são motivados a aderir a determinado partido por razões próprias de interesses e/ou identificação com o partido político:

Para os casos em que o partido simplesmente recebe novos membros como resultado da iniciativa deles próprios, ou seja, a organização tem uma atuação reativa, temos a *filiação-por-recepção*. Esta também contempla duas submodalidades de ocorrência: *adesão* ou *identificação*. No primeiro caso, *recepção-por-adesão*, o novo membro toma a iniciativa de filiar-se ao partido em decorrência de algum interesse conjuntural e pragmático, como ter uma legenda que facilite sua candidatura em determinada eleição, por exemplo. Quando os novos membros se filiam espontaneamente ao partido porque se identificam com ele, suas lideranças, seu programa, suas

políticas, temos então uma recepção-por-identificação. [...] Isso significa que o partido e os filiados são tomados como parâmetro principal para a análise das motivações que conduzem às filiações (PERES; MACHADO, 2017, p.150/151).

A seguir pode ser melhor visualizado o esquema geral da tipologia proposta, conforme o Quadro 2:

QUADRO 2 - SÍNTESE DO MODELO TIPOLOGICO DE RECRUTAMENTO PARTIDÁRIO PROPOSTO POR PERES E MACHADO (2017)

| Tipos     | Subtipos                  | Formas                       | Meios        | Modalidades | Submodalidades |
|-----------|---------------------------|------------------------------|--------------|-------------|----------------|
| Extensivo | Para a base               | Aberta/<br>Fechada           | Para a base  | Captação    | Cooptação      |
|           | Para a militância         |                              | Para a elite |             | Convicção      |
|           |                           |                              |              |             |                |
| Intensivo | Para candidaturas/bancada | Democrática/<br>Plutocrática | Para a base  | Recepção    | Adesão         |
|           | Para a base partidária    |                              | Para a elite |             | Identificação  |
|           |                           |                              |              |             |                |

FONTE: PERES; MACHADO (2017, p.153).

Quanto à idade de filiação de novos membros partidários, de acordo com Peres e Machado (2017, p.151) é de se presumir que "o recrutamento de jovens pode ser do tipo extensivo-por-identificação ou do tipo intensivo-por-convicção, tanto abertos como fechados", o que se pode ser investigado tanto na filiação de jovens homens quanto de jovens mulheres. Com relação à experiência prévia de participação em outras organizações, incluindo-se os partidos concorrentes, na perspectiva da tipologia proposta, espera-se um outro tipo de recrutamento:

[...] é de esperar que as filiações por cooptação, adesão e convicção ocorram com indivíduos que já possuem alguma trajetória e formação política. Nesse caso, tais filiações corresponderão às formas de recrutamento intensivo. Os recrutamentos extensivos, por seu turno, deverão corresponder às filiações por identificação, atingindo indivíduos sem experiência política prévia de participação em alguma organização política. Em qualquer um dos casos, o recrutamento pode ser aberto ou fechado, democrático ou plutocrático (PERES; MACHADO, 2017, p.151).

A proposta de tipologia apresentada por Peres e Amanda (2017) pode contribuir para a elucidação do processo de recrutamento e seleção partidária na trajetória política das Vereadoras eleitas.

No que diz respeito aos estudos de trajetórias políticas e recrutamento político de mulheres houve um ganho teórico importante recentemente com a constatação de que a sub-representação das mulheres resulta não apenas de fatores socioculturais de socialização política das mulheres, ou da competição propriamente dita na arena eleitoral, mas também dos processos de recrutamento e seleção partidária das candidaturas (NORRIS, 2013; PERES; MACHADO, 2017).

É possível constatar no que diz respeito ao Brasil, em que pese as principais tipologias partidárias terem sido desenvolvidas na Europa e a partir da realidade europeia, que a inserção das mulheres brasileiras na política representativa, a partir da década de 80, aconteceu já na vigência dos modelos de organização partidária "*catch-all parties*" e "*cartel parties*", em que não há uma preocupação significativa com identificação ideológica e a formação de quadros partidários, estando estes partidos mais preocupados com os resultados eleitorais em detrimento de uma coesão ideológica e da formação de longo prazo de seus membros.

A partir da implementação das Cotas partidárias para mulheres as quais são administradas pelos Partidos Políticos, tornou-se cada vez mais importante compreender, entre outros aspectos, como os Partidos Políticos administram as cotas partidárias, como incentivam e estruturam as candidaturas femininas.

Outra dimensão importante que passou a ser investigada na forma como os partidos lidam com a questão das cotas para mulheres e as trajetórias femininas no interior dos partidos está relacionada à busca por uma maior compreensão das diferenças e/ou semelhanças na condução das candidaturas femininas entre os diferentes espectros ideológico-partidários (GOMES, 2016).

Os investigadores Katz e Mair (1992), após o estudo de 79 organizações partidárias no período de 1960-1990, concluíram que os partidos de esquerda foram os primeiros a incluir "algum tipo de norma interna voltada para ampliar a participação das mulheres" e que "esses partidos detinham porcentagens maiores de dirigentes e de representantes parlamentares do sexo feminino" (KATZ; MAIR, 1992<sup>24</sup> apud ARAÚJO, 2005, p.7).

Esta constatação, no entanto, tem aplicabilidade diferente em contextos nacionais e subnacionais distintos. Miguel e Queiroz (2006), procuraram testar a hipótese da

---

<sup>24</sup> KATZ, R.; MAIR, P. **Party Organizations**. Londres: Sage Publications, 1992.

maior adesão das mulheres a Partidos mais à Direita, em eleições municipais, nas regiões subdesenvolvidas. No entanto, a hipótese não se confirmou, ao verificar que "não há nenhum indício que sustente a ideia de uma afinidade especial das eleitas no período analisado (em eleições municipais) nas regiões menos desenvolvidas com os partidos conservadores (MIGUEL; QUEIROZ, 2006, p.377-378).

Para Araújo (2005) existe um elemento que desequilibra a balança quando se trata da seleção de candidatos e investimentos partidários nas candidaturas masculinas e femininas e diz respeito ao círculo vicioso de oferecer mais oportunidades a quem já tem experiência. Este fato privilegia as candidaturas masculinas e prejudica o ingresso de mais mulheres no campo da política, mantendo a baixa representação feminina e dificultando a ampliação de oportunidades às mulheres no interior das organizações partidárias. Este fato acontece é a inda mais perceptível em eleições majoritárias, mas também presente nas eleições proporcionais. Segundo ela,

Independentemente das regras internas e das características organizacionais dos partidos [...] um aspecto extensivo aos partidos em todos os sistemas é a corrida pela obtenção do maior número de votos possível. Nesse sentido, as escolhas preferenciais dos partidos serão feitas com base na análise dos candidatos considerados "bons de voto" e também daqueles considerados "ruins de voto". Nesse processo, tende-se a desenvolver-se uma lógica que é, ao mesmo tempo, pragmática e inercial, que se reproduz de modo mais intenso nos sistemas majoritários. Supõe-se que candidatos que já são parlamentares ou que tiveram votações expressivas em pleitos anteriores tendem a oferecer menor risco na competição, pois teriam base eleitoral, nome conhecido e estrutura criada pelo próprio mandato. Assim, parcela significativa das vagas ou da prioridade eleitoral tende a ser direcionada para aqueles que já estão ocupando cargos e estão tentando reeleição ou então que disputam pela primeira vez mas compõem o perfil tradicional do representante partidário. (ARAÚJO, 2005, p.195).

É fundamental compreender e levar em conta nas análises de trajetórias políticas o fato de que os partidos políticos possuem o monopólio sobre o recrutamento das elites políticas, processo este que difere de um partido para outro e sobre o qual não há uma legislação rígida. Tal realidade possibilita a autonomia de cada partido em realizar a seleção de candidaturas com um grande peso de critérios informais e subjetivos com impacto no perfil dos candidatos e eleitos.

Deste modo, torna-se importante estabelecer uma relação entre a posição ideológica dos Partidos Políticos no espectro ideológico-partidário e o impacto no recrutamento e sucesso eleitoral na trajetória das mulheres no campo político. É possível investigar, empiricamente e em contextos distintos, quais espectros ideológico-

partidários exercem maior atratividade sobre as mulheres candidatas e eleitas, em que espectro ideológico filiam-se prioritariamente, tornam-se candidatas e se elegem com maior facilidade.

### 3.1.3 Classificação de ideologias partidárias

Um aspecto importante no que diz respeito aos partidos políticos é a classificação ideológica dos mesmos. De acordo com alguns autores (MACIEL; ALARCON; GIMENES, 2018), o conceito "ideologia" pode ser definido como um "conjunto de ideias e valores respeitantes à ordem pública e tendo como função orientar os comportamentos políticos coletivos", ainda que apresente variações de acordo com o contexto histórico e cultural em que é empregado (SCHEEFFER, 2016<sup>25</sup>, p.35 apud MACIEL; ALARCON; GIMENES, 2018, p.75). Esta definição é adequada ao uso que se faz aqui do termo e sua aplicação na classificação dos diferentes partidos políticos.

Para uma classificação ideológica dos partidos é fundamental compreender os usos dos conceitos de Esquerda e Direita. Estes, tem sua origem no processo revolucionário francês, quando então os espaços ocupados na reunião dos Estados Gerais ficaram divididos pelos presentes. Ao lado esquerdo do Rei estavam os defensores de mudanças sociais e mais igualdade, ao passo que ao lado direito do Monarca estavam aqueles que defendiam os valores aristocráticos e a conservação da ordem social de então.

Esta marca inicial dos conceitos de Esquerda e Direita se fez presente durante o séc. XIX, um século polarizado entre os Partidos Conservadores e defensores da ordem social aristocrática e os Partidos Liberais, contestadores desta ordem.

A partir do final do séc. XIX, a influência do pensamento marxista, a centralidade econômica e o protagonismo da classe operária promoveram a inclusão de uma nova agenda na polarização entre a Direita e a Esquerda. A partir de então, a agenda econômica da Classe Operária passou a ocupar o polo ideológico dos Partidos de Esquerda, antes reservado aos Partidos Liberais.

---

<sup>25</sup> SCHEEFFER, F. **Ideologia e comportamento parlamentar na Câmara dos Deputados**: faz sentido ainda falar em esquerda e direita? Tese (Doutorado em Sociologia Política)– Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.



No Brasil, o sistema partidário é conhecido por sua complexidade, a qual se deve ao grande número de partidos registrados e com representação eleitoral, à diversidade organizacional das burocracias partidárias, às diferentes formas com que os partidos recrutam e selecionam candidatos, aplicam cotas partidárias e administram recursos partidários, aos critérios utilizados para construção de coligações, alianças e coalizões de governo, ao comportamento do legislativo nos parlamentos municipais, estaduais e federal, e, ainda, quanto ao posicionamento ideológico dos partidos. Acrescente-se a isso a territorialidade continental do país e os contornos regionais que adquire o sistema partidário. Todas estas questões apontam para a necessidade de revisão frequente dos estudos partidários.

Tais fatores exigem que "as classificações ideológicas dos partidos políticos brasileiros [sejam] periodicamente atualizadas a fim de captar mudanças e tendências" (BOLOGNESI; MACIEL; BABIRESKI, 2019, p.86). Esta tarefa não constitui um fácil desafio, visto que, "com 35 Partidos Políticos registrados<sup>26</sup>, 30 destes representados na Câmara dos Deputados, o Brasil não é somente um caso patológico de fragmentação partidária, mas também um desafio metodológico para encontrar padrões e regularidades que nos ajudem a traduzir nosso sistema partidário" (BOLOGNESI; MACIEL; BABIRESKI, 2019, p.87).

Neste sentido, diversos tem sido os critérios utilizados para a classificação ideológica dos partidos e tem levado em conta a "análise de opinião pública", a "avaliação de especialistas", os "manifestos e programas partidários", o "auto posicionamento de elites partidárias", bem como o "comportamento parlamentar em votações e propostas" (BOLOGNESI; MACIEL; BABIRESKI, 2019, p.92).

Para a teoria downsiana, o posicionamento ideológico partidário está relacionado ao "peso da intervenção estatal na economia" por parte dos partidos. No ponto extremo do espectro partidário da esquerda estaria a defesa do "controle governamental pleno" e no extremo da direita, a defesa do "mercado completamente livre" (DOWNS, 1999<sup>27</sup> apud TAROUCO; MADEIRA, 2013, p.151). Embora este critério continue tendo relevância na classificação do posicionamento ideológico dos partidos, outros critérios vêm sendo agregados.

---

<sup>26</sup> Em 2019.

<sup>27</sup> DOWNS, A. **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo: Edusp, 1999.

Frente a esta realidade, a classificação ideológica utilizada na presente investigação tem como base um extenso trabalho com cientistas políticos brasileiros na perspectiva de *Expert Surveys*, em que "analistas consultados são solicitados a classificar listas de partidos em escalas elaboradas pelos pesquisadores", conforme apresentado por Tarouco e Madeira (2015). Neste trabalho, os autores submeteram à comunidade de Cientistas Políticos brasileiros, pesquisadores de temáticas partidárias, uma adaptação para o contexto nacional de critérios de classificação ideológica consolidados por pesquisadores europeus para os partidos daquele continente.

Os especialistas brasileiros foram solicitados a distribuir os partidos políticos brasileiros em uma escala de 1 a 7 para Extrema-esquerda, Esquerda, Centro-esquerda, Centro, Centro-direita, Direita, e Extrema-direita, correspondendo o 1 para a Extrema-esquerda e o 7 para a Extrema-direita. obtendo-se os seguintes valores, conforme a Tabela 1:

TABELA 1 - CLASSIFICAÇÃO DOS PARTIDOS CONTEMPORÂNEOS NA ESCALA IDEOLÓGICA 1 A 7, NO SURVEY DA ABCP 2010

| PARTIDO | MÉDIA | MÍN. | MÁX. | DESVIO PADRÃO | COEF. VAR. | MODA | N.º DE RESPOSTAS | NÃO SABE |
|---------|-------|------|------|---------------|------------|------|------------------|----------|
| PCO     | 1,1   | 1    | 3    | 0,40          | 0,35       | 1    | 42               | 5        |
| PSTU    | 1,2   | 1    | 4    | 0,59          | 0,49       | 1    | 46               | 1        |
| Psol    | 1,4   | 1    | 4    | 0,69          | 0,47       | 1    | 47               | 0        |
| PCB     | 1,5   | 1    | 4    | 0,74          | 0,49       | 1    | 42               | 5        |
| PC do B | 2,3   | 1    | 7    | 1,15          | 0,51       | 2    | 47               | 0        |
| PT      | 2,9   | 1    | 5    | 0,77          | 0,27       | 3    | 46               | 1        |
| PSB     | 3,0   | 1    | 5    | 0,84          | 0,28       | 3    | 46               | 1        |
| PDT     | 3,3   | 2    | 6    | 0,87          | 0,26       | 3    | 46               | 1        |
| PV      | 3,5   | 2    | 5    | 0,69          | 0,19       | 4    | 47               | 0        |
| PPS     | 4,0   | 2    | 6    | 0,96          | 0,24       | 4    | 43               | 4        |
| PMDB    | 4,2   | 3    | 6    | 0,64          | 0,15       | 4    | 46               | 1        |
| PMN     | 4,4   | 3    | 7    | 1,41          | 0,32       | 3    | 24               | 23       |
| PHS     | 4,5   | 1    | 7    | 1,59          | 0,36       | 4    | 23               | 24       |
| PSDB    | 4,6   | 3    | 6    | 0,68          | 0,15       | 4    | 47               | 0        |
| PT do B | 4,7   | 1    | 7    | 1,65          | 0,35       | 5    | 29               | 18       |
| PTB     | 5,0   | 2    | 7    | 1,32          | 0,27       | 5    | 46               | 1        |
| PTC     | 5,1   | 2    | 7    | 1,43          | 0,28       | 5    | 20               | 27       |
| PTN     | 5,1   | 3    | 7    | 1,29          | 0,25       | 5    | 19               | 28       |
| PRB     | 5,1   | 3    | 7    | 1,08          | 0,21       | 5    | 34               | 13       |
| PSL     | 5,2   | 2    | 7    | 1,32          | 0,25       | 5    | 20               | 27       |
| PSC     | 5,2   | 3    | 7    | 1,11          | 0,21       | 5    | 26               | 21       |
| PRTB    | 5,3   | 2    | 7    | 1,39          | 0,26       | 6    | 22               | 25       |
| PSDC    | 5,4   | 3    | 7    | 1,18          | 0,22       | 6    | 22               | 25       |
| PR      | 5,4   | 3    | 7    | 0,89          | 0,16       | 6    | 38               | 9        |
| PRP     | 5,4   | 4    | 7    | 0,81          | 0,15       | 5    | 16               | 31       |
| PP      | 6,0   | 4    | 7    | 0,78          | 0,13       | 6    | 47               | 0        |
| DEM     | 6,2   | 5    | 7    | 0,72          | 0,12       | 6    | 47               | 0        |

FONTE: TAROUCO; MADEIRA (2015).

Nesta tabela, a proximidade das médias partidárias aos números de referência na escala 1 a 7, situa o posicionamento ideológico de cada partido de acordo com a percepção dos analistas:

- Médias próximas ao número 1 – Extrema-esquerda
- Médias próximas ao número 2 – Esquerda
- Médias próximas ao número 3 – Centro-esquerda
- Médias próximas ao número 4 – Centro
- Médias próximas ao número 5 – Centro-direita
- Médias próximas ao número 6 – Direita
- Médias próximas ao número 7 – Extrema-direita

A aplicação destas médias resultou em uma proposta de classificação ideológica dos partidos políticos brasileiros em nível nacional. Conforme pode ser visualizado no Quadro 3:

QUADRO 3 - IDEOLOGIA PARTIDÁRIA APROXIMADA DOS PARTIDOS BRASILEIROS

| 1                    | 2        | 3                | 4                   | 5   | 6       | 7               |
|----------------------|----------|------------------|---------------------|---|---------|-----------------|
| Extrema-esquerda     | Esquerda | Centro-esquerda  | Centro              | Centro-direita  | Direita | Extrema-direita |
| PCO, PSTU, Psol, PCB | PC do B  | PT, PSB, PDT, PV | PPS, PMDB, PMN, PHS | PSDB, PT do B, PTB, PTC, PTN, PRB, PSL, PSC, PRTB, PSDC, PR | DEM, PP | NENHUM          |

FONTE: Elaboração própria (2020).

A proposta de classificação das ideologias partidárias que resultou do trabalho de especialistas brasileiros tem sido extremamente útil para as investigações de temáticas partidárias, ainda que sejam necessárias algumas adaptações para os contextos locais em que haja uma variação relevante do comportamento partidário e, como não poderia deixar de ser, atualizações constantes, devido à dinâmica complexa do sistema partidário brasileiro.

#### 3.1.4 Ideologias partidárias no contexto local

Para classificar o posicionamento ideológico dos Partidos Políticos no contexto municipal é de fundamental importância adaptar as classificações partidárias utilizadas em âmbito nacional para a dinâmica partidária local.

O sistema multipartidário que caracteriza o sistema partidário brasileiro atualmente, tem seu início nas eleições de 1982 com a aplicação da Lei Orgânica dos Partidos Políticos, n.º 6.767, de 1979, a qual extinguiu o sistema bipartidário do Regime Militar (em que apenas dois Partidos ARENA e MDB preenchiam os requisitos para a obtenção do registro partidário) e levou à criação de cinco legendas partidárias as quais vieram a participar do pleito eleitoral em 1982: o Partido Democrático Social (PDS), o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), o Partido Popular (PP), o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e o Partido dos Trabalhadores (PT). Uma nova alteração na legislação, realizada em 1985, ampliou o número de partidos para o pleito de 1986. A Constituição de 1988, por sua vez, abriu a possibilidade do modelo de pluripartidarismo atualmente existente.

A proposta desta pesquisa é uma classificação partidária adaptada ao contexto da dinâmica partidária local que contenha as movimentações ideológico-partidárias relacionadas às trajetórias políticas em análise, levando-se em conta que algumas Vereadoras eleitas entre 1982-2016 filiaram-se pela primeira vez a uma organização política durante o Regime Militar.

Os brasileiros filiados a partidos e organizações políticas do período do Regime Militar filiaram-se a novos partidos criados a partir do início da década de 80, visto que as organizações políticas atuantes durante o Regime Militar foram substituídas por partidos com valores democráticos e de respeito ao resultado das eleições livres. Com a reintrodução das eleições livres e democráticas no ano de 1982 em nível municipal, os Partidos Políticos competem eleitoralmente em um espectro ideológico em que não há a presença dos extremos ideológicos verificados no período histórico-político anterior.

Para a classificação da ideologia dos Partidos Políticos pelos quais as Vereadoras da Cidade de Curitiba se filiaram, migraram e foram eleitas no período de 1982-2016, foi realizada uma adaptação da tabela de classificação ideológica proposta por Tarouco e Madeira (2015). Ao aplicar a tabela para a dinâmica partidária local do município de Curitiba e para o contexto histórico e político das trajetórias em análise, uma das adaptações realizadas foi a inclusão de organizações políticas do período do Regime Militar adeptas ao uso da força e das armas para a disputa política nos extremos do espectro ideológico partidário, seja no espectro ideológico da Extrema-esquerda (MR8), como também na Extrema-direita (ARENA), conforme o Quadro 4:

QUADRO 4 - DINÂMICA IDEOLÓGICO-PARTIDÁRIA LOCAL

| 1                | 2        | 3               | 4                       | 5                  | 6                                   | 7               |
|------------------|----------|-----------------|-------------------------|--------------------|-------------------------------------|-----------------|
| Extrema-esquerda | Esquerda | Centro-esquerda | Centro                  | Centro-direita     | Direita                             | Extrema-direita |
| MR8              | AP       | PT              | PST, PSB, PDT, MDB/PMDB | PPS, PSDB, PTB, SD | PDS, PFL, PP, PPB, PSC, PSD, PDC/DC | ARENA           |

FONTE: Elaboração própria (2020).

Entre outras adaptações realizadas na tabela acima, os Partidos PDT, PV e PSB foram classificados ao Centro do Espectro ideológico, considerando o histórico de coligações e alianças realizadas por estes Partidos na cidade de Curitiba com Partidos situados mais ao Centro-direita e à Direita do espectro ideológico, bem como o trânsito das migrações partidárias, de lideranças políticas, políticos eleitos e filiados entre as siglas do Centro, Centro-direita e Direita. Um caso ilustrativo é o do ex-Prefeito Jaime Lerner, prefeito de Curitiba na época do Regime Militar e que após a democratização do país migrou para o Partido Democrático Trabalhista (PDT) no final da década de 80 elegendo-se prefeito da cidade. Neste percurso, levou consigo muitas lideranças e filiados para o Partido Democrático Trabalhista (PDT). Após o mandato como prefeito, migrou para o Partido da Frente Liberal (PFL), já na década de 90 e levou para este Partido novamente um grupo de lideranças, quando então elegeu-se governador em 1994 e 1998, por dois mandatos. Ainda do ponto de vista da dinâmica partidária local é possível observar que o Partido Verde (PV) e o Partido Socialista Brasileiro (PSB) constroem alianças e coligações partidárias com tradicionais Partidos de Centro-direita e da Direita do espectro ideológico, não apenas na Capital, Curitiba, mas em todo o Paraná. Um caso ilustrativo é a eleição municipal de 2008 em Curitiba em que o então Prefeito eleito Beto Richa (PSDB) construiu uma coligação com 11 partidos, sendo estes PSDB, PSB, PPS, DEM, PDT, PR, PSL, PRP, PSDC, PP e PTN, em coligação encabeçada pelo PSDB.

Miguel, Marques e Machado (2015), nesta perspectiva, afirmam que no contexto federal, "uma peneira ideológica fina virtualmente extinguiria a esquerda na Câmara dos Deputados, mas critérios um pouco mais exigentes de consistência programática [poderiam resumir] a esquerda a PT, PCdoB e PSOL" (p.739).

O Partido Social Cristão (PSC), por sua vez, tem se posicionado no contexto local mais à Direita do espectro partidário (com algumas exceções, como por exemplo a eleição municipal de 2008 em Curitiba em que se aliou ao PT), do que

propõe a classificação realizada por Tarouco e Madeira (2015), que propõe seu posicionamento na proximidade da Centro-direita.

De qualquer modo, a flutuação ideológica de alguns partidos no que diz respeito às coligações partidárias não indicam uma regra fixa sempre na mesma direção ideológica, mas uma certa disposição em se movimentar em um determinado espectro ideológico com mais facilidade e frequência do que para o espectro ideológico oposto. Nestas movimentações partidárias em direção a outro campo ideológico, geralmente por meio de coligações partidárias e construção de bases governamentais, como também a formação de grupos de Partidos de oposição, faz-se necessário analisar o programa partidário do(s) partido(s) que encabeça(m) a coligação, e/ou o programa de governo da coligação, ou oposição, a fim de verificar o programa e a agenda que agrega um determinado grupo partidário, como um indicativo de uma maior, ou menor, flexibilidade ideológica do(s) Partido(s) aderente(s).

## 3.2 DADOS EMPÍRICOS

### 3.2.1 Ideologia do primeiro partido de filiação

A maior concentração de primeiras filiações partidárias das Vereadoras eleitas ocorreu no **Centro** do espectro ideológico, com 40,9% das eleitas no período analisado, seguido pela **Direita** do espectro ideológico com 18,2% das eleitas. A Esquerda, a Centro-Esquerda e a Centro-Direita contaram, cada uma, com 9,1% das eleitas no período analisado entre as primeiras filiações. A Extrema-esquerda e Extrema Direita contaram com apenas 1 Vereadora cada. Conforme a Tabela 2:

TABELA 2 - IDEOLOGIA PARTIDÁRIA DA PRIMEIRA FILIAÇÃO DAS VEREADORAS ELEITAS PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA (1982-2016)

| PRIMEIRA FILIAÇÃO IDEOLOGIA PARTIDÁRIA | FREQUÊNCIA | PORCENTAGEM | PORCENTAGEM VÁLIDA | PORCENTAGEM ACUMULATIVA |
|--|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Extrema esquerda                       | 1          | 4,5         | 4,8                | 4,8                     |
| Esquerda                               | 2          | 9,1         | 9,5                | 14,3                    |
| Centro esquerda                        | 2          | 9,1         | 9,5                | 23,8                    |
| <b>Centro</b>                          | <b>9</b>   | <b>40,9</b> | 42,9               | 66,7                    |
| Centro direita                         | 2          | 9,1         | 9,5                | 76,2                    |
| Direita                                | 4          | 18,2        | 19,0               | 95,5                    |
| Extrema direita                        | 1          | 4,5         | 4,8                | 100,0                   |
| Total                                  | 21         | 95,5        | 100,0              |                         |
| Ausente (99)                           | 1          | 4,5         |                    |                         |
|  | 22         | 100,0       |                    |                         |

FONTE: Elaboração própria (2020).

Com relação às primeiras filiações, foi possível observar que 31,8% das eleitas no período analisado filiaram-se pela primeira vez no amplo espectro ideológico da Direita (Centro-direita, Direita e Extrema-direita). De outro lado, 22,7% das eleitas filiaram-se pela primeira vez no espectro ideológico da **Esquerda** (Extrema-esquerda, Esquerda e Centro-esquerda), enquanto o **Centro** contou com 40,9%, bem acima de ambos.

Ao se observar de forma mais detalhada os dados da ideologia partidária do primeiro Partido de filiação, observa-se que predominam as filiações no Centro do espectro partidário com 36,4% das eleitas no período analisado. Em segundo lugar aparecem as primeiras filiações à Direita, verificada entre 18,2% das eleitas no período. A primeira filiação na Centro-esquerda aparece entre 9,1% das eleitas, mesmo percentual de primeiras filiações na Centro-Direita. As filiações direcionadas à Extrema-direita e Extrema-esquerda do espectro partidário correspondem, igualmente, a 5% das eleitas.

### 3.2.2 Migrações partidárias anteriores ao 1.º mandato

Conforme os dados coletados, um total de 15 Vereadoras, 68,2% das eleitas no período analisado para a Câmara Municipal de Curitiba no período 1982-2016, migraram de Partido pelo menos uma vez antes de serem eleitas para o primeiro mandato. Conforme a Tabela 3:

TABELA 3 - MIGRAÇÃO PARTIDÁRIA ANTES DA ELEIÇÃO - VEREADORAS ELEITAS PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA (1982-2016)

| MIGRAÇÃO PARTIDÁRIA | FREQUÊNCIA | PORCENTAGEM | PORCENTAGEM VÁLIDA | PORCENTAGEM ACUMULATIVA |
|---------------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido              |            |             |                    |                         |
| Não                 | 6          | 27,3        | 28,6               | 28,6                    |
| Sim                 | 15         | 68,2        | 71,4               | 100,0                   |
| Total               | 21         | 95,5        | 100,0              |                         |
| Ausente (99)        | 1          | 4,5         |                    |                         |
| Total               | 22         | 100,0       |                    |                         |

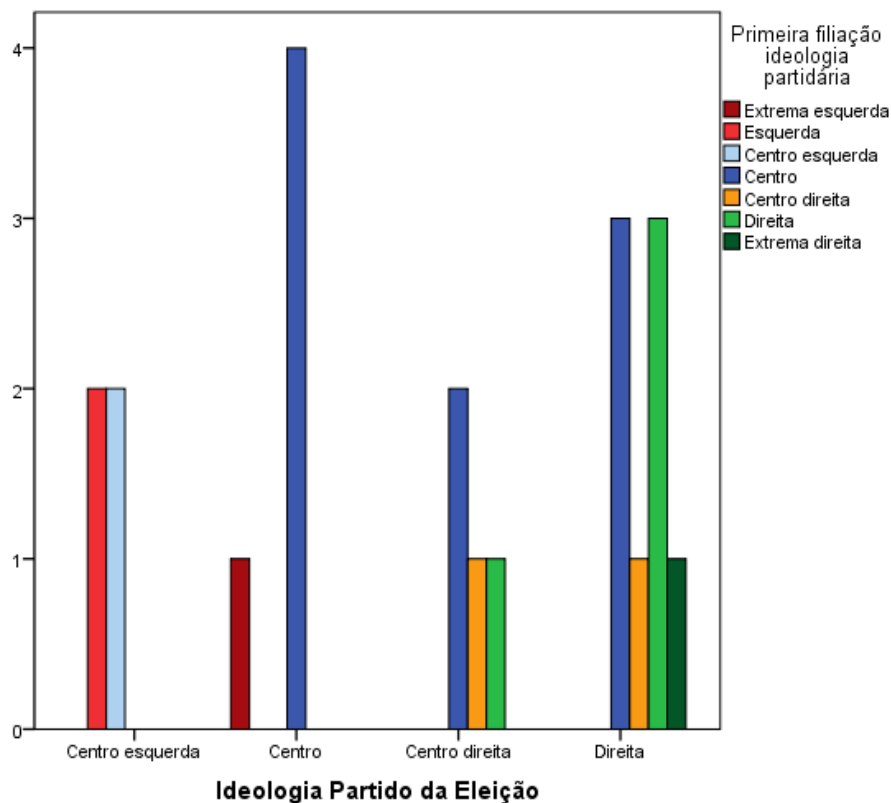
FONTE: Elaboração própria (2020).

Em contraste, 4 Vereadoras, 27,3% das eleitas, permaneceram no primeiro Partido de filiação, desde a primeira filiação até a primeira vitória eleitoral.

As migrações partidárias apontam para a necessidade de comparar a ideologia do primeiro Partido de filiação e a ideologia do Partido de eleição. Com isso, é possível visualizar as mudanças ideológicas do primeiro Partido de filiação para o Partido da eleição e detectar suas preferências, mas também, o espectro ideológico em que as Vereadoras foram, predominante, eleitas.

A investigação dos Partidos pelos quais as Vereadoras foram efetivamente eleitas após uma ou mais migrações partidárias mostra que o quadro ideológico dos Partidos da eleição tem um reforço à Direita do espectro ideológico se comparado aos Partidos da primeira filiação, conforme o Gráfico 1:

GRÁFICO 1 - IDEOLOGIA DO PARTIDO DA PRIMEIRA FILIAÇÃO E DO PARTIDO DA ELEIÇÃO



FONTE: Elaboração própria (2020).

Os dados revelam que os extremos ideológicos verificados na primeira filiação partidária do período do Regime Militar se dissiparam e não aparecem entre os partidos pelos quais as Vereadoras efetivamente se elegeram. Quanto a este aspecto, observou-se, por exemplo, que houve a migração de 1 Vereadora da Extrema-esquerda para o Centro do espectro ideológico, ao mesmo tempo que ocorreu a migração de 1 Vereadora da Extrema-direita para a Direita.



Observou-se também que quem se filiou pela primeira vez a um Partido de Esquerda, 2 Vereadoras, caminhou em direção à Centro-esquerda. Aquelas Vereadoras que primeiramente se filiaram a partidos de Centro, 9 Vereadoras, ou permaneceram no Centro, 4 Vereadoras, ou quando migraram preferiram os Partidos de Centro-direita (2 Vereadoras) e de Direita (3 Vereadoras).

As Vereadoras que na primeira filiação partidária filiaram-se a Partidos de Direita, 4 Vereadoras, ou permaneceram na Direita (3 Vereadoras), ou houve uma migração mínima, 1 Vereadora, para partidos de Centro-direita.

Ressalta-se que as migrações para a Direita, provenientes do Centro e da Extrema-direita tiveram destaque na trajetória das mulheres eleitas.

### 3.2.3 Ideologia do partido da eleição

Como visto anteriormente, a maioria das Vereadoras eleitas para a Câmara Municipal de Curitiba no período 1982-2016 realizou uma primeira filiação partidária em Partido diferente daquele pelo qual obteve a vitória, visto que houve uma migração partidária anterior ao ingresso no primeiro mandato na CMC. Outras Vereadoras mantiveram-se no primeiro Partido de filiação, ingressando na Câmara Municipal por este Partido.

Com relação ao espectro ideológico do partido da vitória eleitoral das Vereadoras para a Câmara Municipal de Curitiba, os dados demonstram que a concentração maior de vitórias das mulheres ocorreu na Direita do espectro ideológico, com 36,4% das eleitas, seguido por 27,3% que foram eleitas por partidos de Centro. Em seguida, aparecem 18,2% de eleitas pela Centro-esquerda e o mesmo percentual pela Centro-Direita, não havendo Vereadoras eleitas nos campos da Extrema-esquerda e Extrema-direita. Conforme a Tabela 4:

TABELA 4 - IDEOLOGIA DO PARTIDO DA ELEIÇÃO PARA O PRIMEIRO MANDATO

| PARTIDO DA ELEIÇÃO | FREQUÊNCIA | PORCENTAGEM | PORCENTAGEM VÁLIDA | PORCENTAGEM ACUMULATIVA |
|--------------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Centro esquerda    | 4          | 18,2        | 18,2               | 18,2                    |
| Centro             | 6          | 27,3        | 27,3               | 45,5                    |
| Centro direita     | 4          | 18,2        | 18,2               | 63,6                    |
| <b>Direita</b>     | <b>8</b>   | <b>36,4</b> | 36,4               | 100,0                   |
| Total              | 22         | 100,0       | 100,0              |                         |

FONTE: Elaboração própria (2020).

Os dados coletados demonstram que houve um movimento de migração partidária para a Direita do espectro ideológico resultando em maior número de vitórias no espectro ideológico situado à Direita (Centro-direita e Direita) com 54,5% das eleitas no período analisado, seguido pelo Centro com 27,3% e, por último, a Centro-esquerda com 18,2% das eleitas.

#### 3.2.4 Tempo de filiação no partido da 1.<sup>a</sup> eleição

Os dados coletados demonstram que maioria das Vereadoras, 54,5% das eleitas no período analisado, permaneceram entre 1 a 4 anos no Partido que lhes garantiu a vitória eleitoral e que, portanto, o tempo de permanência no Partido pelo qual foram eleitas foi relativamente curto.

Uma porcentagem de 22,7% das eleitas no período analisado tinha permanecido entre 5 e 8 anos no Partido pelo qual foi eleita. Verificou-se que 9,1% delas estavam no Partido por um período de 9 a 12 anos. E, por último, um dado relevante é que 13,6% das eleitas no período analisado estavam no Partido da primeira filiação por um tempo igual ou maior que 13 anos. Conforme a Tabela 5:

TABELA 5 - TEMPO DE FILIAÇÃO NO PARTIDO DA ELEIÇÃO DAS VEREADORAS ELEITAS PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA (1982-2016)

| TEMPO DE FILIAÇÃO | FREQUÊNCIA | PORCENTAGEM | PORCENTAGEM VÁLIDA | PORCENTAGEM ACUMULATIVA |
|-------------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| <b>1 a 4 anos</b> | <b>12</b>  | <b>54,5</b> | 54,5               | 54,5                    |
| 5 a 8 anos        | 5          | 22,7        | 22,7               | 77,3                    |
| 9 a 12 anos       | 2          | 9,1         | 9,1                | 86,4                    |
| Acima de 13 anos  | 3          | 13,6        | 13,6               | 100,0                   |
| Total             | 22         | 100,0       | 100,0              |                         |

FONTE: Elaboração própria (2020).

Os dados sobre o tempo de permanência no partido da vitória para o primeiro mandato reforçam os dados anteriores sobre migração partidária previamente ao primeiro mandato, característica presente na trajetória de aproximadamente 60% das eleitas no período.

### 3.3 CONCLUSÕES

Os dados coletados<sup>28</sup> possibilitaram concluir que a **primeira filiação partidária** por parte das Vereadoras eleitas em Curitiba, no período 1982-2016, ocorreu prioritariamente nos partidos do **Centro** do espectro ideológico, com 40,9% das primeiras filiações. O Centro demonstrou ser um grande recrutador de mulheres, as quais se tornariam Vereadoras, para uma primeira filiação partidária. Os partidos de Extrema-esquerda, Esquerda e Centro-esquerda alcançaram juntos 22,7% das primeiras filiações partidária entre as Vereadoras, enquanto os partidos de Centro-Direita, Direita e Extrema-Direita chegaram a 31,8% de adesão das mulheres Vereadoras em suas primeiras filiações<sup>29</sup>.

No entanto, ocorre uma movimentação ideológico-partidária expressiva entre a primeira filiação partidária das Vereadoras e a primeira vitória nas urnas, relacionada às migrações partidárias, na medida em que ao menos 15 Vereadoras (68,2%) migraram de partido e nem sempre para o mesmo campo ideológico-partidário da primeira filiação, sendo que apenas 6 Vereadoras não realizaram migração partidária antes da eleição.

Entre as 21 trajetórias investigadas em que foi possível obter as informações de primeira filiação e migração partidária o **Centro** havia reunido a maior parte das primeiras filiações (9 Vereadoras/40,9%). No entanto, no processo de migrações partidárias perdeu um total de 5 das 8 Vereadoras, sendo 2 que migraram para a Centro-direita e 3 para a Direita. Conseguiu, assim, eleger 5 Vereadoras, 22,7% do total das eleitas, porque atraiu uma migração partidária proveniente da Extrema Esquerda (Mr8 para MDB). Foi possível observar, portanto, que se por um lado o Centro foi mais acessível à primeira filiação, foi o espectro ideológico que menos conseguiu reter suas filiadas até a primeira vitória eleitoral e que nenhuma Vereadora migrou do Centro para o espectro ideológico da esquerda, todas migraram à Direita.

Observou-se que a **Direita** foi a posição ideológica que mais elegeu mulheres na Câmara Municipal de Curitiba no período analisado (8 Vereadoras, 36% das

---

<sup>28</sup> Não foi possível coletar os dados de primeira filiação partidária de uma das vereadoras.

<sup>29</sup> As classificações partidárias aplicadas para o período em estudo, no contexto local, foram explicitadas nos tópicos 3.1.3 e 3.1.4).

eleitas), mas apenas 4 destas delas (18,2%) estavam no partido desde a primeira filiação partidária. Portanto, a Direita conseguiu atrair as mulheres, até então futuras Vereadoras, provenientes de outros espectros partidários, principalmente do Centro de onde recebeu 3 Vereadoras, atraindo também uma Vereadora da antiga ARENA (Extrema Direita) e uma da Centro-Direita.

Apenas 2 Vereadoras haviam escolhido a **Centro-direita** na primeira filiação partidária, porém este campo ideológico conseguiu eleger o dobro, 4 Vereadoras, contabilizando entre estas duas que migraram provenientes do Centro. Houve um troca-troca com a Direita, de uma Vereadora, que não alterou o peso das migrações entre estas posições ideológicas. Duas das eleitas filiaram-se pela primeira vez na **Centro-esquerda** e mantiveram a opção partidária da primeira filiação até a primeira vitória nas urnas. Além disso, duas Vereadoras da Esquerda (AP) na primeira filiação foram atraídas pela Centro-esquerda (PT) de modo que este campo ideológico elegeu 4 Vereadoras (18,2%).

Não houve nenhuma migração partidária que atravessasse o Centro para o lado oposto do espectro partidário, nem partindo do amplo espectro da Esquerda, nem da Direita. Foi possível detectar, portanto, que houve **coerência ideológica**. O limite das migrações partidárias foi sempre o Centro. As migrações oriundas desta posição, por sua vez, ocorreram sempre em direção ao campo da Direita.

O maior movimento migratório observado foi a **evasão do Centro** e a catalização pelos partidos de Centro-Direita e Direita. Destaca-se ainda que a **Centro-Direita** e a **Direita** se caracterizam pelo **efeito catalizador** sobre o Centro ao atrair filiadas e garantir-lhes a vitória. Com relação às primeiras filiações na Esquerda e sua migração para a Centro-esquerda, observa-se que houve uma migração para uma proximidade maior com o Centro. Os movimentos migratórios, em geral, aconteceram da Esquerda para a Centro-esquerda, do Centro para a Centro-direita e Direita, sendo possível detectar um processo de *direitização* em no ciclo de vida partidária das Vereadoras anterior à primeira vitória eleitoral.

Todos estes aspectos relacionados à migração partidária das Vereadoras no contexto de filiação e eleição para o Poder Legislativo local merecem uma maior atenção por parte de pesquisas futuras no sentido de desvendar as causas deste fenômeno agora detectado.

Com relação ao **tempo de filiação no partido da vitória**, foi possível verificar que 54% das eleitas (12 Vereadoras) permaneceram entre 1 e 4 anos no partido

pelo qual foram eleitas, ou seja, um período igual ou menor do que uma legislatura anterior à eleição. E apenas 22,7% haviam permanecido mais tempo do que duas legislaturas no partido pelo qual foram eleitas. Tais descobertas não podem ser desconectadas do fato de que 45,4% das eleitas filiaram-se a um partido político pela primeira vez antes dos 35 anos enquanto 50% após os 35 anos (conforme o tópico 7.2.5) e que 63,6% elegeram-se pela primeira vez com 45 anos ou mais (conforme o tópico 7.2.6).

Os dados sobre a eleição da maior parte das Vereadoras da Câmara Municipal de Curitiba por partidos de Direita (36,4%), de Centro (22,7%), seguidos pela Centro-esquerda (18,2%) e Centro-Direita (18,2%) contrastam com a teoria proposta por Katz e Mair (1992), ao menos no que diz respeito ao Legislativo Municipal de Curitiba em que os Partidos de Esquerda seriam mais receptivos às trajetórias de mulheres. Os mesmos dados reforçam os achados de Miguel e Queiroz (2006) de que o sucesso eleitoral das mulheres nas eleições municipais por Partidos situados ideologicamente à Direita não é uma exclusividade das regiões subnacionais menos desenvolvidas, considerando-se o fato de que a cidade de Curitiba situa-se na região Sul do país, considerada uma das regiões economicamente desenvolvidas.

É importante destacar aqui as conclusões a que chegaram Ayres, Oliveira e Gimenes (2017) a respeito das trajetórias das mulheres Vereadoras no Estado de Santa Catarina vinculadas à Legislatura 2012-2016, ao apontarem "não haver protagonismo dos partidos de esquerda na eleição de mulheres nos legislativos municipais de Santa Catarina, o que contraria a tendência teórica de que tais legendas teriam maior número de mulheres eleitas" (AYRES; OLIVEIRA; GIMENES, 2017, p.39). Contudo, afirmam a necessidade de levar em conta que grande parte dos estudos citados sobre a preponderância de partidos de Esquerda na eleição de mulheres para o legislativo analisam a realidade de legislativos nacionais e não locais/municipais.

Os dados empíricos sobre a filiação partidária, as migrações partidárias, o tempo de permanência no partido da eleição para o primeiro mandato, bem como a relação destes aspectos com a ideologia partidária possibilitam uma melhor compreensão das trajetórias das mulheres Vereadoras de Curitiba à luz da produção teórica a respeito das trajetórias políticas.

## 4 VARIÁVEIS SOCIODEMOGRÁFICAS

### 4.1 REVISÃO DA LITERATURA

#### 4.1.1 Obstáculos de gênero à participação política

Um aspecto importante a ser considerado no estudo das Trajetórias políticas das mulheres são os papéis sociais culturalmente desempenhados pelas mulheres na esfera doméstica, gerando dupla ou tripla jornada, especialmente aqueles relacionados às responsabilidades pelo âmbito reprodutivo.

Estes papéis domésticos estão relacionados à compreensão do que é o feminino, o ser mulher, pois

ao feminino pode corresponder experiências relacionadas às posições específicas que as mulheres ocupam em uma dada estrutura social, isto é, em uma geografia das relações de poder em que ser homem ou mulher tem impacto sobre as experiências dos indivíduos, sobre sua compreensão das relações em que se inserem, suas oportunidades e seus interesses. Mas à feminilidade podem corresponder, também, experiências que seriam típicas de uma vivência das mulheres, como a maternidade e a maternagem (MIGUEL; BIROLI, 2010, p.654).

Esta persistente realidade torna difícil conciliar a esfera privada e a esfera pública, tornando lenta a melhora dos índices de participação política feminina.

Os papéis domésticos culturalmente desempenhados pelas mulheres, principalmente no que diz respeito ao cuidado dos filhos, resultam em uma menor disponibilidade de tempo para a política, ao mesmo tempo em que este trabalho libera os homens para a construção de suas carreiras.

O fato é que os pressupostos teóricos de pretensão universalista das Democracias contemporâneas gerou uma tensão quanto à inserção das mulheres na participação política, uma vez que a conquista da cidadania universal trouxe consigo algumas formas de "apagamento" das "especificidades" dos papéis sociais desempenhados pelas mulheres, constituindo-se, "especialmente a maternidade", na base da sua exclusão:

[...] o entendimento patriarcal da cidadania significa que as duas demandas são incompatíveis, já que permite apenas duas alternativas: ou as mulheres se tornam (como) homens, e assim cidadãos plenos; ou continuam no trabalho de mulheres, que não tem valor para a cidadania (PATEMAN, 1989<sup>30</sup>, p.197 apud MIGUEL; BIROLI, 2010, p.660).

A maior consequência do papel social familiar desempenhado pelas mulheres, no que diz respeito ao desenvolvimento de uma carreira política, é a supressão de um pré-requisito que já havia sido apontado por Bourdieu (2011b) como muito importante para o sucesso no campo político: o "tempo livre".

Esta realidade está presente, inclusive, entre as mulheres que buscam uma vaga em instâncias como a Câmara dos Deputados e o Senado, conforme observado por Sacchet (2008) a respeito de uma pesquisa com candidatas a Deputada federal no Brasil, na década de 90:

*The role women perform inside their Family and Community deprives them of time and energy to be more active in public live [...] A survey carried out by the newspaper A Folha de São Paulo in Brazil revealed that while male candidates do on average on domestic task before they go to work, female candidates do on average five (Suplicy 1997:2) [Suplicy, M. 1997. "Ser Deputada." Folha de São Paulo, 20 January, pp. 1-3.] It is thus not surprising that the highest proportion of women involved in formal politics are single, divorced, or no longer have small children (SACCHET, 2008, p.152).*

O tempo livre é um recurso imprescindível visto que a dedicação à política exige contato com grupos sociais, demanda presencial em diferentes fóruns consultivos, campanhas políticas exaustivas, além de deslocamentos frequentes em horários, muitas vezes, imprevisíveis. E as responsabilidades familiares exercidas pelas mulheres inviabilizam uma conciliação entre a vida privada e pública, conforme Miguel e Birolí (2010, p.668): "[...] o principal constrangimento material à participação política das mulheres [na política] diz respeito ao tempo livre, o que se liga estreitamente à responsabilidade maior, quando não exclusiva, pelas tarefas domésticas e pelo cuidado com as crianças".

É de se esperar que as mulheres que conseguiram conciliar a vida familiar e a vida pública e, desse modo, puderam desenvolver uma carreira política contornaram, de alguma forma, as exigências culturais para os papéis sociais da mulher.

---

<sup>30</sup> PATEMAN, C. **The Disorder of Woman**. Stanford: Stanford University Press, 1989.

#### 4.1.2 O poder local e as mulheres: a extensão do lar

O poder local é abordado pelo pensamento humano desde os primeiros escritos jurídicos, históricos, filosóficos e políticos. É a instância mais universal de organização política da humanidade, tanto do ponto de vista histórico como do ponto de vista geográfico, assumindo diferentes configurações em diferentes contextos.

Portanto, se faz necessário esclarecer o uso que se faz nesta pesquisa do conceito de "poder local". É necessário levar em conta o fato de que a ideia de poder local se constitui e faz sentido no contexto de uma relação com outros espaços e depende "de onde se olhe e de onde se viva" (MASSOLO, 2003, p.47). Neste sentido, um bairro, uma cidade, um município ou um Estado podem todos ser vistos como "local". Ou seja, pode abranger unidades as mais diversas, dependendo da perspectiva.

De modo geral, o poder local está associado a algumas características, especialmente na América Latina:

[...] está indisolublemente ligado a un territorio, contiene un sistema de relaciones sociales, y se concibe como una escala subnacional determinada por la división político-administrativa del estado nación; es la unidad territorial de menor desagregación generalmente asociada en América Latina a alguna forma de arreglo institucional de gobierno local (municipio, comuna, parroquias, etc.) (MASSOLO, 2003, p.38).

Nesta perspectiva, o poder local pode ser compreendido como a unidade política de menor desagregação, concebido como uma esfera subnacional, com um território delimitado e com algum tipo de unidade administrativa institucionalizada.

Costa (1998) aborda a importância do poder local para a atuação política formal das mulheres, na medida em que esta esfera de poder se constitui no espaço político mais acessível às mulheres, por razões culturais relativas ao papel historicamente desempenhado pelas por elas na sociedade:

[...] os municípios são os espaços onde as mulheres se destacam um pouco mais na sua atividade política formal, constituindo-se em um espaço privilegiado de sua atuação política. Isso é o resultado, em grande parte, das facilidades que a mulher encontra para conciliar sua atividade política com as responsabilidades e afazeres domésticos (COSTA, 1998, p.88).

E, ainda asseverando que os novos papéis que as mulheres acrescentaram às suas trajetórias de vida, inclusive na participação política e no âmbito da esfera



pública, carregam as marcas dos papéis tradicionalmente impostos. "Essa é uma característica geral na participação política da mulher. Sua atuação na esfera pública ainda não conseguiu romper as determinações do mundo doméstico de suas responsabilidades familiares e de seu componente 'maternal'" (COSTA, 1998, p.88)

Tal característica da participação política das mulheres se deve, em grande parte, ao fato de que as mulheres mesmo desempenhando novos papéis no âmbito familiar e profissional, ainda não romperam com antigos papéis:

[...] não obstante as mulheres estarem hoje, no Brasil, desempenhando novos papéis, apresentando novas orientações e opções, mantêm valores da antiga ordem patriarcal. Suas crenças políticas permanecem sendo específicas na medida em que para elas a família constitui o eixo das mudanças que vive em relação com seus papéis na sociedade (AVELAR, 1985<sup>31</sup>, p.68 apud COSTA, 1998, p.88).

A caracterização do aspecto "maternal" da atuação política da mulher, observado pelos autores Avelar (1985) e Costa (1998), encontra-se referenciada no trabalho de Chaney (1983 apud COSTA, 1998), e diz respeito à sua conhecida obra *Supermadre: La mujer dentro de la política en América Latina*<sup>32</sup> que aborda este aspecto como sendo um traço característico da participação das mulheres latinoamericanas na política. O conceito de "supermãe" trouxe uma perspectiva importante de análise da participação política das mulheres no continente e pode contribuir para a compreensão de algumas características da participação das mulheres na política brasileira, especialmente na esfera local (CHANEY, 1983 apud COSTA, 1998, p.88). Outro aspecto apontado por Costa (1998) a respeito da participação política das mulheres é o que ela compreende como a existência de uma maior proximidade das mulheres ao poder local e um maior distanciamento em relação ao poder central na medida em que, segundo ela, há uma divisão sexual na hierarquia do poder formal:

[Há] uma espécie de divisão vertical do poder formal com base nos sexos, isto é, na medida em que os cargos públicos se aproximam do poder central, diminui o número de mulheres. As mulheres tendem a ocupar, em maior número, os postos mais baixos na hierarquia estatal. Neste sentido, elas têm um maior acesso (se bem que esse número não seja tão

---

<sup>31</sup> AVELAR, L. **O voto feminino no Brasil**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1985.

<sup>32</sup> CHANEY, E. **Supermadre**. México: Fondo de Cultura Económica, 1983.

significativo) ao legislativo municipal [e maior dificuldade de acesso] na esfera Federal e Estadual, onde seu exercício implica uma série de deslocamentos e, por ser uma esfera maior do poder de decisão, é de acesso mais difícil para as mulheres (COSTA, 1998, p.89).

Costa (1998), observa ainda que "[...] a cultura política feminina tende a valorar os micro espaços de seu habitat cotidiano, as práticas políticas comunitárias, a preocupar-se mais com os problemas que tenham uma relação direta com as condições de vida de sua família, a vizinhança e a localidade" (COSTA, 1998, p.89).

A possibilidade de combinar responsabilidades domésticas e participação política local, também foi observada por Sacchet (2008), principalmente em um país com grande extensão territorial como o Brasil em que as sedes das Câmaras Federais exigem longos deslocamentos de qualquer ponto do país.

*When coupled with geographic constraints, family responsibility may provide further hindrances to women's capacity to assume senior legislative positions. In a large country like Brazil, given the geographic distance that separates the capital, Brasília, from the rest of the country, it is harder for women to become national political representatives. Thus, the presence of women is higher in local politics, where they can best combine private responsibilities with public commitments (SACCHET, 2008, p.152).*

O poder local parece ter sido o foco da atuação feminina, principalmente nos Movimentos Sociais circunscritos ao poder local na medida em que, conforme afirma Costa (1998, p.89) "[...] parte significativa dos estudos sobre a política feminina nos municípios tratam da atuação das mulheres nos movimentos sociais", espaços em que "[...] as atividades ali realizadas e as lutas travadas se refletem nas condições de funcionamento do seu lar e no bem-estar de sua família", asseverando, ainda, que

[...] as evidências confirmam que é em torno do âmbito municipal onde a maioria das mulheres se socializam e interatuam politicamente, estabelecem constantes relações com as autoridades locais enquanto gestoras dos equipamentos, subsídios, etc. e realizam múltiplas atividades que vinculam a problemática da vida cotidiana com demandas coletivas e associações comunitárias (MASSOLO, 1994<sup>33</sup>, p.33 apud COSTA, 1998, p.90).

---

<sup>33</sup> MASSOLO, A. **Los Medios y Los Modos**: Participación Política y Acción Colectiva De Las Mujeres. México: Colegio De Mexico, 1994.

Inobstante, a partir dos anos 2000, tenham surgido trabalhos importantes investigando a participação política das mulheres no poder político formal, institucional, "[...] a participação da mulher no poder formal do município representa todo um campo do saber a ser construído" (COSTA, 1998, p.90), ainda mais quando considerada a extensão territorial do Brasil, que contempla mais de cinco mil municípios, com aspectos regionais diversos que merecem melhor compreensão.

#### 4.1.3 Superqualificação escolar e profissional

Os estudos de resultados eleitorais brasileiros têm demonstrado que desde a conquista do direito à representação política no país, as mulheres tem sido eleitas com altas taxas de escolarização formal e que a escolarização média das mulheres é sempre superior à dos homens, seja para candidatas ou para eleitas, independentemente do cargo disputado, dos partidos ou da região do país (MIGUEL; QUEIROZ, 2006).

A presença da alta qualificação apresentada pelas mulheres nos processos eleitorais não seria uma exclusividade da sociedade brasileira, mas também uma realidade presente em outros países (LAWLESS; FOX, 2005; MIGUEL; BIROLI, 2010, p.666).

Da parte das mulheres ocorreria o que pode ser denominado de "superqualificação" para a disputa eleitoral e para a vitória nas urnas, algo que pode partir do comportamento das próprias mulheres devido à consciência do grau de exigência social para com elas. Ter uma boa qualificação escolar e profissional pode ser um elemento de autoconfiança e motivação para dar início a uma trajetória política, visto que

[...] as mulheres estão habituadas à exigência de superqualificação, imposta aos integrantes de grupos subalternos que ingressam em espaços privilegiados. Elas sabem, ainda que de forma intuitiva, que lhes é cobrada uma competência superior para que possam exercer tais funções (MIGUEL; BIROLI, 2010, p.666).

Ao ter consciência das exigências de qualificação acima da média para ingressar em espaços predominantemente masculinos, as próprias mulheres podem internalizar uma tal necessidade a ponto de decidir entrar na arena eleitoral apenas quando a autopercepção da própria qualificação for satisfatória e gerar a autoconfiança necessária para a disputa eleitoral e o exercício do mandato.

No que diz respeito aos estudos de gênero e política, é de fundamental importância mapear, não apenas o grau de formação escolar, mas também as áreas ocupacionais que favorecem o ingresso das mulheres na política e por quais razões.

Neste sentido, um importante elemento que pode constituir um dos indicadores de "disposição" para a política é o tipo de ocupação profissional de um candidato e em que medida e por quais razões possibilita aspirar a um cargo eletivo/representativo. É importante detectar, ainda, se há "afinidade técnica" entre ocupação profissional e atividade política. Por afinidade técnica considera-se, entre outras coisas, a atividade profissional que envolve a familiaridade com as leis, com a oratória e com a escrita enquanto recursos e instrumentos de trabalho necessários ao campo político.

Entre o conjunto de habilidades sociais e técnicas que uma profissão oferece e que contribui para a aspiração a um cargo político, incluem o *status* social da profissão, bem como o tempo livre que pode propiciar. Constituem, portanto, o "potencial político" da ocupação profissional (BOLOGNESI; PERISSINOTTO; CODATO, 2016).

Alguns tipos de ocupação profissional adquirem ainda maior importância quando agregam "capital delegado". Neste caso, "o político é depositário de um capital que pertence, na verdade, à organização [...] sendo possível encaixar aqui os detentores de cargos públicos em geral" (MIGUEL, 2003) que muitas vezes alcançam este posto por meio da qualificação profissional.

## 4.2 DADOS EMPÍRICOS

### 4.2.1 Naturalidade

Para os objetivos deste trabalho, a informação sobre a naturalidade das Vereadoras é importante na medida em que pode estar relacionada à distintas formas de Capital Político (os dados sobre o Capital Político serão apresentados no capítulo 6) como, por exemplo, a presença ou não de capital político familiar o qual, em alguns casos, depende da inserção da família no meio social local.<sup>34</sup>

---

<sup>34</sup> "Meio social" está sendo empregado aqui em sentido amplo e diz respeito a setores políticos, econômicos, religiosos, culturais, entre outros. A literatura sobre a elegibilidade das mulheres para o Poder Legislativo brasileiro leva em conta o impacto da herança de capital familiar para a elegibilidade das mesmas, conforme discutido por Miguel, Marques e Machado (2015).

Os dados sobre a naturalidade das Vereadoras eleitas para a Câmara Municipal de Curitiba no período de 1982 a 2016 demonstram que 36,4% das eleitas nasceu na cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, conforme demonstra a Tabela 6:

TABELA 6 - NATURALIDADE (CIDADE) DAS VEREADORAS ELEITAS PARA A CMC NO PERÍODO 1982-2016

| NATURALIDADE CURITIBA E OUTRAS CIDADES | FREQUÊNCIA | PORCENTAGEM | PORCENTAGEM VÁLIDA | PORCENTAGEM ACUMULATIVA |
|--|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Bom Retiro-SC                          | 1          | 4,5         | 4,5                | 4,5                     |
| Brasilia-DF                            | 1          | 4,5         | 4,5                | 9,1                     |
| Caçador-SC                             | 1          | 4,5         | 4,5                | 13,6                    |
| <b>Curitiba-PR</b>                     | <b>8</b>   | <b>36,4</b> | <b>36,4</b>        | <b>50,0</b>             |
| Fco.Beltrao-PR                         | 1          | 4,5         | 4,5                | 54,5                    |
| Guaratuba-PR                           | 1          | 4,5         | 4,5                | 59,1                    |
| Ituporanga-SC                          | 1          | 4,5         | 4,5                | 63,6                    |
| Joaçaba-SC                             | 1          | 4,5         | 4,5                | 68,2                    |
| Londrina-PR                            | 2          | 9,1         | 9,1                | 77,3                    |
| Penápolis-SP                           | 1          | 4,5         | 4,5                | 81,8                    |
| Porto União-SC                         | 2          | 9,1         | 9,1                | 90,9                    |
| São Paulo-SP                           | 1          | 4,5         | 4,5                | 95,5                    |
| Urussanga-SC                           | 1          | 4,5         | 4,5                | 100,0                   |
| Total                                  | 22         | 100,0       | 100,0              |                         |

FONTE: Elaboração própria (2020).

Estes dados apontam, portanto, para uma minoria de nascidas no distrito eleitoral da capital paranaense.

Os dados empíricos sobre a trajetória das Vereadoras eleitas para a Câmara Municipal de Curitiba (CMC) no período analisado (1982-2016) demonstraram que a maioria, 54,5%, eram naturais do Estado do Paraná e as demais oriundas de outros Estados da Federação, conforme demonstrado na Tabela 7:

TABELA 7 - NATURALIDADE (ESTADO) DAS VEREADORAS ELEITAS PARA A CMC NO PERÍODO 1982-2016

| NATURALIDADE -ESTADO DO PARANÁ | FREQUÊNCIA | PORCENTAGEM | PORCENTAGEM VÁLIDA | PORCENTAGEM ACUMULATIVA |
|--------------------------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Não                            | 10         | 45,5        | 45,5               | 45,5                    |
| Sim                            | 12         | 54,5        | 54,5               | 100,0                   |
| Total                          | 22         | 100,0       | 100,0              |                         |

FONTE: Elaboração própria (2020).

Observou-se, portanto, de um lado uma existência de uma minoria de nascidas em Curitiba, 36%, e, por outro lado, uma maioria de Vereadoras de naturalidade paranaense, 54%, ainda que não uma maioria expressiva, o que denota que a naturalidade no Estado da federação teve mais relevância do que na circunscrição eleitoral do município, propriamente.

#### 4.2.2 Escolaridade

A respeito do Grau de Formação os dados coletados possibilitam demonstrar que o nível de escolaridade das 22 Vereadoras é considerado alto, conforme a Tabela 8:

TABELA 8 - GRAU DE FORMAÇÃO ESCOLAR DAS VEREADORAS ELEITAS PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA (1982-2016)

| GRAU DE FORMAÇÃO            | FREQUÊNCIA | PORCENTAGEM | PORCENTAGEM VÁLIDA | PORCENTAGEM ACUMULATIVA |
|-----------------------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Ensino Fundamental ou Médio | 5          | 22,7        | 22,7               | 22,7                    |
| <b>Ensino Superior</b>      | <b>17</b>  | <b>77,3</b> | <b>77,3</b>        | <b>100,0</b>            |
| Total                       | 22         | 100,0       | 100,0              |                         |

FONTE: Elaboração própria (2020).

Observou-se que 77,3% das eleitas tinham Curso Superior<sup>35</sup> ao tomar posse para o primeiro mandato. Além disso, foi possível verificar que 18,2% das eleitas no período tinha mais de um curso de graduação (conforme detalhado no Apêndice 4).

Com relação a um grupo de eleitas com menor escolaridade, observou-se que de 22,7% das eleitas no período possuíam grau de formação até o Ensino Médio (incluindo-se entre estas 13,6% que possuíam apenas o Ensino Fundamental) o que corresponde a aproximadamente apenas um quinto das eleitas sem Curso Superior.<sup>36</sup> Os dados demonstram, portanto, uma alta escolaridade entre mulheres Vereadoras eleitas para a Câmara Municipal de Curitiba<sup>37</sup>.

Um dado relevante é que 40,9% das eleitas no período analisado ingressaram na CMC com curso de Pós-Graduação, preferencialmente cursos *Lato Sensu* relacionados à área de ocupação profissional, conforme a Tabela 9:

<sup>35</sup> Incluindo-se duas vereadoras com Curso Superior incompleto à época da 1.<sup>a</sup> posse.

<sup>36</sup> De acordo com a média de escolaridade da população brasileira a partir de dados PNUD (2012 os(as) brasileiros(as) têm em média 7,2 anos de estudos e aproximadamente 49% atingiram o Ensino Médio.

<sup>37</sup> Um levantamento realizado entre os vereadores e vereadoras do Estado de Santa Catarina, referente a apenas uma legislatura, de 2012-2016, demonstrou que as mulheres tinham uma escolaridade mais alta entre todos os grupos. O grau de analfabetismo era de apenas 0,6% entre as mulheres e alcançava 2,5% entre os homens. Entre os alfabetizados sem Ensino Médio completo as mulheres correspondiam a apenas 8,2% enquanto os homens alcançavam a taxa de 30,8%. Entre aqueles com Ensino Médio completo havia 13,2% de homens e 22,6% de mulheres, enquanto no Ensino Superior havia uma taxa de 18,9% entre as mulheres e 17,8% entre os homens, o que não é uma diferença tão expressiva na média geral do Estado que incluiu os municípios do interior e não apenas a Capital Florianópolis. A maior diferença entre os gêneros, no que diz respeito aos vereadores e vereadoras do Estado de Santa Catarina na legislatura 2012-2016 foi encontrada na Pós-graduação em que apenas 11,7% dos homens vereadores encontravam-se neste nível de ensino enquanto 46% das mulheres vereadoras eram pós-graduadas (AYRES; OLIVEIRA; GIMENES, 2017, p.35).

TABELA 9 - PÓS-GRADUAÇÃO ENTRE AS VEREADORAS ELEITAS PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA (1982-2016)

| PÓS-GRADUAÇÃO     | FREQUÊNCIA | PORCENTAGEM | PORCENTAGEM VÁLIDA | PORCENTAGEM ACUMULATIVA |
|-------------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Sem Pós-Graduação | 13         | 59,1        | 59,1               | 59,1                    |
| Com Pós-Graduação | 9          | 40,9        | 40,9               | 100,0                   |
| Total             | 22         | 100,0       | 100,0              |                         |

FONTE: Elaboração própria (2020).

É considerada uma alta porcentagem de Curso de Pós-Graduação entre as eleitas na medida em que próximo da metade do número de Vereadoras eleitas no período eram pós-graduadas.

Com relação ao Ensino Superior e ao tipo de instituição, pública ou privada, nas quais as Vereadoras estudaram não houve diferença relevante, estando igualmente distribuídas. Das 17 Vereadoras (77,3% das eleitas no período analisado) com Ensino superior, houve uma distribuição igualitária entre instituições públicas (7 Vereadoras/ 31,8% das eleitas) e privadas (7 Vereadoras/31,8% das eleitas), sendo que 3 delas/ 13,6%, frequentaram ambas, tanto Universidades públicas quanto Universidades privadas quando haviam concluído dois ou mais cursos de graduação.<sup>38</sup>

Outro dado relevante foi coletado: Ao considerar as duas maiores e mais tradicionais instituições de Ensino Superior da Capital Paranaense, a Universidade Federal do Paraná (UFPR) e a Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR) a CMC contou com 40,9% das eleitas formadas nestas instituições. Estes dados apontam para a importância destas instituições de ensino superior como, entre outras coisas<sup>39</sup>, um espaço de socialização política de elites políticas locais.

<sup>38</sup> Vale ressaltar que 54% das eleitas no período tiveram acesso ao Ensino Médio privado, seja em sua totalidade, ou nos anos finais do Ensino Médio. No contexto econômico e social brasileiro em que historicamente a maioria da população não tem tido acesso ao Ensino Privado, como também não tem tido acesso ao Ensino Superior e que em décadas anteriores o acesso era ainda mais restrito para as classes populares, os dados constituem, ainda, um indicativo de que as vereadoras eleitas, em sua maioria, foram recrutadas nas classes média e/ou alta. Os dados sobre o acesso ao Ensino Privado e ao Ensino superior constituem-se em apenas um indicativo de classe social, visto que a presente investigação tem um recorte diacrônico e uma análise de faixa de renda das vereadoras na abrangência do período analisado enfrentaria limitações para coletar e checar dados de décadas passadas.

<sup>39</sup> Considerando as altas exigências para o ingresso em ambas as tradicionais instituições de Ensino Superior no período em analisado (1982-2016), tem-se um indicativo de perfil acadêmico das trajetórias políticas em análise.

#### 4.2.3 Casamento e filhos

Os dados empíricos demonstraram que 22,7% das eleitas para a CMC no período eram solteiras à época da posse para o primeiro mandato na CMC. Foi possível observar ainda que 9,1% eram viúvas/divorciadas e que 68,2% das eleitas no período analisado eram casadas.

De acordo com os dados coletados houve, portanto, compatibilidade entre casamento e atividade política para o ingresso na carreira política para aproximadamente 70% das eleitas.

Com relação à maternidade, os dados demonstraram 18,2% das Vereadoras tinha crianças na faixa etária de 0 a 12 anos<sup>40</sup> durante a campanha eleitoral e as eleições municipais em que ingressaram no primeiro mandato na CMC, conforme a Tabela 10:

TABELA 10 - FAIXA ETÁRIA DOS FILHOS DAS VEREADORAS ELEITAS PARA O PRIMEIRO MANDATO - CMC (1982-2016)

| FAIXA ETÁRIA DOS FILHOS | FREQUÊNCIA | PORCENTAGEM | PORCENTAGEM VÁLIDA | PORCENTAGEM ACUMULATIVA |
|-------------------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Não tinha filhos        | 6          | 27,3        | 27,3               | 27,3                    |
| <b>Crianças</b>         | <b>4</b>   | <b>18,2</b> | 18,2               | 45,5                    |
| Adolescentes            | 5          | 22,7        | 22,7               | 68,2                    |
| Adultos                 | 6          | 27,3        | 27,3               | 95,5                    |
| Criança desaparecida    | 1          | 4,5         | 4,5                | 100,0                   |
| Total                   | 22         | 100,0       | 100,0              |                         |

FONTE: Elaboração própria (2020).

O gráfico acima demonstra que enquanto uma parcela de 18,2% das eleitas tinha filhos pequenos (crianças de 0 a 12 anos) quando ingressou na Câmara municipal, houve uma parcela maior de Vereadoras com filhos adolescentes (22,7%) e adultos (27,3%), ou que não tinha filhos (27,3%).

Os dados demonstram que as mulheres que não precisaram conciliar maternagem de filhos pequenos e atividade política formal no período imediatamente anterior ao ingresso no primeiro mandato (período da campanha política, por exemplo), constituem a grande maioria, na medida em que 81,8% das eleitas no período

<sup>40</sup> Para a realização deste trabalho utilizou-se como referência para a faixa etária de crianças e adolescentes o que está estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei n.º 8.069, de 1990, o qual define como criança a faixa etária entre 0 e 12 anos de idade incompletos, sendo a adolescência a faixa etária que corresponde à idade entre 12 e 18 anos.



analisado não tinham crianças na faixa etária infantil, ou porque não tinham filhos ou por que se lançaram na política com os filhos já crescidos.

#### 4.2.4 Ocupação profissional

Uma característica importante a respeito das Vereadoras eleitas foi o alto número encontrado de ocupações públicas como ocupação principal.

Dentre as 22 Vereadoras que assumiram o mandato no período, 10 Vereadoras (45,5% das eleitas no período analisado) exerceram ou exerciam ocupações públicas em período imediatamente anterior ao mandato como servidoras municipais, estaduais ou federais, em cargos de confiança, ou em assessoria parlamentar. É o que demonstra a Tabela 11:

TABELA 11 - OCUPAÇÃO PÚBLICA / PRIVADA DAS VEREADORAS ELEITAS PARA A CMC (1982-2016)

| OCUPAÇÃO                          | FREQUÊNCIA | PORCENTAGEM | PORCENTAGEM VÁLIDA | PORCENTAGEM ACUMULATIVA |
|-----------------------------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Estudante/Aposentada/Dona de casa | 4          | 18,2        | 18,2               | 18,2                    |
| Ocupação Privada                  | 8          | 36,4        | 36,4               | 54,5                    |
| <b>Ocupação Pública</b>           | <b>10</b>  | <b>45,5</b> | 45,5               | 100,0                   |
| Total                             | 22         | 100,0       | 100,0              |                         |

FONTE: Elaboração própria (2020).

Entre as ocupações na iniciativa privada (36,4% das eleitas no período analisado), destacam-se as advogadas, cantoras, aposentadas e empresárias. As Vereadoras eleitas já aposentadas, dona de casa e/ou estudante somaram 18,2% das eleitas no período entre as trajetórias analisadas.

Entre as ocupações públicas em geral (45,5% das eleitas) destacam-se as profissões de funcionária pública municipal nas Secretarias municipais como Secretaria da Saúde, Cultura, Meio Ambiente, Educação, Instituto de Planejamento Urbano, ou cargos de Confiança como Coordenação de Instituição cultural (Solar do Barão/Arte) e professora municipal. Estas ocupações contemplam tanto o trabalho em proximidade com a população, como também em áreas administrativas internas nos órgãos responsáveis da área.

Entre as servidoras públicas estaduais encontram-se as profissões ligadas à saúde, como Medicina e Enfermagem, atuando junto à população e, periodicamente, em áreas internas com políticas públicas. Entre as servidoras públicas encontra-se uma servidora Federal técnico-administrativa de Universidade Federal.

Ainda que o número de Vereadoras em ocupações públicas não corresponda a uma maioria absoluta, os números verificados apontam que a variável ocupação pública tem sido relevante para o ingresso das mulheres na carreira política para o legislativo municipal, algo já notado por Rodrigues (2006) no Legislativo Federal.

Um aspecto importante a ser considerado, tanto nas ocupações públicas quanto nas ocupações privadas é a relação entre a Ocupação profissional e as atividades de cuidado de doentes, crianças, vulneráveis, entre outros, o que pode ser observado no seguinte Quadro 5:

QUADRO 5 - OCUPAÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS E O PAPEL DE "CUIDADORA" NA SAÚDE, EDUCAÇÃO E OUTROS

|   |   |                            |
|---|---|----------------------------|
| 1. Médica municipal - (Dra. Rosa Maria Chiamulera)                        | 1. Posto de saúde municipal/Atendimento Médico                        | 1. Poder público municipal |
| 2. Coordenadora pedagógica do setor educacional do IPPUC - (Zélia Passos) | 2. Instituto Municipal de Planejamento IPPUC/Planejamento pedagógico  | 2. Poder público municipal |
| 3. Dona de Casa/Bancária aposentada - (Arlete Caramês)                    | 3. Bancária aposentada/Ocupação associativismo/crianças desaparecidas | 3. Aposentada              |
| 4. Professora municipal - (Professora Josete)                             | 4. Escola municipal/professora  | 4. Poder público municipal |
| 5. Telefonista aposentada - (Dona Lourdes)                                | 5. Telefonista aposentada/ocupação associativismo/famílias carentes   | 5. Aposentada              |
| 6. Dona de casa - (Noemia Rocha)  | 6. Dona de casa/ocupação associativismo/famílias carentes             | 6. Dona de Casa            |
| 7. Enfermeira estadual lotada no município - (Maria Goretti)              | 7. Secretaria municipal de saúde emprestada do estado/enfermeira/     | 7. Poder público estadual  |
| 8. Assistente pedagógica - (Fabiane Rosa)                                 | 8. Secretaria municipal de educação/planejamento pedagógico           | 8. Poder público municipal |
| 9. Cargo comissionado no governo estadual - (Katia dos Animais de Rua)    | 9. Secretaria estadual de segurança/cuidado animais                   | 9. Poder público estadual  |
| 10. Médica legista estadual - (Dr. <sup>a</sup> Maria Leticia Fagundes)   | 10. Secretaria estadual de saúde/Médica                               | 10. Poder público estadual |

FONTE: Elaboração própria (2020).

Os dados demonstram que 10 entre 22 Vereadoras (45,5%) tinham como característica da ocupação principal algum tipo de relação com o papel de "cuidadora", seja pela via do planejamento de ações, seja pelo exercício de atividades de cuidado. E o papel de cuidadora, na atividade profissional estava relacionado, prioritariamente, ao exercício de cargos públicos.

Uma característica investigada na trajetória das mulheres Vereadoras foi a afinidade técnica da ocupação profissional com a atividade política, compreendendo-se a existência desta afinidade a atividade profissional que envolve a familiaridade com as leis, com a oratória e com a escrita enquanto recurso e instrumento de trabalho e que são importantes para o exercício da função legislativa.

Com relação à afinidade técnica entre as ocupações e função política, observou-se que entre as Vereadoras que exerciam ocupações com afinidade técnica para a política na ocupação principal (oralidade, escrita, familiaridade com as leis), encontram-se como ocupação principal 2 advogadas (leis), 2 radialistas/cantoras/evangélicas (oralidade), 1 assessora parlamentar (escrita e leis) e 1 professora (oralidade e escrita).

Entre Vereadoras que exerciam ocupações com afinidade técnica para a política na ocupação secundária estão 1 Médica/apresentadora de programa de rádio sobre medicina e saúde, além de 1 Dona de casa/apresentadora de programa de rádio para a comunidade evangélica. A primeira tinha como atividade principal a função de Médica, como servidora pública municipal e, ao mesmo tempo, mantinha um programa no rádio sobre saúde e prevenção a doenças, tendo já sido apresentadora de TV (Previsão do tempo e comerciais) durante a faculdade. E o caso de uma segunda Vereadora autodeclarada como Dona de Casa na profissão principal que mantinha um programa evangélico no rádio sobre solidariedade e voluntariado para os fiéis da sua Igreja. Nestes dois casos, há um aprendizado técnico, oralidade, presente na ocupação secundária.

#### 4.2.5 Afinidade técnica da ocupação profissional

Os dados coletados demonstram que a maior parte das Vereadoras eleitas não exerciam profissões que proporcionassem habilidades específicas ao cargo de Vereadora, seja na ocupação principal ou secundária, conforme a Tabela 12:

TABELA 12 - OCUPAÇÃO E AFINIDADE TÉCNICA COM A POLÍTICA - VEREADORAS ELEITAS PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA (1982-2016)

| AFINIDADE TÉCNICA COM A POLÍTICA | FREQUÊNCIA | PORCENTAGEM | PORCENTAGEM VÁLIDA | PORCENTAGEM ACUMULATIVA |
|----------------------------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| <b>Não</b>                       | <b>14</b>  | <b>63,6</b> | 63,6               | 63,6                    |
| Sim                              | 8          | 36,4        | 36,4               | 100,0                   |
| Total                            | 22         | 100,0       | 100,0              |                         |

FONTE: Elaboração própria (2020).

A partir da definição de "afinidade técnica" com a função legislativa como oratória, escrita e familiaridade com as leis, foi possível observar que a grande maioria das Vereadoras, 63,6% das eleitas no período analisado, não exerciam em sua ocupação principal ou secundária, alguma função que oferecesse uma formação técnica voltada para a função política e que 36,4% delas exerciam ocupações que possibilitavam algum treinamento para a atividade política.

Considerando estes dois casos de ocupação secundária com afinidade técnica com o cargo de Vereadora e levando em conta o tamanho do universo estudado, tem-se 27,3% das eleitas no período analisado, com afinidade técnica na ocupação principal e 9,1% com afinidade técnica na ocupação secundária, alcançando 36,4% das eleitas no período analisado que tinham afinidade técnica com a função da vereança.

#### 4.3 CONCLUSÕES

Os dados demonstraram a existência de uma maioria de Vereadoras de **naturalidade paranaense** (54,5%), ainda que não uma maioria expressiva. No entanto, há uma minoria de nascidas na cidade de **Curitiba** (36,4%) o que demonstra que a naturalidade na cidade do distrito eleitoral do Poder Legislativo municipal, no caso da Câmara Municipal de Curitiba, não é um fator determinante.

Porém, observou-se que a não-naturalidade no distrito eleitoral pode exigir uma compensação com outras características presentes nas trajetórias políticas das Vereadoras. Observou-se, por exemplo, a forma distinta de transmissão/aquisição de capital político (tema do capítulo 6). Entre as migrantes que tinham capital político familiar houve preponderância de aquisição via casamento, o que difere da forma de aquisição de capital político familiar entre as nascidas na própria cidade Curitiba que receberam preponderantemente por meio de seus ascendentes, pai ou avô (conforme exposto no tópico 6.2.3). Observou-se, ainda, a existência de uma taxa menor de capital político familiar entre as naturais de outras cidades (conforme o tópico 6.2.3).

Outro aspecto observado sobre a **naturalidade** na cidade em que se desenvolve a carreira política das mulheres Vereadoras, ao menos no que diz respeito à CMC, é que esta possibilitou uma redução no custo da elegibilidade no que diz respeito à escolaridade visto que entre as nascidas em Curitiba havia 25% delas com Pós-

graduação enquanto entre as nascidas em outras cidades havia 50% com este nível de escolaridade (conforme o Apêndice 5). Quanto ao nível de graduação estava igualmente distribuído entre as naturais de Curitiba e de outras cidades.

Os dados obtidos sobre a **escolaridade** do conjunto das Vereadoras eleitas (77,3% com Ensino Superior), próximo a uma taxa de 80%, comprovam a literatura (MIGUEL; QUEIROZ, 2006) sobre a presença da alta escolaridade das mulheres, (independentemente do cargo disputado), na medida em que está presente já no ingresso para o primeiro mandato no Poder Legislativo local, ao menos no que diz respeito à CMC.

É importante reafirmar que esta não é uma exigência formal, mas sim internalizada pelos grupos subalternos, como é o caso das mulheres, na medida em que, de forma intuitiva, estes grupos decidem se lançar na carreira política quando adquirem autoconfiança quanto ao grau de qualificação (LAWLESS; FOX, 2005) (MIGUEL, BIROLI, 2010). A **alta qualificação** das mulheres brasileiras observada por Miguel e Queiroz (2006), para quem a escolarização média no campo político é sempre superior à dos homens, não se restringe à realidade brasileira visto que pesquisadores como Lawless e Fox (2005) demonstraram que há uma alta exigência de qualificação entre as mulheres em outros países, como por exemplo aquela por eles observada entre mulheres ingressantes nos cargos políticos nos EUA.

Embora os dados obtidos estejam de acordo como a literatura sobre a escolaridade e qualificação das mulheres que desenvolvem carreira política, chama atenção o fato de que grande parte da literatura e trabalhos empíricos sobre a temática abordam a esfera nacional e o que foi encontrado na esfera local não difere das exigências para esfera nacional.

No que diz respeito à questão do **casamento**, os dados coletados demonstram que houve compatibilidade entre casamento e atividade política para o ingresso na carreira política para aproximadamente 70% das eleitas. No entanto, há que se problematizar esta questão visto que quando se compara a realidade das mulheres com o público masculino das mesmas instâncias eletivas há diferenças nas proporções de casados e solteiros.

Em um levantamento realizado sobre o legislativo municipal de Santa Catarina exclusivamente na legislatura (2012-2016) os pesquisadores (AYRES; OLIVEIRA; GIMENES, 2017) observaram uma maior proporção de solteiros entre as mulheres (20,2%) Vereadoras do que entre homens (15,2%) e uma maior proporção de

casados entre os homens (84,7%) frente às mulheres (79,2%) o que possibilitou concluir que tal constatação demonstra as diferentes realidades vivenciadas pelas mulheres, comparativamente aos homens, tanto na vida privada como na vida pública. Sendo assim, os autores da pesquisa concluíram que os dados

corroboram com argumentos da crítica feminista sobre a dualidade público-privado quanto à construção e ocupação dos espaços de poder, que chamam atenção para o fato de que às mulheres em "casamentos convencionais" são restritas "as oportunidades de participação em atividades públicas, profissionais e políticas" devido à especialização socialmente construída das responsabilidades domésticas (BIROLI, 2013<sup>41</sup>, p.172-173 apud AYRES; OLIVEIRA; GIMENES, 2017, p.32).

Observa-se, portanto, que mesmo uma análise diacrônica como é o caso da investigação citada, situada nesta década, a qual contempla inúmeras transformações nas estruturas familiares, ainda assim persistem estruturas mais favoráveis às trajetórias masculinas do que às trajetórias femininas dentro do casamento.

Com relação a questões mais propriamente de gênero, os dados coletados demonstraram haver um baixo índice de mulheres **mães** de filhos pequenos entre as eleitas (apenas 18,2%). De acordo com estes dados, as eleitas precisaram *contornar* os papéis de gênero, especialmente a maternidade, para ingressar no campo político. Na maioria dos casos, as eleitas tinham filhos crescidos, ou não tinham filhos, quando ingressaram na CMC para um primeiro mandato. Com isso, é possível concluir que as mulheres eleitas obtiveram o "tempo livre" necessário ao desenvolvimento de uma trajetória política, o qual é frequentemente subtraído da vida das mulheres (MIGUEL; BIROLI, 2010).

Os dados empíricos reforçam o argumento de que os **obstáculos sociais de gênero** para ingresso das mulheres na política permanecem como uma grande contradição nas Democracias ocidentais (PATEMAN, 1989) no sentido de que as mulheres estão inseridas formalmente na esfera política, mas as suas especificidades, especialmente a maternidade, precisam ser "apagadas" para tornarem-se competitivas na arena eleitoral enquanto o contexto teórico e institucional afirma um suposto universalismo dos sujeitos políticos.

---

<sup>41</sup> BIROLI, F. **Autonomia e desigualdades de gênero**: contribuições do feminismo para crítica democrática. Vinhedo: Horizonte, 2013.

Neste caso, os dados coletados permitem concluir, ao menos no que tange à participação das mulheres na CMC, que mesmo o poder local parece não se apresentar muito acessível às mulheres **mães** de crianças pequenas. Este dado difere, em um primeiro momento, da afirmação de Costa (1998) de que as mulheres se destacam um pouco mais no poder local na sua atividade política formal [em função] das facilidades que a mulher encontra para conciliar sua atividade política com as responsabilidades e afazeres domésticos (COSTA, 1998).

No que tange às **ocupações profissionais** das eleitas, alguns aspectos podem ser importantes para serem levados em conta, ressaltando-se a alta taxa de **ocupações públicas** (45,5% das ocupações entre as eleitas). Com base nos dados, é possível obter um indicativo, uma primeira relação, do vínculo entre alta escolaridade e estas ocupações, visto que elas exigem escolarização formal especializada e as mulheres que ingressam na política possuem altas taxas de escolarização formal.

Outro aspecto importante é o que a literatura aponta como afinidade de determinados tipos de ocupação com a atividade política (BOLOGNESI; PERISSINOTTO; CODATO, 2016). Algumas ocupações possuem um potencial político que pode estar vinculado não apenas às possíveis **habilidades** desenvolvidas no campo profissional, mas também ao **status** profissional e à **compatibilidade** com o fazer político. No que diz respeito à compatibilidade está o **tempo livre** que uma trajetória política exige. Neste sentido, as ocupações públicas apresentam jornadas de trabalho compatíveis, com finais de semana livre, feriados, férias, licença remunerada para candidatura e estabilidade no retorno ao trabalho após o mandato.

Os dados coletados demonstraram que para a maior parte das trajetórias das mulheres eleitas para a CMC não houve a necessidade de **afinidade técnica** da ocupação profissional com a atividade política (BOLOGNESI; PERISSINOTTO; CODATO, 2016). Entre as eleitas, apenas 36,4% exercia ocupações que possibilitaram algum treinamento para a atividade política, mas isso aconteceu na ocupação principal para apenas 27,3% delas. E 9,1% das eleitas no período analisado possuíam afinidade técnica com a função de Vereadora na ocupação secundária, como radialistas. Enquanto isso, a afinidade técnica não estava presente em 63,6% dos casos. A maioria delas não tinha uma profissão que lhes possibilitasse uma familiaridade com os aspectos técnicos da função da vereança como a oralidade, escrita ou familiaridade com as leis.

Por outro lado, ao menos 10 Vereadoras (45,5% das eleitas) tinham como característica da ocupação principal anterior à entrada na CMC, algum tipo de relação com o papel de "**cuidadora**", seja pela via do planejamento de ações, seja pelo exercício de atividades de cuidado.

Quanto à atividade profissional, o papel de cuidadora estava relacionado, prioritariamente, ao exercício de cargos públicos (vinculados à educação e saúde), embora não exclusivamente, visto que neste grupo de 10 Vereadoras haviam duas aposentadas e uma dona de casa que tinham como ocupação principal atividades relacionadas ao cuidado. Como também, haviam ocupantes de cargos públicos não vinculados a papéis de cuidado, como é o caso de 2 Vereadoras vinculadas a órgãos culturais municipais e 1 assessora parlamentar estadual (conforme o quadro disponível no tópico 4.2.4 e o Apêndice 6).

É possível concluir que o Poder Legislativo Local não destoa das demais instâncias legislativas quanto aos níveis de exigência em relação às mulheres, especialmente quanto à necessidade de "apagar", *contornar* papéis de gênero na vida familiar privada e, ao mesmo tempo, exercer ocupações que denotam uma função de "cuidadora" (como na saúde e educação, por exemplo) para que possam ingressar no campo político. Ainda assim, as ocupações profissionais relacionadas a estas áreas exigem de seus ocupantes um alto grau de escolaridade, com nível superior e, muitas vezes, pós-graduação como é o caso das trajetórias analisadas. Portanto, um tempo maior de estudos e de exercício profissional para obter reconhecimento social e demais recursos políticos eventualmente obtidos no meio profissional.



## 5 VARIÁVEIS ASSOCIATIVAS

### 5.1 REVISÃO DA LITERATURA

#### 5.1.1 Associativismo e Democracia

Os estudos de associativismo em Ciência Política estão historicamente relacionados, sob diferentes perspectivas, aos estudos da Democracia.

Um dos primeiros objetivos do estudo da temática é o de comparar o grau de desenvolvimento democrático de sociedades com alto índice de associativismo com sociedades de baixo índice de associativismo entre seus cidadãos.

A preocupação com os fundamentos democráticos de uma sociedade e o papel do associativismo já estão presente em pensadores como Tocqueville (1998) em sua análise sobre a cultura associativa presente nas origens da sociedade americana.

Estudos comparativos realizados por Putnam (1994) em diferentes regiões da Itália aprofundaram a noção de "Capital Social" e a importância do associativismo para que os indivíduos possam desenvolver habilidades democráticas e, com isso, adquirir uma "cultura" cívica e o treinamento necessário para constituir e manter uma Democracia com bases sólidas.

Na perspectiva dos estudos da Democracia, "os conceitos de capital social, sociedade civil e de movimentos sociais podem ser apontados como referências centrais nestas diferentes concepções teóricas que relacionam o associativismo com os processos de ampliação e de aprofundamento da democracia" (ALMEIDA; LUCHMANN; RIBEIRO, 2012, p.239).

No entanto, existem vozes divergentes quando à existência de um vínculo intrínseco entre associativismo e Democracia, devido à diversidade de organizações sociais e políticas formais e informais e às diferentes práticas associativas, entre as quais existem os grupos, associações e movimentos opostos aos ideais de convivência democrática. Para Warren (2001), não é possível incluir qualquer forma de associativismo como sendo uma prática intrinsecamente democrática que produz efeitos de fortalecimento das Democracias. Neste sentido, defende a necessidade de desagregar e classificar as modalidades associativas no sentido de desenhar uma "ecologia democrática das associações":

A ideia de ecologia diz respeito ao reconhecimento de que diferentes tipos de associações podem provocar diferentes efeitos democráticos, evitando esperar que a mesma associação combine todas as virtudes elencadas, sendo ao mesmo tempo representativas, cultivadoras de virtudes cívicas, formadoras de lideranças, etc. [...] Em determinadas condições, algumas são importantes para o exercício da governança, outras para desenvolver habilidades cívicas ou resistência, etc. (WARREN, 2001<sup>42</sup>, p.12 apud ALMEIDA; LUCHMANN; RIBEIRO, 2012, p.240).

Procurando enfrentar os desafios de classificação e sistematização dos benefícios democráticos do associativismo, Warren (2001) elabora uma classificação que leva em conta três conjuntos de benefícios diretos e indiretos:

[...] *efeitos no desenvolvimento individual* – como sentimento de eficácia política, provisão de informações mais qualificadas, de habilidades políticas, de pertencimento coletivo, de socialização, de desenvolvimento de virtudes cívicas, de formação de lideranças políticas; *efeitos na esfera pública*, criando espaços de debates, expondo relações de desigualdades e de injustiças sociais e representando diferenças; e *efeitos institucionais*, seja criando instituições participativas, subsidiando políticas públicas e/ou ampliando as bases de representação política (WARREN, 2001 apud ALMEIDA; LUCHMANN; RIBEIRO, 2012, p.241).

Em que pese as diferenças de perspectiva na interpretação do fenômeno do associativismo e sua relação com a qualidade das Democracias, continua sendo um tema muito investigado. Há, no entanto, um claro desafio de classificação e de referências comuns nas abordagens sobre o associativismo que tornam necessárias contínuas revisões e adaptações a diferentes contextos de pesquisas.

### 5.1.2 Associativismo e formação de lideranças

Entre as abordagens sobre o Associativismo está a compreensão de que uma cidadania ativa poderia desenvolver nos indivíduos em geral as habilidades cognitivas e sociais para a vida democrática e também lapidar e selecionar lideranças, instrumentalizando-as no sentido de se tornarem capazes de fazer parte da administração da coisa pública, de forma eletiva ou por outros meios, conforme Tocqueville (1998) e Putnam (1994).

---

<sup>42</sup> WARREN, M. **Democracy and association**. Princeton: Princeton University, 2001.

Tal desenvolvimento não se refere apenas à capacidade de liderança e de convivência democrática, mas também proporciona diversas formas de aprendizado sobre o funcionamento da sociedade, do sistema político e ensina sobre os conflitos e disputas existentes.

Neste sentido, a participação em associações e o engajamento social passou a ser visto não apenas como parte do capital social das sociedades, mas também como uma bagagem individual que adquire valor nas trajetórias e deslocamentos no campo político (BOURDIEU, 2011a).

O capital individual adquirido nas experiências associativas, torna-se uma forma de capital que um (a) candidato (a) pode contar e se distinguir na arena política.

Bourdieu (1985) sintetiza o capital social que um indivíduo pode adquirir por meio da participação em diferentes espaços associativos como sendo constituído pelo "agregado dos recursos efetivos ou potenciais ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento ou reconhecimento mútuo" (BOURDIEU, 1985, p.248; 1980).

Nesta perspectiva, estudos de Elites Políticas tem buscado mensurar o capital social, conhecimento político, apoio, recursos etc., gerado por meio do engajamento e participação em diferentes organizações da sociedade civil e a sua relevância nas trajetórias políticas de homens e mulheres.

Porém, conforme Ayres, Almeida e Lüchmann (2018), existem poucos estudos no Brasil relacionando o capital social adquirido nas atividades associativas e a elegibilidade para o Poder Legislativo:

[...] são poucos ainda os estudos que, no Brasil, abordam as relações entre as organizações da sociedade civil e o Poder Legislativo, comparados com os que enfocam essas relações com o Poder Executivo. Entretanto, como também percebemos, a maioria dessas pesquisas trata da esfera nacional, ainda que várias delas apontem para a relevância dos cargos municipais nas trajetórias investigadas (ALMEIDA; LÜCHMAN, 2018, p.32).

Neste caso, as investigações que levam em conta as trajetórias políticas para o Legislativo Municipal e os vínculos associativos dos atores políticos em questão, podem vir a contribuir para a compreensão das relações entre associativismo e legislativo, especialmente na esfera local.

### 5.1.3 Associativismo e mulheres na política

Putnam, Leonardi e Nanetti (2006) observaram uma distinção entre as modalidades associativas de interesse das mulheres e dos homens que ingressam no campo político e apontou que as mulheres se envolvem mais em associativismo relacionados à educação e à proteção de pessoas pobres, idosos, sem teto, vulneráveis de um modo geral. Além disso, as mulheres têm melhores contatos com os seus vizinhos e possuem uma tendência maior de se engajarem em atividades religiosas.

De acordo com uma parcela da literatura (AVELAR, 1987<sup>43</sup> apud PINHEIRO, 2006), as atividades associativas menos formais, menos institucionalizadas e menos hierarquizadas tem ganhado preferência entre as mulheres que ingressam no campo político. Para Pinheiro (2006, p.20), "a participação feminina nas esferas formais do exercício político é bastante baixa, chegando, por vezes, a quase nula" enquanto "nos tipos de participação *ad hoc* – como movimentos sociais – essa presença aumenta consideravelmente". Seu ponto de vista está de acordo com Avelar quando esta afirma que "o ativismo da mulher escapa da hierarquia da política institucionalizada sendo maior a participação feminina em atividades políticas de curta duração e que envolvem ação direta" (AVELAR, 1987, p.24 apud PINHEIRO, 2006, p.20).

No Brasil, aconteceu um amplo desenvolvimento associativo com o término do Regime Militar. No início da década de 80 e em diante, se fez notar o "boom dos movimentos sociais" e "ascensão da política da sociedade organizada" (AVELAR, 2001<sup>44</sup>, p.51 apud PINHEIRO, 2006, p.21). Neste contexto, a participação política das mulheres em diferentes modalidades associativas formais e informais foi ampliada, fato que inaugurou uma nova etapa histórica na participação política das mulheres. Como afirma Avelar (2001, p.51 apud PINHEIRO, 2006, p.21), este período acima descrito

[...] ofereceu às mulheres novos meios de participação e de oportunidades políticas, favorecendo a sua presença, tanto na política *ad hoc*, como nos canais formais de acesso ao poder. Dentre as diversas possibilidades de integrar-se nesses 'canais corporativos do poder', destacam-se duas, as quais, tradicionalmente, têm envolvido maior número de mulheres: a que diz

---

<sup>43</sup> AVELAR, L. **A participação política e a ideologia do conservadorismo político feminino: subsídios para novas pesquisas.** Trabalho apresentado no XI Encontro Anual Anpocs, Águas de São Pedro/SP, 1987.

<sup>44</sup> AVELAR, L. **Mulheres na elite política brasileira.** São Paulo: Centro de Estudos Konrad Adenauer/Editora Unesp, 2001.

respeito às ações coletivas para a defesa de problemas comuns e específicos, como os problemas relacionados com escolas, atendimento à saúde, as leis de trabalho, no geral realizadas no âmbito dos movimentos sociais.

Sendo assim, o período pós-redemocratização foi também profícuo para a participação das mulheres em modalidades associativas mais institucionalizadas por meio da "construção de identidades profissionais, que se dão por meio do associativismo das mulheres de várias organizações profissionais" (PINHEIRO, 2006, p.21) o que se deve, também, à ampliação da participação das mulheres no mercado de trabalho.

Do ponto de vista de uma parcela da literatura sobre o assunto (SACCHET, 2009), as atividades associativas mais formais e institucionalizadas, como partidos e sindicatos, por exemplo, oferecem mais conhecimento e treinamento para o campo político em detrimento do associativismo menos formal e institucionalizado, embora este ainda não seja a forma de associativismo predominante entre as mulheres. E a preferência das mulheres por outras modalidades associativas acaba por privá-las de um importante recurso político que é o próprio conhecimento do funcionamento do campo político.

Desta forma, torna-se necessário aprofundar a investigação sobre as modalidades associativas em que as mulheres mais participam ao ingressarem no campo político, bem como os seus efeitos nas trajetórias de mulheres.

Segundo Pinheiro (2006), os papéis tradicionais de gênero que continuam a ser desempenhados pelas mulheres as afastam do universo da participação política enquanto algumas modalidades de associativismo possibilitam a familiarização com o campo da política a partir da própria realidade:

[...] a presença em associações de bairro e organizações não-governamentais contribui de maneira importante para o processo de empowerment feminino. Estes espaços constituem-se em vias de acesso à participação social e à conscientização de direito, e possibilitam afastamento da esfera doméstica, bem como aumento de controle de seus próprios destinos (D'ÁVILA; PIRES, 1998<sup>45</sup>, p.14-21 apud PINHEIRO, 2006, p.43).

---

<sup>45</sup> D'ÁVILA NETO, M.; PIRES, C. B. Empoderamento: uma questão atual no projeto de equidade de gênero no Brasil. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v.50, n.4, p.4-21, 1998.

Neste sentido, estas modalidades associativas oferecem às mulheres uma entrada progressiva para outras atividades associativas e para o campo político na medida em que nestes espaços elas adquirem recursos de diversa natureza para o início de uma trajetória política.

A entrada na política institucional via movimentos sociais ou associativos abre novas portas para a participação feminina e, ao mesmo tempo em que torna visível a atuação das mulheres, lhes confere popularidade. Tais espaços constituem-se em esferas privilegiadas de formação e acúmulo de capital político, entendido como um tipo de capital simbólico que confere ao seu detentor o reconhecimento da legitimidade para agir no campo político [...] A experiência nesses setores, que são também importantes arenas de preparação para a política institucional, favorece a emergência de indivíduos com capacidade de liderança e motivados a participar da vida política formal (PINHEIRO, 2006, p.78).

Até mesmo o acesso a recursos econômicos e estrutura de campanha política, que muitas vezes definem as chances de elegibilidade de um candidato, depende da rede de contatos dos candidatos a um cargo político.

[...] os recursos financeiros dos candidatos são centrais para definir as chances de elegibilidade do candidato e esses são provenientes de redes de doadores. Mas, alguns tipos de redes (formais e informais) são mais efetivas do que outras na geração desse tipo de recurso. Até que ponto os grupos em que homens e mulheres participam são igualmente propensos à formação de redes que gerarão recursos financeiros e apoio político? (SACCHET, 2009, p.317).

Por esta razão, existem algumas ponderações na literatura sobre o papel do associativismo nas carreiras políticas de homens e mulheres.

Para Sacchet (2009), os homens "associam-se mais em grupos ligados à esfera pública, os quais auxiliam na formação de redes interpessoais mais heterogêneas, que criam incentivos políticos e geram recursos político e financeiro" (SACCHET, 2009, p.324).

Nesta mesma perspectiva, Almeida, Luchmann e Ribeiro (2012) ponderam que as mulheres desenvolvem uma participação associativa "periférica" que proporcionam "benefícios na constituição de laços pessoais, de solidariedade comunitária, de potencial politização de temas e demandas pela gramática dos direitos", mas, no entanto, "essa participação periférica não gera capital político suficiente para alimentar um retorno político-eleitoral". (ALMEIDA; LUCHMANN; RIBEIRO, 2012, p.244).

De acordo com esta interpretação, os denominados grupos periféricos como grupos religiosos, associações comunitárias, de moradores, etc., desenvolvem contatos e solidariedade entre lideranças locais, mas não impulsionam a inserção em redes sociais e político-institucionais mais complexas e hierarquizadas.

Os sindicatos e associações profissionais, por sua vez, possibilitariam tal inserção. Por serem formas mais formais e institucionalizadas de associativismo, estimulariam de forma mais eficaz o conjunto de habilidades políticas necessárias para o bom desempenho no campo político, entre os quais a capacidade de agir estrategicamente, participar de enfrentamentos políticos com outros grupos de interesse, construir alianças políticas e habilidade de negociação. Além disso, operariam em redes maiores e mais complexas, em distintas instâncias federativas e com maior abrangência territorial (WARREN, 2001<sup>46</sup>, p.12 apud ALMEIDA; LUCHMANN; RIBEIRO, 2012, p.242).

Em que pese as possíveis diferenças de retorno político e de possibilidades de construção de capital político por meio das atividades associativas, no que diz respeito à trajetória política de mulheres, o associativismo tem sido uma importante porta de entrada para o campo político.

Quanto à relação entre preferências ideológicas e preferências associativas das mulheres no campo político, o trabalho empírico de Almeida, Luchmann e Ribeiro (2012), ao investigarem a trajetória das mulheres eleitas para a Câmara Federal dos Deputados, demonstraram que há uma correlação entre ideologia partidária e modalidades associativas.

Descobertas como estas apontam para a necessidade de mais investigações a este respeito, inclusive sobre a existência, ou não, destas correlações para o âmbito do poder legislativo político local.

#### 5.1.4 Distintas formas de Associativismo

Não há um consenso na literatura sobre Elites Políticas em como estabelecer critérios para classificar os diferentes tipos de associações, movimentos e organizações sociais. Para os objetivos deste trabalho foram classificados como formas de Associativismo, o Movimento Estudantil, as Associações e Sindicatos Profissionais, os

---

<sup>46</sup> WARREN, M. **Democracy and association**. Princeton: Princeton University, 2001.

Partidos Políticos, as Igrejas e seitas religiosas, os movimentos sociais, Organizações Não Governamentais (ONGs), entre outras.

- **Movimento Estudantil** – O Movimento Estudantil abrange as atividades associativas em escolas e universidades no Ensino básico e Superior e é considerado pelos estudos de Elites Políticas em geral como uma das principais formas de socialização política e partidária. Caracteriza aquelas trajetórias em que, na maioria das vezes, a socialização partidária ocorreu no final da adolescência e na juventude.
- **Entidade Profissional, Associações e Sindicatos** – Esta forma de Engajamento Social abrange associações profissionais, não necessariamente sindicais (por exemplo, associações de artistas, escritores, empresários, microempreendedores, cooperativas, entre outras) e tem sido importante nas Trajetórias Políticas de Mulheres visto que o ingresso na política exige por parte das mulheres uma bagagem cultural relacionada à escolaridade e ocupação profissional, principalmente para as mulheres que não dispõem de outros recursos para serem mobilizados na disputa eleitoral.
- **Partidos Políticos** – Os Partidos Políticos, enquanto organizações sociais constituem-se em instituições associativas nas quais é possível desenvolver uma série de atividades nos departamentos internos, direções partidárias, entre outros. Os estudos de Elites Políticas têm demonstrado que uma Trajetória Política com atuação interna nos Partidos Políticos tem sido um diferencial para o desempenho nas trajetórias políticas das mulheres, principalmente em alguns campos ideológicos, como aquele situado à Esquerda do espectro político partidário.
- **Igrejas e seitas religiosas** – A participação religiosa em geral é considerada uma forma de associativismo. O crescimento das Igrejas Protestantes no Brasil tem impactado na elegibilidade das mulheres, constituindo um importante espaço de recrutamento de mulheres para a política.
- **ONGs, Entidades Benéficas e Associações de moradores** – Uma forma de Engajamento social relevante, é o trabalho social filantrópico, de caridade, também denominado trabalho benéfico, muitas vezes realizado por meio de Entidades Benéficas e Organizações Não Governamentais (ONGs). É uma forma de dedicação a outras pessoas (ou animais) como forma de aliviar o sofrimento, por meio de cuidado aos vulneráveis como, por



exemplo, arrecadação de alimentos e roupas para pessoas necessitadas, de fraldas e remédios para idosos em situação de pobreza, auxílio a crianças em bairros carentes, apoio a mulheres vítimas de violência doméstica, cuidados com animais de rua ou em situação de maus-tratos, entre outros. Este trabalho social procura resolver ou amenizar tais problemas enfrentados por grupos específicos ou parcelas da população. Este trabalho filantrópico costuma ser realizado, principalmente, por pessoas que não precisam destes cuidados, mas podem oferecer ajuda. Este tipo de Engajamento Social pode ser localizado por bairro, comunidade, regiões da cidade, segmentos da população, etc., e visa mudar a vida daqueles que são atendidos. O trabalho realizado transforma-se numa referência, exemplo, admiração para os demais membros da comunidade. O trabalho beneficente é dirigido principalmente para amenizar os efeitos e as consequências de desigualdades sociais e agressões físicas. Outra forma importante de Engajamento Social está relacionada à resolução de problemas enfrentados por membros da comunidade, bairro ou cidade e que pode ganhar circunscrições mais amplas de atuação como, por exemplo, as organizações de assistência mútua, muitas vezes também realizadas por meio de Organizações Não Governamentais (ONGs) ou com outra forma jurídica. Neste caso, ocorre a associação com outras pessoas que tenham os mesmos objetivos, seja a resolução de um problema comum a todos, ou a assistência mútua.

## 5.2 DADOS EMPÍRICOS

### 5.2.1 Acúmulo de atividades associativas

Os dados empíricos mostraram que 21 das 22 Vereadoras eleitas no período 1982-1986 (95,4% das eleitas no período analisado), desenvolviam uma ou mais formas de associativismo previamente ao primeiro mandato.

A pesquisa empírica sobre o Associativismo das Vereadoras eleitas para a Câmara Municipal de Curitiba no período de 1982 a 2016 mostrou a diversidade, multiplicidade e sobreposição de formas associativas.

Os dados coletados demonstram que as Vereadoras eleitas participaram em múltiplos espaços coletivos simultaneamente ou ao longo da trajetória anterior ao primeiro mandato, o que de certa forma demonstra uma inserção social complexa por parte destas mulheres nos diversos setores da sociedade.

As principais formas de Associativismo encontradas foram a participação em ONGs, Entidades beneficentes e Associações de moradores, no Movimento Estudantil Secundário e Universitário, participação em Entidades Profissionais e Sindicatos, atuação em Partidos Políticos, como também em Igrejas.

As Vereadoras eleitas para a Câmara Municipal de Curitiba eram, predominantemente, mulheres socialmente engajadas.

O dado numérico dos diferentes Engajamentos por parte das Vereadoras, está demonstrado na Tabela 13:

TABELA 13 - ASSOCIATIVISMO: NÚMERO DE ENGAJAMENTOS SOCIAIS DAS VEREADORAS ELEITAS PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA (1982-2016)

| NÚMERO DE ENGAJAMENTOS SOCIAIS | FREQUÊNCIA | PORCENTAGEM | PORCENTAGEM VÁLIDA | PORCENTAGEM ACUMULATIVA |
|--------------------------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| 0                              | 1          | 4,5         | 4,5                | 4,5                     |
| 1                              | 10         | 45,5        | 45,5               | 50,0                    |
| 2                              | 6          | 27,3        | 27,3               | 77,3                    |
| 3                              | 5          | 22,7        | 22,7               | 100,0                   |
| Total                          | 22         | 100,0       | 100,0              |                         |

FONTE: Elaboração própria (2020).

Os dados demonstram que apenas 1 Vereadora foi eleita sem ter se envolvido com práticas associativistas.

Observou-se que 10 Vereadoras, 45,5% das eleitas no período analisado, participaram de apenas uma atividade associativa e que 50% das eleitas entre 1982-2016 participaram de duas ou mais diferentes formas de associativismo. Uma parcela das Vereadoras associativistas que representa 22,7% das eleitas participaram de três ou mais formas de Associativismo previamente ao ingresso na Câmara Municipal de Vereadoras.

### 5.2.2 Longo período em atividades associativas

A partir dos dados Empíricos, foi possível verificar o tempo de Engajamento Social das Vereadoras de modo a demonstrar que a maioria delas dedicou um

período geralmente longo, acima de 10 anos, para atividades voltadas à diferentes coletividades, conforme a Tabela 14:

TABELA 14 - TEMPO DE ENGAJAMENTO SOCIAL – VEREADORAS ELEITAS PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA (1982-2016)

| TEMPO DE ENGAJAMENTO SOCIAL | FREQUÊNCIA | PORCENTAGEM | PORCENTAGEM VÁLIDA | PORCENTAGEM ACUMULATIVA |
|-----------------------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| 0 anos                      | 1          | 4,5         | 4,5                | 4,5                     |
| 6 a 10 anos                 | 8          | 36,4        | 36,4               | 40,9                    |
| 11 a 15 anos                | 3          | 13,6        | 13,6               | 54,5                    |
| <b>Acima de 16 anos</b>     | <b>10</b>  | <b>45,5</b> | 45,5               | 100,0                   |
| Total                       | 22         | 100,0       | 100,0              |                         |

FONTE: Elaboração própria (2020).

Os dados demonstram que apenas 1 Vereadora não possuía vínculos associativos. Quanto às demais, 95,4% das eleitas no período analisado tinha mais de 6 anos contínuos de vínculo associativo.

Ao todo, 13 Vereadoras, 59,1% das eleitas, tinha mais de 11 anos dedicados a atividades sociais. Entre estas 13 Vereadoras, houve um grupo 10 Vereadoras, 45%, que possuía mais de 16 anos de engajamento social antes de assumir pela primeira vez um mandato na Câmara de Vereadores de Curitiba.

Este tempo de Engajamento Social é uma característica que se destaca na trajetória política das Vereadoras eleitas para a Câmara Municipal de Curitiba, o que faz levantar um questionamento sobre o alto preço, inclusive com relação ao tempo de vida para o ingresso na carreira política, ainda que para o Legislativo Local.

### 5.2.3 Associativismo local/municipal

Um aspecto relevante que chama atenção a partir da pesquisa empírica realizada é a predominância de Associativismo com demandas locais. Estas demandas consistem em atender pessoas necessitadas da própria comunidade, idosos e crianças pobres do bairro, mulheres e crianças vítimas de violência doméstica no município, crianças portadoras de necessidades especiais, proteção de animais, conscientização sobre prevenção a doenças, ou mesmo associações de microempreendedores locais, associações de comerciantes do bairro ou de servidores municipais, todas estas formas pensadas em um contexto territorial local de bairros da cidade, ou do município. Conforme a Tabela 15:

TABELA 15 - ASSOCIATIVISMO LOCAL/MUNICIPAL

| ASSOCIATIVISMO E DEMANDA MUNICIPAL | FREQUÊNCIA | PORCENTAGEM | PORCENTAGEM VÁLIDA | PORCENTAGEM ACUMULATIVA |
|------------------------------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Não                                | 8          | 36,4        | 36,4               | 36,4                    |
| <b>Sim</b>                         | <b>14</b>  | <b>63,6</b> | 63,6               | 100,0                   |
| Total                              | 22         | 100,0       | 100,0              |                         |

FONTE: Elaboração própria (2020).

Portanto, quando são observadas mais de perto as atividades associativas das Vereadoras eleitas, observa-se que ao menos 14 Vereadoras, 63,6% das eleitas no período analisado, realizavam atividades associativas com demandas locais. Estas atividades se diferenciam, por exemplo, do movimento estudantil, das atividades partidárias, entre outras, que possuem uma territorialidade mais ampla. Os tipos de atividades associativas com demandas locais/municipais e as características deste tipo de atuação, está demonstrado, de forma mais detalhada, no Quadro 6:

QUADRO 6 - ATIVIDADES ASSOCIATIVAS COM DEMANDA LOCAL/MUNICIPAL

|  |
|--|
| 1. Médica e Palestrante nas associações de moradores e outras organizações sociais, juntamente com outros médicos, sobre saúde pública e prevenção a doenças durante vários anos (Dra. Rosa Maria Chiamulera).   |
| 2. Historiadora e artista plástica. Cofundadora do projeto cultural de teatro "Criança Carente" que levou, em 1987, teatro para 10.000 crianças de baixa renda da cidade de Curitiba.  |
| 3. Professora e Fundadora de uma Escola de Alfabetização e atividade associativa de Alfabetização nos bairros de periferia, foi também liderança em associação municipal de servidores além de outras atividades associativas, como a participação na fundação do Partido dos Trabalhadores na cidade de Curitiba. (Zélia Passos). |
| 4. Servidora Municipal com atuação junto a Associações de feirantes e microempreendedores municipais (Julietta Reis)   |
| 5. Assessora Parlamentar e atividades com crianças com necessidades especiais da cidade em associações de pais e filhos/APAE (Jane Rodrigues)  |
| 6. Empresária com atividades e liderança junto às Associações de comerciantes dos bairros da região do Portão, (Márcia Schier)   |
| 7. Aposentada com atividades junto a familiares de crianças desaparecidas como entidade de ajuda mútua (Arlete Caramês)  |
| 8. Professora e Diretora do Sindicato de servidores municipais (Professora Josete)   |
| 9. Aposentada e com atividade de assistência social a pessoas necessitadas no bairro em sua própria residência (Dona Lourdes)  |
| 10. Dona de casa com atividade associativa de assistência social para famílias necessitadas nas igrejas evangélicas (Noemia Rocha)   |
| 11. Empresária com atividades associativas de assistência social aos grupos de idosos e creches dos bairros da região de Santa Felicidade durante vários anos. (Maria Manfron)   |
| 12. Cargo público de confiança e atividade de assistência aos animais de rua ou vítimas de maus tratos no município (Katia dos Animais de rua)   |
| 13. Servidora Municipal com atividade de assistência aos animais de rua ou vítimas de maus tratos no município (Fabiane Rosa)  |
| 14. Médica com atividade de Assistência a mulheres vítimas de violência no município (Maria Letícia Fagundes)  |

FONTE: Elaboração própria (2020).

Um aspecto importante do conteúdo destas atividades associativas é o seu aspecto geográfico, delimitando uma **territorialidade** (municipal) para as mesmas, caracterizando as trajetórias de mais de 60% das eleitas no período.

#### 5.2.4 ONGs, Entidades beneficentes e Associações de moradores

Os dados coletados informam que 50% das eleitas no período analisado exerceram atividades de longa duração na esfera das **ONGs, Entidades beneficentes e Associações de moradores**, sendo a modalidade mais frequente de Associativismo praticada entre as Vereadoras eleitas, conforme a Tabela 16:

TABELA 16 - CENTRALIDADE DO ASSOCIATIVISMO EM ONGS, ENTIDADES BENEFICENTES E ASSOCIAÇÃO DE MORADORES

| PARTICIPA DE ONGS E OUTRAS ENTIDADES | FREQUÊNCIA | PORCENTAGEM | PORCENTAGEM VÁLIDA | PORCENTAGEM ACUMULATIVA |
|--------------------------------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Não                                  | 11         | 50,0        | 50,0               | 50,0                    |
| Sim                                  | 11         | 50,0        | 50,0               | 100,0                   |
| Total                                | 22         | 100,0       | 100,0              |                         |

FONTE: Elaboração própria (2020).

Foi possível constatar que a participação em ONGs, Entidades Beneficentes de longa duração e junto a Associações de moradores demonstrou ser a forma predominante de Associativismo e que se sobrepôs às demais formas de associativismo entre as eleitas para a Câmara Municipal de Curitiba, estando presente na trajetória de 11 Vereadoras, 50% das eleitas no período analisado, conforme o Quadro 7:

QUADRO 7 - PARTICIPAÇÃO DE LONGA DURAÇÃO EM ONGS, ENTIDADES BENEFICENTES E ASSOCIAÇÕES DE MORADORES ENTRE AS MULHERES ELEITAS VEREADORAS ENTRE 1982-1916

|  |
|--|
| 1. Médica e Palestrante - Realização de atividades beneficentes/conscientização sobre prevenção a doenças nas periferias. Atuação junto a <b>Associações de moradores</b> .  |
| 2. Professora e alfabetizadora - Realização de atividades beneficentes/alfabetização nas periferias. Atuação junto a <b>Associações de moradores</b> .   |
| 3. Assessora Parlamentar - Atividades junto a crianças portadoras de necessidades especiais da cidade em associações de pais e filhos. Realização de atividades de ajuda mútua/ <b>APAE</b>  |
| 4. Aposentada - Atividades junto a familiares de crianças desaparecidas com entidade de ajuda mútua/ <b>ONG</b> de crianças desaparecidas  |
| 5. Aposentada - Atividade de assistência social a pessoas necessitadas no bairro em sua própria residência/ <b>ONG</b> própria/ atividades beneficentes/assistência a pessoas necessitadas nos bairros   |
| 6. Dona de casa - Atividade associativa de assistência social para famílias necessitadas nas igrejas evangélicas/ <b>ONG</b> evangélica/ Entidades beneficentes de ajuda às famílias evangélicas carentes  |
| 7. Enfermeira, cargo de confiança em órgão público/ <b>ONG</b> de proteção às mulheres vítimas de violência.   |
| 8. Empresária - atividades associativas de assistência social a instituições de idosos e creches do bairro. Associações de 3. <sup>a</sup> idade. Atividades na <b>Pastoral do Idoso e Entidades beneficentes</b> de apoio a idosos carentes do bairro e creches para crianças carentes. |
| 9. Cargo público de confiança -Atividade de assistência aos animais de rua ou vítimas de maus tratos no município/ <b>ONG</b> de proteção aos animais.   |
| 10. Servidora Municipal secretaria municipal-atividade de assistência aos animais de rua ou vítimas de maus tratos no município/ <b>ONG</b> de proteção aos animais.   |
| 11. Médica legista - Atividade de Assistência a mulheres vítimas de violência no município/ <b>ONG de proteção às mulheres</b>   |

FONTE: Elaboração própria (2020).

Antes de conquistar o primeiro mandato na CMC, a metade das eleitas realizava atividades associativas voltadas para a proteção de vulneráveis como famílias pobres e necessitadas, idosos carentes, crianças com necessidades especiais, crianças desaparecidas, mulheres e crianças vítimas de violência e proteção aos animais.

De acordo com Miguel (2001, p.262), a mulher na política é, muitas vezes, "vista como agente de uma 'política do desvelo' oposta à 'política de interesses' porque é característica sua preocupar-se mais com aqueles que a cercam do que consigo própria".

Esta visão "essencialista" que atribui à essência feminina o papel do cuidado encontra ressonância, ou nos partidos que promovem as candidaturas femininas, ou no eleitorado, na medida em que esta é uma característica relevante nas trajetórias das Vereadoras eleitas.

Esta informação está de acordo com uma das hipóteses deste trabalho, sobre a relevância do papel de "cuidadora" vinculado tanto à ocupação profissional como às atividades associativas das Vereadoras para a sua elegibilidade na Câmara Municipal de Curitiba.

Ainda segundo Miguel (2001), existem distintas formas de naturalizar a atuação política dos homens e das mulheres, em todos o espectros partidários,

Apesar de todas as ressalvas que as autoras mais sofisticadas tratam de fazer, enfatizando o caráter cultural dos comportamentos distintos de mulheres e homens, a abordagem acaba deslizando, sempre, para a naturalização da diferença. Como observa Pierucci, nos meios de esquerda "não se ousa dizer que elas [as diferenças] são naturais; diz-se que são diferenças culturais, só que irreduzíveis. O que, se não dá no mesmo, dá quase" (PIERUCCI, 1999<sup>47</sup>, p.111 apud MIGUEL, 2001, p.263).

Para Pinheiro (2006, p.4), a ideia de que "as mulheres praticam uma política do desvelo" e que este é um "diferencial feminino", deve ser investigada, na medida em que é um argumento ainda presente quando se trata de justificar a presença das mulheres na política.

---

<sup>47</sup> PIERUCCI, A. F. **Ciladas da diferença**. São Paulo: 34, 1999.

### 5.2.5 Movimento estudantil

Segundo a investigação realizada, mais de um terço das Vereadoras, 36,4% das eleitas no período analisado, fizeram parte do **Movimento Estudantil** quando estudantes de Ensino Médio ou Universidade, conforme a Tabela 17:

TABELA 17 - ENGAJAMENTO SOCIAL/ASSOCIATIVISMO: MOVIMENTO ESTUDANTIL DAS VEREADORAS ELEITAS PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA (1982-2016)

| MOVIMENTO ESTUDANTIL | FREQUÊNCIA | PORCENTAGEM | PORCENTAGEM VÁLIDA | PORCENTAGEM ACUMULATIVA |
|----------------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Não                  | 14         | 63,6        | 63,6               | 63,6                    |
| Sim                  | 8          | 36,4        | 36,4               | 100,0                   |
| Total                | 22         | 100,0       | 100,0              |                         |

FONTE: Elaboração própria (2020).

Este dado está relacionado à alta escolaridade das Vereadoras eleitas, embora apenas a metade das Vereadoras eleitas com Curso Superior participou do Movimento Estudantil no Ensino Médio ou na Universidade.

Ainda assim, os dados demonstram que o Movimento Estudantil se constituiu em uma importante porta de entrada para a política, ou uma primeira socialização em Engajamento Social e Associativo para pelo menos 36,6% das eleitas no período. Ao mesmo tempo, se comparado ao número de Vereadoras com grau de Ensino Superior, aproximadamente a metade destas, apenas, participou do Movimento Estudantil.

### 5.2.6 Associações profissionais e Sindicatos

Os dados coletados demonstram que, igualmente, mais de um terço das Vereadoras, 36,4% das eleitas no período analisado, participaram de **Associações Profissionais e/ou Sindicatos**, conforme a Tabela 18:

TABELA 18 - ENGAJAMENTO SOCIAL/ASSOCIATIVISMO: ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS E SINDICATOS DAS VEREADORAS ELEITAS PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA (1982-2016)

| ATIVIDADE PROFISSIONAL OU SINDICAL | FREQUÊNCIA | PORCENTAGEM | PORCENTAGEM VÁLIDA | PORCENTAGEM ACUMULATIVA |
|------------------------------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Não                                | 14         | 63,6        | 63,6               | 63,6                    |
| Sim                                | 8          | 36,4        | 36,4               | 100,0                   |
| Total                              | 22         | 100,0       | 100,0              |                         |

FONTE: Elaboração própria (2020).

Os dados refletem a participação destas mulheres no mercado de trabalho e a inserção em redes associativas mais complexas e que geram recursos políticos importantes para a carreira política.

### 5.2.7 Atividades partidárias

De acordo com a pesquisa realizada, um total de 31,8% das eleitas no período analisado tinha envolvimento com **atividades partidárias**, conforme a Tabela 19:

TABELA 19 - ENGAJAMENTO SOCIAL/ASSOCIATIVISMO: PARTIDOS POLÍTICOS DAS VEREADORAS ELEITAS PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA (1982-2016)

| ATIVIDADE PARTIDÁRIA | FREQUÊNCIA | PORCENTAGEM | PORCENTAGEM VÁLIDA | PORCENTAGEM ACUMULATIVA |
|----------------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Não                  | 15         | 68,2        | 68,2               | 68,2                    |
| Sim                  | 7          | 31,8        | 31,8               | 100,0                   |
| Total                | 22         | 100,0       | 100,0              |                         |

FONTE: Elaboração própria (2020).

Os dados coletados demonstram que a atividade partidária entre as Vereadoras eleitas apresentou uma taxa ligeiramente menor do que a participação no Movimento Estudantil e nas Associações Profissionais, demonstrando que mesmo mulheres socializadas no movimento estudantil ainda jovens e mulheres sindicalizadas são em número maior do que aquelas que participam da vida partidária o que demonstra um certo distanciamento em relação à possibilidade de uma trajetória interna nos partidos.

### 5.2.8 Atividade religiosa

Os dados coletados informam que 13,6% das eleitas no período analisado exerciam **atividades religiosas** (evangélicas) em suas respectivas denominações religiosas, conforme a Tabela 20:

TABELA 20 - ENGAJAMENTO SOCIAL/ASSOCIATIVISMO: IGREJAS – VEREADORAS ELEITAS PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA (1982-2016)

| ATIVIDADE RELIGIOSA | FREQUÊNCIA | PORCENTAGEM | PORCENTAGEM VÁLIDA | PORCENTAGEM ACUMULATIVA |
|---------------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Não                 | 19         | 86,4        | 86,4               | 86,4                    |
| Sim                 | 3          | 13,6        | 13,6               | 100,0                   |
| Total               | 22         | 100,0       | 100,0              |                         |

FONTE: Elaboração própria (2020).



Se, por um lado, os dados demonstram que houve um grupo muito pequeno de mulheres que participou de instituições religiosas previamente ao mandato, esta é uma informação relevante, visto que é um fenômeno recente o fato de as Igrejas, principalmente as evangélicas, tornarem-se instituições de socialização política para as mulheres. Na Câmara Municipal de Curitiba as primeiras Vereadoras vinculadas ativamente a instituições religiosas, evangélicas, elegeram-se em 2008 seguindo uma tendência nacional de crescimento dos políticos eleitos vinculados a denominações evangélicas.

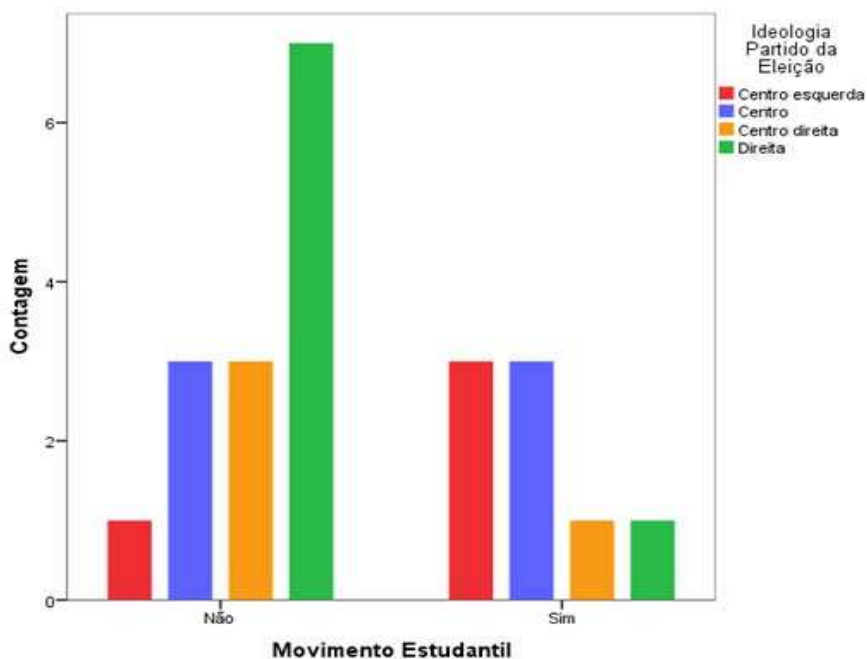
Apesar de estatisticamente baixo, apresenta-se como um dado relevante na medida em que antes de 2008 não havia nenhuma Vereadora eleita sob a identificação da crença evangélica e que em menos de 10 anos 3 Vereadoras estão classificadas neste grupo.

#### 5.2.9 Ideologia partidária X Movimento estudantil

O aspecto mais relevante observado entre as Vereadoras eleitas no que diz respeito à socialização política no Movimento Estudantil secundarista e universitário é o fato de que apenas 1 entre 8 Vereadoras eleitas por Partidos Políticos de Direita participaram deste tipo de associativismo na adolescência e juventude.

Entre as 4 Vereadoras de Centro-esquerda, 3 delas tiveram participação no Movimento Estudantil. Proporção inversa ocorreu entre as 4 Vereadoras de Centro-direita, sendo que apenas 1 delas participou do Movimento Estudantil. Entre as 6 Vereadoras eleitas por Partidos Políticos de Centro, 3 delas participaram do Movimento Estudantil enquanto 3 Vereadoras não participaram. Conforme o Gráfico 2:

GRÁFICO 2 - MOVIMENTO ESTUDANTIL E IDEOLOGIA PARTIDÁRIA DAS VEREADORAS ELEITAS PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA (1982-2016)



FONTE: Elaboração própria (2020).

Observa-se que, proporcionalmente ao número de Vereadoras eleitas, o maior engajamento no Movimento Estudantil ocorreu entre as Vereadoras que se elegeram por Partidos de Centro-esquerda (3 entre 4) e um menor engajamento entre as eleitas por Partidos de Direita (1 em 8) e Centro-direita (1 em 4), enquanto no Centro do espectro partidário houve uma igual divisão entre aquelas que participaram e não participaram do Movimento Estudantil (3 participaram e 3 não participaram).

#### 5.2.10 Ideologia partidária X Associações profissionais e Sindicatos

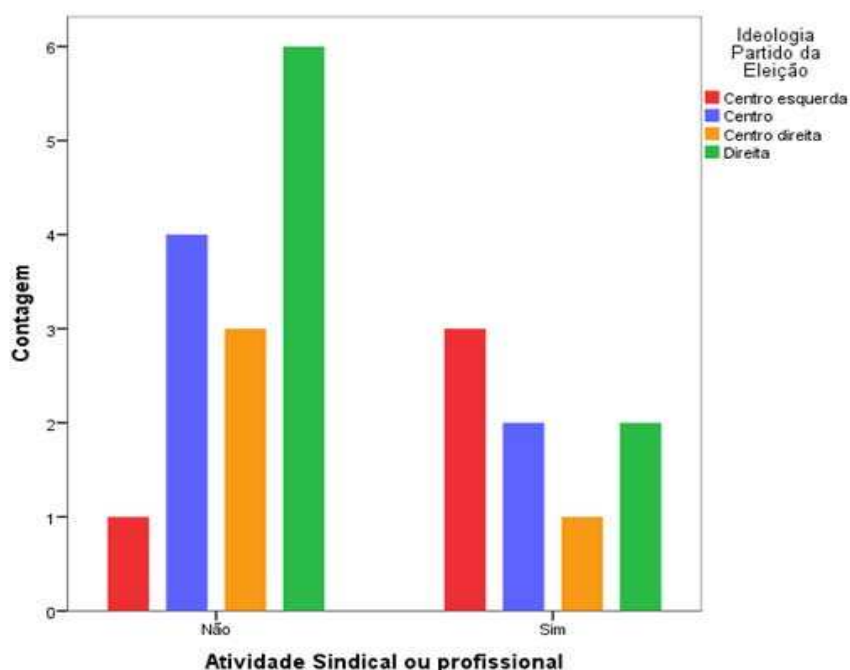
Os dados que se destacam na relação entre a participação em Associações Profissionais e Sindicatos é que 2 das 8 Vereadoras eleitas por Partidos Políticos de Direita desenvolveram vínculos associativos com Associações Profissionais e Sindicatos.

As Vereadoras eleitas por Partidos Políticos de Centro, também demonstraram um baixo índice de engajamento neste tipo de associativismo, sendo que 2 entre 6 eleitas por Partidos Políticos de Centro tinham engajamento associativo no seu meio profissional.

Proporcionalmente ao número de eleitas, a Centro-direita apresentou um índice ainda menor de engajamento associativo em associações profissionais e Sindicatos,

com apenas 1 entre 4 Vereadoras participantes de atividades associativas no meio profissional. Ainda proporcionalmente ao número de eleitas, a Centro-esquerda apresentou o maior índice de associativismo no meio profissional sindical com 3 das 4 eleitas tendo participado deste tipo de engajamento social previamente ao mandato de Vereadora. Conforme o Gráfico 3:

GRÁFICO 3 - ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS E/OU SINDICATOS E IDEOLOGIA PARTIDÁRIA DAS VEREADORAS ELEITAS PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA (1982-2016)



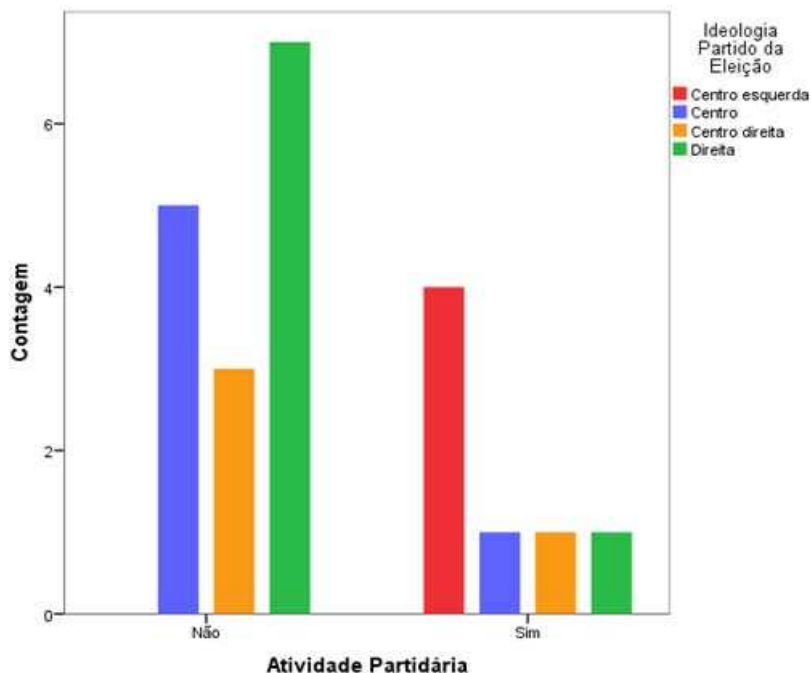
FONTE: Elaboração própria (2020).

As Vereadoras de Centro-esquerda tiveram o maior destaque no associativismo profissional (3 entre 4). O Centro teve 2 participantes e 2 não-participantes. A Centro-direita obteve o menor destaque (1 entre 4), enquanto a Direita teve uma taxa de 2 entre 6 que eram vinculadas a organizações sindicais e profissionais.

### 5.2.11 Ideologia partidária X Atividade partidária

Com relação ao desenvolvimento de atividades partidárias previamente ao ingresso no primeiro mandato, foi possível observar que as eleitas pelos Partidos de Centro, Direita e Centro-direita tinham baixa participação, enquanto todas as 4 Vereadoras eleitas por Partidos de Centro-esquerda tinham desenvolvido atividades partidárias previamente ao ingresso no primeiro mandato. Conforme o Gráfico 4:

GRÁFICO 4 - RELAÇÃO ENTRE ATIVIDADE PARTIDÁRIA E IDEOLOGIA PARTIDÁRIA DAS VEREADORAS ELEITAS PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA (1982-2016)



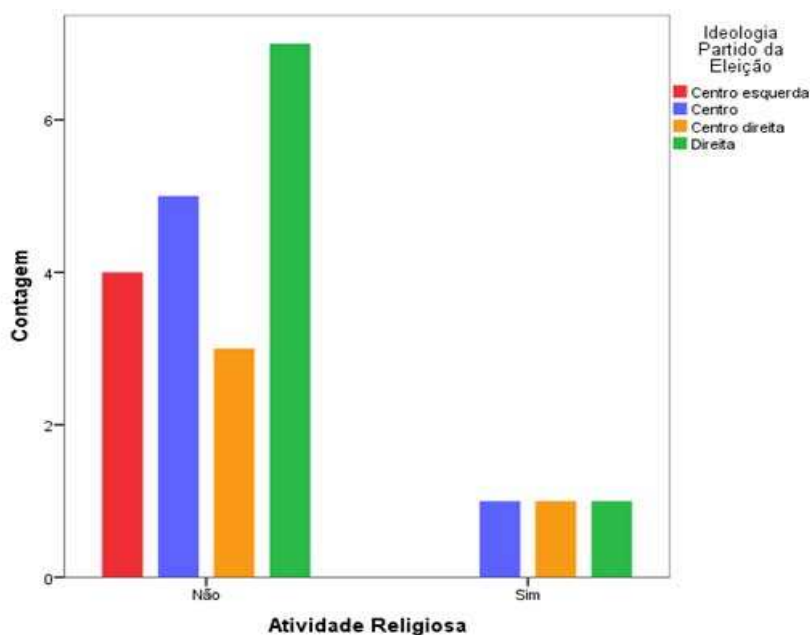
FONTE: Elaboração própria (2020).

O mais baixo índice de participação partidária ocorreu entre as Vereadoras eleitas por Partidos de Centro-Direita (1 entre 8), seguido pelo Centro (1 entre 6) e pela Centro-Direita (1 entre 8).

#### 5.2.12 Ideologia partidária X Atividade religiosa

Entre as 3 Vereadoras eleitas que tinham tido participação em Atividades religiosas, como membro de Igrejas Evangélicas, encontra-se 1 Vereadora eleita por Partido de Centro, 1 pela Centro-Direita e 1 pela Direita, Conforme o Gráfico 5:

GRÁFICO 5 - PARTICIPAÇÃO EM ATIVIDADE RELIGIOSA DE ACORDO COM A IDEOLOGIA DO PARTIDO DA ELEIÇÃO DAS VEREADORAS ELEITAS PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA (1982-2016)



FONTE: Elaboração própria (2020).

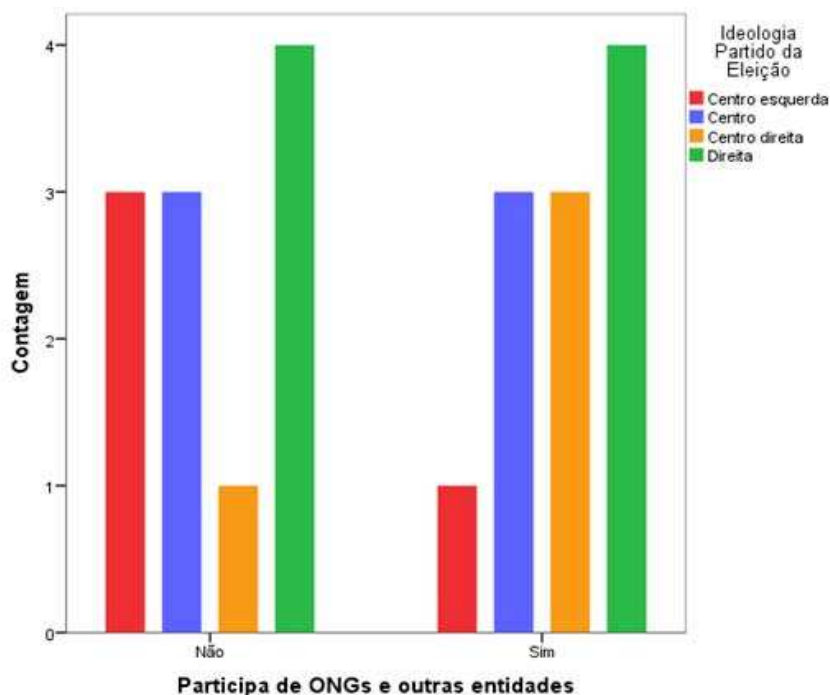
No espectro ideológico à esquerda nenhuma das Vereadoras possuía atividade associativa vinculada a alguma organização religiosa ou a existência da politização do vínculo religioso.

### 5.2.13 Ideologia partidária X ONGs, Entidades beneficentes e Associações de moradores

Os dados demonstraram que a participação e a não participação em ONGs, Entidades beneficentes e Associações de moradores por parte das 8 Vereadoras eleitas por Partidos Políticos de Direita estava equilibrada, sendo que 4 Vereadoras participavam deste tipo de associativismo e 4 não participavam. Entre as Vereadoras eleitas por Partidos Políticos de Centro, estava igualmente bem distribuído, com 3 Vereadoras participantes destas entidades e 3 não participantes. Com relação às Vereadoras eleitas por Partidos Políticos de Centro-direita, observou-se que 3 Vereadoras eram vinculadas às estas associações e apenas 1 Vereadora deste espectro ideológico não tinha este vínculo associativo. E entre as Vereadoras de Centro-esquerda, observou-se o inverso com apenas 1 Vereadora participante deste

tipo de Associativismo e 3 Vereadoras que não tinham este vínculo com este modelo associativo. Conforme o Gráfico 6:

GRÁFICO 6 - PARTICIPAÇÃO EM ONGS, ENTIDADES BENEFICENTES E ASSOCIAÇÕES DE MORADORES POR IDEOLOGIA PARTIDÁRIA DAS VEREADORAS ELEITAS PARA A CMC (1982-2016)



FONTE: Elaboração própria (2020).

Neste sentido, os dados demonstraram uma preferência das Vereadoras de Centro-Direita por vínculos com ONGs, Entidades beneficentes e Associações de moradores e um maior distanciamento destas associações por parte das Vereadoras de Centro-esquerda, sendo que entre as Vereadoras de Direita e de Centro havia a mesma proporção de adeptas e não-adeptas destas associações.

### 5.3 CONCLUSÕES

Os dados obtidos sobre o associativismo das Vereadoras demonstram que as mesmas tinham **perfil associativista**. Apenas 1 única Vereadora foi eleita sem ter se envolvido com práticas associativas. Além disso, 50% das eleitas no período 1982-2016 não se restringiram apenas a uma modalidade associativa tendo participado de duas ou mais formas de associativismo. Uma parcela de 22,7% chegou

a se envolver com mais de três modalidades associativas.<sup>48</sup> Este dado corrobora com a literatura (D'AVILA; PIRES, 1998; WARREN, 2001; AVELAR, 2001; PINHEIRO, 2006; SACCHET, 2009; BOURDIEU, 1985; 2011; ALMEIDA; LUCHMANN; RIBEIRO, 2012) sobre o papel do associativismo no desenvolvimento de lideranças aptas às distintas exigências das sociedades democráticas e como contribuem para o desenvolvimento de trajetórias políticas de homens e mulheres.

O fato de que 50% das eleitas dedicaram **11 anos ou mais** em diferentes atividades associativas antes do primeiro mandato reforça os achados desta investigação (discutidos no capítulo 6) sobre a formação do capital político, bem como vincula-se à questão da idade de filiação partidária e idade da eleição (discutidos nos tópicos 7.2.5 e 7.2.6), sendo a filiação e eleição da maioria das Vereadoras antecedida por uma longa trajetória de engajamento social.

Os dados empíricos colocaram em relevo o aspecto da **circunscrição territorial local/municipal** que atinge grande parte das atividades associativas de 63% das Vereadoras. Do ponto de vista de parte da literatura (AVELAR, 1987; PINHEIRO, 2006), as atividades associativas que as Vereadoras desenvolveram em âmbito local podem vir a ser classificadas tanto entre aquelas "hierarquizadas, complexas e institucionalizadas" relacionadas às atividades partidárias e sindicais, como entre as menos hierarquizadas, complexas e institucionalizadas, relacionadas a ações de cuidado, proteção para idosos, crianças carentes, crianças com necessidades especiais, e, inclusive de animais de rua, temática esta que elegeu 2 Vereadoras no período. As formas **menos hierarquizadas, institucionalizadas e complexas** predominaram no associativismo local, estando presente entre 9 das 13 trajetórias vinculadas ao associativismo local (conforme pode ser verificado no quadro apresentado no tópico 5.2.3). Ainda assim, foi possível encontrar entre as 13 Vereadoras que praticaram

---

<sup>48</sup> Observa-se a presença marcante do associativismo na trajetória das mulheres eleitas vereadoras na cidade de Curitiba. Esta característica foi igualmente encontrada na trajetória das vereadoras do Estado de Santa Catarina pelo levantamento sobre o perfil dos vereadores e vereadoras do Estado que exerceram os seus mandatos na legislatura 2012-16. Segundo esta pesquisa, "[as] mulheres [vereadoras] são mais engajadas do que os homens na maior parte dos grupos associativos, uma vez que os homens [vereadores] só participam mais que mulheres em sindicatos e em associações ambientais, porém com percentuais inferiores a um ponto". (AYRES; OLIVEIRA; GIMENES, 2017, p.36).

associativismos com enraizamento local<sup>49</sup> ao menos 4 Vereadoras que tinham como foco atividades **mais institucionalizadas** como fundação de partido local, sindicatos de servidores locais, associações de comerciantes ou de microempreendedores locais.

A relevância do espaço local para a atividade política das mulheres é apontado por parte da literatura (COSTA, 1998) devido a uma maior facilidade de conciliar os papéis familiares desempenhados pelas mulheres na família e na comunidade, bem como à própria cultura e socialização das mulheres que tendem a valorizar os micro espaços cotidianos.

Segundo os dados obtidos, houve uma preponderância do envolvimento em **ONGs, Entidades beneficentes e Associações de moradores**, nas quais 11 Vereadoras, 50% das eleitas, estiveram envolvidas antes do primeiro mandato. Em raras exceções, estas ONGs e Entidades tinham uma circunscrição territorial mais ampla que o município (apenas 1 Vereadora dedicava-se a atividades beneficentes que não tinham foco em Curitiba, mas igualmente em todo o Estado) de forma que há uma quase coincidência entre a porcentagem de mulheres que participaram de associativismos com enraizamento local e menos complexos e institucionalizados e as Vereadoras que participaram destas modalidades associativas acima descritas.

Entre as 11 Vereadoras que atuaram neste modelo de associativismo, 50% das eleitas, destaca-se nas mesmas o papel de "cuidadora". Este papel aparece vinculado tanto à ocupação profissional (uma característica que já havia sido observada nas ocupações profissionais das mesmas) quanto nas atividades associativas.

É possível pensar no papel de cuidadora como uma ideia receptiva perante o eleitorado, perante os partidos políticos, no processo de recrutamento das candidaturas e, ainda, como uma internalização das próprias mulheres que, ao adquirirem este perfil social em suas trajetórias de vida sentem-se estimuladas a seguir a carreira política. É possível que ao desempenhar um papel social "apropriado" às mulheres (PINHEIRO, 2006), reconhecido e estimulado pela própria sociedade, as mulheres percebam a possibilidade de ampliação de sua esfera de ação a partir da vereança.

---

<sup>49</sup> Algumas destas 13 vereadores com práticas associativas locais menos formais e institucionalizadas acumularam também outras formas de associativismo mais complexas e institucionalizadas que não eram circunscritas a demandas e grupos locais. Ao menos 4 destas 13 vereadoras puderam desenvolver práticas associativas que eram, ao mesmo tempo, complexas, institucionalizadas e circunscritas ao âmbito municipal.



Uma parcela da literatura (AVELAR, 1987 p.24 apud PINHEIRO, 2006 p.20) propõe que o associativismo praticado pelas mulheres constitui-se preferencialmente por aqueles menos hierarquizados e menos institucionalizados e, também, que as mulheres participam mais de atividades políticas de curta duração. No entanto, os dados obtidos corroboram apenas com a primeira parte do argumento, na medida em que, conforme visto anteriormente (e conforme o tópico 5.2.2) as mulheres permanecem vários anos em atividades associativas, sendo possível caracterizar seu engajamento associativo como de longa duração.

As demais formas associativas tiveram menos atratividade na trajetória das eleitas, ainda que uma porcentagem delas tenha aderido ao **Movimento Estudantil** (36,4%), aos **Sindicatos e associações profissionais** (igualmente 36,4%), às **atividades partidárias** (31,8%), e às **atividades religiosas** (13,6%).

Comparado ao grau de escolaridade das Vereadoras com Ensino Superior (73,7%) verifica-se que aproximadamente a metade destas participou do Movimento Estudantil (36,4%) o que representa uma forma pouco destacada de associativismo entre as Vereadoras.

Ao fazer o cruzamento entre as **preferências associativas e preferências ideológico-partidárias** das Vereadoras, tendo como parâmetro o espectro ideológico do partido da eleição, observou-se que o movimento estudantil teve pouca preferência entre as Vereadoras de Direita e Centro-Direita e uma maior preferência entre as Vereadoras de Centro-Esquerda, enquanto as Vereadoras de Centro estiveram divididas igualmente entre aquelas que participaram e que não participaram do movimento estudantil. Este dado demonstra uma primeira socialização política das Vereadoras de Centro-esquerda no Movimento Estudantil (3 entre 4 eleitas) e da metade das eleitas pelo Centro (3 entre 6 eleitas) com uma proporção muito baixa deste tipo de socialização política entre as Vereadoras de Centro-direita (1 em 4) e de Direita (1 em 8).

Quanto à preferência dos diferentes espectros ideológico-partidários pelos Sindicatos e Associações profissionais, observou-se algo muito semelhante ao verificado no Movimento Estudantil, uma preferência maior pelas eleitas da Centro-Esquerda (3 entre 4), seguida pelo Centro (2 entre 6). A Centro-Direita e a Direita apresentam pouca preferência (1 entre 4 e 2 entre 8, respectivamente). Os dados demonstram um quase alinhamento entre as Vereadoras que foram socializadas

no Movimento Estudantil e que também vieram a participar dos Sindicatos e Associações profissionais.

O engajamento em atividades partidárias demonstrou uma grande polarização entre os espectros ideológicos, sendo que todas as eleitas pela Centro-Esquerda tiveram militância partidária antes do primeiro mandato (4 em 4), enquanto o engajamento em partidos políticos previamente ao primeiro mandato por parte das eleitas em outros espectros partidários foi irrisório (1 entre 6 do Centro; 1 entre 4 da Centro-Direita; 1 entre 8 da Direita). É bastante provável que a explicação para este fenômeno esteja nas trajetórias das Vereadoras, no perfil sociodemográfico, no tipo de capital político, no funcionamento dos partidos, nas concepções ideológico partidárias e sociais em jogo e, também, entre os eleitores. Os dados estão de acordo com pesquisas realizadas em âmbito nacional e internacional que colocam as organizações partidárias de esquerda como mais receptivas à participação interna das mulheres (KATZ; MAIR, 1992), conforme discutido no tópico 3.1.2. Embora, como temos visto no decorrer de toda esta investigação, a maior parte das mulheres não se elegeu por partidos do amplo espectro ideológico da Esquerda.

Ainda assim, há que se averiguar tamanha dicotomia entre a Centro-esquerda e os demais espectros partidários no que diz respeito ao significado da atuação partidária para a elegibilidade de mulheres no contexto local.

No que diz respeito ao **associativismo religioso**, observou-se que o mesmo estava distribuído no Centro (1 entre 6), na Centro-direita (1 entre 4) e na Direita (1 entre 8). Portanto, o associativismo religioso mostrou-se inexistente na Centro-esquerda e, proporcionalmente falando, praticamente inexistente na Direita. Em termos proporcionais observa-se que foi mais acentuado na Centro-Direita.

O associativismo relacionado a **ONGs, Entidades beneficentes Associações de moradores** foi preferência de metade das Vereadoras de Centro (3 entre 6) e da metade das Vereadoras de Direita (4 entre 8). O desequilíbrio das preferências nesta modalidade associativa ocorreu por conta da Centro-esquerda (1 entre 4) e, inversamente, da Centro-direita (3 entre 4).

De um ponto de vista geral, foi possível observar:

- Quanto às eleitas pela **Centro-esquerda**: a existência de grande adesão das Vereadoras ao Movimento Estudantil, atividades sindicais e partidárias inexistência de ativismo religioso.

- Quanto às eleitas pelo **Centro**: dividido quanto ao ME e participação em ONGs, Entidades beneficentes e Associações de moradores, um pouco menos dividido quanto aos Sindicatos e associações profissionais em que a maior parte das Vereadoras de Centro não foram engajadas (apenas 2 entre 6), menos engajadas ainda em atividades partidárias (1 entre 6) e religiosas (1 entre 6).
- Quanto às Vereadoras da **Centro-Direita**: Estão no polo oposto das Vereadoras de Centro-esquerda quanto ao Movimento Estudantil e Atividades sindicais. Enquanto as de Centro-esquerda tem 3 entre 4 participantes destas associações, a Centro-direita tem 3 entre 4 que não participam. Apresentam participação moderada em partidos e igrejas, com 1 em 4 que participando em ambas modalidades. Há um destaque quanto a participação das Vereadoras deste espectro partidário em ONGs, Entidades beneficentes e Associações de moradores, modalidade associativa que mais conseguiu a adesão destas Vereadoras (3 entre 4).
- No que se refere às eleitas pela **Direita**, observou-se uma baixa a adesão destas Vereadoras a todas as modalidades associativas, sendo que a única modalidade que alcançou a adesão de metade destas Vereadoras foi a participação nas ONGs, Entidades beneficentes e Associações de moradores (4 entre 8). Nas demais modalidades a participação foi ainda menor, com 1 entre 8 Vereadoras participantes em modalidades associativas como o ME, Sindicatos, Partidos e Igrejas.

## 6 VARIÁVEIS SOBRE CAPITAL POLÍTICO

### 6.1 REVISÃO DA LITERATURA

#### 6.1.1 Campo político x capital político

O pensador francês Pierre Bourdieu (1980; 2011b) demonstrou a existência de diferentes campos sociais nas sociedades modernas. Para cada campo social corresponde um tipo de capital social que pode ser acumulado pelo indivíduo e que possui valor no respectivo campo.

Os campos sociais são relativamente autônomos entre si e em cada um deles é possível desenvolver uma longa trajetória de vida. São exemplos de campos sociais, entre outros, o campo político, científico, cultural, econômico, entre outros.

Sendo assim, existem diferentes tipos de capital, não apenas capital material e econômico, mas também cultural e simbólico, que proporcionam a legitimidade de agir em cada campo social:

O conceito de 'capital' é crucial na Sociologia de Bourdieu, que o estende para muito além de seu sentido econômico estrito. Assim, ele introduz a ideia de capital simbólico, que é uma espécie de crédito social, no sentido preciso do termo, isto é, algo que depende fundamentalmente da crença socialmente difundida na sua validade (BOURDIEU, 1980<sup>50</sup>, p.203-204 apud MIGUEL, 2003. p.120).

Mas, também é possível converter o capital social pertencente a um determinado campo social para outro campo, embora nem sempre isso seja possível. Ou seja, em alguns campos sociais o acesso é mais demorado e não há uma migração fácil para quem é proveniente de outro campo, na medida em que o capital acumulado anteriormente não pode migrar de campo social.

Um grande empreendedor que tenha adquirido capital econômico, não poderá converter o capital econômico em capital cultural e tornar-se reconhecido como um grande artista no campo artístico-cultural se não desenvolver as habilidades e a criatividade necessárias ao reconhecimento neste campo. Da mesma forma, um político de sucesso não poderá ter legitimidade no campo científico se não vier a

---

<sup>50</sup> BOURDIEU, P. Le capital social: notes provisoires. **Actes de la Recherche en Science Sociales**, v.31, p.2-3, 1980.

participar deste campo, com treinamento em uma área científica, integração em uma comunidade científica e participação em pesquisas científicas.

No entanto, o campo político, ainda que possua suas próprias especificidades<sup>51</sup>, é aberto ao prestígio social e ao reconhecimento adquiridos em outros campos sociais. É possível converter em *capital político* (BOURDIEU, 1980; 2011b), para uso no campo político, diferentes formas de capital acumulado em outros campos como o cultural, acadêmico, científico, artístico, comunicacional, econômico, entre outros.

O capital econômico, inclusive, é um tipo de capital que pode ser facilmente convertido em capital político, não apenas o prestígio e reconhecimento no campo econômico – o aspecto simbólico do capital econômico – pode ser convertido em capital político, mas o próprio recurso material em si contribui para as campanhas políticas geralmente muito dispendiosas.

Um outro exemplo de conversão de capital de outros campos sociais para o campo político é visibilidade midiática.

No que diz respeito à visibilidade midiática de potenciais candidatos e do impacto desta variável na elegibilidade e carreira política, Miguel (2003) chamou atenção para o tema ao se propor a analisar os possíveis impactos da presença e notoriedade em mídias como o rádio e TV nas carreiras políticas, principalmente no processo de ingresso no campo político.

Para mapear esta agenda de pesquisa, o autor buscou uma articulação entre três temáticas, a "carreira política", o "capital político" e "influência dos meios de comunicação" e observou que esta, via de regra, possibilita alguns "atalhos" na carreira política por parte de candidatos "outsiders", sem experiência política que pretendam iniciar uma carreira. Ao mesmo tempo observa que "a mídia não substitui nem torna obsoletas" outras formas de progredir na vida política, mas pode ser um recurso a ser combinado com outros recursos de modo a fortalecer e dar visibilidade a outras formas de capital.

Lado outro, observa o autor que "não é qualquer exposição na mídia que alavanca pretensões eleitorais, mas sim aquelas que contribuem para a construção de uma persona pública apropriada" (MIGUEL, 2003, p.131). E chama atenção,

---

<sup>51</sup> O campo político, assim como os demais campos sociais possui as suas especificidades. Por esta razão que é possível falar em trajetória política como um caminho percorrido neste campo. É neste sentido a afirmação de Miguel (2003) de que o cargo de vereador se constitui em importante porta de entrada no campo político na perspectiva de uma trajetória ascendente.

ainda, para o fato de que o rádio, mesmo sendo uma mídia relevante na trajetória de muitos políticos eleitos, é "o menos analisado pelos estudiosos da relação entre mídia e política", o que se deve, segundo ele, ao fato de que há uma "pulverização das emissoras e da audiência" que dificulta a operacionalização da pesquisa (MIGUEL, 2003, p.130).

Como visto, o capital político pode ser originado no próprio campo político, como pode resultar de diferentes tipos de capital oriundos de posições ocupadas em outros campos sociais. O capital político é a reunião de um conjunto de elementos originados internamente e externamente ao campo político:

[...] em grande medida, [é] uma espécie de capital simbólico: o reconhecimento da legitimidade daquele indivíduo para agir na política. Ele baseia-se em porções de capital cultural (treinamento cognitivo para a ação política), capital social (redes de relações estabelecidas) e capital econômico (que dispõe do ócio necessário à prática política) (MIGUEL, 2003, p.121).

As campanhas eleitorais costumam acender o debate sobre o custo financeiro de uma campanha política e os recursos econômicos que podem ser investidos e contabilizados por parte de um candidato. É de muito fácil compreensão a posse e o uso do poder econômico no campo político. Por outro lado, os estudos de Capital Político ao extrapolar o aspecto meramente econômico, têm trazido os maiores desafios para o campo de pesquisa em torno das Trajetórias Políticas, dado a heterogeneidade do perfil dos candidatos e políticos eleitos no país, bem como dos diversificados recursos mobilizados no decurso da carreira.

Portanto, é de fundamental importância compreender a possibilidade de conversão de capitais de outros campos sociais para o campo político, na medida em que além do "capital econômico, [também] a visibilidade midiática, a participação em movimentos sociais e associações de classe, a vinculação com seitas religiosas, e [...] o capital familiar [não apenas econômico, mas também social e cultural], entre outros, são importantes fontes de capital político" (MIGUEL; MARQUES; MACHADO, 2015, p.723).

#### 6.1.2 Capital político oriundo de capital "delegado"

Os cidadãos que logram ocupar liderança em organizações e instituições ganham maior visibilidade e notoriedade perante o público. Ao aceder a uma posição

de destaque em instituições, públicas ou privadas, pavimentam o caminho de uma trajetória política. Quanto mais importante for a instituição, sua abrangência e os recursos de que dispõe, maior impulso poderá oferecer a uma possível carreira política.

Algumas instituições, como Associações profissionais, Sindicatos e Partidos, promovem eleições para suas lideranças e direções. Neste caso, vencer uma eleição nestas instituições é uma prova de autoridade e legitimidade perante um coletivo profissional ou partidário. Neste sentido, "dirigentes de sindicatos e associações profissionais já exercem função representativa, o que torna pouco problemático o trânsito para a política eleitoral" (MIGUEL, 2003, p.130).

Em outros casos, como, por exemplo, assumir um posto privilegiado em uma burocracia estatal, com a possibilidade de gerenciar recursos, contatos e possíveis redes de apoio, é um indicativo de possibilidade de sucesso na carreira política.

Exercer o poder em instituições, por via eleitoral, ou por indicação, é uma forma de gerar um tipo especial de capital político, na medida em que a instituição se torna uma espécie de fiadora de seus ocupantes, ou empresta o seu próprio capital social para seus ocupantes na forma de um "Capital delegado". Conforme a terminologia de Bourdieu (2011<sup>a</sup> ; 2011b) e reelaborada por Miguel (2002), o "capital delegado"

[...] é aquele ligado à ocupação de um determinado cargo institucional, seja ele um mandato parlamentar ou executivo, uma função de confiança num escalão governamental ou uma posição de poder na estrutura partidária. O ex-ocupante do cargo beneficia-se do prestígio obtido em seu exercício e pode continuar sua carreira política (MIGUEL, 2002 p.168-169).

O capital delegado é um tipo de capital que um indivíduo pode usufruir, mas que tem origem nas instituições nas quais ocupou determinadas posições.

A noção de "capital delegado" tem sido adaptada para diferentes propósitos de investigação das trajetórias políticas de acordo com o contexto da pesquisa e da instância federativa, esfera nacional, estadual, local, poder legislativo ou executivo, trajetórias de homens e de mulheres, entre outros.

Para Novellino e Toledo (2018, p.76), é possível estender a noção de "capital delegado" no sentido de compreendê-lo, como aquele tipo de capital "acumulado pelos candidatos em suas atuações na vida pública: nos movimentos sociais, nos cargos ocupados, bem como dentro dos partidos políticos".

### 6.1.3 Capital político familiar

O capital político de um indivíduo não precisa ser, necessariamente, próprio. Pode ter sido herdado da família ascendente, ou adquirido pelo casamento.

Os tipos de capital que um candidato pode herdar de sua família para utilizar no campo político-eleitoral pode ter sido originado no próprio campo político (no caso de familiares inseridos no campo político), mas também pode estar relacionado a outras formas de capital passíveis de conversão em Capital Político.

O Capital familiar é um patrimônio social familiar e compreende a teia de contatos e relações sociais estabelecidas pelo conjunto de membros de uma família com outras famílias e suas respectivas redes sociais e de contato, com os diferentes setores sociais, organizações sociais e pessoas em posição chave, instituições públicas e/ou privadas na área econômica, política, jurídica, cultural, religiosa mídia, entre outros. Considera-se que algumas "redes de relações" agregam mais capital passível de ser convertido em capital político do que outras, dependendo das pessoas que compõem as relações sociais e das posições que ocupam na sociedade.

O Capital familiar engloba, portanto, os diversos tipos de capital que podem ser transmitidos aos membros de uma família, conforme pontuado por Miguel (2003):

Familiares de líderes políticos costumam herdar não apenas o *savoir-faire* da política como uma rede de vínculos, compromissos e lealdades; isto é, possuem uma espécie particular, especialmente propícia à conversão em capital político, de capital social. Uso o termo, aqui, não no sentido tornado corrente por Putnam e outros, mas no sentido que Bourdieu dá-lhe, significando os "recursos que podem ser reunidos, por procuração, através das redes de 'relações' menos ou mais numerosas, menos ou mais ricas (BOURDIEU, 2000<sup>52</sup> apud MIGUEL, 2003, p.130).

No que diz respeito às trajetórias políticas de mulheres, o Capital familiar tem sido uma variável importante a ser investigada. Em estudos realizados sobre o Legislativo Federal do Brasil, a Câmara dos Deputados, sobre as mulheres Deputadas eleitas no período entre 1987 a 2002, verificou-se que o capital familiar foi identificado

---

<sup>52</sup> BOURDIEU, P. **Les structures sociales de l'économie**. Paris: Seuil, 2000.



como origem do capital político para 40,8% das deputadas federais brasileiras do período (PINHEIRO, 2006<sup>53</sup> apud MIGUEL; MARQUES; MACHADO, p.667).

É importante observar que não são apenas as mulheres que ingressam no campo político a serem beneficiadas com a herança de capital familiar. Os homens são, também, beneficiados na arena eleitoral e na carreira política pelo pertencimento a uma família com estoques de capital social. Neste sentido a afirmação de que a "origem familiar é um traço presente em boa parte da elite política brasileira" (MIGUEL; MARQUES; MACHADO, 2015, p.722) corresponde a uma realidade amplamente verificada nos estudos de Elites Políticas de diversos matizes.

Para Miguel, Marques e Machado (2015, p.722), "o capital familiar é crucial para o ingresso das mulheres na política, mas menos importante para os homens" e "mais presente nas carreiras de políticos e políticas vinculados aos partidos tradicionais ou de direita do que aos partidos de esquerda".

Como grande parte dos estudos sobre Capital familiar diz respeito à esfera nacional, ainda há muito o que se descobrir sobre a presença desta modalidade de capital político nas trajetórias políticas relacionadas ao poder local, especialmente sobre as trajetórias políticas de mulheres.

## 6.2 DADOS EMPÍRICOS

### 6.2.1 Capital familiar: pai/avô/marido

Entre as Vereadoras eleitas para a Câmara de Vereadores de Curitiba é possível verificar a presença de Capital familiar (conforme o Apêndice 4). A aquisição de Capital familiar ocorreu, via de regra entre as Vereadoras eleitas, tanto pela herança recebida por via **ascendente**, pai e avô, como por via de **casamento**. Não foi possível registrar, nesta pesquisa, a herança de algum tipo de Capital Familiar por linhagem materna, conforme a Tabela 21:

---

<sup>53</sup> PINHEIRO, L. S. **Vozes femininas na política**: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-Constituinte. 248 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) -Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <[https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2121/1/Dissertacao\\_Luana%20Simoes%20Pinheiro.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2121/1/Dissertacao_Luana%20Simoes%20Pinheiro.pdf)>. Acesso em: 09 jan. 2020.

TABELA 21 - CAPITAL FAMILIAR E GRAU DE PARENTESCO DAS VEREADORAS ELEITAS PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA (1982-2016)

| CAPITAL FAMILIAR E GRAU DE PARENTESCO | FREQUÊNCIA | PORCENTAGEM | PORCENTAGEM VÁLIDA | PORCENTAGEM ACUMULATIVA |
|---------------------------------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| <b>Sem capital familiar</b>           | <b>12</b>  | <b>54,5</b> | 54,5               | 54,5                    |
| Capital do pai ou avô                 | 6          | 27,3        | 27,3               | 81,8                    |
| Capital do marido                     | 4          | 18,2        | 18,2               | 100,0                   |
| Total                                 | 22         | 100,0       | 100,0              |                         |

FONTE: Elaboração própria (2020).

Os dados coletados possibilitam verificar que a maioria das eleitas (54,5%) não herdou capital familiar, mas 45,5% obtiveram este tipo de capital para mobilizar na arena eleitoral.

Entre aquelas que herdaram capital familiar encontram-se 6 vereadores, ou 27,3% das eleitas, que herdaram capital familiar de membros ascendentes masculinos da família, pai ou avô.<sup>54</sup> Enquanto 4 Vereadoras, 18,2% das eleitas, herdaram capital familiar do marido, predominando, portanto, o vínculo da família de origem sobre o vínculo do casamento quanto à transmissão de capital familiar entre as eleitas (um quadro detalhado do tipo de capital familiar encontra-se no Apêndice 4).

### 6.2.2 Capital familiar: político, empresarial, religioso

Os tipos de capital familiar variaram entre o capital político propriamente dito, o capital empresarial que envolve o nome da família como marca comercial e, ainda, o capital familiar religioso que aqui se refere à inserção nos altos postos de Igrejas evangélicas na função de Pastor ou líder de Congregação.

Com relação a estes tipos de capitais familiares adquiridos pelas Vereadoras, nascidas ou não em Curitiba, tem-se a seguinte proporção, de acordo com a Tabela 22:

<sup>54</sup> Neste grupo há 1 Vereadora que se elegeu com capital exclusivamente familiar, ainda assim a mesma apresenta um tempo relativamente prolongado de Associativismo (aproximadamente 6 anos) que poderia ter lhe rendido algum capital político próprio. A vereadora teve envolvimento no processo de fundação de um Partido Político a partir dos 20 anos aproximadamente, junto com seu pai, participou de coordenação de campanhas políticas do partido ao lado do pai líder partidário em duas eleições, uma nacional e uma municipal, ajudou na organização das mulheres internamente ao Partido, mas ainda não tinha capital político próprio consolidado a partir destas atividades devido à importância do nome do pai no partido político seja como fundador do mesmo, liderança do partido, como político e como candidato em sucessivas reeleições.

TABELA 22 - TIPO DE CAPITAL FAMILIAR HERDADO PELAS VEREADORAS ELEITAS PARA A CMC (1982-2016)

| TIPO DE CAPITAL FAMILIAR | FREQUÊNCIA | PORCENTAGEM | PORCENTAGEM VÁLIDA | PORCENTAGEM ACUMULATIVA |
|--------------------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Não herdou               | 12         | 54,5        | 54,5               | 54,5                    |
| Capital político         | 5          | 22,7        | 22,7               | 77,3                    |
| Capital empresarial      | 3          | 13,6        | 13,6               | 90,9                    |
| Capital religioso        | 2          | 9,1         | 9,1                | 100,0                   |
| Total                    | 22         | 100,0       | 100,0              |                         |

FONTE: Elaboração própria (2020).

Em resumo, os dados coletados demonstram que 10 Vereadoras, 45,5% das eleitas no período analisado, herdaram algum tipo de Capital familiar, estando em primeiro lugar o Capital Político (22,7% das eleitas no período analisado), seguido do Capital Empresarial (13,6% das eleitas no período analisado) e, por último, o Capital Religioso (9,1% das eleitas no período analisado).

### 6.2.3 Capital familiar X naturalidade

A informação sobre a naturalidade das Vereadoras (36,4% nascidas em Curitiba e 63,6% em outras cidades), aponta de imediato para a hipótese de que a maioria das Vereadoras eleitas não contaram com o benefício do sobrenome da família ascendente e a herança política que um sobrenome tradicional, inserido em uma cidade por algumas gerações poderia proporcionar a quem deseja ingressar na vida política.

No entanto, entre as 14 Vereadoras migrantes encontram-se 5 Vereadoras (22,7% das eleitas) que adquiriram capital familiar previamente ao ingresso na carreira política, não sendo, portanto, a herança de capital familiar um privilégio exclusivo daquelas que nasceram na própria cidade em que foram eleitas.

Entre as Vereadoras provenientes de outras cidades 3 delas, 13,6% das eleitas no período herdaram capital familiar via casamento e 2 Vereadoras, 9,1% das eleitas no período analisado, herdaram capital familiar via família de origem.

Os dois casos de herança de Capital Familiar via pai ou avô, entre as Vereadoras **migrantes**, referem-se: ao caso de 1 Vereadora nascida em Brasília, filha de político paranaense do interior do Estado do Paraná, em exercício de mandato na Câmara Federal e com presença política em todo o Estado e ao caso de 1 Vereadora filha de família migrante e integrada ao meio evangélico que migrou

para Curitiba com os pais ainda na infância e de uma família com forte inserção na comunidade evangélica curitibana (conforme o Apêndice 4).

Nestes dois casos, mesmo sem terem nascido em Curitiba contaram com a força de um sobrenome de família pelo fato de seus pais serem conhecidos de uma parcela da população da cidade em função da atuação no meio político e religioso, respectivamente.

Entre as Vereadoras nascidas em Curitiba, 8 Vereadoras, 5 delas (22,7% das eleitas) herdaram capital familiar, sendo 4 via família ascendente (18,2% das eleitas) e apenas uma Vereadora via casamento (4,5% das eleitas no período).

O número de Vereadoras que herdou alguma forma de Capital Político familiar é proporcionalmente maior entre as nascidas em Curitiba entre as quais 5 entre 8 Vereadoras herdaram algum tipo de capital familiar em contraposição às 5 entre 14 Vereadoras migrantes que herdaram esta modalidade de capital político.

#### 6.2.4 Posição de destaque em instituição pública ou privada

A coleta de dados empíricos demonstrou que as Vereadoras eleitas, em sua grande maioria, exerceram, em algum momento de sua vida, uma posição de destaque social, pela visibilidade midiática, ou ocupando a liderança em instituições públicas, e/ou privadas, a maior parte das instituições situadas na cidade de Curitiba enquanto sede do município, ou na cidade de Curitiba enquanto Capital do Estado do Paraná e, também, lideraram entidades nacionais.

Algumas das instituições privadas foram criadas por iniciativa e/ou participação direta das próprias Vereadoras e após a criação das mesmas tornaram-se presidentes, coordenadoras, membros da direção, ou membros honorários, etc. Em outros casos, foram presidentes, vice-presidentes, ou coordenadoras de instituições já existentes, tanto privadas como públicas. Ou seja, seus nomes possuíam algum grau de visibilidade na sociedade curitibana antes da eleição, conforme o Quadro 8:

QUADRO 8 - POSIÇÃO SOCIAL DE DESTAQUE EM INSTITUIÇÕES ENTRE AS VEREADORAS DE CURITIBA (1982-2016)

|   |  |
|---|--|
| 1. Rosa Maria Chiamulera (Eleição 1982)   | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Presidente do Movimento da Mulher Democrática Social (MMDS), seção do Estado do Paraná.</li> <li>▪ Radialista</li> </ul>  |
| 2. Marlene Zannin (Eleição 1982)          | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Vice-Presidente do Diretório Central de Estudantes (DCE-UFPR).</li> </ul>   |
| 3. Nely Almeida (Eleição 1988)            | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Coofundadora da Associação Profissional dos Artistas Plásticos do Paraná (APAPP)</li> <li>▪ Presidente do Conselho da Galeria de Arte Poupança Banestado.</li> </ul>  |
| 4. Laís Peretti (Eleição 1988)            | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Coordenadora da Instituição Cultural Solar do Barão.</li> </ul>   |
| 5. Zélia Passos (Eleição 1988)            | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Coofundadora da Escola Palmares, fechada pelo Regime Militar *Diretora de Educação da Prefeitura Municipal de Curitiba na primeira gestão do prefeito Jaime Lerner.</li> <li>▪ Fundadora e membro da direção da Associação dos Servidores Municipais de Curitiba (ASMUC).</li> <li>▪ Coofundadora do Partido dos Trabalhadores (PT) de Curitiba e do Paraná.</li> </ul> |
| 6. Julieta Reis (Eleição 1996)            | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Coordenadora das Feiras de Artesanato de Curitiba.</li> <li>▪ Coofundadora da Associação de micro produtores, artesãos e feirantes do Largo da Ordem.</li> <li>▪ Diretora de Artesanato na Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo da Prefeitura de Curitiba.</li> </ul>  |
| 7. Jane Rodrigues (Eleição 1996)          | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Presidente da Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE).</li> </ul>  |
| 8. Arlete Caramês (Eleição 2000)          | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Fundadora do Movimento Nacional em Defesa da Criança Desaparecida do Paraná (CridesPar).</li> </ul>   |
| 9. Marcia Schier (Eleição 2000)           | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Vice-Presidente da Associação dos comerciantes do Bairro Portão e bairros próximos, vinculada à Associação Comercial do Paraná (ACP).</li> </ul>  |
| 10. Clair da Flora Martins (Eleição 2000) | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Coofundadora e Presidente do Movimento Reage Brasil, mais tarde Instituto Reage Brasil.</li> <li>▪ Presidente da Associação Brasileira dos Advogados Trabalhistas (ABRAT).</li> </ul>   |
| 11. Roseli Isidoro (Eleição 2000)         | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Coofundadora e Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Educação do Ensino Superior (SINDITEST-PR).</li> </ul>  |
| 12. Professora Josete (Eleição 2004)      | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Magistério de Curitiba (SISMMAC).</li> </ul>   |
| 13. Dona Lourdes (Eleição 2004)           | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Fundadora da ONG Santa Luzia, de atendimento aos necessitados após vários anos atendendo pessoas em sua própria casa.</li> </ul>  |
| 14. Cantora Mara Lima (Eleição 2008)      | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Cantora e Radialista.</li> <li>▪ Fundadora e Coordenadora do Projeto "Abençoando o Paraná".</li> </ul>  |
| 15. Noemia Rocha (Eleição 2008)           | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Coofundadora do setor de voluntariado do Instituto Betânia de Ação Social (IBAS), seção de Curitiba.</li> <li>▪ Radialista, produtora e coordenadora de programa de rádio.</li> </ul>   |
| 16. Carla Pimentel (Eleição 2008)         | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Cantora, compositora e Radialista.</li> </ul>   |
| 17. Maria Goretti (Eleição 2008)          | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Presidente do Sindicato dos Enfermeiros do Estado do Paraná e da Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn).</li> <li>▪ Fundadora da ONG Espaço Mulher de Curitiba.</li> </ul>  |
| 18. Fabiane Rosa (Eleição 2016)           | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Coofundadora do Grupo Salva Bicho e, mais tarde, da ONG Salva Bicho.</li> </ul>   |
| 19. Katia Dittrich (Eleição 2016)         | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Liderança principal dos protetores independentes dos direitos dos animais. (Nome eleitoral: Katia dos Animais de Rua)</li> </ul>  |
| 20. Maria Letícia Fagundes (Eleição 2016) | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Presidente da Associação dos Médicos Legistas do Paraná.</li> <li>▪ Coofundadora da ONG Mais Marias</li> </ul>  |

FONTE: Elaboração própria (2020).

A coleta de dados empíricos demonstrou que as Vereadoras eleitas, em sua grande maioria, exerceram, em algum momento de sua vida, uma posição de destaque em instituições públicas, e/ou privadas, a maior parte das instituições situadas na cidade de Curitiba enquanto sede do município, ou na cidade de Curitiba enquanto Capital do Estado do Paraná, mas também lideraram entidades nacionais.

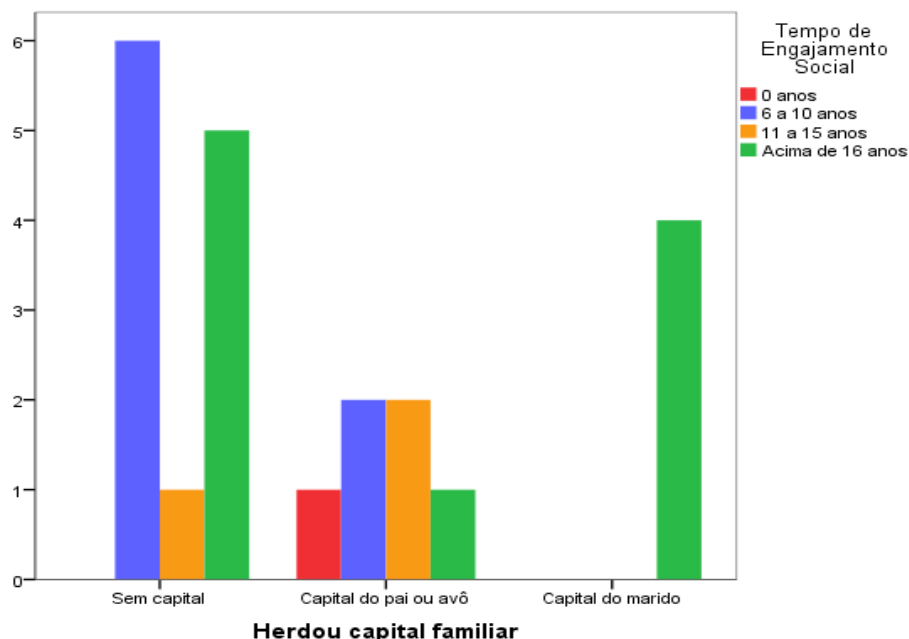
Algumas das instituições privadas foram criadas por iniciativa e/ou participação direta das próprias Vereadoras e após a criação das mesmas tornaram-se presidentes, coordenadoras, membros da direção, ou membros honorários, etc. Outras, foram presidentes, vice-presidentes, ou coordenadoras de instituições já existentes, tanto privadas como públicas.

Portanto, das 22 Vereadoras analisadas no presente trabalho, apenas 2 (9,1% das eleitas no período analisado) não assumiram posição de destaque em uma instituição social antes do ingresso no primeiro mandato, embora participassem ativamente de instituições de uma forma mais horizontal. As demais 20 Vereadoras (81,8% das eleitas no período analisado) tinham exercido alguma função de destaque em instituições públicas ou privadas.

#### 6.2.5 Tempo de associativismo como contraponto à ausência de capital político familiar

Observa-se, que a herança de Capital Familiar possibilitou um "atalho" no tempo de vida dedicado ao engajamento social/associativismo, antes de assumir um primeiro mandato, predominantemente para aquelas Vereadoras que receberam Capital familiar via ascendente, do pai ou avô, conforme o Gráfico 7:

GRÁFICO 7 - TEMPO DE ASSOCIATIVISMO X CAPITAL POLÍTICO FAMILIAR



FONTE: Elaboração própria (2020).

Entre aquelas que não herdaram capital político familiar, o Engajamento social é prolongado. Entre as 12 Vereadoras (54,5% das eleitas no período analisado) que se elegeram sem herança de Capital familiar, ao menos 6 Vereadoras (27% das eleitas no período analisado) tinham tempo de engajamento social superior a 11 anos. A outra metade deste grupo de 12 Vereadoras em Capital familiar (outras 27% das eleitas no período analisado) tinha entre 6 a 10 anos de tempo de Engajamento,

É possível verificar, a partir dos dados coletados, que as 4 Vereadoras, 18,2% das eleitas no período analisado, com herança de Capital familiar pela via do casamento possuíam, igualmente, algum tipo de engajamento social e associativismo prolongado (em média de anos) acima de 16 anos.

#### 6.2.6 Visibilidade na mídia: destaque para o rádio

Como foi possível verificar no tópico 6.1.1, existe a possibilidade de converter capital adquirido em outros campos em capital político. Uma destas possibilidades é a conversão da visibilidade midiática em capital político.

Entre as Vereadoras eleitas para a Câmara Municipal de Curitiba no período de 1982-2016, pelo menos quatro Vereadoras, 18,2% das eleitas no período

analisado, estavam vinculadas aos meios de comunicação, seja por meio da ocupação principal (2 Vereadoras) ou ocupação secundária (2 Vereadoras), conforme a Tabela 23:

TABELA 23 - PORCENTAGEM DE VEREADORAS COMUNICADORAS DE RÁDIO OU TV NA CMC (1982-2016)

| OCUPAÇÃO PRINCIPAL:<br>Comunicadora de Rádio<br>ou TV | FREQUÊNCIA | PORCENTAGEM | PORCENTAGEM<br>VÁLIDA | PORCENTAGEM<br>ACUMULATIVA |
|---|------------|-------------|-----------------------|----------------------------|
| Não   | 18         | 81,8        | 81,8                  | 81,8                       |
| Sim   | 4          |             | 18,2                  | 100,0                      |
| Total   | 22         | 100,0       | 100,0                 |                            |

FONTE: Elaboração própria (2020).

As 4 Vereadoras com visibilidade midiática eram vinculadas a programas de rádio antes do primeiro mandato como Vereadoras.

Uma delas, como Médica, realizava programa de rádio, de entrevista com outros médicos, especialistas em saúde e prevenção a doenças. Outras 3 Vereadoras (13,6% das eleitas no período analisado) eram evangélicas e seus programas de rádio eram dirigidos ao público de suas denominações religiosas. Entre as 3 radialistas evangélicas 2 eram também cantoras e compositoras com diversos discos gravados e suas respectivas ocupações principais eram esta atividade, com grande visibilidade midiática (Cantora Mara Lima e Carla Pimentel). E uma delas (Cantora Mara Lima), além do rádio realizava "Shows Gospel" por todo o Estado.

#### 6.2.7 Capital político "misto"

Entre as 10 Vereadoras que herdaram capital político familiar apenas 1 delas<sup>55</sup> elegeu-se com este capital político exclusivamente familiar e não tinha um capital político próprio para somar ao capital recebido.

Foi possível observar que 9 Vereadoras (40,9% das eleitas no período) tinham herdado capital familiar e somaram alguma forma de capital político próprio

<sup>55</sup> A vereadora tinha uma atividade associativa, uma forma de engajamento social, porém, sempre ao lado de seu pai que estava no comando da fundação do partido e da organização interna do mesmo. E então sua atividade, embora considerada uma atividade associativa partidária como embrião de um capital político próprio futuro (o que veio acontecer quando se tornou deputada no parlamento italiano pela circunscrição da América do Sul após o término do mandato de vereadora) não foi considerada para efeitos de sua eleição como vereadora quando seu nome estava, ainda, relacionado ao nome de família. Seu vínculo político-familiar possibilita, para os objetivos desta pesquisa, uma classificação como um caso de herança de Capital Político familiar.



em sua trajetória política (ver Apêndice 4), gerando uma forma de Capital Político Misto, conforme a Tabela 24:

TABELA 24 - ORIGEM DO CAPITAL POLÍTICO: PRÓPRIO, FAMILIAR OU MISTO DAS VEREADORAS ELEITAS PARA A CMC (1982-2016)

| CAPITAL POLÍTICO, PRÓPRIO, FAMILIAR, OU MISTO | FREQUÊNCIA | PORCENTAGEM | PORCENTAGEM VÁLIDA | PORCENTAGEM ACUMULATIVA |
|---|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Capital exclusivamente próprio                | 12         | 54,5        | 54,5               | 54,5                    |
| Capital misto                                 | 9          | 40,9        | 40,9               | 95,5                    |
| Capital exclusivamente familiar               | 1          | 4,5         | 4,5                | 100,0                   |
| Total   | 22         | 100,0       | 100,0              |                         |

FONTE: Elaboração própria (2020).

Portanto, a maioria das eleitas que herdaram algum tipo de capital político familiar não se apoiaram exclusivamente no capital político herdado.

Foram diversas as formas de acrescentar Capital Político Próprio ao Capital familiar e formar um Capital Político misto, com o predomínio de atividades associativas como, por exemplo, liderança partidária, sindical e associações profissionais. Outras formas não-associativas<sup>56</sup> de construir um Capital político misto, foram a visibilidade na mídia, especialmente no rádio e posição de destaque em órgãos públicos.

#### 6.2.8 Capital político e ideologia partidária

Os dados demonstram, portanto, que a maioria das Vereadoras se elegeu com alguma proporção de capital político exclusivamente próprio 12 Vereadoras (54% das eleitas no período analisado), ou agregando Capital próprio ao Capital familiar na forma de um Capital Misto, 9 Vereadoras (40,9% das eleitas no período analisado).

A herança de Capital familiar, sem contrapartida de um Capital próprio, portanto inexistência de Capital Próprio ou Misto, foi suficiente apenas para 1 das eleitas no período analisado.

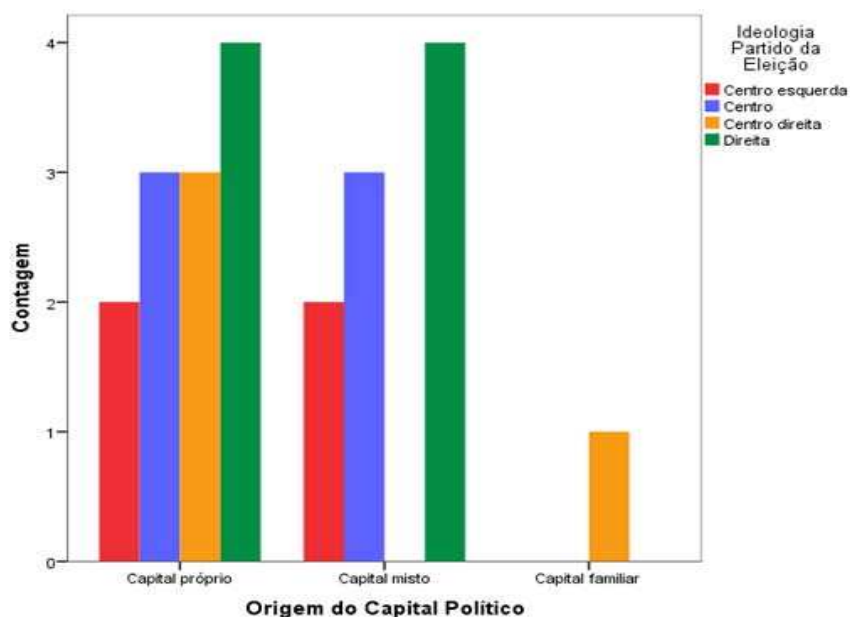
As eleitas com Capital Político Próprio estavam distribuídas em todos os espectros partidários.

<sup>56</sup> Com relação ao grupo de Vereadoras com Capital Político Misto, verifica-se o caso de apenas uma Vereadora que não tinha envolvimento associativo. O caso desta Vereadora diz respeito ao Capital Político Próprio que foi adquirido por meio de posição de destaque em instituição pública (Coordenadora da Instituição Cultural Solar do Barão), que não era uma atividade associativa, mas um cargo público.

Das Vereadoras com capital político exclusivamente próprio, 12 Vereadoras (54%), destas, 4 eram de Direita, 3 de Centro, 3 de Centro-direita e 2 de Centro-esquerda.

Entre as Vereadoras eleitas com Capital Misto, estavam distribuídas da seguinte forma: Direita com 4 Vereadoras, Centro com 3 Vereadoras e na Centro-esquerda com 2 Vereadoras, conforme o Gráfico 8:

GRÁFICO 8 - CAPITAL POLÍTICO PRÓPRIO, FAMILIAR OU MISTO E IDEOLOGIA PARTIDÁRIA



FONTE: Elaboração própria (2020).

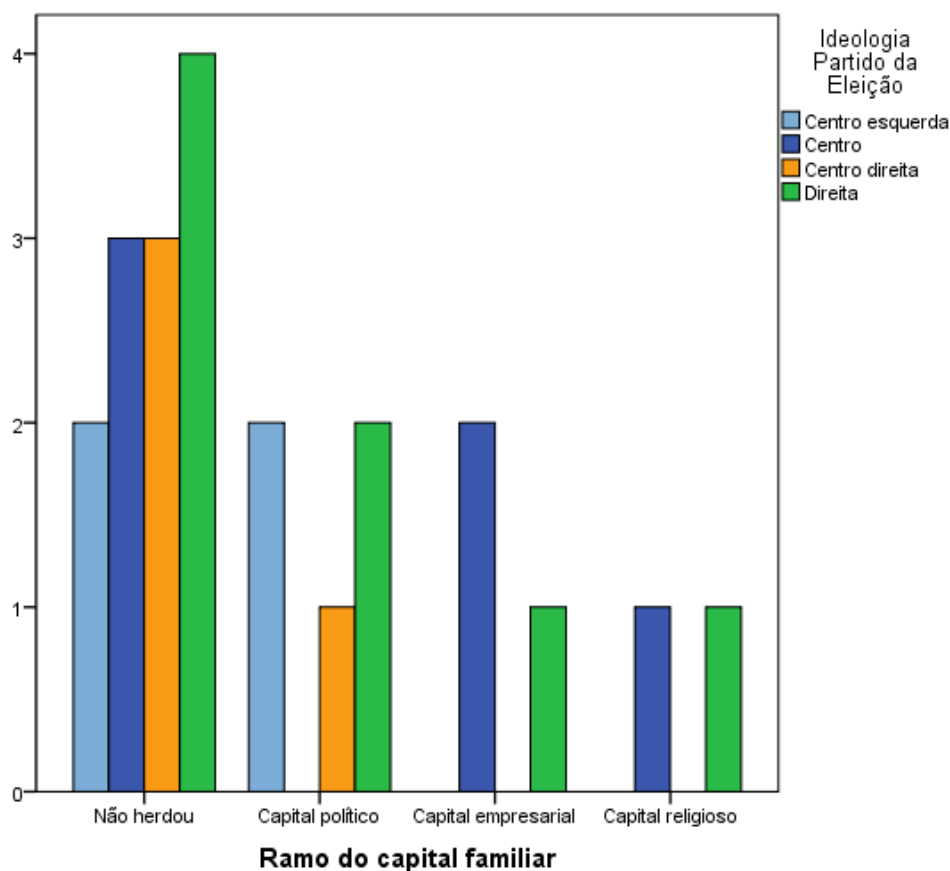
Verifica-se que na Centro-esquerda, no Centro e na Direita, houve a mesma proporção de Vereadoras com Capital Próprio e Capital Misto no interior dos três espectros ideológicos. Outro aspecto que iguala estes três campos quanto a origem do Capital Político das Vereadoras é que em nenhum deles teve eleitas apenas com Capital Político familiar.

A Centro-direita destoa dos demais espectros partidários visto que há uma maior proporção de Capital Próprio e Capital Familiar e ausência de Capital Misto.

#### 6.2.9 Ramo do capital familiar X ideologia partidária

Os dados coletados permitiram obter uma correlação entre os ramos do capital familiar e a ideologia do partido político de eleição, conforme o Gráfico 9.

GRÁFICO 9 - RAMO DO CAPITAL FAMILIAR X IDEOLOGIA PARTIDÁRIA



FONTE: Elaboração própria (2020).

Foi possível observar que o capital familiar dos ramos empresarial e religioso foram distribuídos exclusivamente entre as Vereadoras do Centro e da Direita, enquanto o capital familiar originado no campo político não foi herdado por Vereadoras de Centro. Verificou-se, por fim, que o capital familiar originado no campo político foi o único tipo herdado pelas Vereadoras de Centro-esquerda.

### 6.3 CONCLUSÕES

Os dados sobre capital político demonstraram que 10 Vereadoras, 45,5% das eleitas, herdaram algum tipo de **capital político familiar** (MIGUEL, 2003; MIGUEL; MARQUES; MACHADO, 2015), por meio do **pai/avô** (6 Vereadoras, 27,3%), ou do **marido** (4 Vereadoras, 18,2%).

O principal capital **político** herdado foi originado no próprio campo político (BOURDIEU, 1980; MIGUEL, 2003; MIGUEL; MARQUES; MACHADO, 2015) para 5 Vereadoras, 22,7% das eleitas. Mas, houve também a herança de capital familiar

**empresarial** (3 Vereadoras, 13,6%), como também de capital familiar **religioso** (2 Vereadoras, 9,1%), convertidos para o campo político em capital político.

Quanto à ideologia partidária, o capital familiar dos ramos empresarial e religioso foram distribuídos exclusivamente entre as Vereadoras do Centro e da Direita, enquanto o capital familiar originado no campo político não foi herdado por Vereadoras de Centro. Verificou-se, por fim, que o capital familiar originado no campo político foi o único tipo herdado pelas Vereadoras de Centro-esquerda.

Entre as Vereadoras **naturais de Curitiba** (8 Vereadoras), 5 delas receberam capital familiar sendo 4 via família ascendente e apenas 1 Vereadora via casamento. Entre as **naturais de outras cidades** (14 Vereadoras) entre as quais 5 receberam capital familiar, a situação se inverte sendo 3 delas via casamento e apenas 2 via familiar ascendente. Estes dados demonstram que o recebimento de capital familiar não foi uma exclusividade das Vereadoras nascidas em Curitiba e com famílias enraizadas na capital há décadas, ou séculos. No entanto, a proporção de capital familiar entre as naturais de Curitiba é maior (5 entre 8 receberam) do que entre as naturais de outras cidades (5 entre 14 receberam). Além disso, entre as naturais de Curitiba havia capital empresarial e entre as naturais de outras cidades predominou o capital político e religioso.

Um aspecto que chamou a atenção foi o fato de que grande maioria das eleitas (20 entre 22, correspondendo a 91,8% das eleitas no período analisado) tinham exercido alguma **função de destaque**, tinham um nome conhecido antes da eleição por ocupar funções de liderança em algumas modalidades associativas como partidos, sindicatos, ONGs, institutos religiosos, ou vinculadas à ocupação profissional como cargos públicos, principalmente vinculados a órgãos municipais, ou, ainda, tinham programa de rádio (cada uma das posições de destaque está explicitada no tópico 6.2.4) Ou seja, não chegaram na arena política desconhecidas, não eram mulheres anônimas, já tinham um nome público conhecido, se não por todo o eleitorado da cidade, ao menos para setores do mesmo.

Algumas das posições de destaque e de visibilidade podem ser compreendidas como variações de "**capital delegado**" (excluindo-se aquelas relacionadas à visibilidade midiática) no sentido dado a este por Miguel (2002; 2003) e Novellino e Toledo (2018) de vincular diretamente a confiança e a legitimidade da própria instituição e o nome de quem a dirige. Nos casos em que a ascensão ao poder nas instituições se dá pela via eleitoral, como Associações profissionais e Sindicatos há um

componente a mais pelo fato de dirigentes de sindicatos e associações profissionais já exercerem uma função representativa que facilita o trânsito para a política eleitoral (MIGUEL, 2003). Há que se acrescentar, conforme indicado por Novellino e Toledo (2018), também cargos ocupados em movimentos sociais, como instituições capazes de delegar capital político.

Embora a **visibilidade midiática** conste como posição social de destaque, merece uma consideração à parte, por aparecer na trajetória de 4 das eleitas, sendo que 3 haviam acumulado, também, capital associativo e 1 destas 3 um terceiro capital (capital familiar religioso). Observou-se que 1 das quatro acumulou apenas capital familiar religioso. Portanto, a visibilidade midiática está acompanhada de outras formas de capital político nas trajetórias políticas analisadas.

O que é importante destacar quanto à construção do capital político das Vereadoras é que aquelas que herdaram qualquer tipo de capital familiar desenvolveram, paralelamente, um capital político próprio que pode vir a ser denominado de **capital misto**, ou qualquer outra nomenclatura mais adequada, o que aconteceu na trajetória de 9 entre 10 Vereadoras que herdaram capital familiar. Este tipo de dado empírico está frequentemente ausente dos estudos de trajetória na esfera nacional, onde está concentrado uma grande parte dos estudos de trajetória política e de reflexões teóricas. Talvez pelo fato do distanciamento histórico e geográfico que impede os pesquisadores de coletar com mais detalhes os aspectos presentes na trajetória dos ocupantes dos cargos federais quando ainda estavam ingressando no campo político em municípios distantes da capital política do país e distribuídos por todas as regiões geográficas. A ausência destes dados traz invisibilidade para o custo das trajetórias políticas femininas mesmo quando herdaram algum tipo de capital familiar.

Um aspecto foi observado a respeito das Vereadoras que receberam, ou não, capital familiar e diz respeito às diferenças quanto ao **tempo de engajamento** social associativo. A única Vereadora dentre as 22 pesquisadas que não apresentou engajamento associativo estava entre o grupo que recebeu capital familiar empresarial via familiar ascendente. Entre as Vereadoras que tinham mais de 16 anos de dedicação associativa (9 Vereadoras) estavam as quatro Vereadoras que receberam capital familiar pela via do casamento, o que não encurtou o tempo de vida dedicado ao engajamento social anteriormente ao primeiro mandato.

No tópico sobre **escolaridade** foi demonstrado a alta escolaridade das eleitas (próximo de 80% com ensino superior e 40% com pós-graduação), aspecto que

coloca um indicativo de grau de escolaridade como **Capital Cultural convertido** em Capital Político. Considera-se, também, que aproximadamente 40% formou-se nas duas maiores, mais tradicionais e mais renomadas instituições de ensino superior do Estado do Paraná no período referente ao recorte desta pesquisa, o que também é um elemento de reconhecimento social que compõe o Capital Cultural conversível em capital político.

Com relação à ideologia político-partidária do partido da eleição e o **tipo de capital político**, foi possível observar que entre as Vereadoras de Centro-esquerda (4 Vereadoras) havia duas com capital próprio e duas que herdaram capital familiar, mas formaram um capital político misto. Entre as Vereadoras de Centro (6 Vereadoras), houve também uma igualdade entre capital próprio e misto, com 3 Vereadoras com cada um destes. As Vereadoras de Direita (8 Vereadoras) seguem na mesma linha daquelas citadas nas ideologias anteriores, com uma distribuição igual entre capital próprio (4 Vereadoras) e capital misto (4 Vereadoras). Entre as Vereadoras de Centro-direita (4 Vereadoras), não houve capital misto, apenas próprio (3 Vereadoras) e exclusivamente familiar (1 Vereadora).

É possível concluir, a respeito do capital político que a maior parte das Vereadoras eleitas não recebeu capital familiar e entre aquelas que receberam quase a totalidade delas desenvolveu um capital político próprio, paralelamente, sem grande distinção do ponto de vista ideológico, com exceção de uma única Vereadora que foi eleita apenas com capital político familiar recebido de familiar ascendente (pai).

Destaca-se que as mulheres que receberam capital político familiar via casamento não tiveram sua trajetória prévia ao primeiro mandato encurtados e situavam-se entre aquelas com os maiores níveis de tempo dedicado a atividade associativas.

Observou-se ainda uma concentração maior de capital familiar entre as nascidas em Curitiba com a presença de capital familiar empresarial. Entre as nascidas em outras cidades destacou-se o capital político e religioso.

É importante mencionar a relevância das posições de destaque social e visibilidade midiática nas trajetórias das Vereadoras quando mais de 90% das mesmas exerceram alguma ocupação que lhes tirou do anonimato em período anterior ao período eleitoral.

Portanto, os dados obtidos sobre capital político estão parcialmente em consonância com pesquisas realizadas na esfera nacional, como aquela realizada por Pinheiro (2006) sobre a trajetória das Deputadas federais eleitas no período

1987-2002 e que mostrou uma porcentagem de 40,8% das deputadas tendo sido eleitas sob a influência de capital familiar.

O que a presente investigação acrescenta é que para o mandato local na CMC houve a presença de capital familiar em 45,5% das trajetórias, mas o capital familiar foi um recurso exclusivo para a elegibilidade de apenas 1 Vereadora e todas as demais que portavam capital familiar desenvolveram também um capital político próprio, gerando uma soma de capitais, um capital político misto.

## 7 ANÁLISE EXPLORATÓRIA: BARREIRAS, APOIOS E MOTIVAÇÃO PARA A POLÍTICA

### 7.1 REVISÃO DA LITERATURA

#### 7.1.1 Barreiras sociais e partidárias

Alguns estudos de trajetórias de mulheres na política têm demonstrado que a partir do momento em que as mulheres foram nomeadas, e suas candidaturas foram lançadas, as maiores barreiras à elegibilidade das mulheres já foram vencidas e as questões de gênero perdem força na arena eleitoral. Por esta razão, discute-se a possível existência de uma "neutralidade" quanto às questões de gênero durante a campanha eleitoral e eleição (FOX; LAWLESS, 2012).

No entanto, é possível questionar esta concepção de neutralidade na arena política tendo em vista que para chegar ao momento da candidatura e eleição as mulheres tiveram que transpor mais barreiras sociais (conforme o tópico 4.1.1), ter mais escolaridade e qualificação profissional do que seus pares homens (conforme abordado no tópico 4.1.3). Neste sentido, a ideia da neutralidade na arena eleitoral sobre o gênero dos candidatos, encontra objeções nos fatores que influenciam negativamente a autopercepção das mulheres como elegíveis e aptas a uma candidatura, bem como no maior investimento próprio por parte das mulheres no sentido de uma qualificação para o cargo que pretende disputar, o que denota muito mais esforço da parte das possíveis candidatas em assumir uma carreira política.

As primeiras barreiras seriam objetivas e estariam relacionadas ao cotidiano das mulheres e seu papel social na estrutura familiar patriarcal que as afastam da participação política.

A partir das barreiras objetivas, formam-se as barreiras subjetivas. A percepção subjetiva das próprias possibilidades e a motivação para se tornar candidata também é permeada pela estrutura social em que a mulher está inserida, pelo seu ambiente familiar, social e profissional. Com a inserção cada vez maior das mulheres no mercado de trabalho é de se supor que o meio profissional possa se constituir em um ambiente de maior estímulo às candidaturas de mulheres.



Além disso, o tipo de socialização partidária (PERES; MACHADO, 2017) e o maior ou menor apoio e estímulo partidário são fundamentais para a decisão das mulheres em se tornar candidatas. Neste sentido é importante compreender que o recrutamento político não é algo que se restringe à escolha de pessoas já qualificadas para se tornarem ocupantes de cargos públicos:

o recrutamento partidário não se restringe apenas à alocação de membros já formados e, portanto, à ocupação de cargos no sistema político e nas burocracias partidária e estatal – o recrutamento deve ser compreendido em sua inteireza processual, como algo que abrange todo o percurso interno do novo membro, desde sua entrada na legenda até sua conversão em uma liderança (PERES; MACHADO, 2017, p.127).

Conforme Araújo (2003), as decisões das mulheres que ingressam nos Partidos Políticos e desejam tornar-se candidatas são influenciadas por fatores diversos como, por exemplo, as "motivações individuais", as "oportunidades" oferecidas, a "análise dos recursos disponíveis", assim como a possibilidade, ou não, de "ser indicada pelo partido". Ou seja, há um conjunto de fatores a serem analisados e que exigem a realização de um "cálculo pragmático" (ARAÚJO, 2003, p.9) no processo de tomada de decisão sobre a candidatura política.

Ao se considerar o modelo proposto por Norris (2013) das etapas de recrutamento e seleção partidária, as etapas de *certificação*, *indicação* e *eleição* (conforme abordados no tópico 3.1.2), é possível observar que as duas primeiras etapas, da certificação e indicação, são cruciais para a entrada das mulheres no campo político.

Na primeira etapa estão presentes os fatores subjetivos do próprio aspirante a candidato, os quais podem afastar uma pessoa de uma candidatura, uma autopercepção moldada por múltiplos fatores sociais e culturais que podem influenciar uma possível autoexclusão.

Na segunda etapa atua o crivo dos partidos políticos e os selecionadores partidários, os os *gatekeepers* (NORRIS, 2013) com critérios não apenas formais, mas também subjetivos, frequentemente desfavoráveis às candidaturas femininas. Somente após ultrapassar as barreiras partidárias as mulheres candidatas enfrentarão os desafios da arena eleitoral.

Neste sentido, o recrutamento de mulheres pelos partidos políticos, em todas as suas etapas, constitui uma importante agenda de pesquisa em se tratando de trajetórias políticas de mulheres.

### 7.1.2 As leis de cotas partidárias

A implantação da Lei de Cotas para mulheres surgiu para amenizar as barreiras partidárias às candidaturas femininas na medida em que os partidos políticos estão obrigados por lei a incluir candidaturas femininas em cada eleição (conforme o tópico 2.2.4).

A Constituição brasileira de 1988 e a primeira Lei de cotas, em 1995, são praticamente simultâneas, com apenas uma eleição municipal entre ambas, a eleição de 1992. Esta quase simultaneidade dificulta a mensuração, de forma isolada, do impacto da Constituição de 1988 sobre a elegibilidade das mulheres e o perfil das eleitas no período analisado, sem que se leve em conta, também, as Leis de Cotas e vice-versa. As Leis de Cotas partidárias começaram a ser implantadas 7 anos após a nova constituição, ou seja, depois de um intervalo de tempo relativamente curto.

Além disso, nas últimas décadas houve um acréscimo de mulheres nas escolas e universidades, bem como no mercado de trabalho, fatores que também influenciam a elegibilidade de mais mulheres, não apenas a nova constituição e as Leis de cotas partidárias.

Há, no entanto, muito o que mapear quanto às oportunidades, fatores de estímulo e as fontes de apoio e fortalecimento das candidaturas femininas, sejam estas no ambiente familiar, social, profissional, partidário, entre outros, a fim de se compreender os incentivos ao ingresso no campo político e ao desenvolvimento de uma trajetória política por parte das mulheres.

## 7.2 DADOS EMPÍRICOS

### 7.2.1 Incentivos à candidatura

Os dados coletados sobre a existência de incentivos à candidatura<sup>57</sup>, eventualmente recebidos por parte das Vereadoras eleitas no período 1982-2016 demonstram um índice maior de apoio proveniente do meio profissional, o que aconteceu com 6 Vereadoras, seguido pela automotivação, com 5 Vereadoras. Nos dados coletados, observa-se que 27,3% das eleitas no período analisado receberam apoio do meio profissional e 22,7% das eleitas decidiram por si mesmas que era hora de tornarem-se candidatas.

Apenas 18,2% das eleitas no período analisado receberam incentivo partidário para lançar uma candidatura, mesmo percentual do incentivo familiar. Outras 13,2% das eleitas no período analisado receberam apoio de membros da comunidade religiosa. Conforme a Tabela 25:

TABELA 25 - INCENTIVOS À ENTRADA NA ARENA POLÍTICA - VEREADORAS ELEITAS PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA (1982-2016)

| TIPOS DE INCENTIVO                     | FREQUÊNCIA | PORCENTAGEM | PORCENTAGEM VÁLIDA | PORCENTAGEM ACUMULATIVA |
|--|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Automotivação                          | 5          | 22,7        | 22,7               | 22,7                    |
| <b>Incentivo do grupo profissional</b> | <b>6</b>   | <b>27,3</b> | 27,3               | 50,0                    |
| Incentivo do Partido                   | 4          | 18,2        | 18,2               | 68,2                    |
| Incentivo da igreja                    | 3          | 13,6        | 13,6               | 81,8                    |
| Incentivo da família                   | 4          | 18,2        | 18,2               | 100,0                   |
| Total                                  | 22         | 100,0       | 100,0              |                         |

FONTE: Elaboração própria (2020).

Estes dados demonstram que o incentivo e a motivação para o ingresso no campo político dependeu, em 50% dos casos, da própria Vereadora, seja por meio da automotivação (5 Vereadoras), do incentivo de seu meio profissional resultado de seu desempenho profissional, ou de Associações profissionais e Sindicatos (6 Vereadoras). Em outros 50% dos casos, houve o incentivo do Partido (4 Vereadoras), da família (4 Vereadoras) e da Igreja (3 Vereadoras).

<sup>57</sup> Os dados sobre os incentivos à candidatura foram colhidos por meio de entrevistas à imprensa registradas nos arquivos e/ou digitalizadas, entrevistas com 19 vereadoras das 22 vereadoras pesquisadas, realizadas pessoalmente, por e-mail, por telefone, ou com a ajuda da assessoria no caso de algumas das atuais vereadoras e de uma ex-vereadora atualmente deputada, e, ainda, a entrevista com os filhos de uma ex-vereadora já falecida, conforme o Apêndice 2 (resumo dos contatos e entrevistas).

### 7.2.2 Incentivos e apoio de mulheres organizadas

Com relação ao apoio recebido por parte das Vereadoras para a candidatura política, proveniente de grupos de mulheres organizadas autonomamente, ou no interior de outras associações como Partidos, Igrejas, Sindicatos e Associações em geral, foi possível verificar, em um universo de 20 Vereadoras (90,9% das eleitas no período analisado), que um total de 7 Vereadoras, (31,8% das eleitas) receberam apoio de grupos de mulheres organizadas para o lançamento de uma candidatura política. Conforme a Tabela 26:

TABELA 26 - APOIO DE GRUPOS DE MULHERES ORGANIZADAS À CANDIDATURA DAS VEREADORAS ELEITAS PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA (1982-2016)

| APOIO DE MULHERES  | FREQUÊNCIA | PORCENTAGEM | PORCENTAGEM VÁLIDA | PORCENTAGEM ACUMULATIVA |
|--------------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| <b>Não recebeu</b> | <b>13</b>  | <b>59,1</b> | 65,0               | 65,0                    |
| Recebeu            | 7          | 31,8        | 35,0               | 100,0                   |
| Total              | 20         | 90,9        | 100,0              |                         |
| 99                 | 2          | 9,1         |                    |                         |
| Total              | 22         | 100,0       |                    |                         |

FONTE: Elaboração própria (2020).

Porém, a grande maioria das Vereadoras (59% das eleitas no período analisado) não recebeu apoio de grupos organizados de mulheres para a candidatura ou para a campanha eleitoral.

### 7.2.3 O impacto das Leis de Cotas partidárias

A coleta de dados demonstra que 77,3% das eleitas no período analisado ingressaram no Legislativo Municipal da cidade Curitiba após a introdução da primeira Lei de Cotas partidárias em 1995 a qual teve sua primeira vigência na eleição municipal seguinte, em 1996. Conforme a Tabela 27:

TABELA 27 - LEI DE COTAS PARTIDÁRIAS NA ELEIÇÃO DAS VEREADORAS PARA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA (1982-2016)

| LEI DE COTAS | FREQUÊNCIA | PORCENTAGEM | PORCENTAGEM VÁLIDA | PORCENTAGEM ACUMULATIVA |
|--------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Não          | 5          | 22,7        | 22,7               | 22,7                    |
| <b>Sim</b>   | <b>17</b>  | <b>77,3</b> | 77,3               | 100,0                   |
| Total        | 22         | 100,0       | 100,0              |                         |

FONTE: Elaboração própria (2020).

É possível afirmar que circunstâncias mais gerais do contexto político e das transformações sociais, econômicas e culturais tenham possibilitado o aumento da representação feminina na Câmara de Vereadores de Curitiba.

Ainda assim, verifica-se que apenas 5 Vereadoras, 22,7% das eleitas no período analisado, haviam ingressado, em primeiro mandato na CMC, no período de 1982 a 1992, anterior à implantação das cotas partidárias, período no qual aconteceram três eleições municipais, 1982, 1988 e 1992.

É inegável que a Lei de Cotas partidárias amenizou barreiras partidárias para o lançamento de candidaturas femininas, no entanto há que se investigar o conjunto de transformações sociais, culturais, econômicas, educacionais e no mercado de trabalho que, juntos, estão possibilitando uma maior elegibilidade de mulheres, ainda que de forma muito tímida.

#### 7.2.4 Candidaturas prévias

Os dados coletados demonstram que a grande maioria apresentou candidaturas prévias antes de obter a primeira vitória para a Câmara de Vereadores. As candidaturas prévias, quando não possibilitam uma vitória eleitoral, possivelmente transformam-se em capital político para as eleições seguintes, dado a visibilidade, rede de contatos, aprendizado de uma ou mais campanhas eleitorais. Os dados demonstram, que 54% das Vereadoras lançaram candidaturas prévias àquela da vitória eleitoral. Conforme a Tabela 28:

TABELA 28 - CANDIDATURAS PRÉVIAS APRESENTADAS PELAS VEREADORAS ELEITAS PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA (1982-2016)

| TEVE CANDIDATURAS PRÉVIAS | FREQUÊNCIA | PORCENTAGEM | PORCENTAGEM VÁLIDA | PORCENTAGEM ACUMULATIVA |
|---------------------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Não                       | 10         | 45,5        | 45,5               | 45,5                    |
| <b>Sim</b>                | <b>12</b>  | <b>54,5</b> | 54,5               | 100,0                   |
| Total                     | 22         | 100,0       | 100,0              |                         |

FONTE: Elaboração própria (2020).

Ao todo, 54%% das eleitas no período 1982-2016 já tinham sido candidatas em eleições anteriores, não apenas para o cargo de Vereadora, mas também para o cargo de Deputada Estadual, Federal e Senadora.

### 7.2.5 Idade da primeira filiação partidária

Com relação à faixa etária da primeira filiação não foi possível obter a informação da faixa etária de filiação de apenas 1 entre as 22 eleitas no período analisado entre 1982 e 2016 para a Câmara Municipal de Curitiba.<sup>58</sup>

A partir dos dados obtidos sobre um conjunto de 21 Vereadoras, chama a atenção o fato de que 11 Vereadoras, 50% das eleitas no período analisado, filiaram-se pela primeira vez a um Partido político após os 35 anos sendo que 4 delas, 18% das eleitas, filiaram-se pela primeira vez a um partido político somente após os 45 anos.

Observou-se, ainda, que há uma concentração maior de Vereadoras que se filiaram a um Partido, pela primeira vez, na faixa entre 35 a 44 anos, com 31,8% das eleitas no período analisado nesta condição. Conforme a Tabela 29:

TABELA 29 - FAIXA ETÁRIA DE FILIAÇÃO PARTIDÁRIA DAS VEREADORAS ELEITAS PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA (1982-2016)

| FAIXA ETÁRIA        | FREQUÊNCIA | PORCENTAGEM | PORCENTAGEM VÁLIDA | PORCENTAGEM ACUMULATIVA |
|---------------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| 18 a 24 anos        | 5          | 22,7        | 22,7               | 22,7                    |
| 25 a 34 anos        | 5          | 22,7        | 22,7               | 45,5                    |
| <b>35 a 44 anos</b> | <b>7</b>   | <b>31,8</b> | 31,8               | 77,3                    |
| Acima de 45 anos    | 4          | 18,2        | 18,2               | 95,5                    |
| 99                  | 1          | 4,5         | 4,5                | 100,0                   |
| Total               | 22         | 100,0       | 100,0              |                         |

FONTE: Elaboração própria (2020).

Há um equilíbrio nas filiações nas duas primeiras faixas etárias, com 22,7% das eleitas no período analisado tendo se filiado a um partido pela primeira vez na faixa entre 18 a 24 anos e, igualmente, 22,7% das eleitas no período analisado, na faixa entre 25 a 35 anos, somando 45,4% das eleitas no período analisado com filiações na faixa etária anterior aos 35 anos de idade.

### 7.2.6 Idade da eleição

A coleta de dados sobre a faixa etária de ingresso das Vereadoras no primeiro mandato para a Câmara de Vereadores de Curitiba demonstra que a grande maioria, 63% das eleitas, ingressou no primeiro mandato com idade igual ou superior a 45

<sup>58</sup> Não foi possível coletar a informação da idade da filiação partidária da ex-vereadora Laís Peretti.

anos de idade. Apenas 36% das eleitas no período analisado, tinham idade inferior a 45 anos. Conforme a Tabela 30:

TABELA 30 - FAIXA ETÁRIA DO INGRESSO NO PRIMEIRO MANDATO – VEREADORAS ELEITAS PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA (1982-2016)

| FAIXA ETÁRIA            | FREQUÊNCIA | PORCENTAGEM | PORCENTAGEM VÁLIDA | PORCENTAGEM ACUMULATIVA |
|-------------------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Até 45 anos             | 8          | 36,4        | 36,4               | 36,4                    |
| <b>Acima de 45 anos</b> | <b>14</b>  | <b>63,6</b> | 63,6               | 100,0                   |
| Total                   | 22         | 100,0       | 100,0              |                         |

FONTE: Elaboração própria (2020).

Esta informação demonstra um ingresso tardio no campo político por parte das mulheres. Há que se investigar os fatores que se relacionam a este ingresso tardio e realizar trabalhos comparativos com os dados das trajetórias masculinas a fim de aprofundar a compreensão deste fenômeno e suas consequências para a trajetória política das mulheres.

### 7.3 CONCLUSÕES

A análise da socialização partidária das mulheres eleitas na Câmara de Vereadores de Curitiba no período 1982-2016 leva em conta que o desenvolvimento de suas trajetórias aconteceram, prioritariamente, nas décadas de 90 e na primeira década dos anos 2000, com 18 Vereadoras filiadas pela primeira vez neste período, enquanto 6 Vereadoras tiveram uma primeira socialização partidária ainda no período do Regime Militar. Observa-se que a maior parte das trajetórias se desenvolveram em período de pluripartidarismo crescente e de surgimento de novos modelos partidários como os modelos *catch-all* (KIRCHHEIMER, 1996), *organização profissional eleitoral* (PANEBIANCO, 2005), bem como o modelo *cartel* (KATZ; MAIR 1992; 1995; 2002 e 2009), modelos de partido preocupados acima de tudo com resultados eleitorais e com a manutenção da estrutura partidária.

A socialização partidária das Vereadoras ocorre em um contexto marcado pela "lógica pragmática e inercial" conforme observado por Araújo (2005) que consiste na preocupação de não correr riscos eleitorais e preferir os candidatos bons de voto. A preferência é por aqueles que já tenham sido eleitos no passado e busquem uma reeleição, ou mesmo novos candidatos dentro do perfil elegível tradicional. Tal

comportamento partidário não é inclusivo, pois fecha as portas partidárias para novos grupos que não tenham uma inserção anterior em cargos políticos e eletivos.

Graças a uma pesquisa minuciosa e entrevistas com a maioria das eleitas no período foi possível obter a faixa etária da primeira filiação de 21 das 22 Vereadoras eleitas. Obteve-se uma distribuição em diferentes faixas etárias, porém mais concentrada nas faixas etárias após os 35 anos de idade, com 54% das eleitas tendo ingressado em um partido político pela primeira vez após esta idade. Isso demonstra uma socialização tardia por parte das mulheres, em ciclos de vida posteriores à formação acadêmica e inserção no mercado de trabalho. Ao se relacionar o perfil geral das eleitas e a entrada tardia nos partidos políticos obtém-se um indicativo de que a maior parte delas decidiu filiar-se a um partido político quando já estavam "prontas" para seguir uma carreira política, do ponto de vista familiar, profissional e de construção de capital político.

Do ponto de vista da tipologia partidária elaborado por Peres e Machado (2017) e exposto no tópico 3.1.2, sobre recrutamento partidário, é possível conjecturar que as filiações partidárias da maioria das Vereadoras eleitas seguiram uma tendência de filiação de tipo *intensiva*, de subtipo orientada para *candidaturas/bancada*, sob a forma *Democrática*, visando a *elite* partidária, na modalidade *recepção*, tanto por *adesão* quanto por *identificação*. Neste sistema de filiação partidária, a principal característica é o baixo investimento dos partidos na formação de novos membros e parte da elite partidária, na medida em que não há um esforço e investimento dos partidos em captar e formar novos membros, mas apenas em "receber" pessoas já formadas e aptas a contribuir com a manutenção e expansão dos resultados eleitorais.

A Lei de Cotas partidárias contribuiu para um maior acesso das mulheres às instâncias eletivas e amenizou a tendência conservadora das organizações partidárias dentro da lógica de não correr riscos eleitorais e de não investir tempo e recursos na formação de novos membros e novas lideranças internas. Ainda que mais mulheres tenham tido a oportunidade de ingressar no Campo político, a ampliação das taxas de participação política das mulheres é menor do que o esperado quando a Lei foi implantada, visto que a média geral de mulheres Vereadoras em nível nacional não atinge 20% das cadeiras.

No caso da CMC, 17 entre as 22 eleitas no período, ou seja 77,3% das Vereadoras pesquisadas elegeram-se após a implantação da Lei de Cotas o que



denota um possível impacto positivo da Lei de Cotas partidárias, juntamente com outros fatores sociais, econômicos e culturais, na ampliação do número de eleitas.

No que diz respeito à CMC, a legislatura atual 2017-2020, tem o maior número de cadeiras ocupadas por mulheres em uma legislatura, com 8 das 38 cadeiras, representando 21% dos assentos na CMC, uma das maiores taxas em nível nacional, com 4 reeleitas e 4 novatas.

A porcentagem de reeleitas em uma única legislatura demonstra que quando as mulheres passam a ocupar os assentos nos postos eletivos suas chances são muito boas em continuar na carreira política, seja buscando uma reeleição, ou uma eleição para uma carreira ascendente neste campo. Por terem já obtido uma vitória eleitoral, passam a entrar no grupo dos "bons de votos" na perspectiva dos partidos políticos e a lógica inercial destes, de privilegiar carreiras já existentes e não correr riscos eleitorais, passa a agir em favor das mulheres que já foram eleitas uma vez.

Como visto em tópicos anteriores, o fortalecimento dos mecanismos de acesso das mulheres ao campo político passa pela motivação e autoconfiança, muitas vezes ausente mesmo quando as mulheres estão aptas a exercerem um cargo político, devido ao fato de que os aspectos subjetivos são também permeados pela estrutura social patriarcal que socializa homens e mulheres quanto aos papéis que estas devem, ou não, exercer na sociedade (LAWLESS; FOX, 2005; MIGUEL, BIROLI, 2010).

Neste sentido, a maior inserção das mulheres no mercado de trabalho tem impactado na trajetória política das mulheres, na medida em que as atividades sindicais, as associações profissionais e redes de contato formadas no mercado de trabalho tem sido um dos maiores fatores de impulsionamento das candidaturas femininas.

Os dados coletados permitiram verificar que o incentivo recebido do grupo profissional ficou em primeiro lugar entre as eleitas no período 1982-2016 para a CMC, entre as quais 27,3% receberam apoio político em seu ambiente de trabalho, considerado aqui em sentido amplo incluindo o reconhecimento profissional e as atividades associativas vinculadas ao universo do trabalho.

Chama a atenção, também, o fato de que o incentivo dos partidos à carreira política das mulheres (mesmo com a implantação da Lei de cotas partidárias na metade do recorte temporal desta pesquisa), tenha sido praticamente tão baixo quanto as duas prováveis instituições com maior enraizamento patriarcal na sociedade brasileira, que são as igrejas e as famílias. Se 13,6% das mulheres obtiveram apoio das igrejas, as famílias das vereadores e os seus partidos políticos, por sua vez,

ficaram levemente acima desta marca e no mesmo patamar, com 18,2% de mulheres recebendo incentivo de cada uma das duas instituições, igualmente.

Outro aspecto a ser ressaltado é que 22,7% relataram por meio de registros históricos, entrevistas disponíveis na imprensa e entrevista realizada exclusivamente para esta investigação (conforme o Apêndice 10) que a automotivação foi o fator primordial que impulsionou na direção da construção de uma carreira política.

Quanto ao apoio recebido de grupos organizados de mulheres por parte das eleitas, já que apenas com 31,8% delas receberam este tipo de apoio, demonstra que há um movimento interno de mulheres nos partidos, igrejas e algumas ONGs no sentido de fortalecer as candidaturas femininas. Ainda assim, 59,1% das eleitas não recebeu qualquer apoio de grupos organizados de mulheres internamente, ou externamente, às instituições às quais estavam socialmente vinculadas.

A investigação da trajetória das Vereadoras possibilitou observar que a maioria das eleitas para um primeiro mandato na CMC, 54,5% delas, já havia lançado uma candidatura prévia, anteriormente à primeira vitória, o que demonstra a tenacidade destas mulheres que lançaram novamente uma candidatura, uma ou mais vezes, até obter a primeira vitória eleitoral. As candidaturas anteriores eram direcionadas não apenas ao cargo de Vereadora, mas também ao cargo de Deputada Estadual, Deputada Federal e Senadora. Este é um aspecto importante a ser investigado em futuros trabalhos e que diz respeito ao significado de candidaturas sucessivas, em que medida este comportamento é, ou não, distinto para homens e mulheres, os tipos de candidaturas prévias, para quais cargos e em que medida impacta no sucesso eleitoral para o legislativo municipal.

Um outro dado importante obtido diz respeito ao fato de que 63,6% das eleitas alcançaram a primeira vitória eleitoral nas faixas etárias acima de 45 anos. Estes dados reforçam o que a teoria e os dados empíricos tem trazido sobre a trajetória das mulheres que ingressam no campo político, que se trata de uma entrada antecedida por muito investimento em qualificação, reconhecimento profissional, associativismo e que só tardiamente as mulheres obtêm uma primeira vitória eleitoral.

Se para Miguel (2003) a entrada na CMC é uma das portas de ingresso para o campo político, para Pinto (1998) é o ponto culminante de uma trajetória de vida. Ainda há muito o que se investigar para se ter uma certeza de que os fatos apontam para uma ou outra direção. Por um lado, tem-se uma primeira vitória tardia para um primeiro mandato como Vereadora, vitória que consistiria na entrada pela base do

campo político, segundo Miguel (2003). Por outro lado, trata-se de uma vitória antecedida por uma longa trajetória social seja profissional ou associativa.

Neste sentido, foi possível observar que 3 Vereadoras entre as eleitas, ascenderam no campo político tendo sido eleitas para instâncias superiores como Deputada estadual (2 Vereadoras), ou Deputada federal (1 Vereadora). Com relação a estas 3 Vereadoras, pode ser considerado em um primeiro momento um número pequeno. Porém, é preciso levar em conta que existe apenas uma Assembleia Legislativa no Estado do Paraná e apenas 54 cadeiras disputadas por todos os 399 municípios paranaenses e que nos 160 anos da instituição apenas 21 mulheres ocuparam cadeiras legislativas.

Em nível Federal a Câmara dos Deputados possui apenas 513 cadeiras disputadas pela população de mais de 5.000 municípios.

Sendo assim, é possível considerar que as cadeiras legislativas nas instâncias superiores são em muito menor quantidade e muito mais disputadas.

E isso traz uma nova perspectiva para o número de 3 Vereadoras, entre 22, que obtiveram mandato legislativo em instâncias superiores.

Foi possível obter dados sobre o que aconteceu ao final do primeiro mandato para as Vereadoras que já tiveram um primeiro mandato encerrado (uma das ex-Vereadoras faleceu em trágico acidente no meio do primeiro mandato e 4 delas estão na vigência do primeiro mandato). Quanto aos dados coletados sobre a trajetória das mulheres Vereadoras que já encerraram um mandato, observou-se que:

- 7 Vereadoras foram reeleitas uma ou mais vezes para a CMC;
- 1 Vereadora foi Deputada Federal por um mandato;
- 2 Vereadoras se elegeram Deputadas Estaduais, uma delas por um mandato e outra conseguiu se reeleger e está em exercício de mandato como Deputada na legislatura 2018-2022.
- 8 Vereadoras estão em exercício atual de mandato na legislatura 2017-2020. Destas, 4 foram reeleitas e 4 são Vereadoras de 1.º mandato.

Se considerarmos apenas a trajetória de 17 Vereadoras que já concluíram um mandato de 4 anos, é possível observar que entre 18 Vereadoras, 10 delas, ou seja mais da metade, continuaram suas trajetórias políticas, seja na própria Câmara municipal ou nas instâncias eletivas superiores.

No entanto, somente com mais estudos e aprofundando da temática será possível compreender se a Câmara de Vereadores é de fato uma porta de entrada para uma carreira política ascendente no interior do campo político, conforme a hipótese aventada por Miguel (2003), ou se é o ponto culminante de uma trajetória de vida em âmbito local.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Câmara Municipal de Curitiba (CMC) foi fundada no final do século XVII, em 1693, mas somente em 1947 ocorreu a eleição da primeira mulher para ocupar o cargo de Vereadora. De 1947 a 2016, um total de 24 mulheres assumiram um ou mais mandatos na CMC, dentre elas, 19 Vereadoras eleitas como titulares e 5 eleitas para suplência, mas que ocuparam uma cadeira na instituição, somando ao todo 46 mandatos em todo o período.

No entanto, o recorte desta investigação, no que diz respeito à pesquisa quantitativa circunscreveu-se ao estudo da trajetória de 22 Vereadoras eleitas no período 1982-2016, sendo 17 titulares e 5 suplentes, as quais assumiram, parcialmente ou integralmente, um ou mais mandatos na CMC.

A pesquisa sobre a presença das mulheres na CMC foi orientada pela abordagem prosopográfica e se desenvolveu em torno da construção de uma "biografia coletiva" das Vereadoras eleitas no referido período, tendo como foco o ciclo de vida anterior (prévio) ao ingresso no primeiro mandato. Graças a uma pesquisa minuciosa, foi possível obter um perfil detalhado das 22 Vereadoras eleitas para a Câmara Municipal de Curitiba no período de 1982-2016.

Delimitado esse recorte, apresentou-se teorias, dados e interpretações em torno das questões "quem são" e "o que fazem", no sentido de descrever o perfil das eleitas no período analisado em sua trajetória social e política prévia ao ingresso na Câmara Municipal de Vereadores, na tentativa de explicar as variáveis que possibilitaram a estas mulheres ocupar um cargo no Legislativo Municipal.

Nesse contexto, da análise dos perfis sociais e políticos das mulheres eleitas, exurgiram regularidades e características predominantes nas trajetórias políticas previamente ao ingresso no primeiro mandato.

Assim, como provisório encerramento desta pesquisa seguem adiante compiladas as principais conclusões que se constituíram no olhar lançado sobre o perfil da mulher Vereadora eleita à CMC.

As trajetórias das Vereadoras desenvolveram-se em período de pluripartidarismo crescente e de surgimento de novos modelos partidários como os modelos *catch-all* (KIRCHHEIMER, 1966), *organização profissional eleitoral* (PANEBIANCO, 2005), bem como o modelo *cartel* (KATZ; MAIR, 1992; 1995; 2002; 2009). Os partidos preocupados acima de tudo com resultados eleitorais e com a manutenção da estrutura partidária

a partir da "lógica pragmática e inercial" conforme observado por Araújo (2005) que consiste na preocupação de não correr riscos eleitorais e preferir os candidatos bons de voto, daí a preferência por aqueles que já tenham sido eleitos no passado e busquem uma reeleição, ou mesmo novos candidatos dentro do perfil elegível tradicional. Estratégias pouco inclusivas para as mulheres que desejassem iniciar uma trajetória política com apoio partidário. Neste contexto, a Lei de Cotas partidárias contribuiu para um maior acesso das mulheres às instâncias eletivas e amenizou a tendência conservadora das organizações partidárias dentro da lógica de não correr riscos eleitorais.

No caso da CMC, 17 entre as 22 eleitas no período 1982-2016, ou seja, 77,3% delas elegeram-se após a implantação da Lei de Cotas em 1995 o que denota o impacto positivo da Lei na ampliação do número de Vereadoras eleitas. No entanto, outros fatores aconteceram ao mesmo tempo no contexto social mais geral, como melhoria das condições de escolarização das mulheres, avanços no mercado de trabalho e o próprio Regime Democrático, principalmente a partir de 1988 com amplo poder de associação e liberdade sindical, um contexto social que favoreceu a inserção social, profissional, associativa e política das mulheres.

A legislatura atual, 2017-2020, possui o maior número de cadeiras ocupadas por mulheres na História do Poder Legislativo da cidade, com 8 das 38 cadeiras, representando 21% dos assentos na CMC, uma das maiores taxas em nível nacional, com 4 reeleitas e 4 novatas eleitas pela primeira vez em 2016.

A porcentagem de reeleitas em uma única legislatura demonstra que quando as mulheres já foram eleitas uma vez suas chances são muito boas em continuar na carreira política, seja buscando uma reeleição, ou uma eleição para uma carreira ascendente neste campo na medida em que passam a entrar no grupo dos "bons de votos". A perspectiva dos partidos políticos e a lógica inercial destes, de privilegiar carreiras já existentes e não correr riscos eleitorais, passa a agir em favor das mulheres que já foram eleitas uma vez.

Com o objetivo de melhor compreender o processo de ocupação do espaço da política por parte das mulheres, especialmente o poder local, o presente trabalho apresentou o perfil das Vereadoras eleitas na CMC quanto aos aspectos sociodemográficos, partidários, associativistas, tipos capital político, como também o apoio e motivação recebidos para o desenvolvimento da trajetória política.

Quanto aos aspectos sociodemográficos, os dados empíricos mostraram uma minoria de nascidas na cidade de **Curitiba**, 8 Vereadoras, (36,4% das eleitas) o que demonstra que a naturalidade na cidade do distrito eleitoral do Poder Legislativo municipal, no caso da Câmara Municipal de Curitiba, não foi um fator determinante nas trajetórias. Ainda que este fato ajude a descrever o perfil das Vereadoras eleitas, não foi possível esclarecer a causa do fenômeno de um número maior de migrantes eleitas, comparativamente às nascidas na cidade de Curitiba.

Mas, entre as naturais de outras cidades, 14 Vereadoras (63,6%), a maior parte delas apresentou pelo menos 4 aspectos distintos em suas trajetórias comparando-se às naturais do distrito eleitoral da CMC, a cidade de Curitiba. Um destes aspectos é a existência de uma taxa menor de herança de capital familiar (5 em 14 herdaram) comparando-se às nascidas em Curitiba (5 entre 8 herdaram). Outro aspecto é a forma distinta de transmissão/aquisição de capital político: observou-se que entre as naturais de outras cidades que tinham capital político familiar houve preponderância de aquisição via casamento, o que difere da principal forma de aquisição de capital político familiar entre as nascidas no distrito eleitoral da CMC que herdaram capital familiar por meio de um familiar ascendente, pai ou avô. Além disso, entre as naturais de Curitiba havia capital empresarial e entre as naturais de outras cidades predominou o capital político e religioso.

Outro aspecto observado é que a naturalidade na própria cidade em que se desenvolveu a carreira política das mulheres Vereadoras, ao menos no que diz respeito à CMC, possibilitou uma redução no custo da elegibilidade no que se refere à escolaridade visto que entre as nascidas em Curitiba havia 25% delas com pós-graduação enquanto entre as nascidas em outras cidades havia 50% com este nível de escolaridade. Quanto ao nível de graduação estava igualmente distribuído entre as naturais de Curitiba e de outras cidades. Neste caso, é possível afirmar que houve diferença nas trajetórias políticas de acordo com a naturalidade, ou não, no distrito eleitoral da CMC, a cidade de Curitiba.

No que tange ao grau de escolaridade observado entre as 22 Vereadoras eleitas, a presença do Ensino Superior é traço estatisticamente relevante, visto que 77,3% delas (17 entre 22 Vereadoras) possuíam curso Superior quando assumiram o primeiro mandato. A **escolaridade** das eleitas comprova a literatura (MIGUEL; QUEIROZ, 2006) sobre a presença da alta escolaridade das mulheres (independentemente do cargo disputado). Tal fenômeno explica-se, entre outros motivos, pelo fato de que os

grupos subalternos como o das mulheres, intuitivamente decidem se lançar na carreira política quando adquirem autoconfiança quanto ao grau de qualificação (LAWLESS; FOX, 2005; MIGUEL, BIROLI, 2010).

A alta **escolaridade** coloca um indicativo de capital cultural convertido em capital político. Considera-se, também, que aproximadamente 40% formou-se nas duas maiores, mais tradicionais e mais renomadas instituições de ensino superior do Estado do Paraná no período referente ao recorte desta pesquisa, o que também é um elemento de reconhecimento social que compõe o capital cultural simbólico (MIGUEL, 2003) conversível em capital político.

Os dados sobre o **casamento** e o exercício da maternidade, concomitante à atividade política formal, revelaram que 68,2% das eleitas no período analisado eram casadas, 22,7% eram solteiras quando foram eleitas e 9,1% eram viúvas ou divorciadas. Portanto, os dados coletados remetem à possibilidade de conciliação entre casamento e atividade política formal para a maioria das eleitas no período. No entanto, alguns estudos apontam para a necessidade de problematizar esta questão, visto quando se compara a realidade das mulheres com o público masculino das mesmas instâncias eletivas há diferenças nas proporções de casados e solteiros. Em uma pesquisa sobre o legislativo municipal de Santa Catarina na legislatura (2012-2016) os pesquisadores (AYRES; OLIVEIRA; GIMENES, 2017) observaram uma maior proporção de solteiros entre as mulheres (20,2%) Vereadoras do que entre homens (15,2%) e uma maior proporção de casados entre os homens (84,7%) frente às mulheres (79,2%) constatando-se que as mulheres em casamentos convencionais tem menos acesso do que os homens às oportunidades de participar na vida pública.

Foi possível constatar, ainda, um baixo índice de mulheres **mães** de filhos pequenos entre as eleitas (apenas 18,2%). As mulheres que não precisaram conciliar a **maternagem** de filhos pequenos e atividade política formal no período imediatamente anterior ao ingresso no primeiro mandato (período da campanha política, por exemplo), representam maioria, constituindo mais de 80% das eleitas. De acordo com estes dados, as eleitas precisaram *contornar* os **papeis de gênero**, especialmente a maternidade, para ingressar no campo político. Na maioria dos casos, as eleitas tinham filhos crescidos, ou não tinham filhos, quando ingressaram na CMC para um primeiro mandato o que, possivelmente, lhes possibilitou o tempo livre necessário ao desenvolvimento de uma trajetória (MIGUEL; BIROLI, 2010).



Neste caso, o poder local não se apresentou acessível às mulheres **mães** de crianças pequenas o que difere, em um primeiro momento, da afirmação de Costa (1998) de que as mulheres se destacam um pouco mais no poder local na sua atividade política formal [em função] das facilidades que a mulher encontra para conciliar sua atividade política com as responsabilidades e afazeres domésticos" (COSTA, 1998, p. 88).

Os dados empíricos reforçam o argumento de que os **obstáculos sociais de gênero** para ingresso das mulheres na política permanecem como uma grande contradição nas Democracias ocidentais (PATEMAN, 1989) no sentido de que as mulheres estão inseridas formalmente na esfera política, mas as suas especificidades, especialmente a maternidade, precisam ser "apagadas" para tornarem-se competitivas na arena eleitoral.

Com relação à **ocupação profissional** verificou-se uma presença destacada das ocupações públicas (45,5% das ocupações entre as eleitas) em período anterior ao mandato, como servidoras públicas municipais, estaduais ou federais, como também em cargos de confiança governamental, ou mesmo em assessoria parlamentar. Tal fato vincula-se, entre outras razões, com a alta escolaridade exigida nestas ocupações e que não faz falta à maioria das mulheres que se lançam às carreiras políticas. Outro aspecto importante é o que a literatura aponta como o **potencial político**, a afinidade de determinados tipos de ocupação com a atividade política (BOLOGNESI; PERISSINOTTO; CODATO, 2016) ao oportunizar habilidades políticas, status social, ou tempo livre para as atividades políticas. Neste sentido, as ocupações públicas apresentam uma parte deste potencial político com jornadas de trabalho compatíveis, com finais de semana livre, feriados, férias, licença remunerada para candidatura e estabilidade no retorno ao trabalho após o mandato. A relevância de exercer uma ocupação pública para o ingresso no Legislativo Municipal por parte das mulheres pode estar relacionado, ainda, ao "capital delegado" (MIGUEL, 2003) emprestado pelo poder público aos servidores públicos, conferindo legitimidade à aspiração política.

Ainda que o número de Vereadoras em ocupações públicas não corresponda a uma maioria absoluta, os números verificados apontam a relevância de uma ocupação pública para a obtenção de um mandato na CMC. De conseguinte, é possível considerar que as ocupações públicas sintetizam um conjunto de oportunidades reais e simbólicas que contribuem para o acesso das mulheres na CMC.

A respeito da **afinidade técnica** da ocupação profissional com a atividade política (BOLOGNESI; PERISSINOTTO; CODATO, 2016) foi possível observar que 36,4% exercia ocupações que possibilitaram algum treinamento para a atividade política o que ocorreu na ocupação principal para apenas 27,3% delas, sendo que 9,1% das eleitas possuíam afinidade técnica com a função de Vereadora na ocupação secundária, como radialistas. Possivelmente, a ausência de afinidade técnica entre ocupação profissional e exercício da vereança, foi compensada com outras potencialidades da ocupação profissional para a política.

Foi possível verificar que ao menos 10 Vereadoras (45,5% das eleitas) tinham como uma das características da ocupação principal anterior à entrada na CMC, algum tipo de relação com o papel de "**cuidadora**". Este papel estava presente seja pela via do planejamento de ações, pelo exercício de atividades de cuidado e relacionado, prioritariamente, ao exercício de cargos públicos, vinculados à educação e saúde, embora não exclusivamente, pois haviam duas aposentadas e uma dona de casa que tinha como ocupação principal atividades relacionadas ao cuidado.

É possível concluir a respeito dos aspectos sociodemográficos que o Poder Legislativo Local não destoa das demais instâncias legislativas quanto aos níveis de exigência em relação às mulheres, especialmente quanto à necessidade de "apagar" ou *contornar* papéis de gênero na vida familiar privada e, ao mesmo tempo, exercer ocupações que denotam uma função de "cuidadora" no espaço público (como na saúde e educação, por exemplo) para que possam ingressar no campo político. Ainda assim, as ocupações profissionais relacionadas a estas áreas exigem das suas ocupantes um alto grau de escolaridade, com nível superior e, muitas vezes, pós-graduação como é o caso das trajetórias analisadas. Portanto, um tempo maior de estudos e de exercício profissional para obter reconhecimento social e demais recursos políticos eventualmente obtidos no meio profissional.

Quanto aos **aspectos partidários**, foram observados a ideologia do primeiro partido de filiação e a ideologia do partido da eleição, as migrações partidárias, bem como o tempo de filiação no partido que possibilitou a vitória eleitoral.

Os dados coletados permitiram verificar que a **primeira filiação partidária** por parte das Vereadoras eleitas em Curitiba, no período 1982-2016, foi mais concentrada em partidos do **Centro** do espectro ideológico, com 40,9% das primeiras filiações. A Extrema-esquerda, Esquerda e Centro-esquerda alcançaram juntos 22,7% das primeiras filiações partidária entre as Vereadoras, enquanto a Centro-Direita, Direita

e Extrema-Direita chegaram a 31,8% de adesão das mulheres Vereadoras em suas primeiras filiações.

Ao todo 15 Vereadoras (68,2%) migraram de partido antes de se eleger e com coerência ideológica dentro do espectro ideológico-partidário da primeira filiação. Foi possível observar que não houve migração partidária que atravessasse o Centro para o lado oposto do espectro partidário, nem partindo do amplo espectro da Esquerda, nem da Direita. O limite das migrações partidárias foi sempre o Centro e as migrações oriundas desta posição ocorreram sempre em direção ao campo da Direita. Além disso, os movimentos migratórios, em geral, aconteceram da Esquerda para a Centro-esquerda, do Centro para a Centro-direita e Direita, sendo possível detectar um processo de *direitização* política no ciclo de vida partidária das Vereadoras anterior à primeira vitória eleitoral.

Nas migrações, cinco das **oito** Vereadoras que haviam se filiado em partidos do Centro elegeram-se pela Centro-direita (2) e Direita (3). Ainda assim, **cinco** vereadores elegeram-se pelo **Centro** (22,7% das eleitas), contabilizando a migração de uma Vereadora proveniente da Extrema-esquerda (Mr8) e uma da Centro-direita.

Observou-se que **oito** Vereadoras (36,4% das eleitas) elegeram-se por partidos de **Direita**, sendo que **quatro** tinham esta opção na primeira filiação, uma migrou para a Centro-Direita. Em contrapartida **quatro** migraram para a Direita antes da primeira vitória eleitoral sendo três que pertenciam ao Centro, uma da antiga ARENA (Extrema Direita) e uma da Centro-Direita.

Apenas **duas** Vereadoras haviam escolhido a **Centro-direita** na primeira filiação partidária, porém este campo ideológico conseguiu eleger o dobro, **quatro** Vereadoras, contabilizando entre estas, duas provenientes do Centro (18,2%).

**Duas** das eleitas filiaram-se pela primeira vez na **Centro-esquerda** e mantiveram a opção partidária da primeira filiação. Além disso, duas Vereadoras da Esquerda (AP) na primeira filiação foram atraídas pela Centro-esquerda (PT) de modo que este campo ideológico elegeu **quatro** Vereadoras (18,2%).

Os dados sobre a eleição da maior parte das Vereadoras da Câmara Municipal de Curitiba por partidos de Direita (36,4%), de Centro (22,7%), seguidos pela Centro-esquerda (18,2%) e Centro-Direita (18,2%) contrastam com a teoria proposta por Katz e Mair (1992), ao menos no que diz respeito ao Legislativo Municipal de Curitiba em que os Partidos de Esquerda seriam mais receptivos às trajetórias de mulheres. Os mesmos dados reforçam os achados de Miguel e Queiroz (2006) de que o sucesso

eleitoral das mulheres nas eleições municipais por Partidos situados ideologicamente à Direita não é uma exclusividade das regiões subnacionais menos desenvolvidas.

Com relação ao **tempo de filiação no partido da vitória**, foi possível verificar que 54% das eleitas (12 Vereadoras) permaneceram entre 1 e 4 anos no partido pelo qual foram eleitas, ou seja, um período igual ou menor do que uma legislatura anterior à eleição. Tais descobertas não podem ser desconectadas do fato de que 50% das eleitas filiaram-se a um partido pela primeira vez após os 35 anos e que 63,6% elegeu-se pela primeira vez com 45 anos ou mais, ou seja tardiamente.

Foram pesquisadas as distintas formas de **associativismo**, os vínculos associativos locais e as preferências associativas de acordo com a ideologia partidária das Vereadoras. Os tipos de associativismo foram classificados em cinco grupos: 1) Movimento estudantil; 2) Associações profissionais e sindicatos; 3) Engajamento partidário; 4) Igrejas e atividades religiosas; 5) ONGs, Entidades beneficentes e Associações de moradores.

No que se concerne ao engajamento social/associativismo, as Vereadoras eleitas para a CMC eram, predominantemente, mulheres socialmente engajadas, sendo que 95,4% das eleitas no período analisado, desenvolviam uma ou mais formas de associativismo. Apenas 1 única Vereadora foi eleita sem ter se envolvido com práticas associativas. Além disso, 50% das eleitas no período 1982-2016 não se restringiram apenas a uma modalidade associativa.

Os dados acima corroboram com a literatura (D'AVILA; PIRES, 1998; WARREN, 2001; AVELAR, 2001; PINHEIRO, 2006; SACCHET, 2009; BOURDIEU, 1985; 2011; ALMEIDA; LUCHMANN; RIBEIRO, 2012) sobre o papel do associativismo no desenvolvimento de lideranças aptas às distintas exigências das sociedades democráticas e como contribuem para o desenvolvimento de trajetórias políticas de homens e mulheres, especialmente das mulheres.

Verificou-se que 95,4% das eleitas, ou seja, quase a totalidade, dedicou mais de 6 anos contínuos à atividades de vínculo associativo e 50% das eleitas dedicaram **11 anos ou mais** em atividades associativas antes do primeiro mandato. Tais dados reforçam os achados desta pesquisa sobre a formação do capital político e a idade de filiação partidária, sendo a filiação e eleição da maioria das Vereadoras antecedida por uma longa trajetória de engajamento social.

Foi possível identificar por meio dos dados obtidos que grande parte das atividades associativas de 63% das Vereadoras tinha uma **circunscrição territorial**

**local/municipal** em atividades "hierarquizadas, complexas e institucionalizadas" relacionadas às atividades partidárias e sindicais (AVELAR, 1987; PINHEIRO, 2006), como também entre as menos hierarquizadas, complexas e institucionalizadas, sendo que estas últimas apareceram como o modelo predominante de associativismo, e com enraizamento local, entre as trajetórias analisadas (de 9 entre 13 associativistas locais). Tal modelo associativo está relacionado, principalmente, a ações de cuidado, proteção para idosos, crianças carentes, crianças com necessidades especiais e, inclusive, de animais de rua, temática esta que elegeu 2 Vereadoras em Curitiba. A relevância do espaço local para a atividade política das mulheres é apontado por parte da literatura (COSTA, 1998) devido a uma maior facilidade de conciliar os papéis familiares desempenhados pelas mulheres na família e na comunidade.

Uma parcela da literatura (AVELAR, 1987 p.24 apud PINHEIRO, 2006, p.20) propõe que o associativismo praticado pelas mulheres, além de pouco hierarquizados e institucionalizados é de curta duração. No entanto, os dados obtidos corroboram apenas com a primeira parte do argumento, na medida em que as mulheres permanecem vários anos em atividades associativas, sendo possível caracterizar seu engajamento associativo como de longa duração.

Foi possível constatar que a participação em **ONGs, Entidades beneficentes e Associações de moradores** demonstrou ser a forma predominante de Associativismo e com enraizamento no município. Os dados demonstraram que 11 Vereadoras, 50% das eleitas, engajaram-se nesta modalidade associativa (e apenas 1 Vereadora dedicava-se a atividades beneficentes que não tinham foco em Curitiba) havendo uma quase coincidência entre as Vereadoras que participaram destas modalidades associativas e a porcentagem de mulheres que participaram de associativismos com enraizamento local menos complexos e institucionalizados, destacando-se nestas atividades o papel de "cuidadora" que já havia sido observado nas ocupações profissionais das mesmas.

É possível pensar no papel de cuidadora como uma ideia receptiva perante o eleitorado, perante os partidos políticos, no processo de recrutamento das candidaturas e, ainda, como uma internalização das próprias mulheres que, ao adquirirem este perfil social em suas trajetórias de vida sentem-se estimuladas a seguir a carreira política. É possível que ao desempenhar um papel social "apropriado" às mulheres (PINHEIRO, 2006), reconhecido e estimulado pela própria sociedade, elas percebam a possibilidade de ampliação de sua esfera de ação a partir da vereança.

As demais formas associativas tiveram menos atratividade na trajetória das eleitas, ainda que uma porcentagem delas tenha aderido ao **Movimento Estudantil** (36,4%), aos **Sindicatos e associações profissionais** (igualmente 36,4%), às **atividades partidárias** (31,8%), e às **atividades religiosas** (13,6%).

Do ponto de vista da relação entre **associativismo e ideologia partidária**, foi possível observar que o maior engajamento no **movimento estudantil** ocorreu entre as Vereadoras que se elegeram por Partidos de **Centro-esquerda** e um menor engajamento entre as eleitas por Partidos de Direita e Centro-direita, enquanto no **Centro** do espectro partidário houve uma igual divisão entre aquelas que participaram e não participaram do movimento estudantil na adolescência e juventude.

Verificou-se que no espectro ideológico à esquerda nenhuma das Vereadoras possuía atividade associativa vinculada às **organizações religiosas**, ou com a existência da politização do vínculo religioso, no sentido de uma visibilidade e do destaque dos vínculos religiosos na carreira política.

Quanto à participação nas **organizações partidárias** previamente ao ingresso no primeiro mandato, o mais baixo índice ocorreu entre as Vereadoras eleitas por Partidos de Direita, seguido pelo Centro e pela Centro-direita. E o mais alto índice ocorreu na **Centro-esquerda** na medida em que todas as eleitas por Partidos de Centro-esquerda tinham desenvolvido atividades partidárias previamente ao ingresso no primeiro mandato. Portanto, no que diz respeito à trajetória interna nos partidos (e não à elegibilidade que oferecem às mulheres) os dados estão de acordo com pesquisas realizadas em âmbito nacional e internacional que colocam as organizações partidárias de esquerda como mais receptivas à participação interna das mulheres (KATZ; MAIR, 1992).

Em síntese, da perspectiva ideológica, verificou-se que:

- As eleitas pelo **Centro** estavam divididas quanto ao ME e participação em ONGs, Entidades beneficentes e Associações de moradores, um pouco menos dividido quanto aos Sindicatos e associações profissionais em que a maior parte das Vereadoras de Centro não foram engajadas (apenas 2 entre 6). Foram menos engajadas ainda em atividades partidárias (1 entre 6) e religiosas (1 entre 6);
- As Vereadoras de **Centro-direita** estavam no polo oposto das Vereadoras de Centro-esquerda quanto ao Movimento Estudantil e Atividades sindicais. Enquanto as de **Centro-esquerda** tem 3 entre 4 participantes destas

associações, a Centro-direita tem 3 entre 4 que não participam. Apresentam participação moderada em partidos e igrejas, com 1 em 4 que participando em ambas as modalidades. Há um destaque quanto a participação das Vereadoras deste espectro partidário em ONGs, Entidades beneficentes e Associações de moradores, modalidade associativa que mais conseguiu a adesão destas Vereadoras (3 entre 4).

- Entre as eleitas por partidos de **Direita**, observou-se, proporcionalmente, uma baixa a adesão a todas as modalidades associativas, sendo que a única modalidade que alcançou a adesão de metade destas Vereadoras foi a participação nas ONGs, Entidades beneficentes e Associações de moradores (4 entre 8). Nas demais modalidades a participação foi ainda menor, com 1 entre 8 Vereadoras participantes em modalidades associativas como o ME, Sindicatos, Partidos e Igrejas.

A investigação do **capital político** das eleitas procurou demonstrar o peso do capital familiar no sucesso eleitoral das Vereadoras, aspecto este muito discutido na literatura (MIGUEL, 2003) sobre a trajetória de mulheres na política. Além do capital familiar, foi possível identificar um tipo de capital misto na medida em que muitas Vereadoras que tinham capital familiar não deixaram de desenvolver um capital político próprio que somado ao capital familiar possibilitou às mesmas o sucesso no ingresso ao campo político.

Os dados sobre capital político demonstraram que 10 Vereadoras, 45,5% das eleitas, herdaram algum tipo de **capital político familiar** por meio do **pai/avô** (6 Vereadoras, 27,3%), ou do **marido** (4 Vereadoras, 18,2%). O principal capital **político** herdado foi originado no próprio campo político (BOURDIEU, 1980; MIGUEL, 2003; MIGUEL; MARQUES; MACHADO, 2015) para 5 Vereadoras, 22,7% das eleitas. Mas, houve também a herança de capital familiar **empresarial** (3 Vereadoras, 13,6%), como também de capital familiar **religioso** (2 Vereadoras, 9,1%).

Quanto à ideologia partidária e sua relação com os ramos do capital familiar, foi possível observar que o capital empresarial, bem como o religioso foram distribuídos exclusivamente entre as Vereadoras do Centro e da Direita, enquanto o capital familiar originado no campo político não foi herdado por Vereadoras de Centro. Verificou-se, por fim, que o capital familiar originado no campo político foi o único tipo herdado pelas Vereadoras de Centro-esquerda.

Um aspecto que chamou a atenção foi o fato de que a grande maioria das eleitas (20 entre 22, correspondendo a 91,8% das eleitas no período analisado) tinham exercido alguma **função de destaque**, tinham um nome conhecido por ocupar funções de liderança em algumas modalidades associativas como partidos, sindicatos, ONGs, institutos religiosos, ou vinculadas à ocupação profissional como cargos públicos, principalmente vinculados a órgãos municipais, ou, ainda, tinham programa de rádio. Ou seja, não chegaram na arena política desconhecidas, não eram mulheres anônimas, ao menos para setores do eleitorado.

Algumas das posições de destaque e de visibilidade (excluindo-se aquelas relacionadas à visibilidade midiática) podem ser compreendidas como variações de "**capital delegado**" no sentido dado a este por Miguel (2002; 2003) e Novellino e Toledo (2018) de vincular diretamente a confiança e a legitimidade da própria instituição e o nome de quem a dirige, incluindo-se diferentes tipos de instituições e organizações públicas e privadas.

A **visibilidade midiática** caracterizou a posição de destaque social na trajetória de 4 das eleitas, sendo que 3 haviam acumulado capital associativo e 1 destas um terceiro capital (capital familiar religioso). Observou-se que 1 das quatro acumulou apenas capital familiar religioso. Portanto, a visibilidade na mídia estava acompanhada de outras variáveis como engajamento social e associativismo vinculado a ONGs e a Igrejas, além da herança de capital familiar religioso, vinculado às comunidades evangélicas e, ainda, à profissão de cantora para a metade do grupo. Neste sentido, a visibilidade na mídia contribuiu para dar visibilidade ao engajamento social, à herança de capital familiar e à ocupação profissional (neste último caso para 1 única Vereadora não evangélica deste grupo).

Os dados coletados demonstraram que 12 Vereadoras, 54,5% das eleitas no período analisado, não herdaram nenhum tipo de **capital familiar**, valendo-se de seu próprio **capital político** e 10 Vereadoras, 45,5% das eleitas no período analisado, herdaram algum tipo de Capital familiar. Muitas Vereadoras herdaram capital familiar e paralelamente desenvolveram um capital político próprio (9 eleitas). A junção de ambos pode vir a ser denominado de **capital misto**, ou qualquer outra nomenclatura mais adequada. Este tipo de dado empírico está frequentemente ausente dos estudos de trajetória na esfera nacional, onde está concentrado uma grande parte dos estudos de trajetória política e de reflexões teóricas. Talvez pelo fato do distanciamento histórico e geográfico que impede os pesquisadores de coletar com mais detalhes os



aspectos presentes na trajetória dos ocupantes dos cargos federais quando ainda estavam ingressando no campo político em municípios distantes da capital política do país e distribuídas por todas as regiões geográficas. A ausência destes dados traz invisibilidade para o custo das trajetórias políticas femininas mesmo quando herdaram algum tipo de capital familiar.

Um aspecto foi observado a respeito das Vereadoras que receberam capital familiar e diz respeito ao fato de que a única Vereadora dentre as 22 pesquisadas que não apresentou engajamento associativo estava entre o grupo que recebeu capital familiar empresarial via familiar ascendente. Por outro lado, entre as Vereadoras que tinham mais de 16 anos de dedicação associativa (9 Vereadoras) estavam as quatro que receberam capital familiar pela via do casamento. Ou seja, o capital familiar recebido do pai ou avô encurtou a entrada na política, mas aquele recebido via casamento não se constituiu em um "atalho" para a entrada na Câmara de Vereadoras, não encurtou o tempo de vida dedicado ao engajamento social anteriormente ao primeiro mandato.

Com relação à ideologia político-partidária do partido da eleição e o tipo de capital político herdado e construído, foi possível observar que:

- a) Entre as Vereadoras de **Centro-esquerda** (4 Vereadoras) havia 2 com capital exclusivamente próprio e duas que herdaram capital familiar e construíram capital misto.
- b) Entre as Vereadoras de **Centro** (6 Vereadoras), houve também uma igualdade entre capital exclusivamente próprio e misto, com 3 Vereadoras com cada um destes.
- c) As Vereadoras de **Direita** (8 Vereadoras) seguem na mesma linha daquelas citadas nas ideologias anteriores, com uma distribuição igual entre capital próprio (4 Vereadoras) e capital misto (4 Vereadoras).
- d) Entre as Vereadoras de **Centro-direita** (4 Vereadoras) não houve capital misto, apenas próprio (3 Vereadoras) e exclusivamente familiar (1 Vereadora).

É possível concluir a respeito do capital político que a maior parte das Vereadoras eleitas não recebeu capital familiar e entre aquelas que receberam, quase a totalidade delas desenvolveu um capital político próprio paralelamente, sem grande distinção do ponto de vista ideológico, com exceção de uma única Vereadora de

Centro-direita que foi eleita apenas com capital político familiar recebido de familiar ascendente (pai).

Portanto, os dados obtidos sobre **capital político** estão parcialmente em consonância com pesquisas realizadas na esfera nacional, como aquela realizada por Pinheiro (2006) sobre a trajetória das Deputadas federais eleitas no período 1987-2002 que mostrou uma porcentagem de 40,8% das deputadas tendo sido eleitas sob a influência de capital familiar. O que a presente investigação acrescenta é que para o mandato local na CMC o capital familiar foi um recurso exclusivo para a elegibilidade de apenas 1 Vereadora e todas as demais que portavam capital familiar desenvolveram também um capital político próprio, gerando uma soma de capitais: um capital político misto.

O fortalecimento dos mecanismos de acesso das mulheres ao campo político passa pela motivação e autoconfiança, muitas vezes ausente mesmo quando as mulheres estão aptas a exercerem um cargo político, devido ao fato de que os aspectos subjetivos são também permeados pela estrutura social patriarcal que socializa homens e mulheres quanto aos papéis que estas devem, ou não, exercer na sociedade (LAWLESS; FOX, 2005; MIGUEL; BIROLI, 2010).

Neste sentido, utilizando-se de diversos recursos de pesquisa, incluindo-se as entrevistas com as ex-Vereadoras e atuais Vereadoras, foi possível mapear alguns aspectos subjetivos na trajetória das eleitas como, por exemplo, **a motivação e apoio recebidos** para o ingresso no campo político, a maior ou menor presença destes incentivos em ambientes como a família, igreja, partidos e sindicatos, a automotivação das próprias Vereadoras e, ainda, a presença do apoio de organizações de mulheres às trajetórias políticas.

A respeito do tema do incentivo e da motivação das mulheres Vereadoras para o ingresso no campo político foi possível verificar que o incentivo dependeu, em 50% dos casos, da própria Vereadora, seja por meio da automotivação (5 Vereadoras), ou de seu meio profissional como resultante de seu desempenho profissional, ou em Associações profissionais e Sindicatos (6 Vereadoras). Em outros 50% dos casos, houve o incentivo do partido (4 Vereadoras), da família (4 Vereadoras) e da igreja (3 Vereadoras).

Os dados coletados permitiram verificar que o incentivo recebido do grupo profissional ficou em primeiro lugar com 27,3% tendo recebido apoio político em seu **ambiente de trabalho**, considerado aqui em sentido amplo incluindo o reconhecimento

profissional e as atividades associativas vinculadas ao universo do trabalho. Por outro lado, o incentivo dos partidos à carreira política das mulheres (mesmo com a implantação da Lei de cotas partidárias na metade do recorte temporal desta pesquisa) foi praticamente tão baixo quanto as duas prováveis instituições com maior enraizamento patriarcal na sociedade brasileira, que são as igrejas e as famílias. Enquanto 13,6% das mulheres obtiveram apoio das **igrejas**, 18,2% receberam apoio das **famílias** e, igualmente, 18,2% dos **partidos** políticos. Outro aspecto a ser ressaltado é que 22,7% relataram por meio de registros históricos, entrevistas disponíveis na imprensa e entrevista realizada exclusivamente para esta investigação que a automotivação foi o fator primordial que impulsionou na direção da construção de uma carreira política. Algumas receberam apoio de **grupos organizados de mulheres**, 31,8%, o que demonstra que há um movimento interno de mulheres nos partidos, igrejas, sindicatos, ONGs e associações em geral, no sentido de fortalecer as candidaturas femininas.

A **primeira filiação partidária** de 21 das 22 Vereadoras eleitas ocorreu após os 35 anos de idade para 54% das eleitas. Isso demonstra uma socialização tardia por parte das mulheres, em ciclos de vida posteriores à formação acadêmica e inserção no mercado de trabalho, ou seja, quando já estavam "prontas" para seguir uma carreira política. Um outro dado obtido diz respeito ao fato de que 63,6% das eleitas alcançaram a **primeira vitória eleitoral** nas faixas etárias acima de 45 anos reforçando o que a teoria e os dados empíricos têm mostrado a respeito da entrada no campo político antecedida por muito tempo e investimento em qualificação, reconhecimento profissional e associativismo.

Com relação ao **modelo de recrutamento político** das eleitas e tendo em vista a **tipologia partidária** elaborado por Peres e Machado (2017) é possível apontar que as filiações partidárias da maioria das Vereadoras eleitas seguiram uma tendência de filiação de tipo *intensiva*, de subtipo orientada para *candidaturas/bancada*, sob a forma *Democrática*, visando a *elite* partidária, na modalidade *recepção*, tanto por *adesão* quanto por *identificação*. Neste sistema de recrutamento partidário, a principal característica é o baixo investimento dos partidos na formação de novos membros, e parte da elite partidária, na medida em que não há um esforço e investimento dos partidos em captar e formar novos membros, mas apenas em "receber" pessoas já formadas e aptas a contribuir com a manutenção e expansão dos resultados eleitorais.

Segundo os dados coletados, a maioria das eleitas para um primeiro, 54,5%, já havia lançado uma **candidatura prévia** e as candidaturas anteriores eram direcionadas não apenas ao cargo de Vereadora, mas também para Deputada ou Senadora e tinham sido derrotadas pelo menos uma vez antes de terem sido eleitas, o que constituiu, certamente, em um passo a mais dentro do campo político em direção ao primeiro mandato.

Este é um aspecto importante a ser investigado em futuros trabalhos e que diz respeito ao significado de candidaturas sucessivas e em que medida este comportamento é, ou não, distinto para homens e mulheres, os tipos de candidaturas prévias, para quais cargos e em que medida impacta no sucesso eleitoral de ambos

Por fim, houve duas teses muito presentes durante toda esta investigação e que constituem parte do marco teórico deste trabalho: a tese defendida por Miguel (2003) sobre o cargo de vereador como uma **entrada no campo político** e, por outro lado, as considerações de Pinto (1998) de que o cargo de vereador é o **ponto culminante** de uma trajetória de vida.

A pesquisa realizada demonstrou que para uma grande maioria de Vereadoras tem-se uma primeira vitória tardia para um primeiro mandato como Vereadora, o que dificilmente poderia ser imaginado como um começo de uma trajetória política ascendente. De um modo geral, a vitória para o primeiro mandato na CMC consiste em uma vitória antecedida por uma longa trajetória social, profissional e associativa.

Foi possível obter dados sobre o que aconteceu ao final do primeiro mandato para as Vereadoras que já tiveram um primeiro mandato encerrado (uma das ex-Vereadoras faleceu em trágico acidente no meio do primeiro mandato e 4 delas estão na vigência do primeiro mandato). Quanto aos dados coletados sobre a trajetória das mulheres Vereadoras que já encerraram um mandato, observou-se que:

- 7 Vereadoras foram reeleitas uma ou mais vezes para a CMC;
- 1 Vereadora foi Deputada Federal por um mandato;
- 2 Vereadoras se elegeram Deputadas Estaduais, uma delas por um mandato e outra conseguiu se reeleger e está em exercício de mandato como Deputada na legislatura 2018-2022.
- 8 Vereadoras estão em exercício atual de mandato na legislatura 2017-2020. Destas, 4 foram reeleitas e 4 são Vereadoras de 1º mandato.

Se considerarmos apenas a trajetória de 17 Vereadoras que já concluíram um mandato de 4 anos, é possível observar que entre 18 Vereadoras, 10 delas, ou seja mais da metade, continuaram suas trajetórias políticas, seja na própria Câmara municipal ou nas instâncias eletivas superiores.

Foi possível observar que 3 Vereadoras entre as eleitas, ascenderam no campo político tendo sido eleitas para instâncias superiores como Deputada estadual (2 Vereadoras), ou Deputada federal (1 Vereadora). Com relação a estas 3 Vereadoras, é possível considerar, em um primeiro momento que é um número pequeno. Porém, é preciso levar em conta que existe apenas uma Assembleia Legislativa no Estado do Paraná e apenas 54 cadeiras disputadas por todos os 399 municípios paranaenses e que nos 160 anos da instituição apenas 21 mulheres ocuparam cadeiras legislativas. Em nível Federal a Câmara dos Deputados possui apenas 513 cadeiras disputadas pela população de mais de 5.000 municípios. Sendo assim, é possível considerar que as cadeiras legislativas nas instâncias superiores são em muito menor quantidade e mais disputadas. E isso traz uma nova perspectiva para o número de 3 Vereadoras, entre 22, que obtiveram mandato legislativo em instâncias superiores. Conclui-se que há muito o que se investigar em novos trabalhos a fim de compreender se os fatos apontam para uma ou outra direção no que diz respeito ao cargo de vereador como entrada ou culminância de uma trajetória no campo político, conforme a hipótese aventada por Miguel (2003), ou se é o ponto culminante de uma trajetória de vida em âmbito local, conforme aventado por Pinto (1998).

No apanhado procedido, apurou-se a confirmação da hipótese inicial principal, no sentido de que o perfil das mulheres eleitas coincide com os estudos teóricos da Ciência Política sobre o alto grau de exigência para a elegibilidade feminina, entre estes, alto nível de escolaridade e os modelos de associativismo.

Também, a segunda hipótese se confirmou, na medida em que foi possível verificar que o perfil de "cuidadora", tanto na ocupação profissional como no associativismo, como profissionais das áreas de saúde, educação e movimentos sociais por direitos básicos tem muita relevância nas trajetórias das mulheres eleitas para o poder local.

Quanto a este aspecto, observa-se que a afirmação de que "as mulheres se destacam um pouco mais no poder local na sua atividade política formal [em função] das facilidades que a mulher encontra para conciliar sua atividade política com as responsabilidades e afazeres domésticos" (COSTA, 1998, p.88) poderia ser aperfeiçoada

no sentido de considerar que mesmo em âmbito local a participação política das mulheres nem sempre é conciliável com as responsabilidades e afazeres domésticos, mas é neste âmbito de atuação que a mulher leva para a arena pública a política do "desvelo" transferindo a casa para a rua, exercendo um papel político dentro das configurações do papel social de gênero, o que acontece de forma mais bem ajustada na esfera local na medida em que a comunidade é territorialmente a continuação da casa e, portanto, um tal papel social e político é mais adequado ao âmbito local, devido à proximidade com as pessoas que precisam de cuidado e proteção, do que em âmbito regional ou nacional.

Finalmente, devido ao recorte procedido e a partir dos dados colhidos, foi possível observar que o estudo aprofundado das trajetórias políticas de mulheres eleitas para a CMC, no ciclo de vida anterior ao ingresso para o primeiro mandato, apresentou informações importantes que contribuem, também, para os estudos sobre as trajetórias das mulheres Deputadas Estaduais e Senadoras, principalmente quanto às ocupações profissionais, associativismo e capital político, visto que muitas destas exerceram mandatos no poder local antes de ascender às posições mais altas na carreira política. No entanto, os estudos de suas trajetórias, em âmbito regional ou nacional, frequentemente apresentam uma lacuna no que diz respeito a um maior detalhamento do ciclo de vida anterior ao ingresso no campo político, devido, entre outros desafios, à abrangência geográfica e temporal da pesquisa. Deste modo, os achados desta pesquisa poderão vir a constituir parte de novos projetos de pesquisa visando encontrar as especificidades das carreiras políticas das mulheres em âmbito local frente às carreiras políticas em âmbito estadual e nacional.

À modo de descrição, a mulher Vereadora eleita para a CMC no período de 1982-2016, em sua maioria, embora nem todas compartilhem todas as características, pode ser assim descrita em alguns de seus traços mais gerais:

Era migrante, proveniente de outras cidades do Paraná ou de Santa Catarina, tinha Curso Superior, era casada e mãe, não tinha filhos na faixa etária infantil durante o ano da eleição, exercia uma ocupação pública, socialmente engajada em diferentes formas de associativismo, predominantemente em ONGs, Entidades Beneficentes, ou Associações de Moradores, tinha perfil de "cuidadora" e construiu seu próprio capital político (mesmo quando já tinha um capital familiar). Quanto à entrada na arena política, filiou-se a um partido político, pela primeira vez, em partidos do Centro ou da Direita do espectro partidário, migrou de partido pelo menos uma vez

antes do ingresso no primeiro mandato, foi eleita, predominantemente, por partidos de Direita, permaneceu entre 1 e 4 anos no Partido pelo qual foi eleita, decidiu se candidatar por automotivação ou apoio do meio profissional, não recebeu apoio de grupos organizados de mulheres, tinha lançado uma ou mais candidaturas a diferentes cargos antes de ser eleita pela primeira vez como Vereadora, elegeu-se após a promulgação da Constituição de 1988 e da vigência da Lei de Cotas partidárias de 1995, além de ter ingressado na Câmara de Vereadores de Curitiba, pela primeira vez, com mais de 45 anos de idade.

Nesse passo, remanesce, como parâmetro de reflexão que a curta, porém laboriosa conquista, pelas mulheres de espaço para representação política, que encontra maior disponibilidade a partir do poder local, além de outras incursões de natureza política, demanda o robustecimento de ações afirmativas, como aquela corporificada na Lei de Cotas, a fim de reduzir a sub-representação de gênero que, como se viu, mesmo na instância mais favorável – poder local –, remanesce aquém do desejável e com um alto preço para as mulheres quanto à escolarização, profissionalização, engajamento social e construção de um capital político próprio para ingressar no campo político.

## 8.1 RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

1. A primeira recomendação é quanto à necessidade de multiplicação dos estudos de mulheres no poder legislativo local, com estudos de universo o que ainda pode ser feito entrevistando as **Ex-Vereadoras** diretamente, visto que a maior parte das Vereadoras brasileiras eleitas até o presente momento para as Câmaras de Vereadores, de 1982 e diante, o que corresponde a aproximadamente 90% do total de eleitas em toda a história do poder local no Brasil, continuam na ativas, na vida política ou sem suas respectivas carreiras profissionais. Do universo das 24 mulheres eleitas para a Câmara Municipal de Curitiba (4 falecidas), mais da metade encontra-se, atualmente, na vida política ativa: 8 são atuais Vereadoras, 1 é Deputada Estadual e, ao menos, mais 6 ex-Vereadoras continuam na vida política ativa, candidatando-se a diferentes parlamentos local, estadual e federal, ou exercendo funções em cargos políticos de confiança.

2. Aperfeiçoar os indicadores de "Disposição para a Política" para analisar trajetórias femininas no poder local, a fim de agregar elementos do papel social desempenhado pela mulher na sociedade, como por exemplo, **a maternidade e filhos** pequenos, jornada de trabalho doméstica, etc.
3. Para aprofundar o estudo comparando a participação das mulheres no poder político local formal e em outras instâncias federadas torna-se importante investigar e comparar a conciliação entre maternagem e atividade política formal nas trajetórias de mulheres para a Assembleia Legislativa (Deputadas Estaduais), Câmara Federal (Deputadas Federais) e Senado (Senadoras), como também, para as funções do Executivo (Prefeitas e Governadoras) no período de campanha política e eleição, ou seja, no período prévio à posse para o respectivo mandato.
4. Ao analisar o Engajamento social em âmbito municipal distinguir as diferentes formas de engajamento que se sobressaem em âmbito local e que não se enquadram, necessariamente, à tradicional classificação de associativismo, visto que formas de Engajamento social reconhecidas no poder local podem ser desenvolvidas individualmente como assistência social a vulneráveis, caridade, trabalho voluntário, arrecadação de alimentos e roupas, entre outros, que se caracterizam pelo atendimento de casos concretos e diminuição de sofrimento, dor ou privação por parte de seres concretos, principalmente idosos, crianças, mulheres vítimas de violência, animais de rua, etc. Neste trabalho foi possível encontrar casos limites, como o caso da Vereadora Katia dos Animais de Rua que ficou conhecida após recolher os animais de rua em sua própria casa, e, ainda, a Vereadora Dona Lourdes que abriu sua residência para o atendimento de pessoas necessitadas, fato que, após muitos anos realizando esta atividade social a encaminhou para a vida política.
5. Outro aspecto importante das trajetórias políticas das mulheres para o legislativo municipal que merece um estudo mais aprofundado é com relação ao Capital Familiar adquirido pelas mulheres. Esta pesquisa demonstrou que na maior parte dos casos, as mulheres que adquirem algum tipo de Capital familiar já possuem o seu capital próprio, uma carreira profissional, associativismo (ONGs, partidos e entidades profissionais e sindicais) e/ou programas de rádio, entre outros. Torna-



se necessário aprofundar a ideia de um Capital Misto (próprio e familiar) sob pena de invisibilizar esta dimensão das trajetórias analisadas. Há a possibilidade de considerar, no contexto de estudo de um universo maior, a hipótese de que o Capital familiar atua, nas trajetórias de mulheres para o poder local, como uma variável interveniente.

6. Os diferentes territórios locais, regionais ou nacionais vivenciam, cada vez mais, processos migratórios que impactam a Representação Política ao lado da influência centenária das famílias oligárquicas. Torna-se importante contrapor as trajetórias políticas dos migrantes, a maneira diferenciada, ou não, com que se inserem no campo político.
7. Um outro aspecto importante para ser levado em conta em futuros trabalhos é a dimensão da migração partidária na etapa do ciclo de vida das Vereadoras que ocorre entre a primeira filiação partidária e o partido de eleição, na medida em que se faz necessário compreender as razões porque alguns partidos podem atrair futuras candidatas na primeira filiação partidária, mas perdem as mesmas para outros partidos que lhes garantem a vitória eleitoral, bem como os fatores que motivam a migração partidária e as novas escolhas ideológicas por parte das mulheres interessadas em lançar suas candidaturas ao Poder Legislativo Local.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C.; LUCHMANN, L.; RIBEIRO, E. Associativismo e representação política feminina no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n.8, p.237-263, ago. 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-33522012000200009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522012000200009&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 15 de dez. 2019.

ARAÚJO, C. **Novas demandas por reconhecimento político - as cotas para mulheres nas instâncias de representação**: o caso brasileiro em comparação com as experiências internacionais. p.171-182. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/7032.pdf>>. Acesso em: 12 out 2016.

\_\_\_\_\_. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n.24, p.193-215, 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-44782005000100013&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782005000100013&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 19 set. 2018.

ARAUJO, C. M. O. A intercessão entre gênero e partidos políticos no acesso à instâncias de representação. 2003. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra). Disponível em: <[https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/assuntos/poder-e-participacao-politica/referencias/politica-e-genero/a\\_intercessao\\_entre\\_genero\\_.pdf](https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/assuntos/poder-e-participacao-politica/referencias/politica-e-genero/a_intercessao_entre_genero_.pdf)>. Acesso em: 18 set. 2018.

AVELAR, L. **O voto feminino no Brasil**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1985.

\_\_\_\_\_. **A participação política e a ideologia do conservadorismo político feminino**: subsídios para novas pesquisas. Trabalho apresentado no XI Encontro Anual Anpocs, Águas de São Pedro/SP, 1987.

\_\_\_\_\_. **Mulheres na elite política brasileira**. São Paulo: Centro de Estudos Konrad Adenauer/Editora Unesp, 2001.

AYRES, C. S.; ALMEIDA, C. C. R.; LÜCHMANN, L. H, H. Trajetórias, capital político e gênero nos legislativos municipais. In: GIMENES, E. R.; BORBA, J. (Orgs.). **Poder legislativo e cultura política**: valores, atitudes, trajetória e comportamento político dos vereadores e Vereadoras do Estado de Santa Catarina. Curitiba: CPOP, 2018. Disponível em: <[https://www.academia.edu/36172715/Poder\\_legislativo\\_e\\_Cultura\\_Pol%C3%ADtica](https://www.academia.edu/36172715/Poder_legislativo_e_Cultura_Pol%C3%ADtica)>. Acesso em: 13 jan. 2020.

AYRES, C. S. L. da S. S.; OLIVEIRA, R. A. de; GIMENES, É. R. O legislativo municipal catarinense sob a perspectiva de gênero: origem, trajetória e adesão à democracia. **E-Legis - Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados**, p.25-43, abr. 2017. Disponível em: <<http://e-legis.camara.leg.br/cefor/index.php/e-legis/article/view/301>>. Acesso em: 13 jan. 2020.

BOLOGNESI, B.; MACIEL, A. P.; BABIRESKI, F. R. Conhecendo o vazio: congruência ideológica dos partidos brasileiros. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v.18, n.42, maio/ago. 2019.

BOLOGNESI, B.; PERISSINOTTO, R. M.; CODATO, A. Reclutamiento político en Brasil. Mujeres, negros y partidos en las elecciones federales de 2014. **Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales**, México, v.61, n.226, p.247-278, 2016. Disponível em: <<http://www.revistas.unam.mx/index.php/rmstpys/article/view/48315/48470>>. Acesso em: 30 set. 2016.

BOURDIEU, P. Le capital social: notes provisoires. **Actes de la Recherche en Science Sociales**, v.31, p.2-3, 1980.

\_\_\_\_\_. The forms of capital. In: RICHARDSON, J. G. (Org.). **Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education**. Nova Iorque: Greenwood, 1985. p.241-258.

\_\_\_\_\_. **Les structures sociales de l'économie**. Paris: Seuil, 2000.

\_\_\_\_\_. **(A) economia das trocas simbólicas**. 5.ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

\_\_\_\_\_. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**. Brasília, n. 5, p. 193-216, July 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-33522011000100008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522011000100008&lng=en&nrm=iso)> Acesso em: 16 de jun. 2018

BRAGA, M. do S. S.; BOLOGNESI, B. Apresentação: dossiê recrutamento político e seleção de candidatos nas democracias contemporâneas. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v.21, n.45, p.7-11, mar. 2013.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 20 maio 2018.

BRASIL. Lei n.º 6.767, de 20 de dezembro de 1979. Modifica dispositivos da Lei n.º 5.682, de 21 de julho de 1971 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos), nos termos do artigo 152 da Constituição, alterado pela Emenda Constitucional n.º 11, de 1978; dispõe sobre preceitos do Decreto-lei n.º 1.541, de 14 de abril de 1977, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1970-1979/L6767.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6767.htm)>. Acesso em: 20 maio 2018.

BRASIL. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)>. Acesso em: 20 maio 2018.

BRASIL. Lei n.º 9.100, de 29 de setembro de 1995. Estabelece normas para a realização das eleições municipais de 3 de outubro de 1996, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9100.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9100.htm)>. Acesso em: 20 maio 2018.

BRASIL. Lei n.º 9.504, de 30 de setembro de 1997. Estabelece normas para as eleições. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9504.htm)>. Acesso em: 20 maio 2018.

BRASIL. Lei n.º 12.034, de 29 de setembro de 2009. Altera as Leis nos 9.096, de 19 de setembro de 1995 - Lei dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/L12034.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/L12034.htm)>. Acesso em: 20 maio 2018.

CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. **300 anos - Câmara Municipal de Curitiba - 1963/1993**. Edição Histórica elaborada pelos professores Magnus Pereira e Antonio Cesar Santos do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1993. Disponível em: <[https://www.cmc.pr.gov.br/down/livro\\_300anos.pdf](https://www.cmc.pr.gov.br/down/livro_300anos.pdf)>. Acesso em: 02 abr. 2018.

CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Galeria de Vereadoras na política de Curitiba**. Disponível em: <<https://www.cmc.pr.gov.br/nossamemoria/galeriadeVereadorasdecuritiba/index.php>>. Acesso em: 12 abr. de 2018.

CAMARGO, A. R. **Câmaras Municipais**. Arquivo Nacional. MAPA – Memória da Administração Pública Brasileira, maio 2013 Disponível em: <<http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/141-camaras-municipais>>. Acesso em: 12 out. 2016.

CODATO, A. N. et al. La sociología política de las elites políticas y estatales de Brasil: un balance de cincuenta años de estudios. In: VOMMARO, G.; GENÉ, M. (Orgs.). **Las élites políticas en el Sur**: un estado de la cuestión de los estudios sobre la Argentina, Brasil y Chile. Los Polverines: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2018. p.21-89.

CORRALO, G. S. **O poder legislativo municipal**: aportes teóricos e práticos para a compreensão e o exercício da função parlamentar nas Câmaras de Vereadores. São Paulo: Malheiros, 2008.

COSTA, A. A. A. **As donas no poder**: mulher e política na Bahia. Salvador: NEIM/UFBA – Assembleia Legislativa da Bahia, 1998. Disponível em: <<http://www.neim.ufba.br/site/arquivos/file/donasnopoder.pdf>>. Acesso em: 11 ago. 2019.

COSTA, L. D.; BOLOGNESI, B.; CODATO, A. **Variáveis sobre o recrutamento político e a questão de gênero no parlamento brasileiro**. Observatório de elites políticas e sociais do Brasil, NUSP/UFPR, maio 2013. (Working papers/textos para discussão, n.7). Disponível em: <<http://observatory-elites.org/wp-content/uploads/2012/06/wp-observatory-n.7-2013.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2016.

COSTA, L. D.; GOUVEA, J. C. Elites e historiografia: questões teóricas e metodológicas. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n.28, p.251-255, jun. 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-44782007000100017&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782007000100017&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 21 out. 2020.

COSTA, N. N. **Direito municipal brasileiro**. 3.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

DAGNINO, E. Sociedade civil, participação e cidadania: do que estamos falando? In: MATO, Daniel (Coord.). **Políticas de ciudadanía y sociedad civil em tempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidade Central de Venezuela, 2004. p.95-110.

DAHL, R. A critique of the ruling elite model. **The American Political Science Review**, v.52, n.2, p.463-469, 1958.

\_\_\_\_\_. **Poliarquia**. São Paulo: Edusp, 1997.

D'ÁVILA NETO, M.; PIRES, C. B. Empoderamento: uma questão atual no projeto de equidade de gênero no Brasil. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v.50, n.4, p.4-21, 1998.

DUVERGER, M. **Os partidos políticos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

FOX, R. L.; LAWLESS, J. L. Entrando na arena?: gênero e a decisão de concorrer a um cargo eletivo. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n.8, p.129-163, 2012.

GOMES, L. P. V. Elegendo mulheres: ideologia partidária, feminismo e inclusão de mulheres na política. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, Curitiba, v.7, n.1, p.35-53, 2016. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/politica/article/view/45321>>. Acesso em: 25 set. 2018.

KATZ, R.; MAIR, P. **Party Organizations**. Londres: Sage Publications, 1992.

\_\_\_\_\_. Changing models of party organization and party democracy: the emergence of the cartel party. **Party Politics**, v. 1, n. 1, p.5-28, 1995.

\_\_\_\_\_. The ascendancy of the party in public office: party organizational change in twentiethcentury democracies. In: GUNTHER, R.; MONTERO, J.; LINZ, J. (Eds.). **Political parties: old concepts and new challenges**. Oxford: Oxford University Press, 2002. p. 113-136.

\_\_\_\_\_. The cartel party thesis: a restatement. **Perspectives on Politics**, v. 7, n. 4, p.753-766, 2009.

KIRCHHEIMER, O. The Transformation of the Western European Party Systems. In: LAPALOMBARA, J.; WEINER, M. **Political Parties and Political Development**. New Jersey: Princeton University Press, 1966. p.177-200.

LAWLESS, J.; FOX, R. **It takes a Candidate: Why Women don't run for Office**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LESSA, R. O campo da ciência política no Brasil: uma aproximação construtivista. **Revista Estudos Hum(e)anos**, n.2, p.3-31, jan. 2011/01. Disponível em: <[http://revista.estudoshum\(e\)anos.com/wp-content/uploads/2011/01/23-31.pdf](http://revista.estudoshum(e)anos.com/wp-content/uploads/2011/01/23-31.pdf)>. Acesso em: 08 jan. 2020.

LOCKS, P. Usos teóricos do associativismo na ciência política. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais - BIB**, São Paulo, v.82, p.57-80, 2017. Disponível em: <<https://www.anpocs.com/index.php/bib-pt/bib-82/10587-usos-teoricos-do-associativismo-na-ciencia-politica/file>>. Acesso em: 08 jan. 2020.

MACIEL, A. P. B.; ALARCON, A. O.; GIMENES, É. R. Partidos políticos e espectro ideológico: parlamentares, especialistas, esquerda e direita no Brasil. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, v.8, n.3, p.72-88, 2018.

MANSBRIDGE, J. Should blacks represent blacks and women represent women? A contingent "yes". **The Journal of Politics**, v.61, n.3, p.628-657, 1999. Disponível em: <[https://wapp.hks.harvard.edu/files/wapp/files/should\\_blacks\\_represent\\_blacks\\_and\\_women\\_represent\\_women\\_a\\_contingent\\_yes1.pdf](https://wapp.hks.harvard.edu/files/wapp/files/should_blacks_represent_blacks_and_women_represent_women_a_contingent_yes1.pdf)>. Acesso em: 08 jan. 2020.

MASSOLO, A. El espacio local y las mujeres: pobreza, participación y empoderamiento. **Revista de Estudios de la Mujer**, v.7, p.37-87, 2003.

MATOS, M.; CYPRIANO, B.; BRITO, M. Cotas de gênero para o reconhecimento das mulheres na política: um estudo comparado ações afirmativas no Brasil, Argentina e Peru. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 13., 2007, Pernambuco. **Anais...** Recife: UFPE, 2007a. Disponível em: <[http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_download&gid=478&Itemid=171](http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=478&Itemid=171)>. Acesso em: 12 out. 2016.

\_\_\_\_\_. **Grupo de trabalho**: emancipação, cidadania e reconhecimento cotas de gênero para o reconhecimento das mulheres na política: um estudo comparado ações afirmativas no Brasil, Argentina e Peru. Trabalho apresentado no XIII Congresso Brasileiro de Sociologia. Recife (PE), 29 de maio a 1.º de junho de 2007b.

MICHELS, R. [1912]. As tendências burocráticas das organizações partidárias. In: CARDOSO, F.; ESTEVAM MARTINS, C. **Política & sociedade**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979. v.2. p.53-54.

\_\_\_\_\_. **Sociologia dos partidos políticos**. Brasília: UNB, 1982.

MIGUEL, L. F. Política de interesses, política do desvelo: representação e "singularidade feminina". **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.9, n.1, p.253-267, 2001. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2001000100015&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2001000100015&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 20 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. Os meios de comunicação e a prática política. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n.55-56, p.155-184, 2002.

\_\_\_\_\_. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n.20, p.115-134, jun. 2003. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/3636/2893>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.18, n.3, p.653-679, dez. 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2010000300003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2010000300003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 10 dez. 2019.

MIGUEL, L. F.; MARQUES, D.; MACHADO, C. Capital familiar e carreira política no Brasil: gênero, partido e região nas trajetórias para a Câmara dos Deputados.

**Dados**, Rio de Janeiro, v.58, n.3, p.721-747, set. 2015. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52582015000300721&lng=en&nrm=isso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582015000300721&lng=en&nrm=isso)>. Acesso em: 20 jan. 2020.

MIGUEL, L. F.; QUEIROZ, C. M. Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em eleições municipais no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.14, n.2, p.363-385, 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2006000200003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2006000200003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 10 set. 2018.

MILLS, C. W. **A elite do poder**. 4.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MOSCA, G. **The Ruling Class**. Elementi di Scienza Politica. New York, Toronto, London: McGraw-Hill, 1939.

NAÇÕES UNIDAS. **Trabalhando com o ECOSOC**: guia para ONGs: como obter o status consultivo. Nova York, 2012. Disponível em: <[http://csonet.org/content/documents/PortuguesBooklet\\_High.pdf](http://csonet.org/content/documents/PortuguesBooklet_High.pdf)>. Acesso em: 09 jan. 2020.

NORRIS, P. Legislative Recruitment. In: LEDUC, N.; NORRIS, P. (Eds.). **Comparing Democracies**: Elections and Voting in Global Perspective. London: Sage, 1996.

\_\_\_\_\_. Introduction: Theories of Recruitment. In: \_\_\_\_\_. **Passages to Power**: Legislative Recruitment in Advanced Democracies. New York: Cambridge University Press, 1997a.

\_\_\_\_\_. **Passages to power**: Legislative recruitment in advanced democracies. Cambridge: Cambridge University Press, 1997b.

\_\_\_\_\_. Recrutamento político. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, v.21, n.46, p.11-32, jun. 2013. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-44782013000200002&lng=en&nrm=isso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782013000200002&lng=en&nrm=isso)>. Acesso em: 09 jan. 2020.

NOVELLINO, M. S. F.; TOLEDO, M. L. G. de. As mulheres no campo político: uma análise das candidaturas femininas às prefeituras brasileiras (2000-2016). **Inclusão Social**, Brasília, DF, v.11, n.2, p.67-79, 2018.

PANEBIANCO, A. **Modelos de partido**: organização e poder nos partidos políticos. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PARETO, V. **The Mind and Society** [Trattato di Sociologia generale]. New York: Harcourt, Brace and Company, 1935. 4v.

Pateman, C. **The Disorder of Woman**. Standford: Standford University Press, 1989.

PERES, P.; MACHADO, A. Uma tipologia do recrutamento partidário. **Opinião Pública**, v.23, n,1, p.126-167, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/op/article/view/8650173>>. Acesso em: 09 jan. 2020.

PERISSINOTTO, R. M.; CODATO, A. N. Apresentação: por um retorno à sociologia das elites. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v.16, n.30, p.7-15, jun. 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-44782008000100002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782008000100002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 16 set. 2017.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Como estudar elites**. Curitiba: Editora UFPR, 2015.

PINHEIRO, L. S. **Vozes femininas na política**: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-Constituinte. 248 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <[https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2121/1/Dissertacao\\_Luana%20Simoies%20Pinheiro.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2121/1/Dissertacao_Luana%20Simoies%20Pinheiro.pdf)>. Acesso em: 09 jan. 2020.

PINTO, C. R. J. Afinal, o que querem as mulheres na política? (Candidatas à Câmara Municipal em Porto Alegre). In: BARREIRA, I.; PALMEIRA, M. (Org.). **Candidatos e candidaturas (enredos da campanha eleitoral no Brasil)**. São Paulo: Annablume, 1998. p.121-147.

PUTNAM, R. D. Capital social e desempenho institucional In: **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. 9.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994. p.173-193.

PUTNAM, R. D.; LEONARDI, R.; NANETTI, R. Y. Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna. Tradução de Luiz Alberto Monjardim. 5.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

QUEIROZ, M. I. P. **O mandonismo local na vida política brasileira**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1969.

REBELLO, M. M. **Os partidos políticos**: uma evolução de tipologias sob novos contextos. Trabalho apresentado no III Seminário Internacional de Ciências Sociais – Ciência Política, Universidade Federal do Pampa, Campus São Borja (RS), Brasil, 18 a 22/agosto 2014.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Mudanças na classe política brasileira**. São Paulo: Publifolha, 2006.

SACCHET, T. Political Parties and Gender in Latin America: an Overview about Conditions and Responsiveness. In: GOETZ, A. M. (Org.). **Gender and Political Governance in the South**. London: Routledge, 2008. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/272024731\\_Political\\_Parties\\_and\\_Gender\\_in\\_Latin\\_America\\_An\\_Overview\\_of\\_Conditions\\_and\\_Responsiveness](https://www.researchgate.net/publication/272024731_Political_Parties_and_Gender_in_Latin_America_An_Overview_of_Conditions_and_Responsiveness)>. Acesso em: 12 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. Capital social, gênero e representação política no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v.15, n.2, p.306-332, nov. 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-62762009000200002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762009000200002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 10 set. 2019.

SENADO FEDERAL. Voto feminino no Brasil completa 85 anos. **Agência Senado**, 23 fev. 2017. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/audios/2017/02/voto-feminino-no-brasil-completa-85-anos>>. Acesso em: 12 jan. 2020.



SOARES, J. **Obstáculos e barreiras à representação política das mulheres: o caso da Câmara de Vereadores de Curitiba**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

STONE, L. Prosopografia. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v.19, n.39, p.1-23, 2011.

TAROUCO, G. S.; MADEIRA, R. M. Partidos, programas e o debate sobre esquerda. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v.21, n.45, p.149-165, mar. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v21n45/a11v21n45.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. Os partidos brasileiros segundo seus estudiosos: Análise de um expert survey. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v.15. n.1, p.e24-e39, 2015. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-60892015000100140&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-60892015000100140&lng=en&nrm=iso&tlng=pt)>. Acesso em: 22 jan. 2020.

TOCQUEVILLE, A. **A democracia na América: leis e costumes**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

VITORINO, R.; OLIVEIRA, L. **Estudos de caso na Ciência Política: uma análise dos artigos publicados nas Revistas Dados e RBCS**. Área Temática: Ensino e Pesquisa em Ciência Política e Relações Internacionais. Preparado para apresentação no 8.º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política. Gramado, 1 a 4 de agosto de 2012. Disponível em: <<https://cienciapolitica.org.br/index.php/system/files/documentos/eventos/2017/02/estudos-caso-ciencia-politica-analise-dos-artigos-publicados.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2020.

## APÊNDICES

## APÊNDICE 1 - QUESTIONÁRIO: MODELO DE ENTREVISTAS A VEREADORAS E EX-VEREADORAS DA CMC – CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA

### QUESTIONÁRIO

#### 1) SOBRE A FORMAÇÃO ESCOLAR:

- a) Ensino Médio em qual cidade:
  - b) Ensino Médio Público ou privado:
  - c) Fez Faculdade antes de ser Vereadora?
  - d) Se sim, qual Universidade? e) Se sim, qual curso?
- OU,
- f) Concluiu a Faculdade após ser Vereadora?
  - g) Se sim, qual Universidade?
  - h) Se sim, qual curso?

Obs. complementares:

#### 2) OCUPAÇÃO E ASSOCIATIVISMO

- a) Qual era a ocupação profissional principal e, se houver, uma profissão secundária, no momento em que decidiu ser candidata pela primeira vez?
- b) Ao se candidatar pela primeira vez, já tinha estado, ou ainda estava vinculada a uma organização social, algum Sindicato, ONG, Movimento Social, Igreja, ou a uma causa, ou a mais de uma causa social?
- c) Se sim, esta atividade tinha relação com a ocupação profissional?
- d) As atividades sociais, políticas, ou religiosas, não remuneradas, demandavam tempo extra, noite, final de semana, etc.?
- e) Que papel exercia nestes espaços, instituições ou movimentos?
- f) Quanto tempo desenvolveu as atividades sociais/ou religiosas/ou sindicais/ou políticas, antes de se filiar a um partido pela primeira vez?

#### 3) FILIAÇÃO PARTIDÁRIA

- a) Com que idade se filiou a um partido/ou organização política pela primeira vez?
- b) Em que ano?
- c) Qual?
- c) Como conheceu o primeiro partido de filiação?

- d) Quanto tempo permaneceu no primeiro partido?
- f) Tornou-se candidata pelo primeiro partido de filiação?

**4) SOBRE A INSERÇÃO PARTIDÁRIA E MUDANÇAS PARTIDÁRIAS:**

- a) Durante o tempo em que permaneceu no primeiro partido estava como uma pessoa filiada, algum envolvimento, chegou a assumir funções internas na organização partidária, secretaria, direção, etc. antes da 1ª candidatura? (Antes da primeira candidatura):
- b) Ainda quanto ao primeiro partido, havia outras mulheres na direção partidária e nas instâncias decisórias do partido, secretarias, etc.?
- c) Mudou de partido antes da primeira candidatura?  
Se sim, mudou para qual partido?
- d) Em que ano foi a mudança? e) Qual foi a principal razão da primeira mudança partidária?
- f) Se migrou para um segundo partido antes da primeira candidatura, quanto a este segundo partido, havia outras mulheres na direção partidária e nas instâncias decisórias do partido, secretarias etc.?
- g) Ainda sobre o segundo partido em que ocorreu o ingresso antes da primeira candidatura, permaneceu no mesmo até o momento da primeira candidatura apenas como uma pessoa filiada, algum envolvimento, chegou a assumir funções internas na organização partidária, secretaria, direção, etc.
- h) A primeira candidatura foi para Vereadora, ou deputada?  
Em que ano?

**5) SOBRE OS INCENTIVOS E OBSTÁCULOS À CANDIDATURA E CAMPANHA ELEITORAL:**

- a) As atividades domésticas da residência, durante a primeira candidatura, eram:  
(A) compartilhadas em casa. (B) realizadas por profissionais contratados.  
(C) responsabilidade da candidata.
- b) A decisão de se tornar candidata na primeira vez em que concorreu a um cargo eletivo foi uma decisão difícil?  
Se sim, por quais razões principais:...
- c) Tinha familiares em cargos políticos antes da primeira candidatura?  
Se sim, qual o grau de parentesco:

- d) Havia familiares com trajetória política reconhecida do público no 1o ou no segundo partido pelo qual se elegeu?
- e) Tinha parentes/sobrenome com algum tipo de trajetória pública, mesmo não-política, reconhecida na cidade quando se candidatou pela primeira vez?
- f) Recebeu incentivo/estímulo/apoio moral para a primeira candidatura prioritariamente de alguma organização social/entidade social, movimento social, sindicato, partido, ou apenas da família?
- g) De que lado veio o apoio mais decisivo, que a convenceu a se candidatar, na primeira vez em que foi candidata?
- h) E de que lado veio a maior resistência, os maiores obstáculos à decisão de se tornar candidata, caso isso tenha ocorrido?

**6) SOBRE CANDIDATURAS, LEGISLATURAS E PROJETOS:**

- a) Ao todo, quantas vezes foi candidata, para quais cargos e por quais partidos, vitórias e derrotas:
- b) Projetos aprovados que mais a realizou como Vereadora:
- c) Projetos tramitados/tramitação que desejava tivessem sido aprovados(ex-Vereadoras), ou, no caso das atuais Vereadoras, que mais desejava ver aprovados (prioritários):

## APÊNDICE 2 - RESUMO DOS CONTATOS E ENTREVISTAS REALIZADOS

continua

|   |
|---|
| <p><b>1. Maria Olympia Carneiro</b> (<i>in memorian</i>)</p> <p>Utilização de pesquisa documental.</p>  |
| <p><b>2. Maria Clara Brandão Tesserolli</b> (<i>in memorian</i>)</p> <p>Utilização de pesquisa documental.</p>  |
| <p><b>3. Rosa Maria Chiamulera</b></p> <p>Contato inicial, via e-mail (<a href="mailto:rosachiam@yahoo.com.br">rosachiam@yahoo.com.br</a>), em 17/03/19.<br/>         Contatos iniciais, por telefone, realizados nos dias 19/03/19 e 22/03/19.<br/>         Entrevista presencial com a ex-Vereadora no dia 22/03/19.<br/>         Retorno de contato, por telefone/WhatsApp, para complementação de informações em 26/03/19.</p>  |
| <p><b>4. Marlene Zannin</b></p> <p>Contato inicial, por telefone, com o filho da ex-Vereadora, funcionário da Prefeitura Municipal de Curitiba, em 01/04/19.<br/>         Contato inicial com a ex-Vereadora, por telefone, 02/04/19.<br/>         Contato com a ex-Vereadora, via e-mail (<a href="mailto:marzannin@gmail.com">marzannin@gmail.com</a>), no dia 03/04/19,<br/>         Entrevista presencial concedida no dia 08/04/19.<br/>         Retorno de contato, via WhatsApp, para complementação de dados no dia 22/04/19.</p>   |
| <p><b>5. Nely Almeida</b> (<i>in memorian</i>)</p> <p>Utilização de pesquisa documental.</p>  |
| <p><b>6. Lais Peretti</b> (<i>in memorian</i>)</p> <p>Contato inicial com a assessora da filha da ex-Vereadora, Elineia, por telefone, no dia 10/09/19.<br/>         Novos contatos, por telefone, realizados com a assessora, Elineia, nos dias 11/09/19, 25/09/19 e 17/10/19.<br/>         Contato, via e-mail, com a assessora da filha da ex-Vereadora, Georgia, (<a href="mailto:georgia@sagaparticipacoes.com.br">georgia@sagaparticipacoes.com.br</a>) no dia 25/09/19.<br/>         Novos contatos, via e-mail, no dia 14/10/19.<br/>         Entrevista, via telefone/WhatsApp, com a filha da ex-Vereadora (Sabrina) no dia 17/10/19.</p> |
| <p><b>7. Zélia Passos</b></p> <p>Contato inicial, via e-mail (<a href="mailto:zeliadeoliveirapassos@gmail.com">zeliadeoliveirapassos@gmail.com</a>), em 17/03/19.<br/>         Primeira resposta por escrito, parcial, dia 20/03/19.<br/>         Segundo contato de retorno, via e-mail, no dia 20/03/19.<br/>         Segunda resposta por escrito, via e-mail, parcial, dia 25/03/19.</p>  |
| <p><b>8. Julieta Reis</b></p> <p>Contato inicial, por telefone e e-mail (<a href="mailto:jreis@cmc.pr.gov.br">jreis@cmc.pr.gov.br</a>) com a assessora, Andrina, do Gabinete da Vereadora, nos dias 08/03/19 e 12/03/19.<br/>         Visita ao Gabinete da Vereadora no dia 13/03/19.<br/>         Entrevista por escrito concedida e recebida no dia 14/03/19.</p>  |
| <p><b>9. Jane Rodrigues</b></p> <p>Contato inicial, via e-mail (<a href="mailto:jane@casaredo.com.br">jane@casaredo.com.br</a>), no dia 01/04/19.<br/>         Contato inicial estabelecido com a ex-Vereadora, por telefone, no dia 01/04/19.<br/>         Novos contatos estabelecidos com a ex-Vereadora, por telefone, nos dias 01/04/19 e 10/04/19.<br/>         Entrevista concedida, por telefone, no dia 11/04/19.<br/>         Contato, via WhatsApp, para complementação de informação em 14/09/19.</p>   |
| <p><b>10. Arlete Caramês</b></p> <p>Contato inicial, via e-mail (<a href="mailto:arletecarames@gmail.com">arletecarames@gmail.com</a>) em 17/03/19.<br/>         Contato inicial, por telefone, em 01/04/19.<br/>         Entrevista, por telefone, concedida no dia 02/04/19.</p>  |

continua

|   |
|---|
| <p><b>11. Clair da Flora Martins</b></p> <p>Contato inicial, via e-mail (dra.clair@gmail.com), em 01/04/19.<br/>         Contato, por telefone, em 22/03/19.<br/>         Entrevista, por e-mail, concedida e recebida no dia 03/04/19.<br/>         Retorno de e-mail para complementação de informações no dia 03/04/19.<br/>         Retorno de respostas, via e-mail, no dia 04/04/19.</p>  |
| <p><b>12. Marcia Schier</b></p> <p>Contato inicial, por telefone, no dia 22/03/19.<br/>         Contato, via e-mail (marciaschier@hotmail.com), em 01/04/19.<br/>         Novos contatos, via e-mail, em 02 e 03/04/19 com envio antecipado das questões.<br/>         Novos contatos, por telefone, nos dias 02, 05 e 09/04/19.<br/>         Entrevista presencial concedida no dia 10/04/19.</p>  |
| <p><b>13. Roseli Isidoro</b></p> <p>Contato inicial, via e-mail (roseliisidoro@gmail.com), em 17/03/19. Sem resposta.<br/>         Contato com familiares da ex-Vereadora, por telefone, em 01/04/19.<br/>         Contato com a ex-Vereadora, via WhatsApp, no dia 01/04/19.<br/>         Novos contatos, via WhatsApp, nos dias 11 e 15/04/19.<br/>         Entrevista presencial concedida no dia 18/04/19.</p>  |
| <p><b>14. Professora Josete</b></p> <p>Contato com a assessoria (Tobias e Odete), no Gabinete da Vereadora, por telefone, nos dias 08, 13, 14 e 15/03/19.<br/>         Contato, via e-mail (professora.josete@cmc.pr.gov.br), em 24/04/19, para envio do formulário para resposta por escrito.<br/>         Entrevista por escrito concedida e recebida em 27/03/19.<br/>         Novo contato, por telefone, para complemento de informações, mediada pela assessoria do Gabinete da Vereadora, em 24/04/19.</p>   |
| <p><b>15. Dona Lourdes</b></p> <p>Contato inicial com o Gabinete da Vereadora (Bruno e Jane), por telefone, em 13/03/19.<br/>         Contato com a assessora da Vereadora, via e-mail (jane.davila@cmc.pr.gov.br), em 13/03/19, para envio do formulário por escrito em anexo.<br/>         Entrevista indireta, por escrito, via assessoria, recebida em 20/03/19.</p>  |
| <p><b>16. Cantora Mara Lima</b></p> <p>Contato inicial, via e-mail com a assessora da ex-Vereadora e atual deputada estadual. (marisonia.maralima@gmail.com) no dia 17/03/19<br/>         Contato por telefone, com a assessora (Marisonia) do Gabinete da ex-Vereadora e (atualmente) deputada estadual Cantora Mara Lima em 01/04/19.<br/>         Novos contatos com a assessora de imprensa (Andrea) da ex-Vereadora e deputada Mara Lima, por telefone, nos dias 04, 12 e 18/04.<br/>         Novo contato, via e-mail, com a assessora Marisonia e envio de formulário por escrito em 22/04/19.<br/>         Novo contato, por telefone, com a assessora de imprensa, Andrea, em 03/05/19.<br/>         Entrevista indireta via assessora (Marisonia), respondida por escrito e enviada via foto/imagem pelo WhatsApp, em 08/05/19.</p> |
| <p><b>17. Noemia Rocha</b></p> <p>Contato inicial, via e-mail (noemia.rocha@cmc.pr.gov.br), em 08/03/19.<br/>         Contato inicial com a assessoria do Gabinete da Vereadora (Larissa, Jéssica e Carlos) em 08/03/19.<br/>         Entrevista concedida pela Vereadora, no Plenário da Câmara Municipal de Vereadores, em 20/03/19.<br/>         Retorno de contato, via telefone e mediada pela assessora Jéssica, para complementação de dados em 25/09/19.</p>  |

conclusão

**18. Renata Bueno**

Contato inicial, via e-mail ([renatabueno@renatabueno.com.br](mailto:renatabueno@renatabueno.com.br)), com a equipe da ex-Vereadora no Brasil (Vanessa).

Retorno do e-mail em 25/03/19, com informações de contato da ex-Vereadora, (atualmente) na Itália, para entrevista via telefone, Skype ou WhatsApp.

Contatos iniciais, via WhatsApp, com a ex-Vereadora nos dias 03, 05, 08, 11 e 12/04/19.

Entrevista virtual, via WhatsApp, no dia 13/04/19.

**19. Maria Goretti**

Contato inicial, via e-mail ([lopes.mariagoretti@gmail.com](mailto:lopes.mariagoretti@gmail.com)) em 01/04/19.

Contato realizado, por telefone, em 05/04/19.

Entrevista realizada por e-mail e recebida em 07/04/19.

Novos contatos, via e-mail, para complemento de informações em 16 e 17/09/19.

**20. Carla Pimentel**

Não houve realização de entrevista. Utilização de pesquisa documental.

**21. Maria Manfron**

Contato inicial, por telefone, com o Gabinete da Vereadora (Camila, Lucas e Luciane) em 18/03/19.

Entrevista parcial concedida no Plenário da CMC no dia 20/03/19.

Novos contatos, por telefone, em 20 e 26/03/19.

Entrevista complementada por escrito e recebida em 27/03/19.

**22. Fabiane Rosa**

Contato inicial com o Gabinete da Vereadora (Tatiana), por telefone, em 08/03/19.

Visita ao Gabinete da Vereadora (Tatiana e Rafael) para entrega do questionário, por escrito, em 13/03/19.

Novo contato, por telefone, com o assessor (Rafael) em 13 e 20/03/19.

Entrevista indireta e por escrito, via assessoria, realizada em 26/03/19 e recebida em 27/03/19.

**23. Katia dos Animais de Rua**

Contato inicial, por telefone, com o Gabinete da Vereadora (Nani e Tatiane) em 14/02/19.

Novos contatos com o Gabinete da Vereadora, por telefone, em 08, 13, 18, 20 e 26/03/19.

Entrevista presencial concedida no Gabinete da Vereadora na Vereadora, em 27/03/19.

**24. Maria Leticia Fagundes**

Contato com o Gabinete da Vereadora (Suelen), por telefone, em 08/03/19.

Contato, via e-mail ([maria.fagundes@cmc.pr.gov.br](mailto:maria.fagundes@cmc.pr.gov.br)), para envio antecipado das questões em 08/03/19.

Entrevista presencial concedida no Gabinete da Vereadora na Vereadora, no dia 11/03/19.



**APÊNDICE 3 - POSIÇÃO DE DESTAQUE EM INSTITUIÇÃO PÚBLICA OU PRIVADA ENTRE AS VEREADORAS ELEITAS PARA A CMC (1982-2016) ANTES DE TEREM SIDO ELEITAS PELA PRIMEIRA VEZ (QUADRO EXPANDIDO)**

continua

|                               |   |
|-------------------------------|---|
| Rosa Maria Chiamulera (1982)  | Foi a principal liderança municipal e estadual das mulheres do Partido Democrático Social (PDS) no período anterior à eleição de 1982. Foi <b>presidente</b> do Movimento da Mulher Democrática Social (MMDS), seção do Estado do Paraná. Foi Coordenadora e <b>Apresentadora</b> de programa de rádio com especialistas em áreas de saúde.   |
| Marlene Zannin (1982)         | <b>Vice-Presidente</b> do Diretório Central de Estudantes (DCE-UFPR). Considerando que a Vereadora foi eleita quando ainda era uma estudante universitária é possível afirmar que participar da direção do maior órgão estudantil da Universidade Federal do Paraná, tenha de alguma forma respaldado sua candidatura.  |
| Nely Almeida (1988)           | Participou como <b>fundadora</b> da Associação Profissional dos Artistas Plásticos do Paraná (APAPP), <b>Presidente</b> do Conselho da Galeria de Arte Poupança Banestado. Criadora, Produtora e <b>Coordenadora</b> de Projeto Teatral infantil que levou o Teatro para 10.000 crianças da periferia da cidade de Curitiba.  |
| Laís Peretti (1988)           | <b>Coordenadora</b> da Instituição Cultural Solar do Barão pertencente à Prefeitura Municipal de Curitiba, durante 3 anos, entre 1983 e 1986.   |
| Zélia Passos (1988)           | Participou como <b>fundadora</b> da Escola crítica, em Curitiba, (ESCOLA PALMARES, fechada no Regime Militar (os pais e professores foram fichados no Departamento de Ordem Política e Social, órgão de repressão da Ditadura Militar). Foi <b>Diretora</b> de Educação da Prefeitura Municipal de Curitiba na primeira gestão do prefeito Jaime Lerner. Foi <b>fundadora</b> e <b>membro da direção</b> da Associação dos Servidores Municipais de Curitiba (ASMUC). Participou como <b>fundadora</b> do Partido dos Trabalhadores do Paraná (PT).   |
| Julieta Reis (1996)           | Foi <b>Coordenadora</b> das Feiras de Artesanato e <b>Coordenadora</b> de Artes Plásticas de Curitiba e contribuiu para a criação da Associação de micro produtores, artesãos e feirantes do Largo da Ordem. Organizou a fundação da organização quando era responsável pelo setor de feiras da prefeitura, liderando um grupo de aproximadamente 800 famílias de artesãos e micro produtores, por apoio aos microempreendedores culturais, fato este que propiciou a transferência da área de Feiras de artesanato da Prefeitura para a Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo. Foi <b>Diretora</b> de Artesanato na Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo da Prefeitura de Curitiba. |
| Jane Rodrigues (1996)         | Foi <b>Presidente</b> da Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE).  |
| Arlete Caramês (2000)         | Participou como mãe e <b>fundadora</b> do Movimento Nacional em Defesa da Criança Desaparecida do Paraná (CridesPar).   |
| Marcia Schier (2000)          | Foi <b>Vice-Presidente</b> da Associação dos comerciantes do Bairro Portão e bairros próximos, vinculada à Associação Comercial do Paraná (ACP). Mais tarde passou a fazer parte da Entidade em nível Estadual.   |
| Clair da Flora Martins (2000) | Participou como <b>fundadora</b> e foi <b>Presidente</b> do Movimento Reage Brasil, mais tarde Instituto Reage Brasil, contra as privatizações dos anos 90. Foi <b>Presidente</b> da Associação Brasileira dos Advogados Trabalhistas (ABRAT).  |
| Roseli Isidoro (2000)         | Participou como <b>fundadora</b> e foi <b>Presidente</b> do Sindicato dos Trabalhadores da Educação do Ensino Superior (SINDITEST-PR).  |

conclusão

|                          |  |
|--------------------------|--|
| Professora Josete (2004) | Foi <b>Presidente</b> do Sindicato dos Trabalhadores do Magistério de Curitiba (SISMMAC).  |
| Dona Lourdes (2004)      | <b>Fundadora</b> da ONG de atendimento aos necessitados após vários anos atendendo pessoas em sua própria casa.  |
| Cantora Mara Lima (2008) | Cantora e Radialista evangélica, foi <b>fundadora e Coordenadora</b> do Projeto "Abençoando o Paraná" de assistência, voluntariado e filantropia no meio evangélico que passou a ter o programa de rádio de mesmo no qual é <b>apresentadora</b> .   |
| Noemia Rocha (2008)      | Radialista evangélica, participou como <b>fundadora</b> do setor de voluntariado do Instituto Betânia de Ação Social (IBAS), seção de Curitiba. Radialista, produtora e <b>coordenadora</b> de programa de rádio voltado à comunidade evangélica em mais de uma emissora.  |
| Carla Pimentel (2008)    | Sua atividade de maior notoriedade é a atividade de Compositora, Cantora e Radialista, com inúmeros CDs gravados. Atuou como missionária em países da África e participou de campanhas sociais e de evangelização, direcionadas a alguns países e atuou como voluntária junto a clínicas de recuperação de dependentes químicos. Teve, ainda, intensa participação em congressos internos das mulheres da Igreja Assembleia de Deus em período anterior à sua eleição para a Câmara Municipal de Curitiba. |
| Maria Goretti (2008)     | Foi <b>Presidente</b> do Sindicato dos Enfermeiros do Estado do Paraná e da Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn) e criou a ONG Espaço Mulher de Curitiba.  |
| Fabiane Rosa (2016)      | Participou como <b>fundadora</b> do Grupo Salva Bicho e, mais tarde, da ONG Salva Bicho.   |
| Katia Dittrich (2016)    | (Katia dos Animais de Rua) Foi <b>Liderança</b> dos protetores independentes dos direitos animais.   |

## APÊNDICE 4 - CAPITAL POLÍTICO "MISTO": DESCRIÇÃO

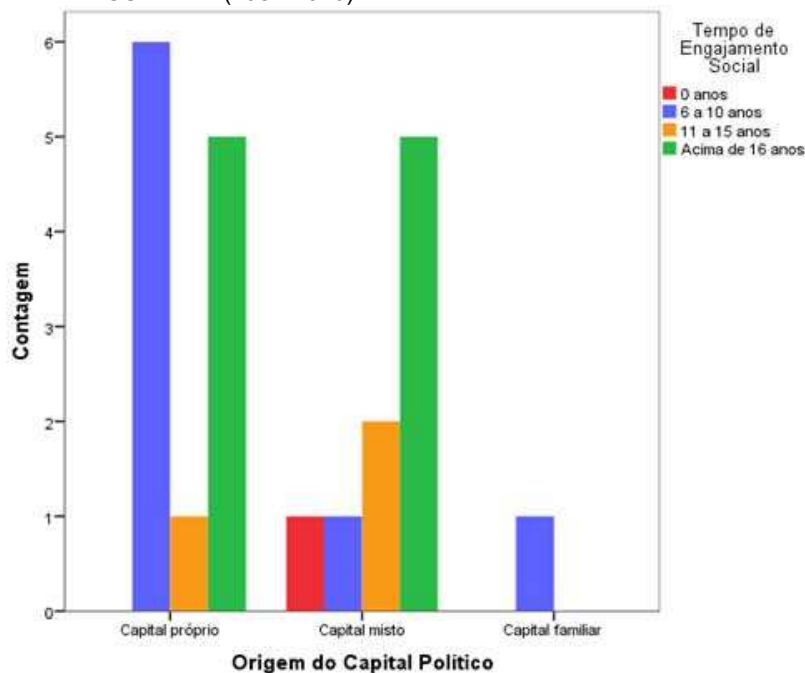
Quadro 1 - Capital político "misto" as Vereadoras de Curitiba (1982-2016)

| CAPITAL FAMILIAR RECEBIDO  | CAPITAL PRÓPRIO CONSTRUÍDO  |
|--|---|
| Herdou capital familiar empresarial/cunhado empresário da construção civil (sobrenome e inserção política)<br>1. Nely Almeida (1988)                                 | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Historiadora/escritora (livros sobre a História de Curitiba)</li> <li>▪ Cofundadora da Associação de artistas plásticos do Paraná (APAPP)</li> <li>▪ Membro do Instituto Histórico e Geográfico e Etnográfico do Paraná</li> <li>▪ Membro do Centro feminino de Cultura</li> <li>▪ Presidente do Conselho da Galeria de Arte Poupança Banestado</li> <li>▪ Cofundadora de projeto de teatro para criança carente em Curitiba (10.000 crianças atendidas)</li> </ul>  |
| Herdou capital familiar empresarial do pai empresário da Construção Civil<br>2. Laís Peretti (1988)  | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Coordenadora da instituição pública artístico-cultural municipal Solar do Barão</li> </ul>   |
| Herdou capital familiar político do marido político, líder fundador do Partido dos Trabalhadores na Capital Curitiba e no Estado do Paraná<br>3. Zélia Passos (1988) | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Projetos de alfabetização na periferia junto a associações de moradores</li> <li>▪ Coofundadora da Escola Palmares, fechada pelo Regime Militar</li> <li>▪ Diretora de Educação da Prefeitura Municipal de Curitiba na primeira gestão do prefeito Jaime Lerner.</li> <li>▪ Fundadora e membro da direção da Associação dos Servidores Municipais de Curitiba (ASMUC).</li> <li>▪ Coofundadora do Partido dos Trabalhadores (PT) de Curitiba e do Paraná.</li> </ul> |
| Herdou capital político do pai, um político tradicional do Estado<br>4. Julieta Reis (1996)  | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Coordenadora das Feiras de Artesanato de Curitiba.</li> <li>▪ Coofundadora da Associação de micro produtores, artesãos e feirantes do Largo da Ordem.</li> <li>▪ Diretora de Artesanato na Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo da Prefeitura de Curitiba.</li> </ul>   |
| Herdou capital empresarial do pai empresário<br>5. Marcia Schier (2000)  | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Vice-Presidente da Associação dos comerciantes do Bairro Portão e bairros próximos, vinculada à Associação Comercial do Paraná (ACP).</li> </ul>   |
| Herdou capital político do marido vereador<br>6. Clair da Flora Martins (2000)   | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Coofundadora e Presidente do Movimento Reage Brasil, mais tarde Instituto Reage Brasil.</li> <li>▪ Presidente da Associação Brasileira dos Advogados Trabalhistas (ABRAT).</li> </ul>  |
| Herdou capital religioso do pai pastor<br>7. Noemia Rocha (2008)   | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Coofundadora do setor de voluntariado do Instituto Betânia de Ação Social (IBAS), seção de Curitiba.</li> <li>▪ Radialista, produtora e coordenadora de programa de rádio.</li> </ul>  |
| Herdou capital religioso do avô pastor<br>8. Carla Pimentel (2008)   | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Radialista e cantora em Programa de Rádio</li> </ul>   |
| Herdou capital político do marido vereador<br>9. Maria Manfron (2016)  | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Atividades junto à Pastoral do Idoso, Clubes de Terceira idade e entidades beneficentes voltadas para idosos e crianças carentes.</li> </ul>   |

FONTE: Elaboração própria (2020).

Os dados coletados mostram que 7 das 9 Vereadoras com capital político misto tinham mais de 11 anos de associativismo (5 destas 7 tinham mais de 16 anos), conforme pode ser verificado no Gráfico 1:

GRÁFICO 1 - CAPITAL POLÍTICO "MISTO" X TEMPO DE ASSOCIATIVISMO DAS VEREADORAS DE CURITIBA (1982-2016)



FONTE: Elaboração própria (2020).

No grupo das Vereadoras com Capital Político Misto (9 Vereadoras/40% das eleitas no período analisado) encontram-se 2 Vereadoras com tempo de Engajamento Social entre 11-15 anos e 5 Vereadoras com tempo de Engajamento superior a 16 anos. O que demonstra que 7 delas (31% das eleitas no período analisado), mesmo tendo herdado Capital familiar, tinha Engajamento Social e associativo superior a 11 anos.

Tem-se ainda o caso de uma Vereadora de Capital Político Misto com 6 a 10 anos de Engajamento Social, sendo este o caso de uma descendente de Pastor Evangélico responsável por toda a Congregação da Igreja Evangélica Assembleia de Deus que herdou o sobrenome e o Capital Familiar, mas agregou o seu próprio Capital ao se tornar também um membro ativo da Congregação religiosa, além de compositora, cantora e radialista evangélica, elegendo-se muito jovem como Vereadora.

Observa-se que entre as Vereadoras que possuíam exclusivamente Capital Político Próprio, 12 Vereadoras (54,5% das eleitas no período analisado) há uma igualdade entre um grupo de 6 Vereadoras (27,3% das eleitas no período analisado) com Capital Político Próprio e tempo de associativismo até 10 anos e outro grupo de 6 Vereadoras (27,3% das eleitas no período analisado), com tempo de associativismo acima de 11 anos. A metade do grupo tinha tempo de engajamento/associativismo

entre 6 e 10 anos. Apenas 1 Vereadora com Capital Político próprio estava na faixa intermediária de tempo de Associativismo, entre 11 a 15 anos. As demais 5 Vereadoras tinham tempo de engajamento acima de 16 anos.

As principais formas de agregar capital próprio ao Capital familiar herdado, foram o desenvolvimento de uma carreira política paralela, caso de **Zélia Passos** (Pedagoga, lutou contra o Regime Militar, foi cofundadora de uma escola referência pedagógica, participou de fundação de associação de professores e da criação de Partido Político) e **Clair da Flora Martins** (advogada trabalhista, presidente de associações e sindicatos de advogados). Ambas desenvolveram carreiras políticas ao mesmo tempo em que seus respectivos maridos. Suas trajetórias estão vinculadas às trajetórias políticas de seus respectivos maridos (um deles, Edésio Passos, Advogado Trabalhista e fundador do Partido dos Trabalhadores de Curitiba e outro, Hasiel Martins, Vereador de Curitiba em mandato anterior ao da Vereadora).

Outra forma de agregar capital próprio ao Capital Familiar, verificado nesta pesquisa, ocorreu por meio de visibilidade na mídia, caso da radialista evangélica **Noemia Rocha** e da radialista e cantora evangélica **Carla Pimentel** que como descendentes de famílias de pastores evangélicos muito conhecidos na comunidade evangélica tornaram-se radialistas evangélicas, esta última também compositora e cantora.

Outro caso de capital próprio agregado ao Capital Familiar é o da de **Márcia Schier** que continuou o trabalho de seu pai nas associações de comerciantes do bairro Portão/Água Verde e, mais tarde, na própria Associação Comercial do Paraná.

A Vereadora **Maria Manfron** também agregou Capital Próprio ao Capital Familiar, visto que antes de ser eleita trabalhou em conjunto com o marido (vereador por 7 mandatos antes dela) em diversas associações beneficentes dos bairros da região de Santa Felicidade, junto a associações de idosos, entidades femininas beneficentes vinculadas a creches e asilos e pastorais do idoso.

Existe ainda uma outra forma de Capital Próprio agregado ao Capital Familiar, que é constituído por meio de uma carreira pessoal artístico-cultural como o caso da Vereadora **Nely Almeida** (seu marido pertencia a uma importante família proprietária de Empresa de Construção, CR Almeida, de onde herdou o sobrenome). No entanto, antes de ser eleita, Nely Almeida tinha sido escritora e artista plástica, membro de associações de escritores e outras associações culturais e artísticas de

Curitiba e do Paraná. Um outro caso semelhante a este é o de **Julieta Reis**, descendente de uma família de políticos paranaenses, mas que também construiu uma carreira como servidora pública municipal por mais de duas décadas antes de ser eleita Vereadora, tendo sido atuante junto a mais de 700 famílias de microempreendedores culturais e feirantes da cidade de Curitiba.

A Vereadora **Laís Peretti**, descendente de uma família proprietária de uma tradicional Empresa de Construção, a Hugo Peretti, foi Coordenadora do Solar do Barão uma importante instituição pública artística e cultural da cidade de Curitiba durante 3 anos, justo na época em que a Instituição foi inaugurada, com impacto no meio artístico, cultural e educacional da cidade. Ainda que o trabalho na instituição tenha sido desenvolvido por apenas 3 anos, envolveu diversas escolas e estudantes da rede municipal de Curitiba e artistas da cidade, sendo possível afirmar que a atuação na instituição contribuiu para que ela desenvolvesse um Capital Político Próprio o qual veio a ser acrescentado ao Capital familiar.

Apenas 1 Vereadora eleita com Capital Familiar não foi incluída na Categoria das Vereadoras que se elegeram com contrapartida de Capital próprio, ou seja, com Capital Misto, embora tenha se empenhado pessoalmente em práticas associativas/partidárias. É o caso da advogada **Renata Bueno**. A advogada ajudou o pai a fundar um novo Partido Político, ajudou a organizar o núcleo de mulheres no novo Partido e participou da Coordenação de duas campanhas políticas do Partido em todo o Estado, para eleições estaduais e federais e, também, para eleição municipal, porém, sua atuação interna no Partido não tinha uma institucionalização partidária, não exercia uma função formal, um cargo decisório na estrutura partidária. Portanto, sua atuação como jovem estudante de Direito e jovem Advogada no interior do Partido esteve, no período que antecedeu ao primeiro mandato, sob os auspícios do pai, Rubens Bueno, renomado político paranaense. Somente após o mandato de Vereadora é que ela foi eleita para o Parlamento italiano, como representante da comunidade italiana, circunscrição da América do Sul.

**APÊNDICE 5 - GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO NA 1.ª POSSE DAS  
VEREADORAS DE CURITIBA (1982-2016)**

continua

| VEREADORAS             | NATURALIDADE<br>(Cidade - Estado) | CURSO SUPERIOR<br>(1.ª posse)                  | PÓS-GRADUAÇÃO<br>(1.ª posse)   |
|------------------------|-----------------------------------|--|--|
| Rosa Maria Chiamulera  | Joaçaba - SC                      | 1.Pedagogia e<br>2.Medicina                    | Especialização em Saúde Pública e<br>Mestrado incompleto                   |
| Marlene Zannin         | Urussanga -SC                     | Geografia e<br>Agronomia (ambos<br>incompleto) | Não tinha pós-graduação  |
| Nely Almeida           | Bom Retiro -SC                    | 1.História e<br>2.Geografia                    | Não tinha pós-graduação  |
| Lais Peretti           | Curitiba - PR                     | 1.Pedagogia e 2.Belas<br>Artes                 | Não tinha pós-graduação  |
| Zélia Passos           | Panópolis - SP                    | 1.Pedagogia                                    | Especialização em Planejamento<br>Educativo e Fundamentos da<br>Sociologia |
| Julietta Reis          | Curitiba - PR                     | 1.Artes Plásticas e<br>2.Desenho               | Não tinha pós-graduação  |
| Jane Rodrigues         | Caçador - SC                      | 1.História                                     | Mestrado Incompleto Ciência Política                                       |
| Arlete Caramês         | Porto União - SC                  | Não tinha curso<br>superior                    | Não tinha pós-graduação  |
| Clair da Flora Martins | Porto União - SC                  | 1.Direito e 2.Letras                           | Especialização em Literatura brasileira                                    |
| Marcia Schier          | Curitiba - PR                     | 1.Pedagogia                                    | Não tinha pós-graduação  |
| Roseli Isidoro         | Curitiba - PR                     | 1.Letras, incompleto                           | Não tinha pós-graduação  |
| Professora Josete      | Curitiba - PR                     | 1.Ciências<br>2.Biológicas                     | Especialização em Organização do<br>Trabalho Pedagógico                    |
| Dona Lourdes           | Ituporanga - PR                   | Não tinha curso<br>superior                    | Não tinha pós-graduação  |
| Cantora Mara Lima      | Francisco Beltrão - PR            | Não tinha curso<br>superior                    | Não tinha pós-graduação  |
| Noemia Rocha           | Londrina - PR                     | Não tinha curso<br>superior                    | Não tinha pós-graduação  |
| Renata Bueno           | Brasília - DF                     | 1.Direito                                      | Especialização e Mestrado em Direito                                       |
| Maria Goretti          | Londrina - PR                     | Enfermagem e<br>Obstetrícia                    | Especialização em Desenvolvimento<br>de recursos humanos para a Saúde      |

conclusão

| VEREADORAS                  | Naturalidade<br>(Cidade - Estado) | CURSO SUPERIOR<br>(1.ª posse)               | PÓS-GRADUAÇÃO<br>(1.ª posse)            |
|-----------------------------|-----------------------------------|---|---|
| Carla Pimentel              | Curitiba - PR                     | Psicologia e<br>Tecnologia da<br>Informação | Não tinha pós-graduação                 |
| Maria Manfron               | Curitiba - PR                     | Não tinha curso<br>superior                 | Não tinha pós-graduação                 |
| Fabiane Rosa                | Curitiba - PR                     | Pedagogia                                   | Especialização em Educação<br>ambiental |
| Katia dos Animais de<br>Rua | São Paulo - SP                    | Odontologia                                 | Não tinha pós-graduação                 |
| Maria Leticia<br>Fagundes   | Guaratuba - PR                    | Medicina                                    | Especialização em Medicina              |

FONTE: Elaboração própria (2020).

Os dados coletados mostraram a relação entre Vereadoras naturais de outras cidades e a presença de escolarização ainda mais alta comparativamente às demais Vereadoras, como pode ser observado por meio dos dados sobre Pós-Graduação, conforme a Tabela 1:

TABELA 1 - NATURALIDADE E PÓS-GRADUAÇÃO DAS VEREADORAS DE CURITIBA (1982-2016)

| NASCIDAS<br>EM<br>CURITIBA | PÓS-GRADUAÇÃO |      |     |      | TOTAL |       |
|----------------------------|---------------|------|-----|------|-------|-------|
|                            | Não           |      | Sim |      |       |       |
|                            | N.º           | %    | N.º | %    | N.º   | %     |
| Não                        | 7             | 50,0 | 7   | 50,0 | 14    | 100,0 |
| Sim                        | 6             | 75,0 | 2   | 25,0 | 8     | 100,0 |
| Total                      | 13            | 59,1 | 9   | 40,9 | 22    | 100,0 |

FONTE: Elaboração própria (2020).

Os dados revelam que um quarto das Vereadoras naturais de Curitiba tinham pós-graduação (25% das eleitas no período analisado) enquanto a metade das Vereadoras naturais de outras cidades (50% das eleitas no período analisado) apresentaram este grau de formação (conforme detalhado acima).

Estes dados revelam um custo a mais em escolarização para esta parcela das Vereadoras provenientes de outras cidades.



**APÊNDICE 6 - OCUPAÇÕES, LOCAL DE TRABALHO E MANTENEDOR(A) DAS  
VEREADORAS DE CURITIBA (1982-2016) (AS OCUPAÇÕES SECUNDÁRIAS  
NÃO ESTÃO ELENCADAS)**

continua

| OCUPAÇÃO - NOME   | LOCAL DE TRABALHO   | INSTITUIÇÃO MANTENEDORA     |
|---|---|-----------------------------|
| 1. Médica municipal - (Dr. <sup>a</sup> Rosa Maria Chiamulera)                                | 1. Posto de saúde municipal                                   | 1. Poder público municipal  |
| 2. Acadêmica da UFPR -(Marlene Zannin)  | 2. Universidade Federal                                       | 2. Estudante universitária  |
| 3. Artista plástica - (Nely Almeida)  | 3. Ateliê próprio   | 3. Atelie próprio           |
| 4. Artista plástica - (Laís Peretti)  | 4. Ateliê próprio   | 4. Atelie próprio           |
| 5. Coordenadora pedagógica do setor educacional do IPPUC - (Zélia Passos)                     | 5. Instituto Municipal de Planejamento IPPUC                  | 5. Poder público municipal  |
| 6. Coordenadora do setor cultural de feiras livres da prefeitura de Curitiba - (Julieta Reis) | 6. Órgão municipal de cultura e Fundação Cultural de Curitiba | 6. Poder público municipal  |
| 7. Assessora parlamentar ALEP - (Jane Rodrigues)  | 7. Assembleia Legislativa do Paraná                           | 7. Assembleia Legislativa   |
| 8. Bancária aposentada - (Arlete Caramês)   | 8. Bancária aposentada  | 8. Aposentada               |
| 9. Advogada trabalhista - (Dr. <sup>a</sup> Clair da Flora Martins)                           | 9. Escritório de advocacia                                    | 9. Profissão liberal        |
| 10. Comerciante - (Márcia Schier)   | 10. Comércio de calçados                                      | 10. Empresa                 |
| 11. Funcionária técnico administrativo da UFPR- (Roseli Isidoro)                              | 11. Universidade Federal                                      | 11. Poder público federal   |
| 12. Professora municipal - (Professora Josete)  | 12. Escola municipal  | 12. Poder público municipal |
| 13. Telefonista aposentada - (Dona Lourdes)   | 13. Telefonista aposentada                                    | 13. Aposentada              |
| 14. Cantora e radialista evangélica - (Cantora Mara Lima)                                     | 14. Emissora de Rádio   | 14. Emissora de Rádio       |
| 15. Dona de casa - (Noemia Rocha)   | 15. Dona de casa  | 15. Dona de Casa            |
| 16. Advogada constitucionalista - (Renata Bueno)  | 16. Escritório de advocacia                                   | 16. Profissão liberal       |
| 17. Enfermeira estadual lotada no município - (Maria Goretti)                                 | 17. Secretaria Municipal de Saúde emprestada do Estado        | 17. Poder público estadual  |

continua

| OCUPAÇÃO - NOME   | LOCAL DE TRABALHO                      | INSTITUIÇÃO MANTENEDORA     |
|---|--|-----------------------------|
| 18. Cantora e radialista evangélica - (Carla Pimentel)                  | 18. Emissora de rádio                  | 18. Emissora de Rádio       |
| 19. Comerciante - (Maria Manfron)                                       | 19. Comércio de material de construção | 19. Empresa                 |
| 20. Assistente pedagógica - (Fabiane Rosa)                              | 20. Secretaria municipal de educação   | 20. Poder público municipal |
| 21. Cargo comissionado no governo estadual - (Katia dos Animais de Rua) | 21. Secretaria estadual de segurança   | 21. Poder público estadual  |
| 22. Médica legista estadual - (Dr. <sup>a</sup> Maria Letícia Fagundes) | 22. Secretaria estadual de saúde       | 22. Poder público estadual  |

FONTE: Elaboração própria (2020).

Importante observar que esta tabela se refere à ocupação principal das Vereadoras no período anterior à posse para o primeiro mandato.

O número de ocupações públicas anterior à posse ainda está sub-representado, na medida em que uma das Vereadoras eleitas em 1988, exerceu cargo público de confiança (Coordenadora de Instituição de Arte/Solar do Barão, entre 1983 e 1986). Não foi catalogado nesta tabela como ocupação pública anterior ao mandato devido ao fato de que sua eleição ocorreu em 1988, e entre 1986 e 1988 a mesma exerceu, em período intermediário, apenas a profissão de Artista Plástica em seu ateliê particular. Neste caso, a atividade pública não foi considerada como ocupação principal, embora tenha sido catalogada como uma posição de destaque em instituição pública no tópico referente ao tema e como capital político misto no que diz respeito ao capital político.

## APÊNDICE 7 - COMPATIBILIDADE ENTRE A PARTICIPAÇÃO EM ONGS/ ENTIDADES BENEFICENTES/AJUDA MÚTUA COM OUTRAS FORMAS DE ASSOCIATIVISMO COMO PARTIDOS E SINDICATOS

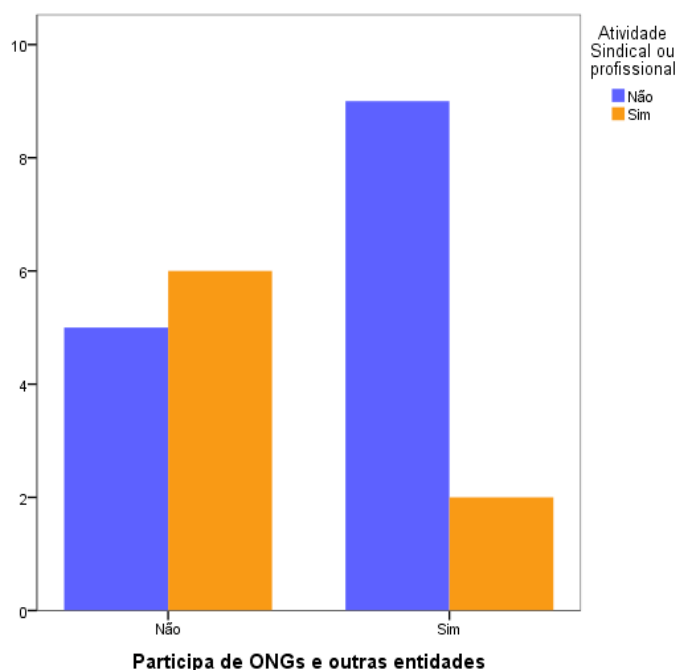
Importante observar que a participação em uma ou outra forma de associativismo não é autoexcludente, fazendo com que muitas Vereadoras tenham acumulado diferentes formas de associativismo e engajamento social.

No entanto, algumas formas de Associativismo se mostraram menos compatíveis para serem exercidas ao mesmo tempo, como o caso das Vereadoras vinculadas à participação em ONGs e Entidades beneficentes que, em sua maioria, não participaram de Associações Profissionais, Sindicatos e Partidos Políticos.

### 7.1 ONGS/ENTIDADES X SINDICATOS

A pesquisa demonstrou que as Vereadoras que participavam de atividade sindical ou profissional estavam presentes em menor número em ONGs, Entidades beneficentes e Associações de moradores. Conforme o Gráfico 1:

GRÁFICO 1 - VEREADORAS DE CURITIBA (1982-2016), QUE PARTICIPARAM DE ONGS, ENTIDADES BENEFICENTES E DE ASSISTÊNCIA MÚTUA E, TAMBÉM, EM ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS E SINDICAIS



FONTE: Elaboração própria (2020).

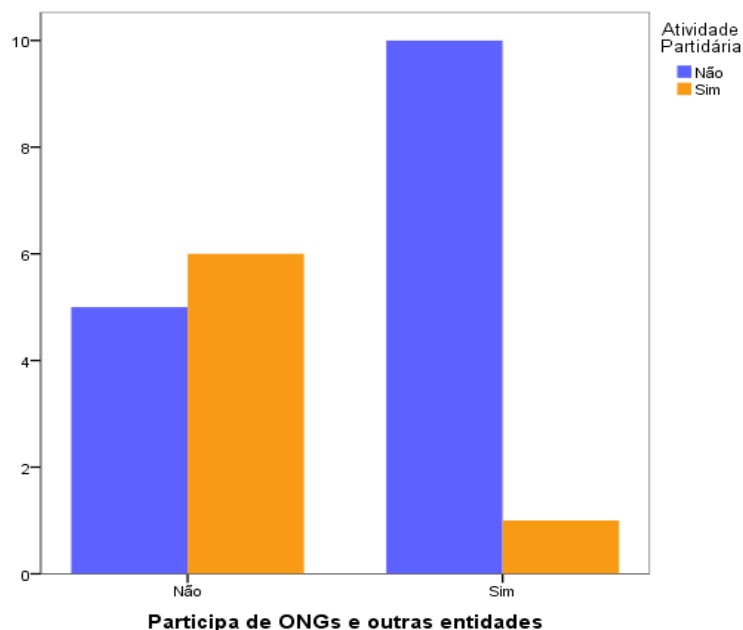
Entre as 11 Vereadoras (50% das eleitas no período analisado) que tinham desenvolvido atuação em ONGs e outras Entidades beneficentes, apenas duas Vereadoras/9,1% das eleitas no período analisado, participavam também de Associações Profissionais e Sindicais. Por outro lado, entre as 11 Vereadoras (50% das eleitas no período analisado) que não participavam de ONGs e Entidades Beneficentes, 6 Vereadoras/27% das eleitas no período analisado atuavam em Associações profissionais e Sindicais.

Este dado demonstra que as Vereadoras que estavam envolvidas com as questões da sua carreira profissional estavam menos vinculadas às formas de Associativismo ligadas ao papel social de cuidadora, relacionada à proteção e cuidados de pessoas e/ou animais em situação de vulnerabilidade social.

## 7.2 ONGS/ENTIDADES X PARTIDOS

A respeito dos múltiplos Engajamentos Sociais, observou-se que entre as 11 Vereadoras (50% das eleitas no período analisado) que tinham sido atuantes em ONGs e Entidades Beneficentes, apenas uma delas apresentou envolvimento com atividades partidárias. E entre as 11 Vereadoras que não apresentaram envolvimento com ONGs e Entidades beneficentes, ao menos 6 (27,3% das eleitas no período analisado) apresentaram envolvimento político-partidário previamente ao primeiro mandato, conforme o Gráfico 2:

GRÁFICO 2 - VEREADORAS DE CURITIBA (1982-2016), QUE PARTICIPARAM DE ONGS, ENTIDADES BENEFICENTES E DE ASSISTÊNCIA MÚTUA E, TAMBÉM, DE ATIVIDADES PARTIDÁRIAS



FONTE: Elaboração própria (2020).

Esta informação não demonstra a existência de uma relação de causa e efeito, ou atividades excludentes entre si, mas antes a possibilidade de que outros fatores possam explicar o distanciamento entre ambas as formas de Associativismo. De qualquer modo, os dados coletados demonstram que na trajetória da maioria das Vereadoras eleitas as atividades partidárias e a atuação em ONGs e Entidades beneficentes não andavam lado a lado na maioria dos casos.

**APÊNDICE 8 - FILHOS E IDADE DOS FILHOS, ENTRE AS 22 VEREADORAS  
ELEITAS EM CURITIBA NO PERÍODO 1982-2016**

| VEREADORAS   | ANO DA ELEIÇÃO                      | LEGISLATURA                  | COM OU SEM FILHOS          | IDADE DOS FILHOS                   |
|--|-------------------------------------|------------------------------|----------------------------|------------------------------------|
| Rosa Maria Chiamulera (PDS)                            | 1982                                | 9. <sup>a</sup> (1983-1986)  | Sem filhos                 | S/F                                |
| Marlene Zannin (PMDB)                                  | 1982                                | 9. <sup>a</sup> (1983-1986)  | Sem filhos                 | S/F                                |
| Nely Almeida (PMDB)                                    | 1988                                | 10. <sup>a</sup> (1989-1992) | Com filhos                 | Filhos adultos                     |
| Laís Peretti (PMDB)                                    | 1988                                | 10. <sup>a</sup> (1989-1992) | Com filhos                 | Filhos adolescentes                |
| Zélia Passos (PT)                                      | 1988 Suplente/<br>legislatura/ 1991 | 10. <sup>a</sup> (1989-1992) | Com filhos                 | Filhos adolescentes                |
| Julieta Reis (PFL atual DEM)                           | 1996                                | 12. <sup>a</sup> (1997-2000) | Com filhos                 | Filhos adolescentes                |
| Jane Rodrigues (PPB/atual PP)                          | 1996 Suplente/<br>legislatura/1999  | 12. <sup>a</sup> (1997-2000) | Com filhos                 | Filhos de 0 a 11 anos              |
| Arlete Caramês (PPB/atual PP)                          | 2000                                | 13. <sup>a</sup> (2001-2004) | Um filho -<br>desaparecido | -                                  |
| Clair da Flora Martins (PT)                            | 2000                                | 13. <sup>a</sup> (2001-2004) | Com filhos                 | Filhos de 0 a 11 anos              |
| Marcia Schier (PFL)                                    | 2000 Suplente/<br>legislatura/2003  | 13. <sup>a</sup> (2001-2004) | Com filhos                 | Filhos adultos                     |
| Roseli Isidoro (PT)                                    | 2000 Suplente/<br>legislatura/2003  | 13. <sup>a</sup> (2001-2004) | Com filhos                 | Filhos de 0 a 11 anos              |
| Professora Josete (PT)                                 | 2004                                | 14. <sup>a</sup> (2005-2008) | Sem filhos                 | S/F                                |
| Dona Lourdes (PSB)                                     | 2004                                | 14. <sup>a</sup> (2005-2008) | Com filhos                 | Filhos adultos                     |
| Cantora Mara Lima (PSDB)                               | 2008                                | 15. <sup>a</sup> (2009-2012) | Com filhos                 | Filhos adultos                     |
| Noemia Rocha (PMDB)                                    | 2008                                | 15. <sup>a</sup> (2009-2012) | Com filhos                 | Filhos adolescentes                |
| Renata Bueno (PPS)                                     | 2008                                | 15. <sup>a</sup> (2009-2012) | Sem filhos                 | S/F                                |
| Maria Goretti (PSDB)                                   | 2008 Suplente/<br>legislatura/2012  | 15. <sup>a</sup> (2009-2012) | Com filhos                 | Filhos adolescentes                |
| Carla Pimentel (PSC)                                   | 2012                                | 16. <sup>a</sup> (2013-2016) | Sem filhos                 | S/F                                |
| Maria Manfron (PP)                                     | 2016                                | 17. <sup>a</sup> (2017-2020) | Com filhos                 | Filhos adultos                     |
| Fabiane Rosa (PDC/atual DC)                            | 2016                                | 17. <sup>a</sup> (2017-2020) | Com filhos                 | Filhos na faixa etária 0 a 11 anos |
| Katia dos animais de rua (SD)                          | 2016                                | 17. <sup>a</sup> (2017-2020) | Sem filhos                 | S/F                                |
| Dr. <sup>a</sup> M. <sup>a</sup> Leticia Fagundes (PV) | 2016                                | 17. <sup>a</sup> (2017-2020) | Com filhos                 | Filhos adultos                     |

FONTE: Elaboração própria (2020).

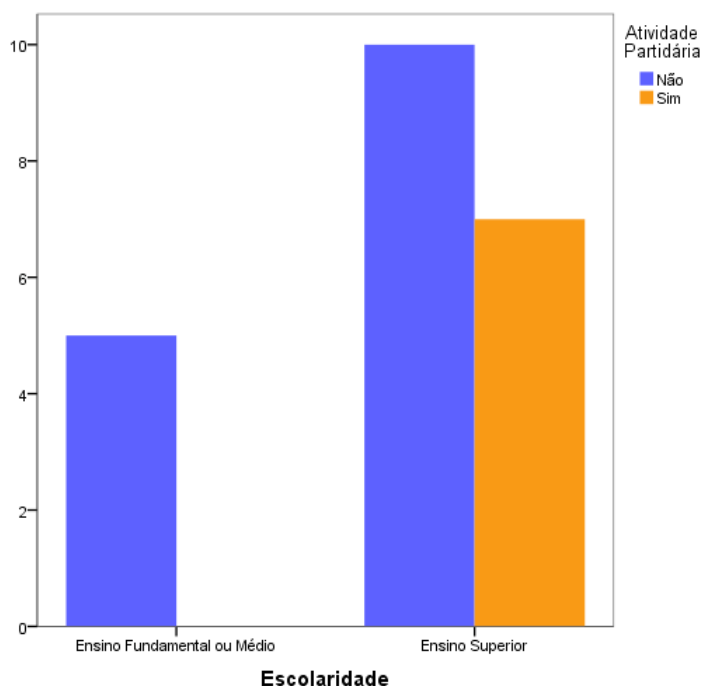
Obs.: Apenas a título de ilustração, as duas primeiras Vereadoras eleitas na História da CMC que não entraram no recorte de pesquisa por terem sido eleitas antes de 1982, a primeira delas era solteira e sem filhos e a segunda já tinha filhos crescidos quando foi eleita:

| VEREADORAS                           | ANO DA ELEIÇÃO | LEGISLATURA                 | COM OU SEM FILHOS | IDADE DOS FILHOS |
|--------------------------------------|----------------|-----------------------------|-------------------|------------------|
| Maria Olympia Carneiro Mochel (PST)  | 1947           | 1. <sup>a</sup> (1947-1950) | Sem filhos        | S/F              |
| Maria Clara Brandão Tesserolli (PSD) | 1959           | 4. <sup>a</sup> (1960-1963) | Com filhos        | Filhos crescidos |

## APÊNDICE 9 - RELAÇÃO ENTRE ATIVIDADE PARTIDÁRIA E ESCOLARIDADE

Foi possível observar uma estreita relação entre a alta escolaridade (Ensino Superior) e a atividade partidária, conforme o Gráfico 1:

GRÁFICO 1 - ATIVIDADES PARTIDÁRIAS E ESCOLARIDADE DAS VEREADORAS ELEITAS PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA (1982-2016)



FONTE: Elaboração própria (2020).

Os dados coletados demonstraram um percentual de participação partidária por parte das Vereadoras eleitas ligeiramente menor do que a participação no Movimento Estudantil e em Associações Profissionais e Sindicais. No entanto, um dado a ser melhor compreendido é que a atividade partidária foi realizada por aquelas Vereadoras com maior taxa de escolaridade. Entre as 5 Vereadoras com Ensino fundamental ou médio (22,7% das eleitas no período analisado), nenhuma delas exerceu atividade partidária previamente ao mandato, enquanto entre as 17 Vereadoras (68,2% das eleitas no período analisado) com Ensino Superior, ao menos 7 delas (31% das eleitas no período analisado), ou quase a metade daquelas que tinham curso superior desenvolviam atividades partidárias previamente ao mandato.

## APÊNDICE 10 - LEGISLATURAS E NOTAS BIOGRÁFICAS

### 1. Eleições de 1947: 1.<sup>a</sup> legislatura (1947-1950)

No final da década de 40 muitos acontecimentos nacionais e internacionais se entrecruzaram, como o fim da Segunda Guerra, o fim do regime político do Estado Novo no Brasil, a conquista do Direito de votar e ser eleita por parte das mulheres em grande número de países, inclusive no Brasil, a ascensão da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e o fortalecimento da ideologia comunista internacionalmente. Como exemplo tem-se o resultado da eleição no Rio de Janeiro com um número expressivo de parlamentares comunistas eleitos para o Congresso Nacional brasileiro em 1946, um total de 14 Deputados e 1 Senador, ainda que, 1 ano depois, tenha ocorrido a cassação do PCB, em maio de 1947 e dos mandatos de seus parlamentares, no ano seguinte, em janeiro de 1948.

A eleição da Vereadora **MARIA OLYMPIA CARNEIRO**, em 1947, eleita para a 1.<sup>a</sup> legislatura (1947-1950) na Câmara Municipal de Curitiba (CMC) sintetizou, em sua trajetória, todos estes acontecimentos. Natural de Curitiba, com formação secundária, normalista e aos 21 anos de idade, a jovem comunista Maria Olympia Carneiro elegeu-se Vereadora pelo Partido Social Trabalhista (PST).

Embora as biografias posteriores a apresentem com seu nome de casada, Maria Olympia Carneiro Mochel, sua assinatura na ata de posse foi escrita com o nome de solteira. Em outras assinaturas na sequência do mandato a assinatura já inclui o sobrenome Mochel. Seu pai era Médico e Professor na Universidade Federal do Paraná e sua mãe uma imigrante alemã. Era militante do Partido Comunista Brasileiro, porém, não foi candidata por este partido pelo fato do mesmo ter sido colocado na clandestinidade imediatamente após o expressivo sucesso eleitoral para o Congresso Nacional. Seu futuro marido, com quem se casou logo após o mandato, o Engenheiro Agrônomo e líder comunista Joaquim Mochel pertencia a uma família com mulheres envolvidas na militância política e carreira política.

Assim como muitos militantes comunistas da época que ingressaram em meio ao operariado com o fim de realizar uma militância orgânica como parte da classe operária, Maria Olympia Carneiro foi assistente social na Fábrica de Viaturas Hipomóveis, uma unidade industrial do Exército. Ao questionar o modelo de produção e as condições de trabalho, sua demissão tornou-a conhecida entre os eleitores da



cidade. Além desta atuação foi ativista da campanha nacional "O Petróleo é nosso", iniciada no Governo Dutra.

A primeira mulher Vereadora da cidade de Curitiba não concluiu o mandato devido a perseguições políticas relacionadas à sua participação em mobilizações sociais na Capital e no interior do Estado, em Porecatu-PR (guerrilha de Porecatu). Na década de 50, mudou-se para o Estado do Maranhão, e ingressou, em 1957, na primeira turma do curso de medicina da Universidade Federal do Maranhão (UFM) onde especializou-se em Psiquiatria e seguiu carreira como Médica Psiquiatra.

## **2. Eleições de 1959: 4.<sup>a</sup> legislatura (1961-1964)**

Após um hiato de 10 anos, toda a década de 50, correspondendo à **2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> legislaturas** da Câmara Municipal de Curitiba (CMC), a Professora normalista **MARIA CLARA BRANDÃO TESSEROLLI**, natural de Curitiba, casada e mãe de dois filhos, então com 43 anos de idade foi eleita para a **4.<sup>a</sup> legislatura** de (1961-1964) pelo Partido Social Democrático (PSD). Candidata à reeleição, foi eleita suplente na legislatura seguinte, a **5.<sup>a</sup> legislatura** (1964-1968), tendo assumido a cadeira de Vereadora pela segunda vez em 1967.

O pai de Maria Clara Brandão Tesserolli tinha entre seus antepassados o homônimo João Batista Brandão de Proença, reconhecido como um dos educadores mais importantes do Paraná Provincial, defensor do ensino primário público e universal, e no período da emancipação do Estado em relação à São Paulo, um dos entusiastas do Hino do Paraná instituído em 1854. Embora esta informação esteja atualmente associada à história da Vereadora, é difícil mensurar o impacto do sobrenome no resultado eleitoral, no seu caso.

Maria Clara Brandão Tesserolli havia estudado, na década de 30, no Instituto de Educação do Paraná, o mais importante centro de formação de professores normalistas da época na Capital e passou a integrar o quadro de servidores do Estado do Paraná. Tinha uma trajetória reconhecida como diretora do Grupo Escolar Paula Gomes, no Bairro Santa Quitéria, por lutar por melhorias para o bairro. E era conhecida entre os demais professores por ter idealizado e presidido a Casa do Professor Primário do Paraná (CPPP).

### 3. Eleições de 1982: 9.<sup>a</sup> legislatura (1982-1986/88)

A Câmara de Vereadores de Curitiba (CMC) teve mais um período de exclusão das mulheres, com duração de 14 anos ocorrido entre 1968 e 1982, que ultrapassou os 6 anos de período mais fechado e autoritário da Ditadura Militar brasileira entre 1968-1974 e teve a duração de três legislaturas, a **6.<sup>a</sup>, 7.<sup>a</sup> e 8.<sup>a</sup> legislaturas**.

Após este longo hiato, a Médica **ROSA MARIA CHIAMULERA** foi uma das duas Vereadoras eleitas em 1982, para a **9.<sup>a</sup> legislatura (1982-1988/legislatura estendida de seis anos)**, no contexto da abertura democrática do início dos anos 80.

A jovem Médica Rosa Maria Chiamulera, solteira, catarinense, natural de Joaçaba-SC, elegeu-se aos 36 anos de idade pelo Partido Democrático Social (PDS), uma das ramificações da extinta Aliança Renovadora Nacional (ARENA) que tinha sido a organização partidária de sustentação da Ditadura Militar. Anteriormente, em 1976, aos 30 anos, havia sido candidato à Vereadora pela própria ARENA, porém sem êxito.

Ainda estudante universitária, ao mesmo tempo em que recebia ajuda da família para manter-se na Capital, tinha diferentes inserções na sociedade curitibana. Durante a graduação em Pedagogia na UFPR havia participado intensamente do Movimento Estudantil chegando a presidir o Centro Acadêmico do Curso. Havia realizado, também, trabalhos em comerciais e apresentado programas de Previsão do Tempo na Televisão.

Ainda durante a graduação em Medicina, Rosa Maria passou a fazer estágios nas unidades de saúde pública municipais e Hospitais da cidade. Após formada em Medicina, continuou sua atuação em unidades de saúde pública na Capital (postos de saúde) e Hospitais, ao mesmo tempo em que atuava nos meios de comunicação, rádio e TV, em programas com temáticas de Saúde e prevenção de doenças.

No ano de 1977, já formada em Medicina, realizou treinamento em Pediatria, Pré-Natal e Planejamento Familiar em Clínicas e Hospitais de Londres por meio do *Croydon Hospital for the Sick Children of the Great Ormond Street*. E em 1978 realizou Curso de Especialização em Saúde Pública na Escola de Higiene e Saúde Pública da USP. Nos anos 1979-80 retornou a Londres para estudos de Saúde Pública. Em 1978 e 1979 atuou na área de epidemiologia, em Foz do Iguaçu e região, na área de reservatório da Itaipu Binacional no combate à malária. Nos dois

últimos anos antes de eleger-se Vereadora, 1980-1982, atuou na Unidade central de saúde Ouvidor Pardinho em Curitiba.

No processo de redemocratização do país, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) se desintegrou em outros partidos entre eles o Partido Democrático Social (PDS), do qual Rosa Maria Chiamulera passou a fazer parte. No PDS foi presidente do Movimento da Mulher Democrática Social (MMDS), seção do Estado do Paraná.

Após a primeira vitória a Vereadora Dra. Rosa Maria Chiamulera migrou para diferentes partidos e candidatou-se a inúmeros cargos eletivos, tendo sido reeleita para mais dois mandatos seguintes como Vereadora. Durante as três legislaturas representou a Vereadora em conferências internacionais sobre temáticas relacionadas às mulheres, populações, desenvolvimento, entre outras. Como médica, contribuiu para inserir as temáticas da saúde da mulher nas políticas públicas municipais. Também atuou em organizações de mulheres, fundando uma famosa organização de mulheres dos anos 80 em Curitiba, o Boca Rouge, que chegou a congregar mais de 5.000 mulheres em torno do tema da valorização profissional das mulheres e ocupação de mais espaços por parte das mulheres.

Na mesma legislatura, ingressou outra jovem estudante catarinense **MARLENE ZANNIN** natural de Urussanga-SC. Elegeu-se em 1982, aos 27 anos, solteira e sem filhos, apenas 8 anos após ter chegado à Capital do Paraná com a finalidade de cursar uma faculdade. Era membro do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), partido que nasceu da oposição à Ditadura Militar, ou seja, do lado oposto do espectro ideológico-partidário da também Vereadora eleita no mesmo ano, Rosa Maria Chiamulera.

Ao chegar em Curitiba, em 1974, Marlene Zannin ingressou no Curso de Geografia na Universidade Federal do Paraná (UFPR) e logo em seguida, ingressou também no curso de Agronomia cursando ambos os cursos ao mesmo tempo durante um ano, em 1978. Nos anos seguintes, 1979 e 1982, cursou apenas Agronomia, enquanto, paralelamente, participava da vida política da cidade na agitada época dos anos finais da Ditadura e na abertura democrática.

Para manter-se na capital a então estudante recebia ajuda da família de Santa Catarina, além de fazer trabalhos temporários, como telefonista ou outras funções de trabalho temporário da época, porém sem vínculo empregatício formal. A intensa participação na vida política do período levou a interrupções na vida acadêmica, inclusive por ter sido presa política por duas vezes no período da graduação.

Logo após ter chegado à Capital no Paraná, teve contato com o grupo Movimento Revolucionário 08 de Outubro (MR8) que acomodava os partidos de esquerda proscritos pela Ditadura e que mais tarde foi integrado ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB) na década de 70, partido ao qual se filiou-se em 1977, aos 22 anos.

Passou a participar do Movimento estudantil ativamente a partir de meados dos anos 70, muitas vezes utilizando-se de suas excelentes habilidades em oratória em discursos nas ruas e praças da cidade, muitas vezes criados e dissolvidos rapidamente para não atrair a atenção da vigilância política governamental. Mesmo assim, chegou a ser presa política duas vezes, por alguns dias, em 1980 e até mesmo em 1981, apenas um ano antes de tornar-se Vereadora da Capital.

Nos últimos anos da Ditadura e transição para a Democracia, participou do Diretório acadêmico das Ciências Agrárias, tendo sido presidente do mesmo e vice-presidente do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Paraná (DCE-UFPR), além de participar da reestruturação da União Paranaense dos Estudantes (UPE) e da União Nacional dos Estudantes (UNE) no período. Foi também representante da comunidade estudantil no Conselho de Ensino e Pesquisa e, também, no Conselho Universitário da Universidade Federal do Paraná (UFPR), em 1981-1982.

Casou-se durante o mandato, em 1985, e teve também o primeiro filho durante o mandato, em 1986. Neste mesmo ano, a Vereadora foi convidada a assumir a Secretaria de Meio Ambiente de Curitiba pelo recém eleito Prefeito de Curitiba, na eleição direta de 1985, Roberto Requião, também do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), para o mandato (1986-1988). Por esta razão, embora tenha exercido o cargo de Vereadora por 4 anos, ao assumir a pasta de Meio Ambiente da cidade de Curitiba em 1986, não completou o mandato quando o mesmo estendido para mais 2 anos até 1988.

No ano de 1988, Marlene Zannin candidatou-se à reeleição, porém não se reelegeu. No entanto, não abandonou a vida pública, como demonstra a sua biografia em diferentes funções na gestão pública municipal, estadual e empresarial a partir de então.

Embora, atualmente seja reconhecida como importante advogada e ambientalista, fato que também marcou sua trajetória a partir da vereança, esta

trajetória é posterior à sua vitória como Vereadora em 1982, quando era ainda acadêmica de graduação.

#### **4. Eleições de 1988: 10.<sup>a</sup> legislatura (1989-1992)**

Na 10.<sup>a</sup> legislatura (1989-1992) da CMC, pela primeira vez, uma Vereadora foi reeleita para um segundo mandato quando Vereadora Rosa Maria Chiamulera obteve o segundo de seus três mandatos.

A **10.<sup>a</sup> legislatura (1989-1992)** contou com três Vereadoras, sendo uma Vereadora reeleita, duas novas Vereadoras eleitas como titular e uma suplente que assumiu a cadeira na metade da legislatura, em 1991.

Entre estas, está a Vereadora **NELY ALMEIDA** eleita titular para a 10.<sup>a</sup> legislatura (1989-1992), aos 53 anos pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), quando obteve o primeiro de seus 6 mandatos como Vereadora por diferentes partidos.

A jovem estudante Nely Lídia Valente, catarinense, natural de Bom Retiro-SC, graduou-se em 1957, em História e Geografia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). O contato com o universo da política, ocorreu durante sua vida acadêmica na década de 50, quando passou a se envolver, ao mesmo tempo, com teatro e movimento estudantil.

Logo após seu ingresso na faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, para cursar Geografia e História, tornou-se presidente do Centro Acadêmico e passou a participar ativamente da vida política universitária e da vida política partidária estadual. Foi funcionária do Partido Social Democrático (PSD), atuando na área social do partido, tendo sido, também, secretária do líder da bancada legislativa do PSD, Dr. Hélio Setti, durante o segundo governo de Moysés Lupion (1956-1961).

O Paraná vivia uma certa efervescência cultural pela ocasião da comemoração dos 100 anos da emancipação do Estado em relação a São Paulo. Período de efervescência cultural na capital do Estado. Neste contexto, a jovem estudante Nely Lídia Valente já havia se tornado conhecida no universo artístico da cidade em função de sua participação na montagem da peça "As Preciosas Ridículas", de Molière, realizada pelo Teatro do Estudante Paranaense. Foi precursora do Teatro do Estudante no Paraná em 1954, quando então trabalhava com o teatrólogo paranaense Armando Maranhão. Naquele período, o grupo de teatrólogos levou peças infantis para crianças carentes, asilos e orfanatos.

Nely Lúcia Valente, casou-se com o Médico e Professor Félix do Rego Almeida. O casamento de Nely Almeida a vinculou a uma das famílias mais importantes do empresariado paranaense, a família Rego Almeida, ainda que seu marido atuasse profissionalmente no ramo da saúde. Com o nascimento dos filhos afastou-se por um longo período do cenário artístico, enquanto desenvolvia, na década de 70, pesquisas documentais sobre as raízes históricas e culturais da cidade de Curitiba. Transcreveu manuscritos dos séculos XVII e XVIII relacionados ao desenvolvimento histórico de Curitiba, de onde resultou na publicação de três ensaios, textos de grande importância histórica e cultural para a cidade, sendo estes o ***Esboço Histórico da justiça em Curitiba, Curiosidades Históricas da Irmandade de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais da Vila de Curitiba e Histórias de Curitiba: Ensaio sobre sua evolução***, entre outros, publicados pela ex-Vereadora na década de 70, duas décadas antes de sua candidatura à Vereadora.

Tais pesquisas renderam-lhe o ingresso no Instituto Histórico e Geográfico e Etnográfico Paranaense. Neste mesmo período ingressou também no Centro Feminino de Cultura. No início da década de 80, como passou a desenvolver habilidades nas artes plásticas, participou da fundação da Associação Profissional dos Artistas Plásticos do Paraná.

No final da década de 80, no período imediatamente anterior à sua eleição como Vereadora, havia sido presidente do Conselho da Galeria de Arte Poupança Banestado. E no ano de 1987, ano que antecedeu a sua eleição havia desenvolvido juntamente com outra teatróloga da cidade, Rosarita Dotti, um segundo projeto de teatro para crianças carentes o qual levou o teatro para aproximadamente 10.000 crianças, com captação de recursos e patrocínio de instituições bancárias privadas e estatais, a fim de financiar o transporte e alimentação das crianças. Neste projeto, procurou unir suas pesquisas sobre a História, mitos e lendas relacionados à cidade de Curitiba e ao Paraná com os roteiros teatrais e o currículo escolar das crianças do município.

Ao lado do marido, médico, trabalhou como voluntária na área de saúde na Instituição Santa Casa de Misericórdia, coordenando diversos grupos de voluntariado. Participou, inclusive, da reconstrução de parte do Hospital atingido por um incêndio, o que lhe deu alguma visibilidade junto à comunidade, médicos, funcionários e mantenedora do Hospital Santa Casa de Misericórdia.

Em 1988, com os filhos já adultos, lançou-se candidata à Câmara Municipal de Curitiba, elegeu-se para o período 1989-1992, tendo sido posteriormente reeleita sucessivamente até o ano de 2012, ano em que veio a falecer sem ter lançado candidatura à reeleição para a legislatura seguinte.

Uma das três novas Vereadoras eleitas em 1988, a professora e artista plástica **LAÍS PERETTI** (para a legislatura de **1989-1992**) elegeu-se pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Tinha então 45 anos de idade, era casada e mãe de dois filhos.

Era formada em Pedagogia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e em Artes Plásticas pela Escola de Música de Belas Artes do Paraná (EMBA-PR). Pertencia a uma família de Empresários da Construção Civil no Estado do Paraná com grande inserção econômica na Capital e no Estado Paranaense, estabelecida na Cidade de Curitiba há décadas, inserida na teia de relações empresariais, políticas e culturais da cidade, a empresa Hugo Peretti Empreendimentos, de propriedade de seus pais.

Como artista, Laís Peretti produziu obras em gravuras, por ela considerada um instrumento ideal de expressão, por ser uma forma de arte democratizante e coletiva no processo e no produto.

Antes da sua candidatura tinha sido coordenadora da instituição cultural Solar do Barão durante o mandato do Prefeito Maurício Fruet, entre 1983 e 1985, quando o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) assumiu a prefeitura de Curitiba e transformou a recém inaugurada instituição artística Solar do Barão em um Centro de arte que teria uma missão de democratização das artes junto às escolas públicas municipais, aos bairros e na periferia da cidade.

Dois anos após a posse, em meio ao mandato de Vereadora, foi vítima de um trágico acidente que a levou à morte, precocemente.

Ainda na eleição municipal de 1988, elegeu-se a Vereadora **ZÉLIA PASSOS** (eleita na suplência para a legislatura 1989-1992) pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Foi a primeira Vereadora eleita suplente a assumir o cargo para um primeiro mandato na Câmara. Elegeu-se na suplência aos 47 anos, tendo assumido a cadeira na Câmara aos 50 anos, em 1991.

Natural de Panápolis-SP, a paulista Zélia Passos, familiarizou-se com a política quando era estudante. Antes de ingressar na faculdade fez um curso de Teatro e teve contato com ativistas da Sociedade de Arte Popular, em Curitiba, participando,

por exemplo, de apresentações teatrais no 1.º de maio de 1961 em Curitiba. Também faziam apresentações teatrais nos bairros da cidade da Capital. O movimento artístico do início dos anos 60 dos quais participou ativamente foi incorporado pelo Centro Popular de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE) quando então a União Nacional dos Estudantes (UNE), principalmente com o Golpe Militar de 1964, passou a liderar as mobilizações culturais e sociais no país e formou vários centros Populares de Cultura (CPCs) em território nacional.

Após seu casamento em 1962, fez vestibular para Pedagogia na Universidade Federal do Paraná (UFPR) e passou a participar do movimento estudantil universitário.

Com a campanha de João Goulart à presidência veio à tona a questão da alfabetização de adultos e o educador Paulo Freire passou a ter um intenso diálogo com este projeto em nível nacional, repercutindo nos cursos de Pedagogia, no movimento estudantil e na área cultural como um todo, surgindo grupos de estudos em torno das ideias do educador, principalmente entre os estudantes, ainda que sem apoio institucional. Quando o presidente João Goulart realizou um convênio com os Centros Populares de Cultura para a alfabetização popular, Zélia Passos retornou ao Centro Popular de Cultura (CPC), já como estudante de Pedagogia e envolvida nas questões educacionais. Participava também, na mesma época, da Juventude Estudantil Católica (JUC). Os projetos de alfabetização do Governo João Goulart não chegaram a sair do papel devido à deposição do governo com o Golpe Militar de 1964.

Formou-se em Pedagogia em 1965 vindo a se especializar em Planejamento educacional e Fundamentos da Sociologia. No período subsequente à intervenção militar de 64 continuou atuando na educação e alfabetização popular, inclusive em associação com projetos do novo governo militar, como o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), antes da radicalização do golpe. Nos anos de 1967 e 68 atuou também como professora do Estado na disciplina de Fundamentos da Educação.

Com a radicalização da Ditadura Militar, ao mesmo tempo em que seguia sua carreira profissional, passou a participar politicamente da Ação Popular, uma organização política ligada à Igreja Católica, juntamente com o marido, Edésio Passos.

A partir de 1968, vários ativistas passaram a atuar na clandestinidade. Houve, também, tentativas do grupo de educadores de fundar escolas com uma pedagogia crítica, às quais foram barradas pelo governo e as escolas foram fechadas. Foi o que



aconteceu com duas escolas fundadas pelo grupo, tendo o grupo de professores sido fichados pelos agentes de segurança.

Foi diretora de Educação da Prefeitura de Curitiba na primeira gestão do prefeito Jaime Lerner e participou da criação e da primeira diretoria da Associação dos Servidores Municipais de Curitiba (ASMUC). Ingressou na Universidade Federal do Paraná (UFPR) em 1970 como professora auxiliar de ensino na disciplina de Didática, mas no ano seguinte, em 1971, foi demitida por razões políticas. Em seguida, grávida de seu segundo filho, foi presa e passou um período de dois meses nos cárceres da Ditadura.

Seu vínculo profissional com a Secretaria de Educação da Prefeitura foi transferido para outro órgão municipal, o Instituto de Planejamento Urbano (IPPUC), no qual permaneceu por 18 anos.

No final dos anos 70, participou da fundação do Partido dos Trabalhadores no Paraná (PT-PR), nos anos 1979 e 80. Em seguida, foi candidata a Deputada Estadual em 1982 e Candidata a Senadora em 1985, com o objetivo de divulgar a agenda e o programa do novo partido. No ano de 1988 era Secretária Geral de seu partido, em Curitiba, quando a estratégia estabelecida foi a de lançar muitos candidatos a vereador para tentar eleger ao menos um representante do partido na Câmara Municipal de Curitiba. Neste período não estava participando de nenhuma organização social ou sindical, dividindo-se entre o trabalho, a família e a vida partidária. Nesta eleição, ficou como segunda suplente e assumiu a cadeira de Vereadora dois anos depois da eleição quando o titular quando, em 1991, Dr. Rosinha, eleito em 1990, assumiu como Deputado Estadual.

Após a conclusão do mandato em meio a muitas mudanças profissionais, a Constituição de 1988 lhe restituiu os direitos políticos e seu vínculo como Professora na Universidade Federal (UFPR) e seu marido Edésio Passos havia sido eleito Deputado em 1990 para a legislatura 1991-1994, decidiu não se candidatar à reeleição.

## **5. Eleições de 1996: 12.<sup>a</sup> legislatura (1997-2000)**

Nas eleições municipais de 1992, a primeira eleição após a constituição de 1988, duas Vereadoras foram reeleitas para **11.<sup>a</sup> legislatura (1992-1996)**, porém não houve o ingresso de nenhuma nova Vereadora, nem como titular, nem como suplente.

As eleições municipais de 1996, para a **12.<sup>a</sup> legislatura (1997-2000)** por sua vez, foram as primeiras eleições gerais para o legislativo municipal após o primeiro modelo de Cotas de Gênero implantadas nacionalmente em 1995. Esta legislatura contou com três mulheres, sendo uma reeleita, uma nova Vereadora eleita como titular e uma nova Vereadora eleita como suplente que assumiu a cadeira em 1999, na metade da legislatura.

Para a 12.<sup>a</sup> legislatura (1997-2000), elegeu-se, como titular pelo Partido da Frente Liberal (PFL), atualmente Democratas (DEM), a Vereadora **JULIETA REIS**, aos 49 anos. Desde então, foi reeleita para todas as legislaturas seguintes, encontrando-se atualmente em seu 6.<sup>o</sup> mandato (2017-2020).

Natural de Curitiba-PR. Formou-se em Artes Plásticas na Escola de Música e Belas Artes do Paraná e em Didática do Desenho pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), ambas na década de 70. Como estudante, organizou juntamente com seu Diretório Acadêmico uma Semana de Arte Moderna na Universidade, participando também do movimento estudantil. Em 1971, realizou Estágio no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro em "Técnica, Linguagem e História das Artes Plásticas. Ainda em 1971, ingressou na Prefeitura de Curitiba como servidora no Departamento de Relações Públicas e Promoções, com a função de coordenação das Feiras de Artesanato na cidade e Coordenação das Artes Plásticas. Neste mesmo ano, formou uma comissão regulamentar as Feiras de artesanato e organizou o regulamento da Feira do Largo da Ordem, atualmente um marco cultural e turístico na cidade de Curitiba. A partir de 1973, ficou à disposição da recém criada Fundação Cultural de Curitiba como coordenadora das Feiras de artesanato, de projetos artísticos voltados ao público infantil, da área de exposições. Participou de grupos de estudos para a criação de instituições artísticas e culturais da cidade como o Centro de Criatividade de Curitiba que passou a coordenar a partir de 1975. Em 1984 e anos subsequentes trabalhou em projetos literários com escritores locais e nacionais na Livraria Dario Vellozo, da Fundação Cultural de Curitiba (FCC), tendo também colaborado com projetos da Funarte e projetos do Instituto Nacional do Folclore com pesquisa e exposição de trabalhos de artistas populares. Em 1988 ficou à disposição do Museu de Arte Contemporânea do Paraná no setor de assessoria técnica. Em 1995, passou a liderar um grupo de 900 famílias de artesãos e micro produtores, encampando suas reivindicações, o que levou à transferência do Setor de Artesanato da Fundação Cultural para a Secretaria de Indústria, Comércio

e Turismo da cidade, em busca de mais apoio, capacitação e gerenciamento deste setor econômico.

De 1993 a 1996, tornou-se Diretora de Artesanato na Secretaria Municipal da Indústria, Comércio e Turismo. Frente a estas demandas, concretizou convênios entre a Prefeitura da Cidade e o Sebrae no sentido de buscar maior profissionalização dos microempreendedores culturais curitibanos.

Desde a década de 70, estava vinculada, no ambiente de trabalho, ao grupo político de sustentação ao líder político paranaense Jaime Lerner (que assumiu a prefeitura de Curitiba em três diferentes períodos, durante a Ditadura, na transição para a Democracia e após a constituição de 1988, respectivamente de 1971-75, de 1979-83 e de 1989-92).

Com o grupo político do então prefeito, filiou-se ao Partido Democrático Trabalhista (PDT) em 1986, lançando sua primeira candidatura em 1992, porém sem sucesso. Com o slogan "Batalha por quem trabalha", elegeu-se Vereadora no ano de 1996 pelo Partido da Frente Liberal (PFL) que passou a se chamar Democratas (DEM) a partir de 2007, partido pelo qual lançou as candidaturas seguintes.

Ainda para a 12.<sup>a</sup> legislatura (1997-2000) da CMC, foi eleita, como suplente, pelo Partido Progressista Brasileiro (PPB) mais uma catarinense, natural de Caçador-SC, a Vereadora **JANE RODRIGUES**, aos 44 anos. Assumiu a cadeira em 1999, na metade da legislatura, aos 47 anos.

Casada com um Militar e com parentes no Partido Democrático Brasileiro (PMDB), Jane Rodrigues viveu os dois lados do bipartidarismo e da polaridade ideológica dos últimos anos da Ditadura Militar e início da abertura democrática. Devido à profissão do marido, viveu em diferentes cidades e estados brasileiros. Formou-se em História, durante o tempo que viveu em União da Vitória e iniciou estudos de Pós-Graduação em Ciência Política durante o tempo em que viveu com o marido no Rio de Janeiro, interrompido devido à transferência do marido e da família para o Rio Grande de Sul. Durante o período em que morou no Rio Grande de Sul nasceu sua filha, portadora de múltiplas deficiências. A cidade em que a unidade do Exército estava situada não tinha a infraestrutura necessária para o atendimento de sua filha. A família conseguiu uma transferência para a cidade de Curitiba.

Quando chegou em Curitiba tornou-se assessora parlamentar no mandato do Vereador Hasiel da Silva Pereira Filho, ex-presos político e vereador pelo Partido Democrático Brasileiro (PMDB) na 9.<sup>a</sup> legislatura (que durou 6 anos de 1982-1988).

Durante o mandato de Hasiel da Silva, Jane Rodrigues integrou-se à vida política na cidade de Curitiba, tanto pelo aspecto pessoal e familiar da luta por maior assistência aos portadores de necessidades especiais, quanto pela aproximação com a militância política do Partido Democrático Brasileiro (PMDB). A partir de seu trânsito político no Partido Democrático Brasileiro (PMDB) migrou, juntamente com um grupo político, para o Partido Liberal (PL), que estava sendo organizado em Curitiba nos anos de 1986/1987 para a campanha presidencial de 1989. Foi quando a ex-Vereadora se desligou politicamente de seu antigo grupo político dos anos 80. Ainda em 1988, passou a integrar o grupo político fundador do novo partido e coordenou a campanha de César Seleme, eleito vereador para a 10.<sup>a</sup> legislatura (1989-1992) e reeleito em 1992 para a 11.<sup>a</sup> legislatura (1993-1996) ainda pelo PL. O Vereador elegeu-se Deputado Estadual em 1994, já por outro partido, o Partido Progressista Reformador (PPR), o qual foi logo dissolvido na formação do Partido Progressista Brasileiro (PPB), o que aconteceu em setembro de 1995, a partir da fusão do Partido Progressista Reformador (PPR), o Partido Progressista-PP e o Partido Republicano Progressista (PRP). Porém o Partido Progressista (PP) desintegrou-se deste grupo e voltou a ser independente em 2003). As mudanças no grupo político fizeram com que Jane Rodrigues migrasse para o Partido Progressista Reformador (PPR) em 1994, e, conseqüentemente para o Partido Progressista Brasileiro (PPB) em 1995, como também fosse transferida para o Gabinete do recém eleito Deputado César Seleme na Assembleia Legislativa do Paraná, a partir de 1994.

Foi nas décadas de 80 e 90 que Jane Rodrigues passou a lutar cada vez mais pelas Escolas Especiais, as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs) consolidando uma trajetória de luta junto às famílias com crianças portadoras de necessidades especiais por mais de 20 anos antes de ser eleita Vereadora. Foi voluntária da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) durante 23 anos, tendo sido eleita presidente da entidade no ano de 1989 e reeleita outras três vezes na função, quando então fundou um importante complexo Hospitalar para atendimento de múltiplas necessidades especiais simultaneamente, complexo que consiste na Escola Terapêutica Vivenda e o Centro do Complexo de Santa Felicidade, visando também o atendimento vitalício de crianças e adultos portadores de múltiplas necessidades que viessem a ficar órfãs, as quais poderiam ser atendidas integralmente em diferentes especialidades e terapias.

No ano de 1996, foi candidata a Vereadora pelo Partido Progressista Brasileiro (PPB), a partir de uma solicitação do partido para preencher a quota partidária, porém obteve uma expressiva votação devido a sua intensa atuação junto a mais de 700 famílias de crianças portadoras de necessidades especiais e à sua dedicação como professora voluntária nas instituições durante vários anos, quando procurou adaptar a jornada de trabalho voluntário com a jornada como assessora parlamentar. Sua candidatura para Vereadora, embora despretensiosa do ponto de vista partidário, acabou tendo uma boa votação o que a colocou na suplência do partido na eleição de 1996.

No ano de 1998, foi designada como membro do Conselho Municipal do Direito da Pessoa Portadora de Deficiência, conselho este que participou ativamente da sua criação. Atuou também em outros conselhos, como o Conselho Estadual da Saúde, da Criança e do Adolescente e no Conselho Municipal de Assistência Social.

Em 1999, Jane Rodrigues assumiu o gabinete do titular e a cadeira de Vereadora. No mesmo ano, vieram a público irregularidades no gabinete, às quais recaíram sobre a ex-Vereadora que acabou perdendo o mandato, tendo se afastado da vida pública desde então.

## **6. Eleições de 2000: 13.<sup>a</sup> legislatura (2001-2004)**

Fizeram parte da **13.<sup>a</sup> legislatura (2001-2004)** um total de seis Vereadoras. Entre estas, duas Vereadoras reeleitas, duas novas Vereadoras eleitas como titulares e duas novas Vereadoras eleitas como suplentes que assumiram o mandato somente em 2003.

Uma das novas Vereadoras eleitas como titular para a 13.<sup>a</sup> legislatura foi a Vereadora **ARLETE CARAMÊS**, aos 55 anos, pelo Partido Progressista Brasileiro (PPB).

Arlete Caramês, catarinense, natural de Porto União-SC e com escolaridade até o Ensino Fundamental completo à época de sua candidatura à Vereadora não tinha participação política antes da tragédia do desaparecimento de seu filho Guilherme Caramês, evento que comoveu a sociedade curitibana e paranaense devido à luta de Arlete para reencontrar o filho.

Até os 48 anos de idade trabalhava como funcionária bancária administrativa em Curitiba e não estava vinculada a nenhuma forma de ativismo social ou político quando ocorreu o desaparecimento de seu filho de 8 anos de idade enquanto brincava de bicicleta na rua em frente à casa da família no Bairro Jardim Social, um

bairro central da cidade de Curitiba. A partir de então, Arlete Caramês iniciou uma luta em diversas frentes para descobrir o paradeiro do filho. No ano seguinte, em 1992, já havia criado um Movimento Nacional em defesa da Criança Desaparecida, com sede no Paraná, o Movimento Nacional da Criança Desaparecida do Paraná (CriDesPar), em que buscava articular instâncias, legislação, meios de comunicação, agentes das áreas de segurança nas três esferas municipal, estadual e federal e, também, junto a organismos internacionais de modo a prevenir e, também, ter respostas imediatas na divulgação e buscas das crianças desaparecidas.

Neste contexto de atuação e mobilização de diferentes setores em prol da causa das crianças desaparecidas, Arlete Caramês filiou-se a um partido político, pela primeira vez, em 1998, aos 57 anos de idade. Filiou-se ao Partido Progressista Brasileiro (PPB) e, neste mesmo ano, de 1998, candidatou-se a deputada Federal pelo Estado do Paraná. Embora não tenha sido eleita, sua votação foi expressiva, sua causa divulgada e seu nome reconhecido como a principal liderança nacional na questão das crianças desaparecidas.

Dois anos após sua candidatura a Deputada Federal, candidatou-se, em 2000, a uma vaga na Câmara Municipal de Curitiba, tendo sido eleita com expressiva votação, sendo a segunda mais votada em Curitiba. Em 2002, migrou para o Partido Popular Socialista (PPS) durante o mandato como Vereadora e candidatou-se a uma vaga na Assembleia Legislativa do Paraná em que se elegeu Deputada Estadual para a legislatura 2002-2006. Em 2012, candidatou-se novamente para o cargo de Vereadora, porém não foi eleita.

Ainda na 13.<sup>a</sup> legislatura (2001-2004), foi eleita como titular a Advogada Trabalhista **CLAIR DA FLORA MARTINS**, catarinense, natural de Porto União-SC, aos 55 anos de idade pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

Em 1966, logo após completar 20 anos, já morando em Curitiba, a então jovem estudante de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), Clair da Flora Martins, aproximou-se da organização política vinculada à juventude católica, a Ação Popular (AP). Após concluir o curso em 1969, assumiu funções mais altas na coordenação da entidade, razão pela qual migrou para São Paulo. No entanto, em 1971, foi presa e torturada juntamente com seu companheiro Hasiel da Silva Pereira Filho (Hasiel da Silva foi vereador em Curitiba de 1982-1988, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro, PMDB) por funcionários do Departamento de Ordem Política e Social (DEOSP). Após a prisão e a tortura, Clair da Flora

Martins concluiu um segundo curso de graduação, em Letras, pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e cursou a pós-graduação em Literatura brasileira, em 1977, pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Durante algum tempo, entre a prisão e os estudos, precisou viver em situação de clandestinidade no interior do Rio Grande do Sul.

Após retornar à Capital do Paraná trabalhou como advogada, defendendo milhares de trabalhadores em ações individuais e coletivas desde 1979. A partir de então, participou em diversos movimentos pelo fim da Ditadura, no movimento das Diretas Já, filiando-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) em 1985. Anos mais tarde, em 1992/1993, participou das mobilizações pelo impeachment de Fernando Collor de Melo.

Participou ativamente dos movimentos sociais do período da abertura Democrática na década de 80, da assembleia nacional constituinte em 77 e 78, da primeira campanha presidencial com eleição direta após a Ditadura Militar em 1989 e do impeachment de Fernando Collor de Mello em 1992. E, paralelamente ao ativismo político e ao exercício da profissão de advogada, fez o curso de Especialização em Direito Contemporâneo na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), concluindo em 1993. Participou ativamente da campanha contra as privatizações das estatais realizada no primeiro mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-1998) tendo sido cofundadora do movimento Reage Brasil. O movimento Reage Brasil foi constituído em 1997 e contou com a participação e engajamento de inúmeras entidades e organizações sociais que se uniram contra a privatização da Mineradora Vale do Rio Doce. Mais tarde, o movimento foi institucionalizado e transformou-se no Instituto Reage Brasil, do qual Clair da Flora Martins tornou-se presidente por alguns anos. Participou, ainda, de associações da classe advocatícia tendo sido presidente do Sindicato dos Advogados do Paraná e da Associação Brasileira dos Advogados Trabalhistas (ABRAT), entre 1998-2000.

No ano de 2000, elegeu-se Vereadora pelo Partido dos Trabalhadores (PT), partido ao qual estava filiada desde 1994. Dois anos após a eleição como Vereadora, em 2002, no mesmo ano da eleição de Luís Inácio Lula da Silva à presidência, elegeu-se Deputada Federal para a legislatura 2002-2006. Durante o mandato como Deputada Federal surgiram vários atritos a respeito dos consensos de votações da bancada partidária e em 2006, candidatou-se à reeleição como Deputada Federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT), mas não foi reeleita. E em

2007 desligou-se do Partido dos Trabalhadores (PT), migrou para outros partidos e lançou novas candidaturas, mas não foi eleita.

Para a 13.<sup>a</sup> legislatura (2001-2004), elegeu-se como suplente a Vereadora **MÁRCIA SCHIER**, aos 40 anos, tendo assumido a cadeira de Vereadora na metade da legislatura, em 2003, aos 43 anos de idade. Um caso único entre as Vereadoras por ter sido eleita por um partido como suplente e assumir a cadeira já filiada a outro partido. Márcia Schier elegeu-se pelo Partido da Frente Liberal (PFL) em 2000. Na posição de suplente e juntamente com o titular da cadeira, migrou para o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), um mês antes de assumir o mandato.

Natural de Curitiba-PR. Márcia Schier formou-se em Pedagogia, pela Universidade Tuiuti do Paraná, antes da eleição de 2000. Empresária, pertencente a uma família tradicional da cidade, proprietária de uma rede de médias empresas de comércio de calçados em Curitiba, com unidades distribuídas principalmente na região sul da cidade que, inclusive levam o sobrenome da ex-Vereadora e são as mais antigas lojas do ramo na cidade de Curitiba, desde os anos 20 do século passado. A família Levino Schier conhecida no meio empresarial, inclusive pela participação na criação de um "braço comercial que resultou na atual Associação Comercial do Paraná.

Márcia Schier, uma das duas irmãs no comando da empresa, herdou o espírito associativo do pai junto aos demais comerciantes. Por esta razão, participava ativamente das associações empresariais de seu bairro e bairros vizinhos, discutindo junto aos demais empresários, pequenos e médios comerciantes principalmente, como também junto ao poder público, melhorias na área de segurança para os comerciantes no bairro, bem como em infraestrutura urbana para a região. Foi Vice-Presidente da Associação dos comerciantes do Bairro Portão e bairros próximos, vinculada à Associação Comercial do Paraná (ACP). A partir da sua atuação nas associações de comerciantes do seu bairro e região, passou a atuar também, na Associação Comercial do Estado do Paraná. Participou das associações empresariais por 10 anos, antes de tornar-se candidata a Vereadora.

Filiou-se ao Partido da Frente Liberal (PFL) no ano de 2000. No mesmo ano lançou sua candidatura a Vereadora, obtendo a suplência de seu partido, o Partido da Frente Liberal (PFL). No breve período em que esteve no Partido da Frente Liberal (PFL), assumiu funções no PFL Mulher, atuando para organizar as mulheres no partido.



Assumiu o mandato no último semestre da legislatura após licença do titular. Após o mandato, não conseguiu se reeleger, porém assumiu diferentes cargos políticos de confiança. Atualmente possui cargo de confiança junto ao Governo Estadual do Paraná.

Ainda para a 13.<sup>a</sup> legislatura (2001-2004) elegeu-se, em 2000, como suplente, a Vereadora a curitibana **ROSELI ISIDORO**, aos 38 anos, pelo Partido dos Trabalhadores (PT), tendo assumido o mandato em 2003 aos 41 anos. Natural de Curitiba-PR.

Roseli Isidoro cursou o Ensino Médio no Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (CEFET-PR), onde estava matriculada no curso de Edificações e participava do movimento estudantil, movimento que não era partidário, e debatia questões internas do dia-a-dia estudantil na instituição.

No início dos anos 80, ingressou como estagiária em uma instituição bancária na Capital paranaense, onde teve contato com bancários militantes políticos. Ao ser convidada por alguns colegas para participar de encontros políticos conheceu o grupo de lideranças que estava fundando o Partido dos Trabalhadores (PT) na cidade de Curitiba. Aos 18 anos de idade decidiu filiar-se ao PT.

Em 1982, ingressou na Universidade Federal do Paraná (UFPR) como Servidora Pública Federal e, funcionária Técnica Administrativa da Universidade, ajudou a organizar o denominado "Movimento dos Funcionários" visando organizar a categoria dos funcionários do Ensino Superior e uma associação que viria a se transformar, após a constituição de 1988, em um Sindicato, o Sindicato dos Trabalhadores da Educação do Terceiro Grau Público de Curitiba, Região Metropolitana e Litoral do Estado do Paraná (SINDITEST-PR), consolidado somente em 1992, quando os trabalhadores do Setor Público adquiriram o direito de sindicalização.

A partir de 1985, sua atuação prioritária se deu nas questões internas da Universidade, mas sem deixar de participar nos movimentos sociais e movimentos de mulheres na cidade de Curitiba. O retorno a uma participação ativa na vida partidária aconteceu no início dos anos 90.

Nas lutas internas da Universidade as principais bandeiras eram o direito de escolha do reitor nas Universidades por parte da comunidade universitária, defesa do voto paritário, direito à representação dos técnicos no âmbito dos conselhos superiores da Instituição, direito de eleger os diretores de cada setor da Universidade com garantia de representação dos técnicos nos conselhos setoriais. Todas as lutas foram

vitoriosas e Roseli Isidoro foi eleita presidente do Sinditest por dois mandatos (1994-1998) além de tornar-se representante dos servidores técnico administrativos nos Conselhos Superiores da UFPR, nos Conselhos de Planejamento e Administração (COPLAD) e no Conselho Universitário (COUN), também por dois mandatos. Além disso, foi Pró-Reitora de Recursos Humanos e Assuntos Estudantis.

A decisão de tornar-se candidata partiu de sua atuação no sindicato dos funcionários da Universidade Federal do Paraná, com o apoio dos funcionários, após a conclusão de dois mandatos à frente do sindicato da categoria.

Neste período de muita militância sindical e partidária, ingressou no curso de graduação, em Letras Português, na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), porém teve que trancar o curso, o qual só foi concluído no período em que estava eleita suplente de Vereadora e antes de assumir a cadeira de Vereadora no lugar do titular, o que aconteceu em 2003, quando então já tinha concluído o curso de graduação. Ou seja, elegeu-se em 2000, como Vereadora suplente, para a legislatura 2001-2004, concluiu o curso de graduação entre 2001-2003, tendo assumido a cadeira de Vereadora em fevereiro de 2003.

Em 2004, candidatou-se à reeleição para a 14.<sup>a</sup> legislatura (2005-2008) e elegeu-se com a maior votação do partido nas eleições proporcionais em todo o Estado do Paraná. Em 2008, candidatou-se novamente à reeleição para a 15.<sup>a</sup> legislatura (2009-2012), mas não obteve êxito. Exerceu cargos de Confiança na prefeitura entre 2012-2016 como Secretária Municipal da Mulher, migrou para o Partido Democrático Trabalhista (PDT), apresentou candidatura em eleições seguintes, mas não alcançou o número de votos para ser eleita.

## **7. Eleições de 2004: 14.<sup>a</sup> legislatura (2005-2008)**

A **14.<sup>a</sup> legislatura (2005-2008)** contou com duas novas Vereadoras e três reeleitas. Uma das duas novas Vereadoras, a curitibana **PROFESSORA JOSETE** elegeu-se para esta legislatura pelo Partido dos Trabalhadores (PT), aos 40 anos de idade e reelegeu-se para todas as legislaturas seguintes, estando atualmente em seu 4.<sup>o</sup> mandato. Na metade desta legislatura, em 2018, candidatou-se a Deputada Federal, porém não foi eleita.

Formou-se em Licenciatura em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e fez pós-graduação *lato sensu* em Organização do Trabalho Pedagógico.

A professora Josete trabalhou como bancária e aos 21 anos, iniciou a carreira de professora na Rede Pública Municipal de ensino de Curitiba. Após a graduação, entre os anos 1987-1994, foi também professora na rede pública estadual de ensino do Estado do Paraná. Na rede pública municipal, onde permaneceu como professora primária até ser eleita, fez parte da equipe que criou o Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Curitiba (Sismmac) do qual chegou a se tornar presidente. Também foi diretora estadual da Central Única dos Trabalhadores no Estado do Paraná, a CUT-PR.

Filiou-se ao Partido dos Trabalhadores (PT) aos 26 anos, em 1990, após a campanha presidencial em 1989. Após a filiação, participou da direção da executiva municipal do partido, dos diretórios municipal e estadual do partido e das seções internas dedicadas ao tema da educação pública e gratuita.

O apoio à candidatura veio de professoras e professores das redes públicas municipal e estadual, bem como de servidores públicos de outras categorias em nível municipal, estadual e federal. Neste período como Vereadora, também lançou candidatura a Deputada Federal em duas eleições, em 2014 e em 2018, porém não foi eleita.

Na 14.<sup>a</sup> legislatura (2005-2008), entre as duas novas Vereadoras eleitas para a CMC, está a catarinense **DONA LOURDES**, natural de Ituporanga-SC, eleita como titular para o seu primeiro mandato, aos 77 anos, pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB). Após esta eleição, candidatou-se à reeleição em todas as eleições municipais seguintes, sendo reeleita todas as vezes. Atualmente, na 17.<sup>a</sup> legislatura (2017-2020), está em seu quarto mandato. Em 2010, lançou candidatura à Deputada Estadual, também pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), mas não foi eleita.

Com o Ensino Fundamental completo, Dona Lourdes iniciou sua carreira profissional como Telefonista na Central Telefônica Catarinense, trabalhando em sua cidade natal, de onde transferiu-se para Blumenau (SC) e, posteriormente, para Curitiba, onde passou a trabalhar em uma Central de Telefonia, aposentando-se como telefonista. Durante muitos anos, Dona Lourdes, viúva e aposentada, dedicou-se a ajudar as pessoas necessitadas, começou utilizando seus próprios recursos e, nos últimos anos antes de eleger-se Vereadora, havia organizado um coletivo de apoiadores de sua causa em torno da ONG Santa Luzia, entidade que foi encerrada com sua entrada para a CMC.

Já tinha 72 anos de idade e há mais de 20 anos realizava trabalho no bairro Santa Quitéria, em Curitiba, quando chamou a atenção de lideranças partidárias do Partido Socialista Brasileiro (PSB) e foi convidada se filiar ao partido no ano de 2001. Permaneceu 4 anos filiada ao Partido Socialista Brasileiro (PSB) antes de lançar sua candidatura à Câmara de Vereadores da Capital.

Neste período, não chegou a ter participação ativa na vida partidária, continuando seu trabalho social voluntário em prol dos excluídos, na região do bairro Santa Quitéria, em Curitiba. Lançou sua candidatura em 2004, pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) obtendo pela primeira vez uma cadeira na CMC assumindo o primeiro mandato aos 77 anos de idade. O principal apoio e incentivo à sua candidatura ela recebeu das pessoas da comunidade, ou por ela atendidas, ou apoiadores de suas causas sociais e de seu trabalho na comunidade.

#### **8. Eleições de 2008: 15.<sup>a</sup> legislatura (2009-2012)**

A **15.<sup>a</sup> legislatura (2009-2012)** contou, no último ano, em 2012, com oito Vereadoras, porém, começou com sete Vereadoras, destas, quatro reeleitas e três novas Vereadoras titulares de primeiro mandato. Uma das novas Vereadoras foi eleita como suplente e assumiu no último ano da legislatura, em 2012.

A 15.<sup>a</sup> legislatura (2009-2012) marca o ingresso das Vereadoras representantes das Comunidades Evangélicas, com a eleição das duas primeiras mulheres representando publicamente a comunidade evangélica. Uma destas Vereadoras foi a **CANTORA MARA LIMA** eleita aos 47 anos pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Na metade da legislatura, em 2010, a Vereadora elegeu-se Deputada Estadual, tendo sido reeleita para o mesmo cargo nas duas eleições seguintes, da última vez como suplente, tendo assumido a cadeira logo no início da última legislatura.

Natural do interior do Paraná, de Francisco Beltrão-PR. Mara Lima, atualmente formada em Teologia, tinha o Ensino Médio Completo quando foi eleita Vereadora pela primeira vez, em 2008. A família mudou-se para Curitiba quando ela ainda era adolescente, com 14 anos de idade, em 1975.

A Cantora Mara Lima, demonstrou talento para a música desde pequena. Ainda na juventude passou a frequentar uma igreja evangélica a convite de Gessé de Souza Lima, que viria a se tornar seu marido. Em 1982, aos 21 anos, gravou seu

primeiro Disco Compacto (CD) com música evangélica, tornando-se um sucesso no gênero da música gospel.

Próximo a completar 40 anos de idade, a ex-Vereadora perdeu contato com seu Pai Constantino, que desapareceu após sofrer um Acidente Vascular Cerebral (AVC) e ter sido internado em uma clínica em Curitiba no ano 2000. Além disso, teve que interromper a carreira de cantora por quatro anos devido a problemas graves nas cordas vocais em função dos quais precisou fazer quatro cirurgias. E retornou à carreira após este período.

Após o sucesso como cantora, transformou-se também em radialista e empresária da área de radiodifusão e produção musical.

Até eleger-se Vereadora em Curitiba, já havia gravado 20 discos, três deles alcançando mais de 1.000.000 de cópias vendidas. Após ser eleita Vereadora em 2008, gravou ainda mais 3 discos.

Durante sua carreira, a Cantora Mara Lima desenvolveu um projeto social paralelamente aos seus Shows e turnês pelo interior do Estado do Paraná. Denominado como "Projeto Abençoando o Paraná", porém não formalizado como ONG ou outra entidade jurídica, foi iniciado no final da década de 90 e continua até os dias de hoje. Foi e ainda é realizado como iniciativa da Ex-Vereadora (atualmente Deputada Estadual) e não é vinculado a uma igreja ou entidade religiosa. Consiste em atendimento a pessoas necessitadas e é realizado nos dias de Show, antes e depois do mesmo, oferecendo ações sociais como realização de exames médicos, corte de cabelos, cadastro de jovens ou desempregados para encaminhamento para cursos profissionalizantes para a colocação ou recolocação no mercado de trabalho. Para a realização destas ações sociais, conta com uma ampla rede de colaboradores entre entidades privadas e públicas e organizações sociais.

Foi no ano de 2003 que se filiou pela primeira vez a um partido político, o Partido Progressista (PP) tendo permanecido no mesmo por 2 anos. No ano de 2005, migrou para o Partido Social Cristão (PSC), partido pelo qual lançou sua candidatura a Deputada Estadual em 2006, por indicação da Convenção das Igrejas Evangélicas Assembleia de Deus do Estado do Paraná, mas não atingiu o número suficiente de votos para obter uma cadeira na Assembleia legislativa, ainda que com uma expressiva votação.

No ano de 2008, migrou para o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), quando então lançou sua candidatura à CMC e elegeu-se como a mulher mais votada da história da capital, com 12.728 votos.

Entre 2009 e 2010 foi presidente do Conselho Fiscal da Fundação de Ação Social de Curitiba (FAS) e, ao mesmo tempo, suplente do Conselho Fiscal da Companhia de Habitação Popular de Curitiba (COHAB). Assumiu, também a Vice-presidência do PSDB-Mulher de Curitiba em 2009.

E em 2010, no meio do mandato como Vereadora, foi novamente indicada pela Convenção das Igrejas Evangélicas Assembleia de Deus no Estado do Paraná, como candidata oficial para representar a instituição nas eleições ao legislativo estadual. Neste contexto, lançou novamente sua candidatura a Deputada Estadual, elegendo-se para o período 2011-2014. Em 2014, foi reeleita Deputada Estadual, ainda pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Em 2018, retornou ao PSC, candidatando-se novamente à reeleição, não alcançando a vitória, mas, como suplente, assumiu o cargo quando o titular.

Entre as duas Vereadoras evangélicas eleitas em 2008 para a 15.<sup>a</sup> legislatura (2009-2012) está a Vereadora **NOEMIA ROCHA** eleita aos 48 anos de idade pelo Partido Democrático Brasileiro (PMDB) e reeleita em todas as legislaturas seguintes, estando atualmente em seu quarto mandato.

Natural de Londrina-PR. Junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em 2008, definiu sua ocupação profissional como Dona de Casa. Porém, cursou Gestão Pública após ter sido eleita Vereadora em 2008, concomitantemente à legislatura. Noemia Rocha, filha de Pastor da Igreja Assembleia de Deus, radialista de programas religiosos e com trabalho social, principalmente dirigido às mulheres em situação de vulnerabilidade. No Instituto Betânia de Ação Social (IBAS), vinculado a 170 igrejas da Assembleia de Deus na cidade de Curitiba desenvolveu estratégias de geração de recursos para atender pessoas necessitadas, envolvendo mulheres voluntárias para a mobilização de recursos, por meio de doações próprias e arrecadação de doações, criando assim, o setor de voluntariado do IBAS.

No início de 2001, ela e mais 4 mulheres criaram um programa "Mulheres filhas de Deus fazendo ação social" na Rádio Marumby FM e levaram o programa para mais 5 rádios. Eram elas próprias as mantenedoras que pagavam o programa, comprando o horário. Não conseguiam comerciais porque o tema geral era doar. Um

dos lemas do programa era a frase "eu não posso viver com dois" para incentivar os ouvintes à prática da doação.

Após sua filiação ao Partido Democrático Trabalhista (PDT) em 2004 em que permaneceu por aproximadamente 2 anos, sem lançar candidatura, migrou para o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), em 2007, após o convite do então governador Roberto Requião. Em 2008, lançou sua candidatura à Vereadora, inicialmente para preencher as cotas partidárias, e foi eleita. Lançou candidatura à reeleição nas duas eleições municipais seguintes, em 2012 e 2016, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) tendo sido reeleita em ambas. Em 2010, 2014 e 2018, paralelamente à vereança, lançou candidatura à Deputada Estadual, porém não foi eleita sendo que atualmente está exercício de mandato na CMC e desde 2018 está na suplência para o legislativo estadual.

Na 15.<sup>a</sup> legislatura (2009-2012), outra nova Vereadora titular foi a jovem advogada **RENATA BUENO** foi eleita aos 29 anos, solteira, pelo Partido Popular Socialista (PPS). Não foi reeleita para a legislatura seguinte, em 2012, porém elegeu-se como representante da comunidade italiana da América do Sul ao Parlamento Italiano.

É filha de um importante político paranaense, Rubens Bueno, Deputado Estadual no Paraná em dois mandatos, ex-Secretário Estadual do Trabalho, Deputado Federal em um mandato e prefeito da cidade de Campo Mourão, no Estado do Paraná. Atualmente no quinto mandato como Deputado Federal na legislatura 2018-2022.

Renata Bueno nasceu em Brasília-DF e aos 17 anos filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), partido ao qual seu pai permaneceu entre 1990-1999, período em que foi Deputado Federal e Prefeito pelo partido. Em 1999, seu pai liderou a criação do Partido Popular Socialista (PPS) do Estado do Paraná, partido ao qual ela viria a se filiar em 1999. Aos 21 anos, já formada em Direito, passou a atuar de forma mais profissionalizada nas atividades partidárias. Nas eleições nacionais e estaduais de 2002, bem como nas eleições municipais de 2004, participou da Coordenação de Campanha das candidaturas do partido. Participou da organização das mulheres dentro do partido.

Candidatou-se a Deputada Federal pelo Partido Popular Socialista (PPS) em 2006, porém não obteve êxito. Em 2008, ao mesmo tempo em que lançou candidatura à cadeira de Vereadora em Curitiba, era mestranda em Roma, na Itália. Realizava, ainda, atividades sociais junto ao Instituto Gralha Azul que desenvolvia projetos no

Brasil, em diferentes municípios brasileiros, financiados pela União Europeia (UE). Conseguiu eleger-se Vereadora de Curitiba pelo Partido Popular Socialista (PPS), em 2008. Candidatou-se à reeleição, porém não obteve êxito. Mas, no ano seguinte, em 2013, foi eleita Deputada pela circunscrição da América do Sul no parlamento italiano, representando a comunidade italiana da América do Sul pelo movimento cívico *Unione Sudamericana Emigrati Italiani* (USEI). Na reeleição ao cargo no parlamento italiano, em 2018, mesmo sendo a mais votada pelo Brasil entre 24 candidatos, ficou em terceiro pela circunscrição eleitoral da América do Sul e não se reelegeu.

Ainda na 15.<sup>a</sup> legislatura (2008-2012), elegeu-se como suplente de mandato, a enfermeira **MARIA GORETTI**, aos 48 anos, pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Assumiu como Vereadora em 2012, no último ano do mandato/legislatura, aos 52 anos. Candidatou-se à reeleição, em 2012, mas não foi eleita.

Natural de Londrina-PR, Maria Goretti, formou-se em Enfermagem e Obstetrícia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) em 1985 e cursou Pós-graduação *lato sensu* em Planejamento e desenvolvimento de recursos humanos em 1987-1988.

A ex-Vereadora Maria Goretti David Lopes, exerceu, em 1985-1987, a função de extensionista social na Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná (ACARPA), antecessora da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Paraná [EMATER]). Desde 1987, é Servidora Pública na Secretaria Estadual de Saúde do Paraná, atuando em diferentes órgãos públicos de saúde, algumas vezes cedida a órgãos municipais, ou em cargos de confiança em nível estadual e municipal. Em 1991-1992 foi Diretora de Saúde no município de Foz do Iguaçu, cedida pela Secretaria Estadual de Saúde.

Na década de 90, passou a atuar nos órgãos de classe e sindical dos enfermeiros em nível regional, nacional e internacional. Presidiu o Sindicato dos Enfermeiros do Estado do Paraná no período de 1989-1991 e foi Presidente da Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn) nos períodos 1995-1998 e 2007-2010. Foi também Diretora da Revista Brasileira de Enfermagem (REBEn) igualmente no período 1995/98 e 2007-2010. Em 1998, foi nomeada membro da delegação da 51.<sup>a</sup> assembleia mundial de saúde. Integrou o Banco de Peritos em Liderança do International Council of Nurses (ICN) no período de 1997-2001. Exerceu a função de Secretária Geral da Federação Panamericana de Profissionais de Enfermagem (FEPEN), no período 2000-2002, entre outras atuações em eventos de âmbito nacional, continental e mundial na área da saúde.



A partir de 1999 passou a atuar na Secretaria Estadual de Saúde com disposição funcional para Prefeitura Municipal de Curitiba, período em que contribuiu para a criação do Programa Mãe Curitibana, coordenou programas como o Programa Saúde da Família, o Programa de DST/AIDS, o Programa de Atenção à Mulher em Situação de Violência de Curitiba e Região Metropolitana (2006). Exerceu, também, a função de Chefe de Gabinete na Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba, nos anos 2005 e 2006. Neste mesmo biênio, presidiu o Conselho Estadual de Saúde do Paraná. Foi, ainda, membro do Conselho Nacional de Saúde no período de 2008-2010 e Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, no período de 2011-2012.

Possui também uma intensa produção bibliográfica na área da Enfermagem, da saúde pública, como artigos científicos, informes consultivos, cartilhas, palestras e comunicações em oficinas, seminários, simpósios, conferências e congressos.

Durante sua atuação profissional e na representação de classe dos enfermeiros recebeu diversos prêmios, votos de louvor, de congratulações e moções de reconhecimento de universidades, entidades sociais, sindicais e entes federados, dentre estes da Câmara Municipal de Curitiba, da Assembleia Legislativa do Paraná, do Conselho Federal de Enfermagem, da Universidade de Londrina, entre outros.

Como militante do Movimento de Mulheres, fundou a ONG Espaço Mulher e participou da coordenação do Comitê Multipartidário de Mulheres e é filiada à Rede Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Reprodutivos.

Sua socialização política aconteceu durante a graduação, participando do Movimento Estudantil na Universidade onde chegou a presidir o Centro Acadêmico Anna Néri, do curso de Enfermagem. Aos 21 anos, em 1981, filiou-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e em 1982 foi convidada para integrar campanhas políticas em Londrina - Paraná. Durante o tempo em que permaneceu no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), atuou junto à Juventude do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (JPMDB), principalmente no Movimento contra a Carestia (MCC), Constituinte Livre Democrática e Soberana, Movimento das Diretas Já, em defesa do mandato de 4 anos para presidente, bem como outras pautas da juventude peemedebista.

Em 1990 desligou-se do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) intensificando a atuação profissional, sindical e de ativismo em relação aos temas da saúde. Em

2004, vivendo em Curitiba, migrou para o Partido Socialista Brasileiro (PSB) em um contexto de estruturação e formação de chapas para eleições proporcionais. Neste mesmo ano candidatou-se à Câmara de Vereadores de Curitiba, mas não obteve êxito. Em 2007, migrou para o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e lançou candidatura pelo partido à CMC em 2008, para a legislatura 2009-2012. Sua expressiva votação a colocou na condição de suplente, tendo assumido nos últimos 7 meses da legislatura, em 2012. Neste mesmo período, que coincidiu com o período eleitoral para a legislatura seguinte, lançou sua candidatura novamente, porém não obteve êxito.

No início do ano de 2019, deixou a executiva do Conselho Regional de Enfermagem do Paraná (Coren/PR), para assumir a Superintendência de Atenção à Saúde (SAS), na Secretaria da Saúde do Estado do Paraná.

## **9. Eleições de 2012: 16.<sup>a</sup> legislatura (2013-2016)**

Na **16.<sup>a</sup> legislatura (2013-2016)**, cinco mulheres fizeram parte da legislatura desde o início da mesma, como Vereadoras titulares. Destas cinco, quatro eram Vereadoras reeleitas e apenas uma delas estava ingressando no primeiro mandato, a jovem cantora evangélica **CARLA PIMENTEL**, solteira, eleita aos 30 anos pelo Partido Social Cristão (PSC). Ao término do mandato, candidatou-se à reeleição, porém não foi reeleita.

Carla Cristiana de Carvalho (de nome político Carla Pimentel) é natural da cidade de Curitiba-PR. Na época, tinha formação em Psicologia e Tecnologia da Informação por instituições particulares de ensino superior.

Carla Cristiana de Carvalho, eleita com o nome Carla Pimentel, adotou o sobrenome do avô, o carioca José Pimentel de Carvalho, um dos fundadores da Igreja Evangélica Assembleia de Deus no Paraná e que foi por 40 anos presidente da Assembleia de Deus de Curitiba. O Pastor José Pimentel foi transferido para Curitiba em 1962 onde assumiu a presidência da Assembleia de Deus na cidade. Atuou em todo o país, destacando-se nas convenções estaduais e nacionais como importante liderança, tendo sido eleito diversas vezes para a direção de entidades nacionais da Igreja Assembleia de Deus. Atuou, também, internacionalmente tendo, inclusive, permanecido dois meses na Noruega. O pai de Carla Pimentel, Carlos Alberto de Carvalho, também membro da Igreja Assembleia de Deus, não com tanta presença na mídia evangélica e na mídia em geral como o patriarca José Pimentel e

a filha Carla Pimentel, ainda assim, manteve e mantém, constante apoio à filha nas redes sociais e na comunidade religiosa, relacionadas à vida artística, religiosa e política da filha.

Carla Pimentel tornou-se conhecida no meio protestante com sua atuação como radialista na Rádio Marumby, de propriedade de Mateus lensen, amigo da família da Ex-Vereadora.

O proprietário da Rádio Marumby, o músico evangélico, radialista e empresário Mateus lensen, proveniente do interior do Paraná, ganhou visibilidade e notoriedade nas comunidades evangélicas quando chegou em Curitiba, em 1996. Foi apoiado pelo Pastor José Pimentel para realizar apresentações nas Igrejas e em convenções o que lhe possibilitou comprar a rádio na qual um dia havia sido despedido, a Rádio Marumby AM. Além de artista, radialista e empresário voltado ao público evangélico, Mateus lensen seguiu também a carreira política elegendo-se para diferentes mandatos, tornando-se importante liderança religiosa, política e empresarial no Estado do Paraná. Desde 2008, a Ex-Vereadora Carla Pimentel adquiriu visibilidade como cantora evangélica e radialista na rádio Marumby AM de propriedade de Mateus lensen.

Outro vínculo importante para a trajetória política da Ex-Vereadora Carla Pimentel é sua relação de proximidade com a cantora, empresária musical e de radiodifusão, radialista, ex-Vereadora e atual Deputada Estadual do Paraná, a Cantora Mara Lima, também da Igreja Assembleia de Deus que tem dado respaldo a trajetória artística, religiosa e política de Carla Pimentel, inclusive com a proposição, na Assembleia Legislativa do Paraná, de "Votos de Congratulações à Missionária Carla Pimentel, pelas comemorações alusivas ao 3.º aniversário do seu programa Momento de Deus", em 24 de agosto de 2011, no Plenário da Assembleia Legislativa do Paraná, apenas um ano antes da candidatura de Carla Pimentel à CMC.

Como religiosa, Carla Cristiana Pimentel esteve em missão evangélica em países da África e participou de campanhas sociais e de evangelização, direcionados a alguns países.

Teve, ainda, intensa participação em congressos internos das mulheres da Igreja Assembleia de Deus em período anterior à sua eleição para a Câmara Municipal de Curitiba.

Em 2012, aos 30 anos, Carla Pimentel lançou sua candidatura à CMC, sendo eleita para o período 2013-2016.

Em 2014, na metade do mandato como Vereadora, lançou candidatura à Deputada Estadual, ficando na suplência. Em 2016 lançou candidatura à reeleição para a Câmara de Vereadores de Curitiba, mas não obteve êxito. Após a eleição, retomou as funções de missionária da igreja Assembleia de Deus e como palestrante sobre empoderamento feminino. Aguardou, porém sem sucesso, a vaga de suplência de deputado estadual, após um requerimento jurídico para assumir o mandato do deputado Ricardo Arruda, em função da acusação de infidelidade partidária do mesmo, por ter saído do Partido Social Cristão (PSC), partido pelo qual foi eleito, e migrado para o Partido Ecológico Nacional (PEN).

Em 2018, lançou candidatura à Deputada Estadual para a legislatura de 2018-2022 e está na suplência, aguardando a possibilidade de exercer o mandato de Deputada Estadual.

Atualmente, em 2019, tem cargo de confiança no governo do Estado do Paraná, gestão do governador Carlos Massa Ratinho Júnior (Ratinho Júnior) do Partido Social Democrático (PSD) como Coordenadora do programa de Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), vinculado ao Executivo Estadual.

## **10. Eleições de 2016: 17.<sup>a</sup> legislatura (2017-2020)**

A **17.<sup>a</sup> e atual legislatura (2017-2020)**, conta com oito Vereadoras, a maior porcentagem de Vereadoras presentes na CMC, todas eleitas no período analisado como titulares, elevando a bancada feminina para 21% das cadeiras. Tal feito histórico, motivou a Vereadora a realizar uma homenagem à todas as mulheres Vereadoras que fizeram parte da História da instituição com um memorial permanente e aberto ao público.

Dentre as oito Vereadoras da atual legislatura, quatro são novas Vereadoras no exercício do primeiro mandato e quatro são Vereadoras reeleitas, fazendo com que a instituição apresente, nesta legislatura, índices de reeleição e de renovação, ambos na casa dos 50%.

A 17.<sup>a</sup> legislatura marca o ingresso, na CMC, de duas Vereadoras vinculadas à causa da defesa dos animais, algo inédito na instituição.

A Vereadora **MARIA MANFRON** é uma das Vereadoras em primeiro mandato na 17.<sup>a</sup> legislatura (2017-2020), eleita aos 63 anos pelo Partido Progressista (PP).

Natural de Curitiba-PR, sua formação escolar formal contemplava o Ensino Fundamental incompleto quando eleita Vereadora. É casada há quase 50 anos com

Aldemir João Manfron, vereador da capital paranaense por sete mandatos consecutivos. A decisão de entrar para a política e candidatar-se ao cargo de Vereador ocorreu após seu marido encerrar a carreira política.

Maria Manfron é neta de imigrantes italianos que se estabeleceram em Santa Felicidade no final do século XIX, há pelo menos 140 anos, desde 1878, onde surgiu uma grande comunidade de descendentes que mantêm vivas as tradições e a cultura italiana. A família Manfron é conhecida na comunidade, com nome de rua em homenagem a antepassados, uma empresa de comércio de material de construção estabelecida há muitos anos.

Tem realizado, há décadas, trabalho beneficente em seu bairro e bairros vizinhos, principalmente com atendimento a idosos, por meio de voluntariado em associações beneficentes que arrecadam recursos para atender os idosos mais necessitados junto às entidades de 3.<sup>a</sup> idade, centros de convivência, Pastorais do idoso, em eventos, confraternizações. Em conjunto com outras mulheres, todas voluntárias, criaram uma instituição feminina, a Associação Feminina de Apoio a Santa Felicidade (AFASF) onde fazem trabalhos voluntários, artesanato, bazar beneficente e compram, por exemplo, fraldas geriátricas entre outros itens de primeira necessidade de idosos carentes da comunidade. Ajudou a criar e participa ativamente de dezenas de sociedades beneficentes, há mais de 20 anos, principalmente em torno da manutenção de Creches, Escolas, Associações de Idosos, ou organizando círculos de mulheres, ou de moradores em geral e mesmo empresários dos bairros da região de Santa Felicidade, Orleans e São Braz, em prol de diferentes causas da população do bairro.

A socialização político partidária da Vereadora Maria Manfron aconteceu em conjunto com a trajetória de seu marido Aldemir João Manfron e sua primeira filiação partidária ocorreu aos 36 anos, em 1988, quando ambos filiaram-se ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), tendo permanecido 12 anos no partido. Em 2000, migraram para o Partido Progressista (PP). A Vereadora não chegou a desenvolver uma militância na organização e instâncias partidárias internas nos dois partidos nos quais militou. Em 2016, lançou pela primeira vez sua candidatura à Câmara Municipal de Curitiba, obtendo êxito na primeira eleição. Atual Vereadora na 17.<sup>a</sup> legislatura (2017-2020).

A Vereadora **KATIA DOS ANIMAIS DE RUA**, eleita para a atual legislatura (2017-2020), aos 47 anos, pelo Solidariedade (SD), optou por trazer a causa de suas lutas para o seu nome político.

Paulistana, natural de São Paulo-SP, Katia Dittrich formou-se em Odontologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR) e atuou como dentista por 10 anos, de 1992 a 2002. Entre os anos 2002 a 2012 administrou uma microempresa de cestas de café da manhã.

Desde 2006, Kátia tornou-se protetora dos animais de rua, inicialmente atuava de forma independente. Recolhia animais de rua e fazia resgates. Com o passar do tempo foi conhecendo mais pessoas simpáticas à sua causa, unindo-se a outros voluntários para atuarem juntos em prol dos animais de rua. Nas duas vezes em que foi candidata a Vereadora, adotou o nome "Katia dos animais de rua" para reafirmar sua bandeira pela causa dos animais abandonados nas ruas da cidade de Curitiba. No entanto, o ativismo se estende, também, aos animais em cativeiro e em situação de maus tratos.

Filiou-se a um partido, pela primeira vez em 2011, ao Partido Democrático Trabalhista (PDT). Na primeira vez em que foi candidata, em 2012, pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), teve uma votação expressiva, não foi eleita, mas ficou na suplência.

Em 2013 e 2014, assumiu cargo de confiança na Prefeitura de Curitiba onde trabalhou na Secretaria do Meio Ambiente, no departamento da Rede de Proteção Animal e de Educação Ambiental, na fiscalização de casos de maus-tratos e de abandono de animais. Neste período, juntamente com alguns voluntários, chegou a "estourar" um canil que mantinha cães em situação de maus tratos, fato que repercutiu na mídia da cidade.

Em 2015 e 2016, trabalhou na Secretaria de Estado de Segurança Pública - junto à Delegacia de Proteção do Meio Ambiente com foco na fiscalização de casos de maus tratos e abandono de animais.

Casada e sem filhos, a defensora dos animais Katia Dittrich, candidatou-se pela segunda vez em 2016 elegendo-se para a atual legislatura (2017-2020). Em 2018, lançou candidatura à Deputada Estadual, novamente pelo Solidariedade (SD), porém não obteve êxito. Continua exercendo o mandato na Câmara de Curitiba.

Eleita para a 17.<sup>a</sup> e atual legislatura, a Vereadora **FABIANE ROSA**, eleita aos 43 anos pelo Partido Democrata Cristão (PDC), atual Democracia Cristã (DC), é uma das duas Vereadoras que representam a causa da defesa do direito dos animais.

Natural de Curitiba-PR, Fabiane Delisie Cabral da Rosa é formada em Pedagogia pela Universidade do Oeste do Paraná (UNIOESTE-PR), com Especialização

em Educação ambiental é funcionária pública da prefeitura municipal de Curitiba, tendo atuado por mais de 20 anos no magistério municipal, como professora do ensino fundamental e Pedagoga e também em âmbito administrativo na Secretaria municipal da Educação. No ano em que foi eleita, 2016, Fabiane Rosa que tinha cargo de Profissional do Magistério, área de atuação Assistência Pedagógica, estava lotada na Secretaria Municipal de Educação.

É a única Vereadora, entre as 24 eleitas na história da cidade de Curitiba a vencer uma eleição como mãe de filho pequeno, menor de 10 anos. Em seu caso, um filho recém-nascido.

Fabiane Rosa é ativista dos direitos dos animais desde aproximadamente o ano de 2009. Atuou, antes de ser eleita, em ONGs de causa animal na cidade de Curitiba, como por exemplo, foi uma das fundadoras do Grupo Salva Bicho que mais tarde veio a se tornar a ONG "Salva Bicho". Como candidata à Vereadora em 2012, ficou na primeira suplência. Nas eleições de 2016 foi a mulher mais votada, sendo eleita com 7.328 votos, para defender "aqueles que não tem voz", segundo a concepção de que "Os DIREITOS dos animais devem ser defendidos pela Lei, assim como os direitos dos homens!"

Sua socialização política ocorreu na estrutura administrativa da Prefeitura municipal de Curitiba, como servidora pública na Secretaria de Educação, onde filiou-se, primeiramente ao DEM em 2003. Mais tarde, em 2011 filiou-se ao PTB permanecendo no partido por 5 anos. Em 2016, filiou-se e lançou candidatura à Vereadora pelo PDC, atual DC, obtendo êxito, com uma expressiva votação.

Nos partidos em que foi e é filiada, não chegou a ter uma dedicação à organização interna ou participação mais expressiva na vida partidária antes de ser eleita. Após ser eleita, presidiu a organização interna das mulheres no partido.

Eleita para a atual legislatura e identificada com a pauta da violência contra a mulher, a Médica **MARIA LETÍCIA FAGUNDES**, natural de Guaratuba, litoral do Paraná, ingressou na Câmara Municipal de Curitiba em 2017, após ser eleita em 2017 para o período 2017-2020.

Antes de cursar Medicina, cursou dois anos de Direito na Universidade de Curitiba (UNICURITIBA). Mas, optou por mudar de curso e formou-se em Medicina pela Faculdade Evangélica do PR, em 1985, com especialização na área de Ginecologia e Obstetrícia.

Teve contato com o universo da participação política ainda na graduação em Medicina quando então mobilizava os demais estudantes da faculdade por pautas relacionadas a propostas de melhorias internas na infraestrutura do curso de Medicina e bem-estar estudantil. Como profissional da Medicina, foi presidente da Associação dos Médicos Legistas do Paraná em 2011. Da sua atuação como Médica Legista e ao se deparar com a violência cometida contra as mulheres criou a ONG MAIS MARIAS em 2012, dedicada a reivindicar mais direitos para as mulheres e a lutar contra a violência sofrida pelas mulheres.

Após alguns anos engajada na luta contra a violência e pelos direitos das mulheres decidiu pela candidatura à Vereadora. Após visitação aos partidos e conversa com lideranças e dirigentes de diferentes partidos, escolheu um partido para se filiar e tornar a candidatura uma realidade. A escolha partidária foi uma seleção realizada pela Vereadora após uma pesquisa pessoal.

No período em que foi eleita Vereadora de Curitiba, em 2016, trabalhava como Servidora Pública na área da saúde, como Médica Legista na Política Científica do Estado.

Filiou-se no PV em 2010 e se mantém no PV até o presente. Ao ingressar no Partido Verde (PV) atuou na Secretaria Estadual da Mulher organizando as mulheres do partido. Candidatou-se pelo partido a Vereadora em 2012, sem obter êxito e a Deputada Estadual em 2014, sem obter êxito. Em 2016 foi eleita Vereadora. Em 2018, na metade do mandato, candidatou-se a Deputada Estadual, sem obter êxito. Atualmente continua exercendo o mandato na Câmara Municipal de Curitiba.

## 10.1 REFERÊNCIAS E FONTES DAS NOTAS BIOGRÁFICAS DAS VEREADORAS

### 10.1.1 Fontes de pesquisa coletivas

BERNARDI, J. L. Vereadoras de Curitiba: poder familiar e cotas de gênero. In: OLIVEIRA, R. C. (Org.). **Nepotismo, parentesco e mulheres**. Curitiba: RMEditores, 2016. p.335-271.

BLOG DO ZÉ BETO. **As Vereadoras de Curitiba**. mar. 2014. Disponível em: <<http://www.zebet.com.br/2014/03/07/as-Vereadoras-de-curitiba/#.Xemb4uhKjct>>. Acesso em: 12 maio 2018.



BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Eleições anteriores**. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-anteriores>>. Acesso em: 12 maio 2018.

CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. Dia da mulher: ex-Vereadoras de Curitiba são exemplo de motivação. **Notícias do Legislativo**. Disponível em: <[https://www.cmc.pr.gov.br/ass\\_det.php?not=29167#&panel1-1](https://www.cmc.pr.gov.br/ass_det.php?not=29167#&panel1-1)>. Acesso em: 12 maio 2018.

CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Galeria de Vereadoras na política de Curitiba**. Disponível em: <<https://www.cmc.pr.gov.br/nossamemoria/galeriadeVereadorasdecuitiba/index.php>>. Acesso em: 12 abr. de 2018.

GAZETA DO POVO. **Eleições 2016**: guia dos candidatos. Disponível em: <<https://especiais.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2016/curitiba-pr/vereador/>>. Acesso em: 08 jan. 2018.

OLIVEIRA, R. C. (Org.). **Nepotismo, parentesco e mulheres**. Curitiba: Editora Urbi et Orbi, 2016. 594p.

PARANÁ. Tribunal Regional Eleitoral (TRE-PR). **Resultados de eleições municipais**. Disponível em: <<http://www.tre-pr.jus.br/eleicoes/resultados/resultados-de-eleicoes-municipais-tre-pr>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

ROMFELD, M. C. S. **A participação da mulher na câmara municipal de vereadores**: as Vereadoras da cidade de Curitiba: análise da participação feminina em cargos eletivos de 1947 a 2002. Monografia (Especialização em Sociologia Política) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003.

### 10.1.2 Fontes de pesquisa individuais<sup>59</sup>

#### 1. Fontes utilizadas para as notas biográficas sobre a Vereadora Maria Carneiro Mochel

Fontes coletivas conforme o tópico 10.1.1, além da(s) seguintes fontes(s) específica(s) para a Vereadora:

---

<sup>59</sup> Foram realizadas entrevistas presenciais com as vereadoras (e/ou via telefone, e-mail, por intermédio de assessoria, ou dos filhos no caso de uma vereadora falecida) para complementação de dados sobre origem familiar, formação escolar, ocupação, associativismo, filiação partidária, inserção partidária, migração partidária, candidaturas e projetos encaminhados durante o mandato (conforme o questionário demonstrado no Apêndice 1).

CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Maria Olimpia Carneiro Mochel, a primeira Vereadora de Curitiba**. Disponível em: <[https://www.cmc.pr.gov.br/ass\\_det.php?not=22332#&panel1-1](https://www.cmc.pr.gov.br/ass_det.php?not=22332#&panel1-1)>. Acesso em: 28 mar. 2018.

CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. Galeria de Vereadoras na política de Curitiba. Maria Olimpia Carneiro Mochel. Disponível em: <<https://www.cmc.pr.gov.br/nossamemoria/galeriadeVereadorasdecuitiba/Vereadoras.php?Vereadora=MariaOlympiaCarneiroMochel>>. Acesso em: 15 abr. 2018.

FREY, J. Câmara conta história das Vereadoras; a primeira tinha só 21 anos e era comunista. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 08 mar. 2018. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/vozes/joao-frey/camara-conta-historia-das-Vereadoras-primeira-tinha-21-anos-e-era-comunista/>>. Acesso em: 24 maio 2018.

GONÇALVES, M. M. K. **Elite vermelha**: um perfil socioeconômico dos dirigentes estaduais do Partido Comunista Brasileiro no Paraná-1945/1964. Tese (Doutorado). Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

## 2. Fontes utilizadas para as notas biográficas sobre a Vereadora Maria Clara Brandão Tessoroli

Fontes coletivas conforme o tópico 10.1.1, além da(s) seguinte(s) fonte(s) específica(s) para a Vereadora:

CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Galeria de Vereadoras na política de Curitiba**: Maria Clara Brandão. Disponível em: <<https://www.cmc.pr.gov.br/nossamemoria/galeriadeVereadorasdecuitiba/Vereadoras.php?Vereadora=MariaClaraBrandaoTessoroli>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

VEREADORA Maria Clara assegura que não vai trocar nome de rua. **Jornal "Última Hora"**, out. 1959. Caderno 2, p.7. Disponível em: <[www.cmc.pr.gov.br](http://www.cmc.pr.gov.br) > anexo > anexo=26252>. Acesso em: 22 ago. 2018.

## 3. Fontes utilizadas para as notas biográficas sobre a Vereadora Rosa Maria Chiamulera

Fontes coletivas conforme o tópico 10.1.1, entrevista (conforme Apêndices 1 e 2 e nota 59), além da(s) seguinte(s) fonte(s) específica(s) para a Vereadora:

BLOG DO TUPAN. Recomeçar é preciso: política sem meias palavras, **Bem Paraná**, Curitiba, set. 2012. Disponível em: <<https://www.bemparana.com.br/blog/tupan/post/recomecar-e-preciso#.Xeo69OhKjcu>>. Acesso em: 22 ago. 2018.

ESCAVADOR. **Rosa Maria Chiamulera**. Disponível em: <<https://www.escavador.com/sobre/2699878/rosa-maria-chiamulera>>. Acesso em: 02 set. 2018.

FACEBOOK. **Rosa Maria Chiamulera**. Disponível em: <<https://web.facebook.com/rosamaria.chiamulera>>. Acesso em: 22 ago. 2018.

MILLARCH, A. Debate político. **Blog Tabloide Digital**, 29 set. 1976. Disponível em: <<http://www.millarch.org/artigo/debate-politico>>. Acesso em: 22 ago. 2018.

MILLARCH, A. Uma Rosa nas eleições. **Blog Tabloide Digital**, 24 jul. 1976. Disponível em: <<http://www.tabloidedigital.com.br/artigo/uma-rosa-nas-eleicoes>>. Acesso em: 03 abr. 2018.

O RÁDIO DO PARANÁ. **Rosa Maria Chiamulera**. Entrevista realizada em 04 set. 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Dm4leN3jz7U>>. Acesso em: 22 ago. 2018.

UMA nova maneira de fazer política" revela Rosa Maria Chiamulera. **Blog Iza Zilli Persona**, Curitiba, 09 out. 2018. Entrevista. Disponível em: <<https://www.izazillipersona.com/uma-nova-maneira-de-fazer-politica-revela-rosa-maria-chiamulera/>>. Acesso em: 15 ago. 2018.

#### 4. Fontes utilizadas para as notas biográficas sobre a Vereadora Marlene Zanin

Fontes coletivas conforme o tópico 10.1.1, entrevista (conforme Apêndices 1 e 2 e nota 59), além da(s) seguinte(s) fonte(s) específica(s) para a Vereadora:

CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Galeria de Vereadoras na política de Curitiba: Marlene Zannin**. Disponível em: <<https://www.cmc.pr.gov.br/nossamemoria/galeriadeVereadorasdecuitiba/Vereadoras.php?Vereadora=MarleneZanin>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

DHPAZ. **Depoimento, Marlene Zannin**. Entrevista. Disponível em: <<http://www.dhpaz.org/dhpaz/depoimentos/detalhe/46/nao-tinha-tempo-ruim-qualquer-coisa-que-precisasse-os-estudantes-estavam-sempre-prontos-para-enfrentar-a-policia-cotidianamente>>. Acesso em: 22 ago. 2018.

FACEBOOK. **Marlene Zannin**. Disponível em: <<https://pt-br.facebook.com/marzannin>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

PEREIRA, F. M.; DE OLIVEIRA, M. R. Estruturas familiares na Prefeitura Municipal de Curitiba: uma prosopografia do secretariado de primeiro escalão do governo de Rafael Greca de Macedo no início de 2017. **Revista NEP-Núcleo de Estudos Paranaenses da UFPR**, Curitiba, v.3, n.1, p.238-267, 2017. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/nep/article/view/52569/32314>>. Acesso em: 22 abr. 2018.

#### 5. Fontes utilizadas para as notas biográficas sobre a Vereadora Nely Almeida

Fontes coletivas conforme o tópico 10.1.1, além da(s) seguinte(s) fonte(s) específica(s) para a Vereadora:

ARTES NA WEB. **ALMEIDA, Nely Lída Valente** (Nely Valente). 18 mar. 2015. Disponível em: <<http://www.artesnaweb.com.br/index.php?pagina=home&abrir=arte&acervo=99>>. Acesso em: 03 mar. 2018.

CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Nely Almeida e a Irmandade de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba**. 08 mar. 2013. Disponível em: <[https://www.cmc.pr.gov.br/ass\\_det.php?not=19999#&panel1-1](https://www.cmc.pr.gov.br/ass_det.php?not=19999#&panel1-1)>. Acesso em: 03 mar. 2018.

MILLARCH, A. **Nely e suas preocupações pela cidade que a elegeu**. **Blog Tabloide Digital**, 14 set. 1989. Disponível em: <<https://www.millarch.org/artigo/nely-suas-preocupacoes-pela-cidade-que-elegeu>>. Acesso em: 13 mar. 2018.

PEREIRA, F. M. Breve estudo genealógico de Cecílio do Rego Almeida. **Revista NEP-Núcleo de Estudos Paranaenses da UFPR**, Curitiba, v.2, n.2, p.27-41, 2017.

"TEMOS que trabalhar com as portas abertas atendendo a todos" conta Nely Valente de Almeida. **Blog Iza Zilli Persona**, Curitiba, 23 jun. 2018. Entrevista. Disponível em: <<https://www.izazillipersona.com/temos-que-trabalhar-com-portas-abertas-atendendo-a-todos-conta-nely-valente-de-almeida/>>. Acesso em: 13 mar. 2018.

## 6. Fontes utilizadas para as notas biográficas sobre a Vereadora Laís Peretti

Fontes coletivas conforme o tópico 10.1.1, entrevista com os filhos (conforme Apêndices 1 e 2 e nota 59), além da(s) seguinte(s) fonte(s) específica(s) para a Vereadora:

ARTES NA WEB. **GURTENSTEN, Laís Peretti** (Laís Peretti), 25 mar. 2015. Disponível em: <<http://www.artesnaweb.com.br/index.php?pagina=home&abrir=arte&acervo=1903>>. Acesso em: 23 maio 2018.

CURITIBA. Secretaria Municipal da Educação. **Escola Municipal Vereadora Laís Peretti**: histórico. Disponível em: <<https://educacao.curitiba.pr.gov.br/conteudo/historico/3873>>. Acesso em: 15 maio 2018.

DE OLIVEIRA, M. R. A família Peretti Gurtensten: indicativos para uma pesquisa sobre empresariado e política paranaense. **Revista NEP-Núcleo de Estudos Paranaenses da UFPR**, Curitiba, v.2, n.2, p.81-88, 2017. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/nep/article/view/46985>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

FREITAS, A. C. A invenção do Solar do Barão: a gravura brasileira em Curitiba. **CLIO - Revista de Pesquisa Histórica - UFPE**, Pernambuco, v.31, n.2, 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/24408>>. Acesso em: 12 out. 2018.

HUGO PERETTI. Disponível em: <<http://hugoperetti.com.br/grife-hugo-peretti/>>. Acesso em: 23 maio 2018.

OS 25 anos do Shopping Mueller. **Blog Mirian Gasparin**, 11 set 2008. Disponível em: <<https://miriangasparin.com.br/2008/09/os-25-anos-do-shopping-mueller/>>. Acesso em: 21 jun. 2018.

## **7. Fontes utilizadas para as notas biográficas sobre a Vereadora Zélia Passos**

Fontes coletivas conforme o tópico 10.1.1, entrevista (conforme Apêndices 1 e 2 e nota 59), além da(s) seguintes fonte(s) específica(s) para a Vereadora:

ZÉLIA PASSOS. **BLOG TEATROPOLÍTICO60**, 1.º set. 2010. Entrevista. Disponível em: <<https://teatropolitico60.wordpress.com/2010/09/01/entrevista-com-zelia-passos/>>. Acesso em: 23 mar. 2018.

## **8. Fontes utilizadas para as notas biográficas sobre a Vereadora Julieta Reis**

Fontes coletivas conforme o tópico 10.1.1, entrevista (conforme Apêndices 1 e 2 e nota 59), além da(s) seguintes fonte(s) específica(s) para a Vereadora:

BLOG JULIETA REIS. Disponível em: <<http://julietareis.blogspot.com/>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. Julieta Reis filia-se ao PSB na Câmara. **Notícias do Legislativo**. Disponível em: <[https://www.cmc.pr.gov.br/ass\\_det.php?not=5823#&panel1-1](https://www.cmc.pr.gov.br/ass_det.php?not=5823#&panel1-1)>. Acesso em: 13 jun. 2018.

FACEBOOK. **Julieta Reis**. Disponível em: <<https://web.facebook.com/julieta.reis/>>  
<<https://www.facebook.com/Julieta.Reis2>>  
<<https://web.facebook.com/Vereadorajulietareis/>>  
<<https://pt-br.facebook.com/julieta.reis>>  
<<https://web.facebook.com/chacaralagoasanta/>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

MEMÓRIAS PARANÁ. **Julieta Maria Braga Côrtes Fialho dos Reis (2018) Administração – Curitiba – Paraná**. Depoimentos. Disponível em: <<http://memoriasparana.com.br/julieta-maria-braga-cortes-fialho-dos-reis-2018-administracao-curitiba-parana/>>. Acesso em: 19 jun. 2018.

## **9. Fontes utilizadas para as notas biográficas sobre a Vereadora Jane Rodrigues**

Fontes coletivas conforme o tópico 10.1.1, entrevista (conforme Apêndices 1 e 2 e nota 59), além da(s) seguintes fonte(s) específica(s) para a Vereadora:

COMISSÃO vai investigar Apae. **Folha de Londrina**, Londrina, 31 ago. 1999. Disponível em: <<https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/comissao-vai-investigar-apae-195070.html>>. Acesso em: 23 jan. 2018.

EX-VEREADORA será denunciada por ter "fantasmas". **Folha de Londrina**, Londrina, 20 nov. 2000, Disponível em: <<https://www.folhadelondrina.com.br/politica/ex-Vereadora-sera-denunciada-por-ter-fantasmas-310470.html>>. Acesso em: 21 jan. 2018.

PRESIDENTE da Apae acusa tesoureira de entidade. **Folha de Londrina**, Londrina, 13 nov. 1999, Disponível em: <<https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/presidente-da-apae-acusa-tesoureira-da-entidade-223210.html>>. Acesso em: 23 jan. 2018.

## 10. Fontes utilizadas para as notas biográficas sobre a Vereadora Arlete Caramês

Fontes coletivas conforme o tópico 10.1.1, entrevista (conforme Apêndices 1 e 2 e nota 59), além da(s) seguinte(s) fonte(s) específica(s) para a Vereadora:

DIAZ, L. Assembleia Legislativa Aprova Projeto de Lei da Deputada Arlete Caramês. **Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**, 23 ago. 2005. Disponível em: <<http://www.assembleia.pr.leg.br/divulgacao/noticias/deputada-arlete-carames-1>>. Acesso em: 08 fev. 2018.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Discursos e notas taquigráficas**. Câmara dos Deputados – DETAQ, Audiência sobre crianças desaparecidas, 13 out. 2009. Disponível em: <[DÓRO, M. A. G. Arlete Caramês. Textos, Biografias. \*\*Blog Recanto das Letras\*\*, 11 jun. 2006. Disponível em: <<https://www.recantodasletras.com.br/biografias/173686>>. Acesso em: 08 fev. 2018.](https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/textoHTML.asp?etapa=11&nuSessao=1750/09&nuQuarto=0&nuOrador=0&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=14:30&sgFaseSessao=&Data=13/10/2009&txApelido=CPI%20-%20DESAPARECIMENTO%20DE%20CRIAN%20C3%87AS%20E%20ADOLESCENTES&txFaseSessao=Audi%20P%20C3%BAblica%20Ordin%20C3%A1ria&txTipoSessao=&dtHoraQuarto=14:30&txEtapa=>. Acesso em: 19 fev. 2018.</p>
</div>
<div data-bbox=)

FACEBOOK. **Arlete Caramês**. Disponível em: <<https://web.facebook.com/arlete.carames/>> <[https://www.facebook.com/arlete.carames?\\_rdc=1&\\_rdr](https://www.facebook.com/arlete.carames?_rdc=1&_rdr)> <<https://web.facebook.com/arlete.carames.96>> <[https://www.facebook.com/arlete.carames.96?\\_rdc=1&\\_rdr](https://www.facebook.com/arlete.carames.96?_rdc=1&_rdr)>. Acesso em: 08 fev. 2018.

JUSTI, A. 'Nunca vou perder esperança' diz mãe de filho desaparecido há 22 anos. **G1 PR**, Paraná RPC, Curitiba, 29 ago. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2013/08/nunca-vou-perder-esperanca-diz-mae-de-filho-desaparecido-ha-22-anos.html>>. Acesso em: 05 mar. 2018.

PP faz churrascada para armar a chapa de 2010. **Blog Fábio Campana**, Curitiba, 24 ago. 2009. Disponível em: <<https://www.fabiocampana.com.br/2009/08/pp-faz-churrascada-para-armar-a-chapa-de-2010/>>. Acesso em: 05 mar. 2018.

PRATEANO, V. Desaparecidos: dor, dedicação e descaso. **Gazeta do Povo**, Vida e Cidadania. Curitiba, 29 nov. 2009. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/desaparecidos-dor-dedicacao-e-descaso-c0phjdcfskqwklr4ofwzuryvi/>>. Acesso em: 05 mar. 2018.

WIKIPÉDIA. **Arlete Caramês**. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Arlete\\_Caram%C3%AAs](https://pt.wikipedia.org/wiki/Arlete_Caram%C3%AAs)>. Acesso em: 08 out. 2018.

## 11. Fontes utilizadas para as notas biográficas sobre a Vereadora Clair da Flora Martins

Fontes coletivas conforme o tópico 10.1.1, entrevista (conforme Apêndices 1 e 2 e nota 59), além da(s) seguinte(s) fonte(s) específica(s) para a Vereadora:

DHPAZ. **Clair da Flora Martins**. Entrevista. Depoimento. Disponível em: <<http://www.dhpaz.org/dhpaz/depoimentos/detalhe/30/mantenho-os-mesmos-ideias-progressistas-e-a-conviccao-que-me-fizeram-lutar-para-mudar-o-pais-e-a-ordem-mundial>>. Acesso em: 05 nov. 2018.

FACEBOOK. **Clair da Flora Martins**. Disponível em: <<https://www.facebook.com/clair.dafloramartins>> <<https://web.facebook.com/clair.dafloramartins>> <[https://www.facebook.com/draclair?\\_rdc=1&\\_rdr](https://www.facebook.com/draclair?_rdc=1&_rdr)> <[https://www.facebook.com/clair.dafloramartins?\\_rdc=1&\\_rdr](https://www.facebook.com/clair.dafloramartins?_rdc=1&_rdr)>. Acesso em: 25 nov. 2018.

IRRITADA, Clair está deixando o PMDB. **Tribuna do Paraná**, Curitiba, 30 set. 2007. Disponível em: <<https://www.tribunapr.com.br/noticias/politica/irritada-clair-esta-deixando-o-pmdb/>>. Acesso em: 05 out. 2018.

WIKIPÉDIA. **Arlete Caramês**. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Clair\\_Martins](https://pt.wikipedia.org/wiki/Clair_Martins)>. Acesso em: 08 out. 2018.

## 12. Fontes utilizadas para as notas biográficas sobre a Vereadora Marcia Schier

Fontes coletivas conforme o tópico 10.1.1, entrevista (conforme Apêndices 1 e 2 e nota 59), além da(s) seguinte(s) fonte(s) específica(s) para a Vereadora:

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARANÁ. ACP homenageia empresários no Dia Nacional do Comerciante. **ACP**, 18 jul. 2016. Disponível em: <<https://acpr.com.br/noticias/acp-homenageia-empresarios-no-dia-nacional-do-comerciante-2/>>. Acesso em: 05 set. 2018.

CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. Márcia Schier toma posse na Câmara (com foto). **Notícias do Legislativo**, 17 nov. 2003. Disponível em: <[https://www.cmc.pr.gov.br/ass\\_det.php?not=2549](https://www.cmc.pr.gov.br/ass_det.php?not=2549)>. Acesso em: 05 set. 2018.

CASADO, V. Prejuízo em Curitiba ronda os 30%. **Folha de Londrina**. 13 jul. 1998. Disponível em: <<https://www.folhadelondrina.com.br/economia/prejuizo-em-curitiba-ronda-os-30-86323.html>>. Acesso em: 12 set. 2018.

FACEBOOK. **Paulo Salamuni**. Disponível em: <[https://www.facebook.com/vereadorsalamuni/posts/600047473517875/Paulo Salamuni fanpage](https://www.facebook.com/vereadorsalamuni/posts/600047473517875/Paulo-Salamuni-fanpage)>. Acesso em: 05 set. 2018.

FACEBOOK. **Família Schier! Justa Homenagem**. Disponível em: <<https://www.facebook.com/vereadorsalamuni/posts/600047473517875>>. Acesso em: 05 set. 2018.

### **13. Fontes utilizadas para as notas biográficas sobre a Vereadora Roseli Isidoro**

Fontes coletivas conforme o tópico 10.1.1, entrevista (conforme Apêndices 1 e 2 e nota 59), além da(s) seguinte(s) fonte(s) específica(s) para a Vereadora:

FACEBOOK. **Roseli Isidoro**. Disponível em: <<https://www.facebook.com/roseli.isidoro/about?lst=100024210518032%3A1573263806%3A1548808533&section=bio>>. Acesso em: 05 abr. 2018.

### **14. Fontes utilizadas para as notas biográficas sobre a Vereadora Professora Josete**

Fontes coletivas conforme o tópico 10.1.1, entrevista (conforme Apêndices 1 e 2 e nota 59), além da(s) seguinte(s) fonte(s) específica(s) para a Vereadora:

FACEBOOK. **Professora Josete**. Disponível em: <<https://www.facebook.com/profjosete/>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

### **15. Fontes utilizadas para as notas biográficas sobre a Vereadora Dona Lourdes**

Fontes coletivas conforme o tópico 10.1.1, entrevista (conforme Apêndices 1 e 2 e nota 59), além da(s) seguinte(s) fonte(s) específica(s) para a Vereadora:



FACEBOOK. **Maria de Lourdes**. Disponível em:  
 <<https://web.facebook.com/mariadelourdes.beserradesousa>>  
 <[https://www.facebook.com/mariadelourdes.beserradesousa?\\_rdc=1&\\_rdr](https://www.facebook.com/mariadelourdes.beserradesousa?_rdc=1&_rdr)>  
 <<https://www.facebook.com/mariadelourdes.beserradesousa/about?lst=100024210518032%3A100004196078673%3A1548807141&section=bio>>. Acesso em: 05 jul. 2018.

## 16. Fontes utilizadas para as notas biográficas sobre a Vereadora Cantora Mara Lima

Fontes coletivas conforme o tópico 10.1.1, entrevista (conforme Apêndices 1 e 2 e nota 59), além da(s) seguinte(s) fonte(s) específica(s) para a Vereadora:

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ. **Deputados**: Cantora Mara Lima. Disponível em: <<http://www.assembleia.pr.leg.br/deputados/perfil/cantora-mara-lima>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ. Cantora Mara Lima, a deputada gospel, conta a vida no "Política e Viola" deste sábado (19). **Diretoria de Comunicação**, 16 mar. 2016. Disponível em: <<http://www.assembleia.pr.leg.br/comunicacao/noticias/cantora-mara-lima-a-deputada-gospel-counta-a-vida-no-politica-e-viola-deste-sabado-19>>. Acesso em: 19 jul. 2018.

DEPUTADA CANTORA MARA LIMA. Mara Lima. Biografia. Disponível em: <<https://deputadamaralima.com.br/mara.php>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

FACEBOOK. **Cantora Mara Lima**. Disponível em:  
 <<https://web.facebook.com/cantoramaralima.com.br/>>  
 <[https://www.facebook.com/cantoramaralima.com.br/?\\_rdc=1&\\_rdr](https://www.facebook.com/cantoramaralima.com.br/?_rdc=1&_rdr)>  
 <<https://web.facebook.com/cantoramaralima/>>  
 <[https://www.facebook.com/cantoramaralima/?\\_rdc=1&\\_rdr](https://www.facebook.com/cantoramaralima/?_rdc=1&_rdr)>. Acesso em: 15 jul. 2018.

## 17. Fontes utilizadas para as notas biográficas sobre a Vereadora Noemia Rocha

Fontes coletivas conforme o tópico 10.1.1, (conforme Apêndices 1 e 2 e nota 59), além da(s) seguinte(s) fonte(s) específica(s) para a Vereadora:

FACEBOOK. **Vereadora Noemia Rocha**. Disponível em:  
 <<https://web.facebook.com/Vereadora.noemia.rocha/>>  
 <<https://web.facebook.com/GabineteNoemiaRocha/>>. Acesso em: 23 ago. 2018.

NOEMIA ROCHA. **Perfil**. Disponível em: <<http://noemiarocha.com.br/site/perfil.php>>. Acesso em: 23 ago. 2018.

## 18. Fontes utilizadas para as notas biográficas sobre a Vereadora Renata Bueno

Fontes coletivas conforme o tópico 10.1.1, entrevista (conforme Apêndices 1 e 2 e nota 59), além da(s) seguinte(s) fonte(s) específica(s) para a Vereadora:

CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Galeria de Vereadoras na política de Curitiba**: Renata Bueno. Disponível em: <<https://www.cmc.pr.gov.br/nossamemoria/galeriadeVereadorasdecuritiba/Vereadoras.php?Vereadora=RenataBueno>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

FACEBOOK. **Renata Bueno**. Disponível em:  
<<https://www.facebook.com/RenataBuenoPPS/about?lst=100024210518032%3A100003683495833%3A1548809661&section=bio>>  
<<https://web.facebook.com/RenataBuenoPPS>>  
<[https://www.facebook.com/RenataBuenoPPS?\\_rdc=1&\\_rdr](https://www.facebook.com/RenataBuenoPPS?_rdc=1&_rdr)>. Acesso em: 18 ago. 2018.

WIKIPÉDIA. **Renata Bueno**. Disponível em:  
<[https://pt.wikipedia.org/wiki/Renata\\_Buenos](https://pt.wikipedia.org/wiki/Renata_Buenos)>. Acesso em: 08 out. 2018.

## 19. Fontes utilizadas para as notas biográficas sobre a Vereadora Maria Goretti

Fontes coletivas conforme o tópico 10.1.1, entrevista (conforme Apêndices 1 e 2 e nota 59), além da(s) seguinte(s) fonte(s) específica(s) para a Vereadora:

ESCAVADOR. **Maria Goretti David Lopes**. Disponível em:  
<<https://www.escavador.com/sobre/3654913/maria-goretti-david-lopes>>. Acesso em: 08 out. 2018.

FACEBOOK. MARIA GORETTI. Disponível em:  
<<https://web.facebook.com/profile.php?id=100005155328599>>  
<[https://web.facebook.com/mariagoretti.Vereadora/?ref=br\\_rs](https://web.facebook.com/mariagoretti.Vereadora/?ref=br_rs)>  
<[https://www.facebook.com/mariagoretti.Vereadora/?ref=br\\_rs&\\_rdc=1&\\_rdr](https://www.facebook.com/mariagoretti.Vereadora/?ref=br_rs&_rdc=1&_rdr)>  
<[https://www.facebook.com/people/Maria-Goretti-David-Lopes/100005155328599?\\_rdc=1&\\_rdr](https://www.facebook.com/people/Maria-Goretti-David-Lopes/100005155328599?_rdc=1&_rdr)>  
<[https://www.facebook.com/pg/mariagoretti.Vereadora/about/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/pg/mariagoretti.Vereadora/about/?ref=page_internal)>. Acesso em: 08 out. 2018.

MELHORES Candidatos a Eleição do PR em 2012: Maria Goretti – 45745. **Blog Eleições no Paraná**, Curitiba, 2 out. 2012. Disponível em:  
<<http://eleicoespr.blogspot.com/>>. Acesso em: 17 out. 2018.

MARIA Goretti assume vaga de Derosso na Câmara Municipal. **BondeNews**, 10 jul. 2012. Disponível em: <<https://www.bonde.com.br/bondenews/politica/maria-goretti-assume-vaga-de-derosso-na-camara-municipal-233230.html>>. Acesso em: 08 out. 2018.

## 20. Fontes utilizadas para as notas biográficas sobre a Vereadora Carla Pimentel

Fontes coletivas conforme o tópico 10.1.1, além da(s) seguintes fonte(s) específica(s) para a Vereadora:

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ. Requerimento "Momento de Deus". **ALEP**, 24 ago. 2011. Disponível em: <[www.deputadamaralima.com.br › site › sistemas › legislacao › arquivos](http://www.deputadamaralima.com.br/site/sistemas/legislacao/arquivos)>. Acesso em: 16 nov. 2018.

CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. Carla Pimentel: "as mulheres são colocadas como legendeiras". **Notícias do Legislativo**, 09 mar. 2015, Disponível em: <[https://www.cmc.pr.gov.br/ass\\_det.php?not=24316](https://www.cmc.pr.gov.br/ass_det.php?not=24316)>. Acesso em: 06 nov. 2018.

FACEBOOK. **Carla Pimentel**. Disponível em: <<https://web.facebook.com/DepEstadual.CarlaPimentel>> <[https://www.facebook.com/DepEstadual.CarlaPimentel/?\\_rdc=1&\\_rdr](https://www.facebook.com/DepEstadual.CarlaPimentel/?_rdc=1&_rdr)>. Acesso em: 16 nov. 2018.

FREY, J. Saiba o que estão fazendo alguns dos ex-vereadores de Curitiba, como o Professor Galdino. **Tribuna do Paraná**, Curitiba, 11 ago. 2017. Disponível em: <<https://www.tribunapr.com.br/noticias/curitiba-regiao/saiba-o-que-estao-fazendo-alguns-dos-ex-vereadores-de-curitiba-como-o-professor-galdino/>>. Acesso em: 02 nov. 2018.

## 21. Fontes utilizadas para as notas biográficas sobre a Vereadora Maria Manfron

Fontes coletivas conforme o tópico 10.1.1, entrevista (conforme Apêndices 1 e 2 e nota 59), além da(s) seguintes fonte(s) específica(s) para a Vereadora:

CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. Homenageados os 135 anos da imigração em Santa Felicidade. **Notícias do Legislativo**, 14 nov. 2013. Disponível em: <[https://www.cmc.pr.gov.br/ass\\_det.php?not=21769#&panel1-1](https://www.cmc.pr.gov.br/ass_det.php?not=21769#&panel1-1)>. Acesso em: 06 set. 2018.

FACEBOOK. **Maria Francisquini Manfron**. Disponível em: <<https://web.facebook.com/mariafrancisquini.manfron>> <[https://www.facebook.com/mariafrancisquini.manfron/?\\_rdc=1&\\_rdr](https://www.facebook.com/mariafrancisquini.manfron/?_rdc=1&_rdr)>. Acesso em: 08 set. 2018.

## 22. Fontes utilizadas para as notas biográficas sobre a Vereadora Fabiane Rosa

Fontes coletivas conforme o tópico 10.1.1, entrevista (conforme Apêndices 1 e 2 e nota 59), além da(s) seguintes fonte(s) específica(s) para a Vereadora:

FACEBOOK. **Fabiane Rosa**. Disponível em: <<https://web.facebook.com/FabianeRosaSalvaBicho>>. Acesso em: 06 abr. 2018.

ROSA, F. **Fabiane Rosa Candidata a Vereadora pela Proteção Animal em Curitiba**. 20 set. 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=QtrEo0u6gIY>>. Acesso em: 16 abr. 2018.

### **23. Fontes utilizadas para as notas biográficas sobre a Vereadora Katia dos Animais de Rua**

Fontes coletivas conforme o tópico 10.1.1, entrevista (conforme Apêndices 1 e 2 e nota 59), além da(s) seguinte(s) fonte(s) específica(s) para a Vereadora:

FACEBOOK. KATIA DITTRICH. Disponível em:  
<<https://web.facebook.com/Vereadorakatiadittrich>>  
<<https://web.facebook.com/OsAnimaisdeRua>>  
<<https://web.facebook.com/katiadittrichVereadora/>>  
<[https://www.facebook.com/katiadittrichVereadora/?\\_rdc=1&\\_rdr](https://www.facebook.com/katiadittrichVereadora/?_rdc=1&_rdr)>. Acesso em: 12 set. 2018.

### **24. Fontes utilizadas para as notas biográficas sobre a Vereadora Maria Letícia Fagundes**

Fontes coletivas conforme o tópico 10.1.1, entrevista (conforme Apêndices 1 e 2 e nota 59), além da(s) seguinte(s) fonte(s) específica(s) para a Vereadora:

FACEBOOK. **Maria Letícia Fagundes**. Disponível em:  
<<https://web.facebook.com/marialeticiafagundes/>>  
<[https://www.facebook.com/marialeticiafagundes/?\\_rdc=1&\\_rdr](https://www.facebook.com/marialeticiafagundes/?_rdc=1&_rdr)>. Acesso em: 22 ago. 2018.

MARIA LETICIA. **Sobre**. Disponível em: <<http://marialeticia.com.br/sobre>>. Acesso em: 22 ago. 2018.

**ANEXOS**

## ANEXO 1 - REGISTRO FOTOGRÁFICO DA PRIMEIRA ENTREVISTA REALIZADA

11 DE MARÇO DE 2019



### Maria Leticia atende população para tratar de mantas funerárias, epilepsia e mulheres na opinião pública



A vereadora Maria Leticia Fagundes (PV) sempre reforça que o gabinete na Câmara Municipal de Curitiba está à disposição da população. A diversidade de temas que correspondem às causas defendidas pela parlamentar geram procura espontânea. Na tarde desta segunda-feira (11), ela recebeu pessoas interessadas em tratar de temas conforme abaixo:

Projeto de lei de autoria da vereadora Maria Leticia sobre "Mantas Funerárias", motivou a reunião com as gestoras ambientais, Giane Novak da Rocha e Marília Vieira Olivette. (Foto 1 abaixo do texto)

Com Cláudia Cavichiolo e com Luana de Souza Oliveira, foram discutidas iniciativas e políticas públicas para conscientização a respeito da Epilepsia. (Foto 2 abaixo do texto)

A importância da mulher na opinião pública, também foi abordada em conversa com a Mestranda em Ciência Política pela UFPR, Jeanette Soares. Projeto será: "A trajetória de 24 vereadoras na cidade de Curitiba". (Foto em destaque)

---

Foto: Equipe Vereadora

## ANEXO 2 - FOTO DAS VEREADORAS ELEITAS NA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA NO PERÍODO 1947-2016<sup>60</sup>



Fonte: <https://www.cmc.pr.gov.br/nossamemoria/galeriadeVereadorasdecuitiba/index.php>

---

<sup>60</sup> Imagens da galeria virtual das vereadoras da Câmara de Vereadores de Curitiba.



## AS DEZESSEIS EX-VEREADORAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA



Fonte: <https://www.cmc.pr.gov.br/nossamemoria/galeriadeVereadorasdecuritiba/index.php>



AS OITO ATUAIS VEREADORAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA (2017-2020)



Fonte: <https://www.cmc.pr.gov.br/nossamemoria/galeriadeVereadorasdecuitiba/index.php>